



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Milena Paula de Melo

O processo de revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro e as múltiplas conexões com o sítio arqueológico do Cais do Valongo

Rio de Janeiro

2019

Milena Paula de Melo

O processo de revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro e as múltiplas conexões com o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial.

Orientador: Prof. Dr. Nilton Abranches Junior

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

M528 Melo, Milena Paula de.
 O processo de revitalização da Zona Portuária da cidade do
Rio de Janeiro e as múltiplas conexões com o Sítio Arqueológico do
Cais do Valongo / Milena Paula de Melo. – 2019.
 310f. : il.

 Orientador: Nilton Abranches Junior.
 Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Instituto de Geografia.

 1. Portos – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Áreas portuárias
– Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3. Renovação urbana – Aspectos
econômicos – Teses. 4. Cais do Valongo (Sítio arqueológico) –
Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 5. Mercantilização – Narrativa
jornalística – Teses. I. Abranches Junior, Nilton. II. Universidade
do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 627.2:658(815.3)

Bibliotecária responsável: Fernanda Lobo / CRB-7: 5265

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Milena Paula de Melo

O processo de revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro e as múltiplas conexões com o sítio arqueológico do Cais do Valongo

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial.

Aprovada em 10 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nilton Abranches Junior (Orientador)
Instituto de Geografia – UERJ

Prof.^a Dr.^a Julia Santos Cossermelli de Andrade
Instituto de Geografia – UERJ

Prof. Dr. Denilson Araujo Oliveira
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dr.^a Fernanda Ester Sánchez Garcia
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Carlos Alberto Franco da Silva
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Gilmar Mascarenhas (*in memórian*) por sua gentileza em todo o processo de orientação.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este não pode ser atribuído somente ao esforço individual. Somos constituídos de sujeitos múltiplos, produzidos nas redes de relações em que nos embrenhamos e a partir das quais construímos saberes e valores. Por isso, agradeço àqueles e àquelas que participaram das redes pelas quais passei, que deixaram marcas que levarei para sempre e que foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

Agradeço imensamente à minha família, por todo apoio e por todo incentivo que recebi ao longo dessa trajetória. Aos meus pais, que sempre acreditaram na educação como fonte de transformação. Ao meu irmão Marcelo, fonte de inspiração constante, e ao meu irmão Fernando pela sua cumplicidade e pela sua leveza na vida.

Agradeço à minha psicóloga por extrair o melhor de mim e me fazer encarar as minhas sombras de maneira mais leve. Obrigada pela delicadeza na qual conduziu o seu trabalho. A verdade, quando dita com compaixão, liberta, fortalece e transforma. Sem você, eu não teria chegado até aqui. Meu muito obrigada, Luana Mendonça, por toda sua presença ao longo desta árdua jornada.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a todos os professores e os técnicos que contribuíram para minha formação. Em especial, agradeço a meu orientador quase que total da pesquisa, Gilmar Mascarenhas (*in memórian*), alguém que continuarei admirando pela inquietude, esperança, engajamento e habilidade diante das relações de contradições da vida acadêmica e por acreditar e por lutar em busca de uma sociedade mais justa. Sujeito autêntico de seu tempo. Obrigada por acreditar em mim quando a descrença e o desanimo se fizeram presentes. Gilmar, presente. Hoje e sempre!

Ao atual orientador deste trabalho, Prof. Nilton Abranches, pela gentileza em me estender a mão, após o difícil momento da perda do Professor Gilmar. Certamente Gilmar está tranquilo com a sua orientação para finalizar o trabalho por ele iniciado. Meu muito obrigada.

Agradeço também às professoras Julia Andrade (UERJ) e Fernanda Sanchez (UFF) pelas valiosas contribuições no exame de qualificação. Mulheres-

pesquisadoras potentes e inspiradoras. Igualmente agradeço aos professores que se disponibilizaram a colaborar na participação da banca da defesa.

Agradeço igualmente ao professor Carlos Alberto Franco da Silva (UFF), que me acompanha desde os tempos da graduação, e ao professor Denílson Araujo Oliveira (UERJ/FFP) pela gentil disponibilidade em participar da defesa final da pesquisa.

À CAPES, pela concessão do financiamento para a realização deste trabalho.

Aos amigos da UERJ e da vida acadêmica Aline Sá, Wedson Pacheco, Elizabeth Rivanda, Mendel Aleluia, Sheila Carvalho pelos momentos de aprendizado mútuo e pelo apoio nas horas necessárias.

Ao amigo Thiago Giliberti, por dividir, ao longo de todos esses anos, as angústias de sermos doutorandos e profissionais da educação pública. Desenvolver pesquisa sem licença foi nossa maior luta. E você sempre esteve comigo. Meu muito obrigada. De certa forma, você está presente nas entrelinhas deste estudo.

Aos meus amigos Paloma Castro, Rafael Chaves, Matheus Rocha, Barbara Castilho, Luciana Teixeira, Flavia Cipriano, Flavia Martins, Luiz Carlos Felício, Ricardo de Oliveira, Ana Olivia Reis, Stella Procópio, Cátia Silva, Natallye Lopes, Vanessa Telles, Marina Dida por sempre me incentivarem e entenderem todas as minhas ausências.

Ao amigo e geógrafo Marcio Madeira, pelo apoio intelectual e técnico desde a monografia, a quem devo eterna gratidão.

A todos os entrevistados que, prontamente, se dispuseram a colaborar com esta pesquisa.

E agradeço, em especial, a Victor Sabino, companheiro de todas as horas, por sua presença sempre marcante de cumplicidade, de amor, de paciência e de leveza. E por vibrar comigo todas as conquistas e a concretização deste trabalho.

A todos que torceram e me incentivaram: muito OBRIGADA!

Não sei...
se a vida é curta
ou longa demais para nós.
Mas sei que nada do que vivemos
tem sentido,
se não tocarmos o coração das pessoas.

Muitas vezes basta ser:
colo que acolhe,
braço que envolve,
palavra que conforta,
silêncio que respeita,
alegria que contagia,
lágrima que corre,
olhar que sacia,
amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo:
é o que dá sentido à vida.

É o que faz com que ela
não seja nem curta,
nem longa demais,
mas que seja intensa,
verdadeira e pura...
enquanto durar.

Cora Coralina

RESUMO

MELO, Milena Paula de. **O processo de revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro e as múltiplas conexões com o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo**. 2019. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O presente trabalho tem como princípio uma análise do processo de reestruturação urbana da Zona Portuária do Rio de Janeiro relacionada à construção de narrativas pela mídia hegemônica. Para tanto, selecionamos conteúdos jornalísticos do Jornal O Globo dos anos de 2011 e 2017 para identificar os discursos empreendidos a partir das intervenções urbanísticas que promovem a ideia da cidade “propícia aos negócios”. Esta investigação sugere que haja uma preponderância das narrativas que destacam as apropriações mercantis, servindo como estratégia de encampar consensos, de suavizar o passado escravista e de reforçar aspectos específicos da cidade que fomentem o consumo dos grandes equipamentos urbanos. No entanto, a pesquisa sugere também que haja narrativas manifestando a (r)existência a partir do Cais do Valongo e da cultura negra, mas partindo de atores fazedores do lugar negligenciados pela grande mídia.

Palavras-chave: Mercantilização. Espaço urbano. Produção de narrativas. Cais do Valongo. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

MELO, Milena Paula de. **The revitalization process of the Rio de Janeiro City Port Zone and the multiple connections with the Valongo Whar Archaeological Site**. 2019. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The present work aims at developing an analysis of the urban restructuring process of the Rio de Janeiro Port Zone, relating to the construction of narratives by the hegemonic media. Therefore, we have selected journalistic content from O Globo newspaper from 2011 to 2017, to identify the discourses undertaken through urban interventions that promote the idea of the “business-friendly” city. This research suggests that there is a preponderance of narratives highlighting market appropriations, serving as a strategy to address consensus, soften the slave past and reinforce specific aspects of the city that promote the consumption of large urban facilities. However, the research also suggests that there are narratives manifesting the (r) existence from Cais do Valongo and black culture, but from place-maker actors who are neglected by the mainstream media

Keywords: Commodification. Urban space. Narrative production. Valongo Whar. Rio de Janeiro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Antiga morfologia e perímetro inicial da cidade do Rio de Janeiro.....	56
Figura 2 –	Obras de melhoramentos do Porto do Rio de Janeiro no início do século XX.....	59
Figura 3 –	População Residente e Taxa de Crescimento Demográfico das Freguesias do Rio de Janeiro (1890 – 1906).....	61
Mapa 1 –	APAC SAGAS.....	69
Figura 4 –	Tabela de distribuição dos recursos do Porto Maravilha Cultural até 2016.....	76
Figura 5 –	Painel ‘Etnias’ pintado pelo artista paulistano Eduardo Kobra em 2016	80
Figura 6 –	Painel sobre a exposição o Rio de Samba.....	81
Figura 7 –	Museu do Amanhã.....	82
Figura 8 –	Instituto dos Pretos Novos.....	85
Tabela 1 –	Classificação das amostras.....	97
Tabela 2 –	Presença da cultura negra e do Cais do Valongo nas reportagens.....	99
Figura 9 –	Procedimentos de coleta de dados e da pesquisa empírica.....	102
Figura 10 –	Expectativa sobre o Porto Maravilha.....	107
Figura 11 –	Investimentos na Zona Portuária.....	108
Figura 12 –	Cais do Valongo na reportagem.....	109
Figura 13 –	O Rio em acordo.....	109
Figura 14 –	Euforia na reestruturação espacial em 2011.....	110
Figura 15 –	Crise em 2017.....	111
Figura 16 –	Museu do Amanhã como âncora.....	117
Figura 17 –	Marcas da escravidão.....	118
Figura 18 –	Grafite na Zona Portuária.....	119
Figura 19 –	O patrimônio do Valongo.....	119
Figura 20 –	Valongo e racismo.....	121
Figura 21 –	Intervenções na mobilidade urbana na Zona Portuária pelo programa Porto Maravilha.....	124
Figura 22 –	Ex-praça Américo Brum.....	125

Figura 23 – VLT na Zona Portuária.....	127
Figura 24 – Investimentos em mobilidade urbana.....	128
Figura 25 – Teleférico do Morro da Providência.....	129
Figura 26 – Crise na Zona Portuária.....	130
Figura 27 – Equipamentos de lazer ofertados na Zona Portuária.....	136
Figura 28 – Lazer na Zona Portuária.....	139
Figura 29 – Cenário desfavorável.....	139
Figura 30 – Atividades e rentabilidade.....	141
Figura 31 – Turista e grandes equipamentos.....	142
Figura 32 – Turismo no AquaRio.....	142
Figura 33 – Perímetro de atuação da Unidade de Ordem Pública – UOP - Maravilha.....	147
Figura 34 – Investimentos em segurança.....	149
Figura 35 – Integração da população.....	150
Figura 36 – (In)segurança.....	150
Figura 37 – Cultura negra desfavorável.....	151
Figura 38 – Agente público.....	151
Figura 39 – UPP no Morro da Providência.....	152
Figura 40 – Localização do Cais do Valongo.....	165
Figura 41 – O Cais do Valongo como espetáculo – 2011 e 2017.....	170
Figura 42 – O Cais do Valongo como (r)existência – 2011.....	175
Figura 43 – O Cais do Valongo como (r)existência – 2017.....	176
Figura 44 – Balaio para Iemanjá.....	179
Figura 45 – Lavagem do Cais do Valongo.....	182
Figura 46 – A (r)existência persiste e insiste no Cais do Valongo.....	191

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Nuvem de palavras – Cidade revitalizada e apta aos negócios (2011 e 2017)	98
Gráfico 2 –	Condição das Reportagens.....	99
Gráfico 3 –	Nuvem de palavras – Agentes Mencionados mais frequentes (2011 e 2017)	100
Gráfico 4 –	Nuvem de palavras – Intervenções Urbanas mais frequentes (2011 e 2017)	101
Gráfico 5 –	Nuvem de palavras – Economia (2011 e 2017)	112
Gráfico 6 –	Nuvem de palavras – Cultura/história (2011 e 2017)	120
Gráfico 7 –	Nuvem de palavras – Mobilidade Urbana (2011 e 2017)	130
Gráfico 8 –	Nuvem de palavras – Lazer (2011 e 2017)	143
Gráfico 9 –	Nuvem de palavras – Segurança (2011 e 2017)	152
Gráfico 10 –	Classificação Hierárquica dos dados (CHD)	155
Gráfico 11 –	Análise Fatorial de Correspondência (AFC).....	157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ACN	Área Central de Negócios
ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro
AEIU	Área de Especial Interesse Urbanístico
AFC	Análise Fatorial de Correspondência
APA	Área de Proteção Ambiental
APAC	Área de Proteção do Ambiente Cultural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CCBB	Centro Cultural Banco do Brasil
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CEPAC	Certificados de Potencial Adicional de Construção
CHACHA	Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana
CHD	Classificação Hierárquica dos Dados
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
FMI	Fundo Monetário Internacional
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPN	Instituto dos Pretos Novos
IRAMUTEQ	<i>Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires</i>
IRPH	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade
LERASS	<i>Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales</i>
MAR	Museu de Arte do Rio
MEL	Museu da Escravidão e da Liberdade
MSI	Modelo de Substituição de Importação
ONG	Organização Não Governamental

OS	Organização Social
OUC	Operação Urbana Consorciada
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PPP	Parceria Público-Privada
SAGAS	Saúde, Gamboa e Santo Cristo
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UOP	Unidade de Ordem Pública
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	17
1	A EMERGÊNCIA DO PROTAGONISMO URBANO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL.....	28
1.1	A ascensão das cidades como atores políticos.....;	31
1.2	A produção do espaço urbano em tempos de acentuação do espetáculo.....	33
1.3	As cidades no contexto neoliberal: o empreendedorismo urbano.....	40
1.3.1	<u>Estratégias e instrumentos do empreendedorismo urbano: cidade-mercadoria, o planejamento estratégico e as parcerias público-privadas (PPP's).....</u>	43
1.3.2	<u>O papel da cultura no empreendedorismo urbano.....</u>	47
1.3.3	<u>Homogeneização do espaço e o reconhecimento das insurgências</u>	51
2	A ZONA PORTUÁRIA EM TRANSFORMAÇÃO: OCUPAÇÃO SOCIAL, EVOLUÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL.....	54
2.1	Distintas transformações históricas: revirando as iniciativas na Zona Portuária	55
2.2	Os instrumentos normativos, os mecanismos e as novas dinâmicas patrimonializantes da Zona Portuária.....	64
2.2.1	<u>Corredor Cultural.....</u>	66
2.2.2	<u>APACs/SAGAS.....</u>	68
2.2.3	<u>Projeto Porto do Rio.....</u>	72
2.2.4	<u>Porto Maravilha – Porto Maravilha Cultural.....</u>	74
2.3	Modernização x Preservação.....	77
2.3.1	<u>A cultura como commodities ou como espetáculo modernizante.....</u>	79
2.3.2	<u>A cultura como memória e como (r)existência.....</u>	84
3	PRODUÇÃO DA CIDADE E CONSTRUÇÕES DE NARRATIVAS SOBRE A ZONA PORTUÁRIA.....	89
3.1	Um Percorso de Método e de Procedimentos de Pesquisa	90
3.1.1	<u>Metodologia aplicada: análise de conteúdo como ferramenta de pesquisa</u>	90

3.1.2	<u>Fontes e instrumentos de pesquisa utilizados</u>	93
3.1.3	<u>Ferramentas de análise</u>	95
3.2	Economia: a Zona Portuária rentável	103
3.2.1	<u>Economia: análise do <i>corpus</i> textual</u>	106
3.3	Cultura/história: a Zona Portuária valorizada e lembrada	112
3.3.1	<u>Cultura/história: análise do <i>corpus</i> textual</u>	116
3.4	Mobilidade Urbana: a Zona Portuária conectada	122
3.4.1	<u>Mobilidade Urbana: análise do <i>corpus</i> textual</u>	127
3.5	Lazer: a Zona Portuária plural	131
3.5.1	<u>Lazer: análise do <i>corpus</i> textual</u>	138
3.6	Segurança: a Zona Portuária ordenada	144
3.6.1	<u>Segurança: análise do <i>corpus</i> textual</u>	149
3.7	Os conteúdos das intervenções urbanas na Zona Portuária revitalizada	153
4	O CAIS DO VALONGO EM SUAS MÚLTIPLAS CONEXÕES NA ZONA PORTUÁRIA REVITALIZADA	161
4.1	A institucionalização e a patrimonialização do Cais do Valongo	165
4.2	As distintas apropriações do Cais do Valongo na Zona Portuária revitalizada	168
4.2.1	<u>O Cais do Valongo como expressão cultural espetacular estratégico</u>	169
4.2.2	<u>O Cais do Valongo como expressão cultural da (r)existência negra</u>	173
4.3	Visões a partir de contra narrativas/dissonantes	178
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
	REFERÊNCIAS	192
	APÊNDICE A – Eventos e atividades realizadas	205
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas	208
	APÊNDICE C – Ficha do conteúdo das intervenções urbanas nas reportagens – Economia	210
	APÊNDICE D – Ficha do conteúdo das intervenções urbanas nas reportagens – Cultura/História	253
	APÊNDICE E – Ficha do conteúdo das intervenções urbanas nas reportagens – Mobilidade Urbana	276

APÊNDICE F – Ficha do conteúdo das intervenções urbanas nas reportagens – Lazer	291
APÊNDICE G – Ficha do conteúdo das intervenções urbanas nas reportagens – Segurança	301

INTRODUÇÃO

A pujança das obras de infraestrutura territorial ocorridas nas duas últimas décadas fez o Brasil experimentar uma expansão geográfica da acumulação e da urbanização. A rede urbana complexificou-se, as regiões metropolitanas e as cidades médias multiplicaram-se, surgiram novas aglomerações urbanas, aprofundou-se a divisão social e territorial do trabalho. Os sinais das mudanças são aparentes em todo o país. Erguem-se novos padrões de acumulação na esteira do neodesenvolvimentismo, apoiados na implementação de “reformas orientadas para o mercado”, direcionando o fundo público para as demandas do grande capital, por meio de ajustes fiscais, de mercantilização de áreas antes não exploradas pelo capital, como os setores de educação, saúde, previdência e infraestrutura e pelos aportes e investimentos diretos do setor financeiro e produtivo (Behring, 2003 e 2009 apud Abreu, 2014).

Nesse contexto, sobressai, em muitas cidades, o caráter precário da urbanização, impulsionada, ainda que parcialmente, por ações do Estado e das corporações através de novas concepções e de instrumentos de planejamento e de gestão, com o suporte de bancos estatais, que criam e recriam o espaço social para atender às demandas da reprodução hegemônica, seja por meio da implementação de um planejamento em escala regional, seja a partir de práticas de planejamento urbano estratégico, buscando uma “revitalização” urbana e um maior incremento econômico, redefinido, ainda, novos usos e usuários do território.

A cidade do Rio de Janeiro também vivenciou, nos últimos anos, um período de transformações em seu espaço urbano, que foi marcado, dentre diversos outros processos, pelo forte dinamismo do mercado imobiliário, impulsionado principalmente em virtude dos grandes eventos esportivos. Era a preparação para o “Rio Olímpico¹”.

Nessa conjuntura, a produção do espaço urbano engendrada na cidade do Rio de Janeiro possui uma estreita relação com o modelo de governança urbana

¹ A cidade do Rio de Janeiro foi palco de diversos eventos esportivos de abrangência internacional, a saber: Pan-2007, Copa do Mundo-2014 e Olimpíadas-2016, que resultou em profundas transformações em seu espaço urbano. Cf. Mascarenhas, Bienenstein e Sánchez (2011), dentre outros.

empreendedorista². Harvey (2005) aponta que a ideia de governança urbana é muito mais ampla do que a de governo urbano e que o poder de organização da vida urbana está “numa coalização de forças mais ampla em que o governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador e coordenador. O poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo de forças, mobilizado por diversos agentes sociais” (HARVEY, 2005, p.171).

Diante do exposto, fica latente que a cidade do Rio de Janeiro vem sofrendo com reestruturações em seu território e com diversas interpenetrações a serem investigadas, mas que extrapolam as mudanças no espaço (na configuração espacial em si) e que perpassam pelo campo das estratégias políticas que conferem ao urbano um meio para reproduzir ou para manifestar o poder. A questão simboliza justificativa e eleição de prioridades para transformações em espaços urbanos que cada vez mais deixam de corresponder essencialmente a demandas sociais, para atenderem estratégias de reprodução do capital e interesse político.

O Rio de Janeiro, num contexto neoliberal que vem se consolidando desde 1993 (Vainer, 2000), adota um planejamento estratégico voltado à gestão urbana empreendedorista, em que o alinhamento com o capital privado se articula cada vez mais. Nesse projeto, a cidade prevalece como mercadoria baseada no espetáculo, visando à competitividade no mercado global de cidades. A Zona³ Portuária do Rio de Janeiro, por sua vez, onde foi instalada a maior operação urbana⁴ da América Latina, espaço objetivo deste trabalho, constitui um rico laboratório para a observação das transformações na produção capitalista do espaço e da sua configuração atual, notadamente no que diz respeito ao processo de desvalorização e de revalorização

² O empreendedorismo urbano está atrelado a parcerias público-privadas e à competitividade na gestão das cidades. Para maiores informações, ver: COMPANS, R. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

³ Ao longo do trabalho, priorizamos usar a expressão “Zona Portuária” referindo-se à área correspondente à 1ª RA da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nomeada como Portuária ou mesmo à AEIU da região do Porto, ainda que essa última incorpore pequenas frações da RA Centro e outras.

⁴ A Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha teve início em 2009, visando implantar, em solo carioca, um projeto de regeneração da antiga Zona Portuária da cidade nos moldes do que já se concretizou em diversas grandes cidades que adotaram o ideário neoliberal e que se constituiu sob a coordenação do poder público, envolvendo a iniciativa privada, empresas prestadoras de serviços públicos, moradores e usuários locais. Vale registrar que o primeiro grande projeto urbanístico voltado para a Zona Portuária foi o de modernização do porto realizado durante a reforma do prefeito Pereira Passos no início do século XX. Esse fato será abordado com mais informações posteriormente.

de localidades urbanas eleitas estrategicamente, com foco no “gerenciamento empresarial” e na “culturalização do mercado” por meio das políticas de image-making⁵ assimiladas nos grandes projetos urbanos.

Arantes (2013) corrobora esta argumentação ao apresentar o teorema-padrão, no qual as cidades precisam criar vantagens comparativas que as tornem cada vez mais competitivas na lógica globalizadora. Essa disputa entre as cidades se pauta cada vez mais na dimensão cultural (imagem-produto) que alimenta o novo planejamento urbano estratégico⁶. Este, por sua vez, se faz a partir do negócio das imagens que se caracteriza como a nova fronteira de acumulação de poder e de dinheiro do mercado local e internacional.

O modelo de gestão urbana implementado no Rio de Janeiro foi amplamente divulgado por organismos multilaterais, pelo poder público, pela imprensa e por outros canais, e inspirado em experiências internacionais como de Barcelona e de Buenos Aires que, frequentemente, eram associados como exemplos de sucesso. As ações de revitalização na Zona Portuária não era algo recente, o Projeto Porto Maravilha⁷ deu continuidade às ideias que vinham sendo mobilizadas desde o Plano Estratégico de 1993, quando, na gestão de Cesar Maia na prefeitura, as obras ganharam foco e passaram a orientar, principalmente na gestão do prefeito Eduardo Paes, as estratégias de promoção da cidade e de competitividade com interesse na atração de investimentos⁸.

⁵ Cf. ARANTES, Otilia, Uma Estratégia Fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 8ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (p. 16-17)

⁶ Otilia Arantes (2013) refere-se ao conceito de planejamento estratégico ao abordar os projetos pioneiros de cidades-empresa americanas nos anos 1970 e a sua aplicação convergente nos casos do redesenho de Barcelona e de Berlim, como “cidadesostas à venda”, após cerca de 20 anos de renovação urbana nessas cidades; no caso da primeira, como sede das Olimpíadas, em 1992, e da segunda, a partir da queda do muro e da reunificação da Alemanha, em 1989.

⁷ O projeto abrange uma área com mais de 5 milhões de metros quadrados e se propõe a realizar intervenções em moradia, lazer, infraestrutura, transporte, cultura, trabalho, além de criar postos de trabalho e de fomentar o desenvolvimento econômico da região. Disponível em: <http://www.portonovosa.com/pt-br/porto-maravilha>. Acesso em: 10/04/2019.

⁸ Vale registrar que a realização do Porto Maravilha foi possível por um cenário favorável que possibilitou um alinhamento político das três esferas; federal, estadual e municipal.

No que tange à dimensão cultural, o Projeto Porto Maravilha abarca a vertente da preservação e de valorização do patrimônio, da memória e de fomento cultural⁹ de sua área de abrangência por meio do Programa Porto Maravilha Cultural, a partir da destinação de 3% do valor arrecadado pelos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs)¹⁰. As políticas de valorização do patrimônio da área em tela remetem à década de 1980, em função do desenvolvimento do projeto de lei APAC-SAGAS¹¹, correspondente à “Área de Proteção do Ambiente Cultural” dos bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo, que classificou uma extensa lista de imóveis como de interesse para preservação e recomendou o tombamento de vários outros.

Na esteira dessas transformações, o componente cultural – tradicional ou recente – se traveste de uma nova tônica e passa a ser articulado e incorporado aos grandes projetos na atualidade para a valorização estratégica e para a promoção das cidades. Na década de 60, o movimento motivado pelas correntes contextualistas europeias da “volta à cidade¹²” já proclamava intervenções, visando contemplar a preservação dos centros históricos e, dessa forma, a revitalização de tecidos históricos ocupou posição privilegiada e ganhou importância no processo de gestão das cidades.

⁹ Disponível em: http://portomaravilha.com.br/web/sup/porto_maravilha_cultural.aspx. Acesso em 10/01/2019

¹⁰ CEPACS: instrumento urbanístico previsto na Lei Federal 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) voltado à captação de recursos da iniciativa privada. A ideia que sustenta tal dispositivo é a redistribuição social dos benefícios auferidos pelo proprietário de terras dotadas de infraestrutura urbana, nas edificações em altura, ou seja, aquelas que extrapolam um coeficiente de aproveitamento do terreno considerado como adequado e definido na legislação pertinente como coeficiente básico. Tal legislação define também um coeficiente máximo e os critérios de aplicação do ônus para edificações cuja área de construção se situa entre os dois coeficientes (básico e máximo).

¹¹A APAC-SAGAS foi resultado de um movimento de reação dos moradores locais e dos segmentos sociais na década de 80 em defesa à preservação do arcabouço histórico frente às ameaças de interesses de grupos econômicos em expandir os negócios para a região portuária. Culminou no Decreto 5459, de 08/11/1985.

¹² Movimento de retorno à cidade – surgiu em oposição às ideias do racionalismo modernista e visava à valorização do tecido histórico e à “reconquista social da cidade”, defendidas por meio da reabilitação do centro histórico e da manutenção dos antigos moradores, visto que muitos foram expulsos em décadas anteriores para bairros periféricos em função da construção de novos edifícios. Ver: COMPANS, Rose. Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais. In: *Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) (Org.). Caminhos para o centro – estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: 2004

A carta de Veneza¹³, de 1964, inaugura um período em que a preservação do patrimônio cultural e histórico dos tecidos urbanos inspirou diversas iniciativas. Nesse momento, a materialidade do espaço urbano é penetrada pela ideia de ambiente urbano, aglutinador de valores imateriais, originada a partir da relação entre o homem e o meio (CARLOS, 2008 apud MARQUES, 2015). Essas experiências começam a ser replicadas, a partir da década de 80, em vários países na América Latina e no Brasil, quando as cidades passaram a incorporar o valor simbólico como fenômeno estético e como ativo econômico e político da imagem urbana.

Oliveira (2008) destaca que a ideia de autenticidade, de originalidade e de permanência guiava o campo da preservação. Nas palavras de Harvey (2006), as tradições culturais locais alegam uma singularidade e se transformam em marcos de distinção irreplicáveis. Nesse aspecto em particular da área de estudo, acrescentamos a peculiaridade de significativa parcela de sua localidade guardar características, memórias e sítios arqueológicos do seu passado negro¹⁴, em que ganha destaque a sua dimensão afrodescendente. Como reforça Oliveira (op. cit.), são objetos que têm “ressonância”, que fazem a mediação entre passado e presente, entre material e imaterial, entre alma e corpo, sendo agora considerados nas noções de referência cultural e continuidade histórica.

Atenta a essas questões, percebia como um tanto excessiva a quantidade das iniciativas culturais atreladas à modernização da Zona Portuária, bem como sua intensa divulgação. Nesse ponto, então, algumas interrogações me despertaram: a quem servem todas essas iniciativas culturais e, especialmente, a preservação do patrimônio negro e, mais especificamente, o sítio arqueológico do Cais do Valongo? Como diferentes grupos se apropriam do patrimônio? Quais sujeitos estão envolvidos nessa trama? Quais construções discursivas são empreendidas? Como o patrimônio contribui para a busca de visibilidade de suas identidades, em especial de grupos politicamente marginalizados historicamente? Estarão sendo preservados sua integridade, sua autenticidade e seus sentidos culturais? Ou, sendo um objeto tomado de ações meramente estetizantes, estarão voltadas para quais fins? Qual projeto de

¹³ Carta de Veneza, maio de 1964. Documento de representação internacional acerca de patrimônio histórico e restauração. É marco referencial do reconhecimento do patrimônio cultural urbano.

¹⁴ A área em tela é significativa em presença negra que aciona frequentemente patrimônios culturais materiais e imateriais relacionados ao seu passado escravagista.

cidade justifica tal mobilização de sujeitos, de ações, e para quais frações da sociedade ele está orientado?

Diante de tais indagações, era preciso realizar uma investigação e, assim, iniciava-se este trabalho que, por um lado, buscava compreender a produção do espaço urbano na atualidade - as transformações socioespaciais; e, por outro, aquilo que, no meu olhar, constitui-se cerne das questões que me instigavam: o âmbito da cultura negra presente nas intervenções urbanísticas.

Nesse sentido, todo trabalho acadêmico é fruto de anseios, de dúvidas, de angústias e de curiosidades que caminham conosco ao longo da trajetória universitária. E, com o tema da tese, não foi diferente, ele veio no bojo de algum tempo de aprendizado, desde a graduação até o presente momento: o estudo das contradições presentes no espaço. Esta tese, sob essa perspectiva, tem como tema a cultura e as transformações urbanas na Zona Portuária do Rio de Janeiro, constituída por um conjunto de políticas de patrimonialização¹⁵ e de revitalização das intervenções urbanísticas e culturais, realizadas pela Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha.

Assim, esta pesquisa toma como objeto a concepção do Cais do Valongo em seu processo de institucionalização e de patrimonialização da herança e da cultura negra na Zona Portuária, recorte espacial desta pesquisa e privilegiado para esta observação, por sua importância na formação cultural e histórica da cidade e por estar inserida numa área de realização de um grande projeto de "revitalização" com ressignificações por meio tanto de obras físicas, como de construção de grandes equipamentos culturais - dois museus¹⁶, como de operações simbólicas orientadas por estratégias de *culturalização do mercado*¹⁷, capitaneando, inclusive, a cultura negra.

¹⁵ Patrimonialização – generalização avassaladora da atenção privilegiada que parece gozar tudo que consegue se apresentar como dotado de significado cultural (ARANTES, 2001, p.139)

¹⁶ O Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã (este de autoria do renomado arquiteto espanhol Santiago Calatrava).

¹⁷ Consiste na estratégia de usar a cultura como indutor de consenso e de mudança. Fonte: ARANTES, Otilia, Uma Estratégia Fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013

Tomada a decisão pelo tema e pelo objeto, tornei-me¹⁸ mais uma, dentre vários pesquisadores brasileiros e estrangeiros, a pesquisar as transformações urbanas na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Mas esse fato não diminuiu o interesse, pois a pesquisa busca se diferenciar das demais pela abordagem das apropriações em curso da herança e da cultura negra, trazendo à luz as distintas demandas de sentido do patrimônio Cais do Valongo entre atores envolvidos no processo, assim como os diversos discursos¹⁹ empreendidos ora pela grande mídia, visando encampar um consenso entre as demandas existentes, ora contestando as narrativas oficiais e se apresentando como as contra narrativas ou as vozes dissonantes, conforme serão abordados mais detalhadamente adiante. Soma-se ao relato das aparentes características responsáveis pelo interesse em estudá-lo o fato de poder também incorporar dados vivenciados, ou seja, aqueles cuja captura ocorre no momento de sua formulação e de afirmação.

As inúmeras narrativas adotadas para a Zona Portuária devem levar em consideração a sua especificidade quanto ao patrimônio ligado à história do tráfico de africanos escravizados, uma vez que a criação e a disseminação de expressões da cultura afro-brasileira são alguns dos aspectos que complexificam muito esse quadro. Portanto, a Zona Portuária passa por diversos entendimentos e por diferentes discursos realizados pelos agentes envolvidos nessa revitalização urbana. O entendimento da área em tela como um “problema”, ao ser encarado como um vazio urbano, passa a ser simultâneo ao seu entendimento como oportunidade, ou seja, um lugar com condições favoráveis para uma transformação e para uma reapropriação capitalista pelos agentes do mercado. Esse discurso foi muito utilizado para sustentar perante a opinião pública a necessidade imperativa de realizar as intervenções na área em questão.

No entanto, outras vozes também se fazem presentes na região e discursos outros são construídos e defendidos, fazendo frente ao discurso dominante da retórica

¹⁸ Adotou-se na introdução, e apenas nesta, o tempo verbal da primeira pessoa do singular considerando a prerrogativa de que, nesse espaço, num texto acadêmico, é possível e adequada tal utilização.

¹⁹ Esse debate será aprofundado no capítulo 2, ao abordamos sobre o discurso do vazio urbano como oportunidade de investimentos e o discurso da centralidade histórica e cultural como emergência e como (r)existência do lugar.

do vazio urbano. Assim, agentes que usam como lugar de morada, de permanência, de referência pessoal e coletiva da sua memória e da sua ancestralidade negra tomam essa região como um lugar marcado por diferentes expressões da cultura negra e, assim, constroem uma imagem de centralidade cultural e histórica que justificam a sua patrimonialização, consubstanciando, inclusive, o planejamento estratégico desempenhado na região ou, nas palavras de Harvey (2006), a cultura foi tomada como capital simbólico coletivo.

É nesse caminho que essa tese se debruça, se propondo a investigar em que medida esses discursos emergem e se manifestam no espaço da Zona Portuária, em quais momentos e por que eles se mesclam e quais os sentidos que eles adquirem. Dessa forma, pensa como a ciência geográfica, uma ciência singularizada pela espacialidade, pode contribuir para a reflexão de diferentes abordagens e de apropriações para um mesmo território. Nessa perspectiva, Sanchez (2010) alerta que a imbricação entre o consumo imaginário e o real dos espaços urbanos ajuda a compreender o alcance e os limites sociais das imagens e dos discursos urbanos, em suas qualidades persuasiva e sedutora. Ajuda, desse modo, a diagnosticar as tramas de poder.

Percurso Metodológico

Na linha de raciocínio delineada acima, esta tese pretende seguir/explorar o percurso metodológico considerando o processo de revitalização da Zona Portuária bem como a patrimonialização da cultura negra como recurso cultural chave para a consecução do projeto em questão.

A problematização que então se coloca se insere na relação que se estabelece entre a produção do espaço urbano e as iniciativas de cunho cultural, em especial, a patrimonialização do Cais do Valongo no âmbito da revitalização da Zona Portuária.

Diante desse quadro, algumas questões se colocam. A primeira questão essencial é: de que forma a revitalização urbana e a patrimonialização da cultura negra na Zona Portuária, em especial do Cais do Valongo, se apresentam enquanto uma expressão cultural espetacularizada²⁰ e também como uma expressão cultural

²⁰ Guy Debord (1997) refere-se ao conceito de espetáculo ao abordar que ele unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes. Esses fenômenos aparentes podem ser traduzidos pelas imagens-objetos que, ao serem consumidas, constituem a ocorrência da espetacularização, ou seja, são mercadorias espetaculares.

de (r)existência²¹? Outros questionamentos daí derivaram: Como o processo de reestruturação urbana ocorrido na Zona Portuária do Rio de Janeiro insere a histórica cultura negra? Quais os mecanismos utilizados dentro do planejamento estratégico ao utilizar a cultura negra para mercantilizar ainda mais a cidade? Quais os mecanismos utilizados no sentido da tentativa de obtenção de legitimidade cultural ao se desenterrar memórias estrategicamente esquecidas historicamente em um contexto da inserção da cidade numa lógica de mercantilização? Diante desse quadro de uma realidade concreta, é preciso reconhecer as complexidades do lugar, costurado nas intervenções que preservaram ou que apagaram partes de sua história e de sua cultura e que, hoje, sob o impacto das transformações em curso, torna-se palco de disputas e de discursos entre diversos interesses.

Para responder a esses questionamentos, a pesquisa desenvolveu-se de modo qualitativo e quantitativo, com trabalhos de campo por meio de uma observação participante na Zona Portuária e com entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos nos debates acerca da revitalização da Zona Portuária e no processo de patrimonialização da cultura negra e do Cais do Valongo.

Para subsidiar tal metodologia, lançamos mão da análise de conteúdo na abordagem de Laurence Bardin (1977)²², que norteou a pesquisa. Para a análise, foi considerada uma abordagem quantitativa e qualitativa de séries textuais escritas (*corpus* textual) entrecruzando com as entrevistas (*corpus* empírico) relacionadas à revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro, presentes em textos jornalísticos extraídos do Jornal carioca O Globo, nos anos de 2011 e 2017²³, visto que, nos anos investigados, tiveram opiniões/ideias/sentidos dos agentes sendo declarados na mídia e em palestras e em eventos.

²¹ Consideramos o Cais do Valongo como uma expressão cultural e uma espacialidade da temática racial que necessita reafirmar a existência da memória negra e de grupos subalternizados na Zona Portuária.

²² Consiste num conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplica a discursos extremamente diversificados, utilizando a técnica da interpretação de textos em suas diversas formas de manifestação, a saber: escritos, filmados, fotografados, pintados etc, baseando na compreensão do pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente da linguagem.

²³ O recorte temporal se deu em função da necessidade de compreender as construções narrativas de uma cidade revitalizada e incorporadora da cultura nesse processo, visto que, em 2011, o Cais do Valongo foi desenterrado e, em 2017, foi declarado como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Visão Geral dos Capítulos

Diante do exposto, estruturou-se o trabalho em 4 capítulos que, em linhas gerais, contemplaram os seguintes aspectos:

Capítulo 1 – Inicialmente, desenvolveu-se uma revisão bibliográfica e uma reflexão teórica no que tange à inserção e à emergência do protagonismo urbano no contexto da reestruturação produtiva do capital, ressaltando as intervenções urbanas engendradas na Zona Portuária do Rio de Janeiro à luz de um projeto de modernização capitalista das cidades. Dessa maneira, buscou-se analisar não só a ascensão das cidades como atores políticos no contexto da reestruturação produtiva, assim como a produção do espaço urbano sob a luz da financeirização da economia, do empreendedorismo urbano e do papel da cultura nesse processo. Consideramos como base o estudo de autores como Harvey, Castells, Borja, Maricato, Sassen. Encerrando esta seção de definições e de conceitos intrínsecos ao suporte do trabalho, busca-se reconhecer movimentos no território que se manifestam dos processos em pauta com fortes evidências homogeneizantes. Por outro lado, também resultam outras dinâmicas provenientes de fatores não controlados e que interagem com o processo dominante, as quais denominamos de insurgências.

Capítulo 2- A abordagem deste capítulo está centrada na análise da evolução urbana numa perspectiva histórica e no reconhecimento histórico das políticas de preservação do patrimônio na Zona Portuária do Rio de Janeiro, identificando as principais políticas urbanas que entrelaçam a cultura nos planos, nos projetos e nas intervenções urbanísticas. Buscamos situar nossa argumentação no contexto do processo de revitalização da Zona Portuária, considerando o componente cultural e o debate entre modernização e a preservação. Consideramos também a modernização, abordando a cultura como commodities a partir dos grandes empreendimentos culturais, em especial o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã além da preservação, considerando a cultura como memória e (r)existência por meio do Instituto dos Pretos Novos – IPN.

Capítulo 3 – O penúltimo capítulo relata a realização da pesquisa, compreendendo objetivo, metodologia, recorte espaço temporal, apresentação de dados, de análise e de conclusões alcançadas. Iniciamos por apresentar todas as etapas e todos os procedimentos metodológicos. É constituído pelos resultados e pelas discussões sobre a análise de conteúdos relacionados à produção de narrativas

sobre a Zona Portuária enquanto um local revitalizado. Com base nas análises das características exploradas a partir do *corpus* textual das categorias do lazer, da mobilidade urbana, da segurança, da cultura/história, da economia, exibimos, por fim, as análises observadas dos resultados baseados nas técnicas de Classificação Hierárquica dos dados (CHD) e de Análise Fatorial de Correspondência (AFC).

Capítulo 4 - Com base nos resultados obtidos, no último capítulo, propomos uma categorização das visões acerca do Cais do Valongo que são acionadas a partir da inserção do componente cultural na revitalização da Zona Portuária, em especial a cultura negra. Por fim, para contrapor as narrativas dominantes, utilizaremos discursos outros que serão ponderados qualitativamente através do *corpus* empírico resultantes das entrevistas com os atores envolvidos nos debates acerca da revitalização da Zona Portuária e no processo de patrimonialização da memória da cultura negra e do Cais do Valongo.

1 A EMERGÊNCIA DAS CIDADES NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL

O espaço geográfico é o espaço das relações sociais. Instância social e histórica, o espaço geográfico é o lugar de vida, de produção e de reprodução. Constitui-se quando a natureza é modificada pela intervenção humana com uma finalidade, atribuindo-lhe funções, formas e valores concretos e simbólicos. É o conjunto das relações entre tais formas, funções e valores, resultante de processos sociais do passado e do presente, que o caracterizam tal como se manifesta em suas múltiplas facetas em um dado momento e ao longo da história. O espaço geográfico, desse modo, não pode preexistir ou estar desvinculado da sociedade, nem da forma da produção social da existência.

Santos (2002a) afirma que o espaço geográfico é uma instância da sociedade que contém e está contida nas demais. Sendo assim, não pode ser considerado um elemento neutro, sem significado, simples receptáculo das intervenções humanas. Ao contrário, é, ao mesmo tempo, condição e condicionante da dinâmica social. Sua organização, os objetos nele instalados, os homens que nele vivem, os processos que nele se desenvolvem e as funções que desempenham em cada contexto são determinadas e determinantes da sociedade. Carrega um significado ideológico²⁴ na medida em que, nos vários momentos históricos, com seus respectivos determinantes sociais, seus elementos detêm um papel e um valor específicos.

Na medida em que é o trabalho social (ação humana organizada coletivamente) que transforma o meio, o espaço é socialmente produzido. Por conseguinte, a lógica espacial acompanha a própria lógica do modo de produção, formadora da totalidade social, atuando como mecanismo de reprodução da sociedade. Portanto, o espaço geográfico exerce dialeticamente o papel de resultado e de condição da reprodução da formação econômico-social. É objeto de disputa entre as classes sociais que, por conta da forma como produzem socialmente sua existência ao se relacionarem, terão possibilidades diferentes de dele se apropriarem e utilizarem.

²⁴ Consideramos o conceito de ideologia na perspectiva de Eagleton (1997) apud Sottratti (2010), que toma como um processo de produção de significados, de signos e de valores na vida social ou mesmo como diferentes formas de pensamento motivadas por interesses sociais. Tais significados traduzem a forma como diferentes agentes sociais compreendem o mundo e conjugam suas ações para aproximar a realidade aos seus interesses.

Nessa perspectiva, Carlos (2007) destacou que “o espaço geográfico é social, produto de trabalho geral da sociedade em cada momento histórico. (...) Nesse contexto, o sentido do espaço produzido é aquele marcado por diferentes modos de produção, conseqüentemente, de apropriação”. Logo, os homens, ao produzirem sua existência, produzem não só sua história, seu conhecimento, mas também o espaço. Todavia, estudar o espaço pelo espaço é uma veleidade. É necessário um recorte analítico.

Diante do exposto, o objetivo deste capítulo é trazer análises para o terreno das políticas urbanas a partir da crise dos anos 1970, políticas essas inseridas em um contexto de reestruturação produtiva do capital e que apontam para a materialização dessa guinada social, política e econômica na produção do espaço urbano. O Estado reorienta o seu papel, que passa a adotar um receituário [estratégico] neoliberal²⁵, caracterizando-se como o principal facilitador do processo de reprodução do capital, para evidenciar que os mais recentes projetos de intervenção urbana podem ser compreendidos como uma das principais estratégias dessa facilitação.

Nessa perspectiva, Maricato (2015) aponta que,

Os Estados não foram diminuídos como fez crer o ideário neoliberal, mas adaptaram-se às exigências das grandes corporações e do capital financeiro. Enfraqueceram-se apenas em relação às políticas sociais. Naquilo que interessa a estes agentes hegemônicos, os Estados foram fortalecidos com a ajuda midiática. (MARICATO, 2015, p. 73)

O foco central estará no modo com o qual se dá a produção do espaço em meio a essa conjuntura. A passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro resulta o acirramento das contradições que se produzem no processo de (re)produção, uma vez que ressignifica a dialética valor de uso/valor de troca, apresenta novas estratégias para a extração da renda da terra e configura verdadeiras tensões entre ordem próxima/ordem distante, espaço vivido/espaço concebido, apropriação/dominação, táticas/estratégias etc.

Nesse contexto, em que as cidades são vistas a partir de um ideário que preza pela competitividade em um mundo que se globaliza e, simultaneamente, se fragmenta, assiste-se à elaboração de grandes projetos de intervenção urbana, à

²⁵ Parte do momento histórico embasado na doutrina político-econômica, formulada, logo após a Segunda Guerra Mundial, por Hayek e Friedman, entre outros - a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo e a partir de uma atualização regressiva do liberalismo (Anderson, 1995).

disputa pela realização de megaeventos esportivos, à recuperação e revitalização de centros históricos e de zonas portuárias, à construção de shopping centers e de condomínios fechados, às inovações culturais e à disposição de atrativos de consumo e de entretenimento. Enfim, a uma série de práticas espaciais²⁶ que se orientam pela formulação de um projeto político cujo seio está na flexibilização e no estabelecimento de parcerias público-privadas que resultam na homogeneização do espaço em contradição com a apropriação e a transformação da cultura local em mercadoria. O próprio espaço, nesse quadro, se torna cada vez mais uma mercadoria. A mercadoria espaço, assim, é colocada à venda no mercado internacional das cidades por meio de estratégias de *city marketing* e das políticas de image-making assimiladas nos projetos urbanos.

Como aponta Harvey (2006, p.176), acima de tudo, a cidade precisa parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou para se visitar, para divertir-se e para consumir. A Zona Portuária do Rio de Janeiro, espaço objetivo deste trabalho, diante disso, constitui um rico laboratório para a observação das intervenções na produção capitalista do espaço e da sua configuração atual.

Acreditando que só é possível entender o patamar que as cidades alcançaram atualmente resgatando o contexto histórico onde as bases da cidade empreendedora foram lançadas e que discursos têm legitimado certas estratégias, ações e modelos de governança, o objetivo deste primeiro capítulo é resgatar o contexto de surgimento e de difusão do ideário *empreendedor urbano* a partir da crise dos anos de 1970 e as principais características desse modelo. Dessa maneira, faremos inicialmente uma análise da ascensão das cidades como atores políticos no contexto da reestruturação produtiva, perpassando pela produção do espaço urbano em tempos de espetáculo sob a luz da financeirização da economia. Em seguida, abordaremos o empreendedorismo urbano por meio das seguintes seções: as suas estratégias e os seus instrumentos, tais como as parcerias público-privadas, o planejamento estratégico e o *city marketing* em tempos de espetáculo; e, por fim, a questão da cultura nos processos de empresariamento urbano, em que destaca o seu papel simbólico e imagético com vistas à valorização territorial e à criação de estereótipos

²⁶ Entendemos que práticas espaciais são “práticas sociais densas de espacialidade” e que as elas podem servir “tanto à dominação, à coerção, à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida de um grupo ou sociedade (...), quanto à (...) autodeterminação, à autodefesa legítima, ao autogoverno, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente” (SOUZA, 2009a).

das imagens-produto. Assim, poderemos compreender os efeitos desse processo que, no caso de áreas de ocupação mais antiga da cidade, pressupomos a existência de particularidades que atestam a complexidade do fenômeno no recorte espacial em questão.

1.1 A ascensão das cidades como atores políticos

Pensar em intervenções urbanas é pensar nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas que ocorrem no espaço no tempo histórico. Dissecando, são processos condicionados e fertilizados por ideais dispersos numa arena política e efetivados pelas decisões levadas à cabo, no limite, pelo Estado.

As formas de intervenção no espaço urbano obedecem a interesses. Crendo ser o Estado a entidade que emana da sociedade, seria óbvio supor que os desejos da sociedade são representados pelo Estado. Todavia, a vontade da maioria não se reflete necessariamente nos rumos orientados pelo Estado. E essa contradição de base teórico-política é informada incisivamente por motivos econômicos, fomentando um vigoroso debate sobre a supremacia da lógica do capital na (re)produção do espaço urbano.

Para Harvey (1982, p.9), “os capitais, em cada momento histórico, buscam moldar as cidades aos seus interesses, ou melhor, aos interesses de um conjunto articulado de diferentes forças que podem compor uma aliança”.

Autores como Henri Lefèbvre e David Harvey dedicam-se à reflexão da produção do espaço urbano no contexto do processo²⁷ de reestruturação produtiva do capital, tendo como cerne a compreensão do espaço em seu caráter dialético e relacional.

A reestruturação produtiva engendrou-se, a partir da década de 1970, sob o advento da revolução tecnológica. No entanto, para se entender esse período de transformações ocorridas no mundo e os novos parâmetros de dominação e de

²⁷ Embora os aspectos políticos e econômicos não sustentem sozinhos uma explicação mais profunda e abrangente do processo, iremos por esse caminho.

acumulação, é necessário compreender que houve mudança no modo de produção capitalista, do Estado fordista para o Estado da acumulação flexível.

A atuação estatal vigente do pós-guerra à década de 1970, o chamado Estado de Bem-Estar Social, atrelado aos interesses produtivos do sistema capitalista-fordista, se caracterizava pela intervenção na dinâmica social por meio da garantia de acesso da população aos serviços sociais, aos salários indiretos, possibilitando ao trabalhador mais dinheiro para consumo em massa, paradigma do sistema de produção fordista. Conforme Harvey (2005):

[...] o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 2005, p. 129).

O pacto fordista e o Estado de Bem-Estar Social, que se configurou nos 30 anos gloriosos (do pós-guerra à década de 1970), deu sinais de crise como manifestação da crise estrutural do capital, principalmente no que diz respeito à taxa decrescente de lucros. Essa crise ganhou combustível com o ressurgimento da luta de classes dos anos 1960, pondo fim ao “compromisso” estabelecido pelo *WelfareState*, o Estado providência²⁸.

É importante entender que o Estado-Nação não foi solapado pela economia e pelas inovações tecnológicas e que, levado a reboque, teve que se adequar aos seus ditames. Compans (2005) afirma que o Estado e as empresas estavam conscientes e tomaram ações para direcionar a transição do sistema de acumulação fordista para o sistema de acumulação flexível. Esse sistema é entendido por processos que se constituem de forma sistêmica, simultânea e inter-relacionada, e não como um encadeamento linear.

O capitalismo flexível, que emergiu como resposta à crise estrutural do capital e do sistema fordista, afirma-se pela prática da retirada de capitais do setor produtivo e de seu investimento no mercado financeiro, pela associação à informatização, pela enorme redução da mão de obra empregada. Além de ter feito aumentar o exercício

²⁸ Cf. SANTOS, B. S. (1992), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.

de reserva, promover a retirada sistemática de direitos sociais, pondo em destaque o ideário neoliberal cuja dupla Margaret Thatcher – eleita em 1979 na Inglaterra e Ronald Reagan – eleito em 1980 nos Estados Unidos são os primeiros experimentadores.

Para Castells (2007), os principais objetivos da reestruturação foram

[...] aprofundar a lógica capitalista de maximização do lucro nas relações capital/trabalho, aumentar a produtividade do trabalho e do capital, globalizar a produção, o comércio e os mercados buscando as condições mais vantajosas; e, finalmente, assegurar que o Estado favorecesse os ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais em detrimento da proteção social. (CASTELLS, 2007 apud COMPANS, 2007, p. 40).

Nesse contexto em que a crise precisava ser superada pela adesão ao neoliberalismo, a retórica da falência do Estado e de sua rigidez burocrática, que estaria na origem de todos os problemas, encontrou eco em muitos autores que passaram a deslegitimar os poderes do Estado provedor, porque “suas competências não são suficientes para controlar os fluxos globais e sua organização costuma ser demasiado rígida para adaptar-se aos câmbios constantes do mercado mundial”. (Borja e Castells, 1997, p. 31)²⁹. Esses mesmos argumentos têm sido utilizados para defender as cidades contemporâneas como atores políticos e sociais face à atuação de um Estado coordenador e facilitador ao estimular oportunidades no mercado competitivo de cidades, o que se traduz, na maioria dos casos, em produzir o urbano baseado na espetacularização, conforme veremos a seguir.

1.2 A produção do espaço urbano em tempos de acentuação do espetáculo

A atividade financeira se sobrepôs não apenas à atividade produtiva, mas passou a ter centralidade³⁰ na atuação estatal e na própria vida cotidiana. O

²⁹ Vale registrar que o sociólogo catalão Manuel Castells, nos anos 1990, passou a atuar como consultor, ao lado de Jordi Borja e em parceria com agências multilaterais de cooperação – tais como a ONU (ONU-Habitat e PNUD) e o Banco Mundial –, para auxiliar a implantação do planejamento estratégico em diversas administrações locais em todo o globo, incluindo o Rio de Janeiro com o Plano Estratégico de 1993.

³⁰ Segundo Lefebvre: “O que é centralidade (urbana, social)? Uma forma, aquela da reunião, do encontro, da simultaneidade. De quê? De tudo o que pode **se reunir, se encontrar, se acumular.**” (LEVEBVRE, 2008, p.124, grifo nosso).

empreendedorismo urbano, conforme verificaremos adiante, trata da materialidade desse processo de financeirização na produção do espaço, que se constitui como um espaço financeirizado. Harvey (1992) associa as mudanças no mundo ocidental à necessidade de reversão do quadro de crise do sistema capitalista e ao surgimento de novas maneiras de experimentar as noções de tempo e de espaço no mundo globalizado/fragmentado.

O entendimento da compressão espaço-tempo perpassa pelo processo de reestruturação do capitalismo, pela emergência e pela difusão das inovações tecnológicas nas redes de transporte e de telecomunicações, pela dispersão da estrutura produtiva pelo território e pela mudança no papel do estado com seu esvaziamento na garantia dos direitos sociais universais. No entanto, o impacto dessas transformações reverbera de modo distinto na realidade desses novos atores hegemônicos, atuando de forma particular como os indivíduos, as corporações, as cidades, os países, enfim, se relacionam entre si e como interagem e como dialogam com essa compressão do espaço-tempo que David Harvey (2005) definiu. Conforme salienta Maricato (2015):

Faz muita diferença iniciar o processo de reestruturação produtiva a partir de uma base de pleno emprego ou de direitos universais relativamente extensivos, em vez de uma base na qual os direitos são privilégios de alguns. Para os PCCs, a globalização³¹ significou a quebra do contrato social, e para os PCPs significa uma nova relação de dominação e exploração. (MARICATO, 2015, pg. 74)³²

Outra autora que destaca o papel do capital financeiro e do setor de serviços na reconfiguração da cidade no contexto da globalização é Saskia Sassen (1993). As análises de Sassen afirmam que o colapso da economia mundial na década de 1970 forçou mudanças, sem, contudo, despedaçar a economia que, em resposta à crise, produziu uma complexa dualidade, uma organização da atividade econômica dispersa, porém ainda mundialmente integrada.

Esse contexto do novo arranjo de um processo produtivo flexível, somado a um Estado desregulamentado, à emergência de um meio técnico-científico-informacional globalizado, à mundialização do sistema de fluxos financeiros e comercial, encontrou

³¹ A autora especifica a escolha pelo conceito de globalização, que se refere ao conjunto das mudanças ocorridas no mundo, a partir do que Harvey chama de reestruturação produtiva do capitalismo, que tem início nos anos 1970 (Maricato, 2015, p. 19).

³² Maricato (2015, p. 70) define, respectivamente, PCCs e PCPs: países centrais capitalistas e países centrais periféricos.

nas *ciudades*, agora denominadas *globais*, “os lugares-chaves para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais”. (SASSEN, 1998, p. 35).

O alinhamento entre o conjunto de práticas de controle do trabalho organizado, a atuação do Estado regulador e o grande capital corporativo, que teria experimentado um longo período de expansão no período pós Segunda Guerra Mundial, começa a ser questionado e, dessa maneira, a própria manutenção do fordismo. Nessa perspectiva, Maricato (2015) afirma que:

Muitas críticas ao modelo fordista keynesiano somaram-se às determinações que estão na esfera da produção e da acumulação de capitais (crise de fundos, de mercados, de lucratividade e fiscal, que se somaram à crise do petróleo), para definir seu *declínio* (MARICATO, 2015, p. 71, grifo nosso).

O compromisso fordista com a negociação salarial estaria confinado a determinados setores da economia e os demais estariam sujeitos a baixos salários e fraca garantia de emprego, o que levou a desigualdades e a insatisfações difíceis de serem controladas diante do aumento progressivo de expectativas da sociedade de consumo. Associa-se a isso, a recuperação da Europa Ocidental e do Japão. Seu mercado interno estava saturado e o impulso para exportação dos seus excedentes era uma realidade nesses países, o que levou à queda da produtividade e à lucratividade estadunidense, além das políticas de substituição de importações em muitos países do Terceiro Mundo. Para Maricato (2015, p.70), “em vários países esse processo [...], ganhou caráter nacionalista e ficou conhecido como período desenvolvimentista”.

Para além de uma crítica à pouca qualidade de vida num regime de consumo em massa padronizado, Maricato, referindo-se à atuação do fordismo periférico (*ib. idem*), destaca que “os padrões do urbanismo modernista foram aplicados a uma parte das cidades, formando verdadeiras “ilhas da de primeiro mundo” cercadas de ocupações ilegais, promovidas pelas favelas, cortiços e loteamentos clandestinos” (p. 70). Para Harvey (2010), esse “gerencialismo estatal fordista e keynesiano passou a ser associado a uma austera estética funcionalista (alto modernismo) no campo dos projetos racionalizados”.

Outras frentes de oposição³³ também se uniram e passaram a criticar a rigidez do modelo fordista que caracteriza esse período de relativo bem-estar social. Emerge, assim, o modelo da acumulação flexível do capital que pauta seu receituário, visando acelerar o tempo de giro do capital na produção e no consumo. Esse molde flexibiliza a estrutura da produção sobre o território, a organização da produção para zonas de controle mais fácil do trabalho, as relações de trabalho elevando as taxas de exploração. Flexibiliza e diversifica também os produtos e os mercados, buscando novos nichos. Tudo isso alimentado por significativos avanços tecnológicos.

Harvey (2010, p.140) caracteriza esse momento “pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. No entanto, essas rápidas mudanças envolvem padrões de desenvolvimento desigual “tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]”. Ainda segundo Maricato (2015), a globalização nos Países Capitalistas Periféricos significou uma nova relação de dominação e de exploração.

O processo de centralização do capital sob a forma financeira estaria assentado na produção de novas tecnologias que reajustam as relações de trabalho e os sistemas sociais, impondo uma desregulamentação do mercado, a privatização dos serviços públicos, a intensificação do controle do trabalho, muitas vezes, superando ou cooptando o poder sindical, e os altos níveis de desemprego estrutural. Assim, a desindustrialização reflete no fechamento de empresas que não conseguem manter-se na concorrência com a abertura comercial, o que redundava na redução dos postos de trabalho, no desemprego, na intensificação do trabalho daqueles que permanecem no mercado; na ampliação das jornadas de trabalho, da clandestinidade e da invisibilidade do trabalho não formalizado, entre outros aspectos.

Fiori (2000) destaca que, enquanto o operariado fabril declinava, crescia o número de trabalhadores precarizados ou subcontratados. O trabalho precarizado chegou, no final do século XX, à casa de 1 bilhão de trabalhadores ou um terço da

³³ Harvey lembra da convergência da luta das mulheres, o movimento contra cultural e anticonsumo (Harvey, [2003?] apud Maricato, 2015, p. 71).

população economicamente ativa no mundo. Ainda segundo Filgueiras (2006), as filiais de multinacionais que, durante o período do MSI³⁴, tinham uma razoável autonomia relativa em suas matrizes passaram a se integrar mais estreitamente às redes corporativas, comandadas a partir dos países desenvolvidos, como fruto de um processo de terceirização em escala global.

Esses instrumentos voltados à viabilidade do amplo projeto da acumulação flexível buscam enfraquecer a luta capital/trabalho e ascender os mercados financeiros que, nos inícios dos anos 1990, [...] permitiu a acumulação, por parte dos investidores privados, de riquezas da ordem de US\$ 3 a 4 trilhões diários (FIORI, 2000). Para Oliveira (2006), “a combinação de trabalho barato com a financeirização do capital gerou o fenômeno formidável da sobredeterminação do capital financeiro em relação ao capital produtivo” (OLIVEIRA, 2006, p.274).

A performance do capital financeiro se baseia em concentrar finanças em fundos de pensão e em fundos mútuos que se alimentam da movimentação em tempo real do capital fictício, transitando entre bolsas e mercados financeiros, principalmente por meio dos títulos da dívida pública, com a rapidez da luz. De acordo com Filgueiras (2006):

[...] embora todos os grupos econômicos e as frações do capital estejam, hoje, financeirizados – no sentido de estarem subordinados à lógica financeira e aplicarem seus excedentes no mercado financeiro, em particular nos títulos da dívida pública –, apenas aqueles que se articulam organicamente com a esfera financeira, através do controle e propriedade de uma ou mais instituições financeiras, são os sujeitos fundamentais dessa lógica, que subordina inclusive o Estado, a política econômica e social e a ação política em geral (FILGUEIRAS, 2006, p.184-185).

Iamamoto (2013) ressalta que os dois braços em que se apoiam as finanças – as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas –, só sobrevivem com decisão política dos estados e com o suporte das políticas fiscais e monetárias. Por um lado, a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas e a mercantilização dos serviços, a chamada “flexibilização” da legislação protetora do trabalho. E por outro lado, a imposição da redução dos custos empresariais para salvaguardar as taxas de lucratividade e, com elas, a reestruturação produtiva centrada menos no avanço tecnológico e predominantemente na redução dos custos do chamado “fator trabalho” com elevação das taxas de exploração.

³⁴ Modelo de Substituição de Importação (FILGUEIRAS, 2001).

As políticas governamentais favorecem a esfera financeira e o grande capital produtivo – das instituições, dos mercados financeiros e das empresas multinacionais, enquanto um conjunto de forças que captura o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e dos grupos sociais passam a assumir os ônus das chamadas “exigências dos mercados”. Existe uma estreita relação entre a responsabilidade dos governos nos campos monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos do capital transnacional para atuar, no país, sem regulamentações e sem controles, transferindo lucros e salários provenientes da produção para se valorizarem na esfera financeira.

A internacionalização do capital tem, portanto, profundas repercussões nas conhecidas diretrizes de privatização, de descentralização, de desfinanciamento e de recrudescimento dos direitos do trabalho. O propósito é liberar recursos financeiros para a obtenção de superávits fiscais e para o pagamento da dívida pública. A busca de equacionar a relação entre dívida pública e gasto público, sob a hegemonia das finanças, reflete em um redimensionamento da atuação do Estado:

A hegemonia-financeira redefine a estrutura, forma de funcionamento e conteúdo da intervenção do Estado – e da política social –, em função da necessidade da dívida pública funcionar como elo crucial de valorização financeira (e fictícia) do capital e, como consequência à política de ajuste fiscal permanente, enquanto fiador e viabilizador dessa valorização (FILGUEIRA; GONÇALVES, 2009, p.2, apud IAMAMOTO, 2013, p.333).

O Estado também se reestruturou, redefinindo-se enquanto expressão das disputas entre as diversas classes. No Brasil, o processo de desregulamentação, juntamente ao processo de privatização das empresas públicas, reduziu bastante a presença do Estado nas atividades diretamente produtivas. Grupos privados nacionais e estrangeiros se fortaleceram, dando origem a oligopólios privados, redefinindo a força relativa dos diversos grupos econômicos e enfraquecendo grupos políticos regionais tradicionais, além de permitir demissões em massa e de enfraquecer os sindicatos.

Assistimos, assim, à retirada do Estado de setores estratégicos da atividade econômica, juntamente ao agravamento de sua fragilidade financeira, à redução de sua capacidade de investimento e à perda de autonomia da política econômica. Enfraqueceu-se a possibilidade de planejar, de regular e de induzir o sistema econômico. O crescimento acelerado da dívida pública – com encargos financeiros elevadíssimos –, juntamente à livre mobilidade dos fluxos de capitais, é parte central

da subordinação da política macroeconômica aos interesses do capital financeiro, ao mesmo tempo em que redefiniu a presença dos interesses das distintas classes e das frações de classe no interior do Estado.

Iasi (2010) destaca que, no seio da mais recente crise do capitalismo, o mercado receberia de volta seu protagonismo e os indivíduos deveriam buscar o acesso aos bens essenciais à vida na forma da compra de bens e de serviços mercantis, mas o Estado se manteria supletivamente como garantidor de mínimos necessários à população mais pobre. Mas, para poder focar na população mais necessitada e nas áreas que realmente demandassem a atenção do Estado, este deveria se livrar das ações que não lhe diziam respeito, casualmente as áreas que interessavam ao capital monopolista. O referido autor ainda lembra que “crise será sempre vista como uma carência, seja de crédito, consumo insuficiente, falta de investimento” (IASI, 2010, p.28).

O mercado financeiro viria, assim, para supostamente solucionar a crise do capitalismo a partir da oferta de crédito para os trabalhadores que agora têm os seus salários reprimidos, bem como por meio de empréstimos maciços do FMI aos países periféricos, que exigiam contrapartidas, ou seja, tratava-se de “fazer a cabeça”³⁵ dos quadros locais. Já o Estado, por sua vez, assume uma postura em que atrelado ao nexo Estado-finanças com o poder de crédito centralizado na privilegiada classe financeira. No tocante à produção do espaço urbano, Harvey (2011, p.137) aponta que “a produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital (...) As conexões entre a urbanização, a acumulação do capital e a formação de crises merecem análise cuidadosa”.

As condições de crescimento lento no contexto da acumulação flexível geraram um aumento da competição internacional, assim como forçou os Estados a se tornarem mais empreendedores e mais atentos em manter um clima favorável para os negócios. Observa-se então o desenvolvimento de um modo específico de se conceber a cidade, pautado na circulação de capital na esfera financeira e na escala global. Iremos abordar no próximo ponto o empreendedorismo urbano e suas nuances, entendido como um novo modo de gestão e planejamento urbanos.

³⁵ MARICATO (2015, p.76)

1.3 As cidades no contexto neoliberal: o empreendedorismo urbano

A mudança no regime de acumulação engendrou transformações nas relações e nas práticas culturais, políticas, econômicas e espaciais. De acordo com Harvey (1996), pode-se verificar que, com a redução nas barreiras espaciais à circulação de bens, pessoas, dinheiro e informação no último terço do século XX, a qualidade do espaço ganha importância para a inserção das cidades nos espaços econômicos globais. Sánchez (2010, p.106) ainda afirma que “não é o espaço como palco da sociedade em transformação, mas, propriamente, o espaço como fator propulsor e organizador desta transformação”.

Em um contexto de competição interurbana, essa qualidade passa a ser decisiva na atração do capital com vistas à inserção das cidades nos circuitos espaciais da economia internacional. Na relação dialética entre poder local e capital financeiro mundializado, a cidade entra como o sujeito central por excelência. Harvey (2010) afirma que houve uma reorientação das posturas das governanças urbanas, em que a abordagem “administrativa”, tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e “empreendedoras” nas décadas de 1970 e 1980.

Assim, a lógica corporativa é transferida às cidades, que assumem, então, a condição de empresas, estruturando-se como tais. É por este motivo que autores como Harvey denominam esse momento como aquele do empresariamento urbano, e outros, como Compans (2005), falam em empreendedorismo urbano.

A atividade empreendedora surge em decorrência da explicitação das características que compõem o complexo movente e movido do *capital*, manifestando-se historicamente via diferentes modos de produção. Assim, ganha-se uma importância ímpar com o desenvolvimento do neoliberalismo e a expansão do processo de globalização. A noção de empreender surge no bojo do desenvolvimento do *capital* com diferentes entendimentos, segundo o desenvolvimento das relações de produção de cada país.

Resgatando Saskia Sassen, a autora classifica as cidades desse período como “globais”, que funcionam hoje como “lugares-chaves para os serviços avançados e para as telecomunicações à implementação e ao gerenciamento das operações globais” (SASSEN, 1998, p. 35). O clímax no alinhamento entre o processo produtivo,

a criação de necessidades para o consumo constante do que é produzido e a cooperação social encontra campo fértil nessas cidades consideradas globais.

Autores como Borja (1996) e Borja e Castells (1996, 1997) estiveram diretamente envolvidos na renovação urbana implementada em Barcelona e defendem essa convergência de fatores como um momento único para as cidades, onde apenas elas teriam capacidade de dar respostas à crise mediante uma nova experiência administrativa, integrando e representando interesses e coletividades sob um projeto de cidades que seria [supostamente] benéfico para todos.

Com os apontamentos de Harvey (1996), o empresariamento urbano se apoia em um quadro de competição interurbana por recursos, por empregos e por capital de somatória zero, então mesmo os socialistas municipais mais decididos e mais vanguardistas ver-se-iam no final jogando o jogo capitalista e atuando como agentes disciplinadores dos próprios processos aos quais tentam resistir.

Assim, verifica-se que o ato em idealizar e, efetivamente, colocar em prática o empresariamento urbano é o fato de fazer com a cidade (como espaço das relações e classes sociais) uma organização totalmente estruturada com o simples objetivo de receber investimentos, acréscimos econômicos e um desenvolvimento voltado apenas para a lucratividade e para o bem do capital. Quebra-se o conceito de cidade como ambiente de produção das relações sociais, que está devidamente espacializada para o convívio dos seres que, neste lugar, habitam, trabalham, estudam e praticam seus encontros.

Carlos (2011) corrobora ao afirmar que a cidade, sob o capitalismo, é trabalho social acumulado e em constituição – real e virtual – ao longo das gerações, assume a forma mercadoria e, nessa condição, fonte de valor (uso e troca). É obra e mercadoria no mundo moderno.

Nesse cenário, as cidades adotam uma postura competitiva e se colocam no mercado em busca da atração de investimentos para sair na frente em termos dessa competição. Seus espaços passam a ser concebidos para venda, em valor de troca, em consumo. Investe-se em um ambiente urbano mais agradável, inovador, seguro e receptivo, renovando áreas antes degradadas, oferecendo, assim, uma gama variada de opções para o consumo, como shoppings centers, centros culturais, áreas que concentrem atividades de entretenimento, de organização de eventos esportivos e

espetáculos urbanos efêmeros e amnésicos³⁶. Conforme afirma Carlos (op. cit., p. 120), “os lugares da cidade aparecem como lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade, em particular de modo a entrever uma equação favorável à realização do lucro”.

Na esteira desse processo, do final dos anos 1970 em diante, sob condições de intensa competição, difundiram-se políticas urbanas com o perfil de ações de inserção das cidades nos circuitos espaciais da economia internacional. Acompanhando a constituição do discurso da globalização neoliberal, técnicas do planejamento empresarial, principalmente do denominado planejamento estratégico, foram introduzidas nos campos da gestão e do planejamento urbanos. A noção de parceria público-privada e o empreendedorismo dos governos locais tornaram-se referências das políticas urbanas hegemônicas (COMPANS, 2005; DEL RIO, 2001; LIMA JUNIOR, 2010; SÁNCHEZ, 2010; VAINER, 2013). Del Rio (2010) endossa essa perspectiva, ao afirmar que:

Nesse paradigma, é fundamental que as intervenções urbanísticas arquitetônicas sejam de grande qualidade e que estejam inseridas em um planejamento estratégico de programas e de ações que se desenvolvam a curto, médio e longo prazo. Também é preciso considerar que, numa era de sérias limitações de recursos públicos e de mercados cada vez mais globalizados e competitivos, as cidades buscam modelos de gestão mais flexíveis, como as iniciativas público-privadas e práticas participativas, por meio das quais ações menos centralizadas possam responder tanto às necessidades das comunidades quanto às oportunidades e vantagens competitivas. [...] E, dentro desse pensamento, a revitalização sustentável de centros urbanos, particularmente de suas áreas portuárias e *waterfronts*, transformou-se num símbolo da cidade pós-industrial, facilitando sua inserção no competitivo mercado global (p. 26).

Dessa forma, o empreendedorismo urbano foi um mecanismo para ressignificação do papel das cidades no contexto atual da acumulação flexível, o interesse do poder público, em especial, na crescente reorientação de suas estratégias para a gestão local. Logo, e reflexão acerca da cidade empreendedorista (Harvey, 2006, p.162-188) trouxe, nesse caso, importantes contribuições para situar os fatos na compreensão da reestruturação urbana da Zona Portuária, destacando atores relevantes. A seguir, abordaremos e aprofundaremos as estratégias e os instrumentos que formalizam o empreendedorismo urbano, em especial, neste

³⁶ Termo cunhado por Carlos (2011, p. 121), explicitando que, no mundo moderno, tempo-espaço adquirem uma nova relação baseada em novos conteúdos. O espaço constituir-se-ia em amnésico por não possuir referências.

primeiro momento, o planejamento estratégico e as parcerias público-privadas, ambos já citados acima.

1.3.1 Estratégias e instrumentos do empreendedorismo urbano: a cidade-mercadoria, o planejamento estratégico e as parcerias público-privadas (PPP's)

A lógica do empreendedorismo urbano viabiliza a produção e a gestão do espaço citadino para o negócio, a partir da adoção de um planejamento estratégico³⁷ pautado em parcerias público-privadas. Tal modalidade de planejamento vem supostamente para substituir o planejamento tido como centralizado e autoritário do período modernista e que há muito vem sendo questionado, criticado e problematizado.

Nesse cenário, a cidade fica circunscrita às orientações empresariais e especulativas para a sua inserção no mercado global. Ela é ainda conformada onde a retórica ideológica “configura uma agenda para os governos de cidade, tornada dominante, com pautas definidas que contêm prioridades para as políticas, ações e programas, assim como indicações para a operacionalização dos mesmos”. (SÁNCHEZ, 2010, p.265). Nessa perspectiva, Vainer (2013, p.89) afirma que a analogia cidade-empresa desliza, suave e sutilmente, para uma analogia cidade-empresários.

Desse modo, a cidade é desregulada, privatizada e fragmentada, para dar ao mercado um espaço absoluto. A questão reforça a ideia da cidade autônoma, a qual necessita instrumentar-se para competir com as demais, na disputa por investimentos, tornando-se uma “máquina de produzir riquezas”³⁸. Como reforça Lima Junior (2010), isso ocorre “quando experimentado, nas cidades, agir estrategicamente significava conceber ações para o ambiente interno (em geral identificado com os limites

³⁷ De acordo com MARICATO (2015, p.88-89), esse planejamento estratégico inspirou-se no urbanismo da Barcelona dos Jogos Olímpicos e foi comprada na América Latina como grande salvadora das cidades.

³⁸ Expressão cunhada por Peter Hall (1995).

territoriais do município³⁹) de modo a minimizar pontos fracos e maximizar pontos fortes”.

É a partir da articulação entre poder público local e a iniciativa privada, além de organizações da sociedade civil e dos meios de comunicação, que Castells e Borja (1996) vão aludir às cidades um forte protagonismo local e internacional que, assumindo uma centralidade na vida urbana inquestionável, emergem como um dos principais atores sociais de nossa época, complexos e multidimensionais. Na realidade, cabe ao governo local o papel de promotor do desenvolvimento, no sentido de maximizar os recursos disponíveis e de aumentar a atratividade para investimentos de capital e para atração de novos negócios; ou seja, cidades como verdadeiros “motores do desenvolvimento econômico”. Nas palavras de Vainer (2013):

[...], é o conjunto da cidade e do poder local que está sendo redefinido. O conceito de cidade, e com ele os conceitos de poder público e de governo da cidade são investidos de novos significados, numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico... e, mais especificamente, num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica, com a qual se pretende legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados (VAINER, 2013, p. 89).

Para Castells e Borja (idem, p.160), o governo local deve ser capaz de promover a cidade tanto para o exterior na busca de oportunidades, “desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestrutura e de serviços” e nas parcerias público-privadas, quanto internamente para desenvolver mecanismos de cooperação e de participação social, na busca de consensos, a partir do fortalecimento do “patriotismo cívico” e a realização de “obras e serviços visíveis”.

Nesse contexto, afirma-se que as cidades, para competir pelos investimentos do capital, deve ser ela própria uma mercadoria, uma vez que vender seus atributos locais se tornou a principal função dos seus governantes. Nas palavras de Harvey (2010):

A venda da cidade é, necessariamente, a venda daqueles atributos específicos que constituem insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança. (HARVEY, 2010, p.79)

³⁹ Essa afirmação pode ser refutada pela realidade observada na cidade do Rio de Janeiro e suas intervenções realizadas em áreas específicas da cidade, conforme analisaremos sua região portuária.

Para Harvey (2010, p. 172-173), a adequação ao modelo empresarial e especulativo aponta para a necessidade de os governos urbanos locais serem mais inovadores e empreendedores em um mundo competitivo. Ainda com o autor, além da noção de parceria público-privada, o empreendedorismo também se caracteriza: enquanto resultado dessa parceria [público-privada], em que ao público cabe, costumeiramente, assumir os riscos do investimento, ao contrário da ideia difundida de bônus e de ônus partilhados; e o privilégio da economia política do lugar, com investimentos pontuais e com impactos localizados, em detrimento de problemas mais importantes e que envolvem a região ou o território como um todo. Nesse aspecto, Maricato (2015, p.85) ressalta que a publicidade insistente e a mídia, de um modo geral, têm um papel essencial na construção da representação ideológica da cidade, destacando os espaços de distinção.

Os investimentos nas cidades deixam transparecer o verdadeiro caráter do direcionamento das ações do setor público a partir das necessidades do setor privado que investe apenas onde a lucratividade esteja garantida. O que se observa é a reorganização e a rearticulação entre interesses privados e as formas de favorecimento público, em que, de acordo com Harvey (2006), os custos locais para o capital privado podem ser reduzidos por subsídios (renúncias fiscais, crédito barato, aquisição de terrenos), por um pacote substancial de ajuda e de assistência.

Por detrás desse discurso da construção de um projeto de cidade que encara um novo papel estratégico no mundo globalizado, existe uma profunda transformação dos mecanismos de gestão urbana que, na maioria das vezes, significa a supressão de toda e de qualquer regulação social de partes do território em prol de lógica do mercado empresarial especulativo. Essa lógica transforma-se em rotina e aprofunda uma lógica urbana excludente e antidemocrática.

Nota-se, dessa forma, que as reações inovadoras e competitivas de muitas alianças urbanas da classe dirigente engendraram mais incerteza, e, no fim, tornaram o sistema urbano mais vulnerável às incertezas da mudança acelerada (Harvey, 2006, p.180). O autor ainda destaca que como, atualmente, o capital tende a ter mais mobilidade, resulta que, provavelmente, crescerão os subsídios locais ao capital, enquanto diminuirá a provisão local para os desprivilegiados, criando uma maior polarização na distribuição social da renda real (idem, p.182).

A cidade, enquanto um produto, uma mercadoria que possui um valor, é consumida por um público específico e qualificado. Mas, para atrair esses consumidores, Vainer (2013) destaca que “não são visitantes e usuários em geral, são seletivos, visitantes e usuários solventes”, a promoção das cidades competitivas, ágeis e flexíveis no circuito econômico global perpassa pela comercialização dos seus espaços urbanos para além do seu aspecto físico, mas também pelo seu aspecto simbólico e discursivo. Este se ancora na venda de uma imagem favorável de cidades, agregando-lhes maior valor a seus moradores, aos consumidores exigentes e, especialmente, aos investidores de capital externo. Para Harvey (2005, p.91),

“ao que parece, as cidades e lugares hoje tomam muito mais cuidado para criar uma imagem positiva e de alta qualidade de si mesmos, e têm procurado uma arquitetura e formas de projeto urbano que atendam a essa necessidade”. E acrescenta: “uma arquitetura do espetáculo, com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição e de efemeridade, de jouissance, se tornou essencial para o sucesso de um projeto dessa espécie” (HARVEY, 2005, p.91).

Para a ocorrência, contudo, desse projeto de cidade, para Vainer (2013), dois elementos se destacam nesse contexto: a necessidade (percepção) da consciência de uma crise e o patriotismo à cidade. No primeiro elemento, as propostas de intervenções urbanas de áreas históricas e portuárias encontram ecos nos planos discursivos [políticos⁴⁰ e midiáticos⁴¹] de abandono, de desvaziamento, de precariedade. O segundo elemento, por sua vez, ancora-se na ideia de que as cidades deveriam ser amadas e ser idolatradas por suas massas orgulhosas. Campanhas publicitárias atuavam intensamente como mecanismos de convencimento e de adesão às intervenções nas cidades.

Por essa perspectiva, torna-se estrategicamente relevante à cidade manter-se coesa com o que almeja, assim como uma empresa (Harvey, 2006), e como cidade-empresa, despolitizar-se (VAINER, 2013). Consensos, portanto, necessitam ser criados, objetivando a mobilização [aceitação] da sua população quanto ao seu êxito,

⁴⁰ No Rio de Janeiro, o então prefeito Eduardo Paes se torna um ator político engajado no desenvolvimento das intervenções implementadas na Zona Portuária carioca. Nos termos de Borja e Castells, a questão é denominada como “geração da liderança local”. (CASTELLS & BORJA, 1996, p.156).

⁴¹ “Um bairro abandonado que volta a ter vida”. Frase inúmeras vezes repetida pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes sobre as mudanças que a região portuária passaria. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/07/1898829-abandono-e-ruas-vazias-compoem-retrato-da-crise-pela-qual-passa-o-rio.shtml> Acesso em 06/07/2017.

uma vez que as intervenções engendradas nas cidades seriam redentoras. De acordo com Harvey (1996, p.80),

A produção orquestrada de uma imagem urbana pode, se bem sucedida, ajudar também a criar um sentido de solidariedade social, orgulho cívico e lealdade ao lugar e mesmo permitir que a imagem urbana forneça um refúgio mental em um mundo no qual o capital alija cada vez mais o senso de lugar. (HARVEY, 1996, p.80)

Nesse sentido, há a ideia de cidade-espetáculo que, a partir da infraestrutura inovadora, da imagem e da gestão urbana próprias, busca resgatar elementos ligados ao patrimônio histórico e cultural para inseri-los nas relações e nos fluxos econômicos.

Cabe ainda salientar a importância adquirida pela cultura na contemporaneidade na construção do consenso enquanto condição e resultado dos discursos e ideias como de atrativos do local, assim como para o papel de seu principal provedor e financiador, o capital, via empresários e fontes internacionais de financiamento: “o cultural como ‘*animação*’, sem alma por certo, tornou-se o grande fetiche dos nossos dias. [...] O que se consome é um estilo de vida e nada escapa a essa imaterialização que tomou conta do social.” (ARANTES, 2001, p. 143, *grifos da autora*).

Nessa perspectiva, a Zona Portuária e mais especificamente o Cais do Valongo, enquanto patrimônio institucionalizado, espaço objetivo deste trabalho, se encaixam nesse processo de conversão das cidades no contexto neoliberal, bem como na articulação de cenários presentes na paisagem utilizando de um marketing cultural no sentido de angariar um consenso, em dar mais visibilidade à cidade, promover o “orgulho cívico” e ainda o senso de pertencimento da população diante de tantas transformações em que a cidade do Rio de Janeiro passou e vem passando. Ortiz (1992, p. 142) reitera, afirmando que a paisagem se descontextualiza do seu sentido histórico original, mas assume uma espécie de elemento articulador do passado e do presente evidenciando símbolos nacionais. É nesse caminho que nos debruçaremos.

1.3.2 O papel da cultura no empreendedorismo urbano

A inserção das cidades no circuito global da reprodução do capital alia-se ao *city marketing* para tornar os espaços citadinos competitivos e atraentes aos

interesses dos seus consumidores. Uma das principais estratégias do empreendedorismo urbano e, conseqüentemente, do *city marketing* é usar da cultura como um indutor de consenso e de mudança. Nas palavras de Arantes (2013), teria se transformado num culturalismo de mercado⁴².

O mercado atua para extrair renda, ganhos, lucro no contexto capitalista. E, no processo contemporâneo de globalização, a renda busca cada vez mais se tornar monopolista a partir da cultura entendida como mercadoria. Harvey (2006, p.222) afirma que “a renda monopolista surge porque os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item, direta ou indiretamente, comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável”. No caso direto, os atores extraem a renda monopolista de algum recurso natural, mercadoria ou local de qualidade singular. No caso da renda monopolista indireta, “não se comercializa a terra, o recurso natural ou o local de qualidade singular, mas a mercadoria ou serviço produzido por meio do seu uso” (HARVEY, 2006, p. 222). Nesse caso, “a escassez se cria pela retenção da terra ou do recurso para uso presente, especulando-se sobre valores futuros”.

Nessa perspectiva, Harvey (idem, p.223) ainda destaca que, no contexto da globalização, o poder monopolista é diminuído, estimulando o capitalismo a buscar cada vez mais novas formas de exercício desse poder, e “a ideia de cultura está cada vez mais enredada com as tentativas de reassegurar tal poder monopolista, exatamente porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser melhor articuladas enquanto alegações culturais distintivas e irreplicáveis” (HARVEY, 2006, p. 227).

As intervenções urbanas são permeadas por uma produção de imagens-síntese das cidades que são priorizadas no intuito de criar vantagens comparativas e exibir e divulgar as cidades-modelo no mercado competitivo internacional. Museus, aquários, shopping centers, monumentos, ambientes reformados e renovados, complexos hoteleiros, prédios corporativos, grandes obras viárias são exemplos de imagens e símbolos comuns que permeiam o imaginário e a concretude em si, desse novo planejamento estratégico aliado à arquitetura de grife ou ao urbanismo décor, conforme salienta Barbosa (2005, p.128).

⁴² Cf. ARANTES, Otilia, Uma Estratégia Fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). Op. cit., p.16.

Para que essas imagens circulem e convençam, a mídia tem desempenhado um papel de destaque nas suas divulgações constantes dos *marcos especiais de distinção*⁴³, por isso se constitui como uma forte aliada nas coalizões gestoras. A grande imprensa e a grande mídia, em geral, tornam-se predominantes porta-vozes na veiculação da virtuosidade das intervenções para toda a população.

Nessa lógica, a fabricação do consenso é condição e resultado dos discursos e ideias que produzem imagens que em um processo cíclico são usadas para justificá-los. É como se os indivíduos estivessem atados em uma trama gestada pelas coalizões que administram as cidades empreendedoras e nas quais a realidade é frequentemente espetacularizada em imagens que nada são além de representações, mas que, na sociedade do espetáculo, são alçadas à condição de verdade. E, nas considerações de Debord (1992 [2013], p.30, *grifos do autor*), “o espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é o seu mundo”.

Souza (2011, p.160) salienta que “as representações são um campo de disputa simbólica, e as “significações imaginárias sociais” que, tão amiúde, nelas se acham reificadas ou diluídas, são, simultaneamente, também, as “armas” simbólico-discursivas dessas contendidas”. É pela repetição constante que certas representações aderem à memória coletiva, incorporando valores simbólicos ao espaço de tal modo que algumas cidades ficam marcadas por slogans, como, por exemplo: “Paris sempre foi ligada ao amor, ao romance, Sicília é máfia, Rio é carnaval, é música, alegria, Barcelona é cultura.” (SIMAS, 2009, p. 116).

E, para corroborar as estratégias urbano-culturais, Harvey (2006) destaca o poder do capital simbólico coletivo que daria uma autenticidade aos lugares e, assim, funcionaria como um ativo fundamental na obtenção da renda monopolista. Essas estratégias, nas palavras de Lefebvre (2000), são os *espaços de representação* que se configuram com os espaços vividos, aqueles que envolvem os espaços físicos e lhes sobrepõe sistemas simbólicos complexos, codificando-os e os convertendo em moradas de imagens e de imaginários.

A produção do espaço, como sabemos, pressupõe a contradição ao significar a própria reprodução do capital e a produção de relações de poder desde a escala do

⁴³ HARVEY, D. *Produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006 (p. 233).

cotidiano até a escala global. Nesse sentido, por mais que se criem representações e que se espetacularizem as cidades, tornando-as verdadeiros cenários e palcos da ação humana desinteressada, o espaço não se produz sem contradição, e existem momentos específicos em que a contradição fundamental entre valor de uso e valor de troca, entre apropriação e dominação, grita e salta aos nossos olhos hipnotizados pelo espetáculo. E é nesse caminho que o Cais do Valongo se manifesta como objeto de análise deste trabalho. Nas palavras de Videira (2007, p. 153-154), “[...] a investigação histórica consistiria não na procura da construção de um relato, o qual almeja atingir a objetividade máxima. Na investigação histórica, seria imprescindível mediar o presente com o passado”.

Vale ressaltar que projetos de “revitalização” no urbano, tanto com obras físicas quanto por operações simbólicas, é legitimado por uma construção imagética que, ao mesmo tempo, reinventa a história local e afirma um novo modo de vida no espaço regenerado. Além de reescrever a história, ora apagando registros e modos de vida considerados inconvenientes, ora acentuando a importância de determinados fatos históricos e formas culturais, projetos como o emblemático Porto Maravilha – conforme será analisado mais detalhadamente no capítulo seguinte – incorporam frequentemente grandes equipamentos culturais como catalisadores para a desejada mudança do perfil sociocultural e econômico dos públicos do espaço regenerado.

Por outro lado, o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo pode ser considerado como um fato histórico e uma forma cultural acentuada nesse processo de revitalização da Zona Portuária. Sua apropriação, todavia, serviu para espetacularizar ainda mais a cidade reestruturada, ou serviu então como expressão de memória e de (r)existência para grupos historicamente marginalizados? Ponto esse que abordaremos no último capítulo.

Outro aspecto presente no desenrolar desse projeto de cidade refere-se à prática em ignorar a demanda local em sua historicidade e em sua heterogeneidade. Assim, políticas culturais são implementadas [e equipamentos culturais instalados] com a parceria das instituições privadas que conduzem essas intervenções onde somente uma pequena parcela da população local participa ativamente ao mesmo tempo em que a demanda hegemônica frequentadora desses eventos vai, pouco a pouco, se interessando pela porção do espaço que está sendo revitalizada. Conforme corrobora Serpa (2007, p.115), “são as classes médias cultivadas os ‘clientes’

privilegiados dos equipamentos socioculturais, concebidos por elas e para elas, que são, ao mesmo tempo, os criadores, os gestores e os usuários dos espaços públicos urbanos”.

Evidencia-se, portanto, que mudanças no aspecto físico e sociocultural tendem a instaurar ou induzir a gentrificação (SMITH, 2006). Neste processo, a valorização imobiliária e o encarecimento dos serviços da região resultariam em transformações que provocariam a expulsão da atual “comunidade”, entendida como popular, heterogênea e tradicional, e a atração de moradores que pertenceriam à “classe média”, desejosa de consumir equipamentos de entretenimento e cultura reconhecidos numa “estética globalizada” (ZUKIN, 2006).

1.3.3 Homogeneização do espaço e o reconhecimento de insurgências

Os movimentos de homogeneização e de irrupções de particularidades parecem estar em frequente disputa na Zona Portuária. Historicamente, a área em tela foi reconhecida e caracterizada pela presença de grupos sociais que remetiam ao caos, à baderna, à degradação. E, no sentido da nova produção social do espaço implementada nesta parte da cidade, Sanchez (2010) destaca:

As novas formas de ação no espaço vêm criando nas cidades os chamados “espaços de renovação”, cada vez mais homogêneos no mundo todo porque são moldados a partir de valores culturais e hábitos de consumo do espaço tornados dominantes na escala mundo. Esses espaços “dominados”, parcelas da cidade, determinam novas especializações, impõe modos de apropriação e comportamentos apoiados em representações que, em alguns casos, reforçam e, em outros, determinam novas formas de inclusão e exclusão de grupos sociais (SÁNCHEZ, 2010, p. 47-48).

As representações citadas pela autora dizem respeito à retórica modernizante, em oposto à uma suposta situação de “obsolescência”, “degradação” dos espaços alvos de renovação. Para compor essa narrativa retórica, são realizadas cerimônias, sites, vídeos, redes sociais, matérias em jornais e em revistas e, principalmente, a cobertura da mídia televisiva que repete incessantemente o mesmo discurso. Uma busca rápida pela internet sobre a Zona Portuária revela uma infinidade de matérias e de vídeos, nos quais representantes do poder público, principalmente, da instancia municipal, explicam as intervenções que estão sendo realizadas e apontam seus

benefícios. Essas e outras estratégias são construídas com o fim de produzir um consenso, e de inserir esta área da cidade no mercado mundial de cidades, ou seja, mercantilizá-la, como apontamos neste capítulo.

No entanto, é uma área com rica historicidade, mas que passa a incorporar os discursos de grupos hegemônicos na produção do espaço. Assim, cultura e história passam a ser utilizadas como ferramentas nesse projeto de modernização do espaço, mas abandonando a história de seus sentidos, conforme destacado por Fernandes (2006):

O passado não é mais o fio que possibilitou o momento presente, mas uma memória coisificada, exterior à vida social, transformada em produto -“tempo e cultura com conteúdos reduzidos a repertórios e objetos, revelam-se passíveis de apropriação pelos circuitos mercantis. Transforma-se assim valor de uso em valor de troca numa operação de abstração e esvaziamento de conteúdos e de reproposição de significados”. (FERNANDES, 2006, p.54)

A homogeneização pretendida na Zona Portuária, através do projeto do Porto Maravilha, se alinha às iniciativas revitalizantes de outros espaços mundiais, como de Barcelona e de Puerto Madero, em Buenos Aires, e buscam, dessa forma, reproduzir o imaginário internacional composto por espaços propícios à reprodução do capital e da cidade incorporada à dinâmica global do novo estágio de modernização da cidade e do país. Nesse sentido, a construção de uma analogia produziria a aceitação da cidade neste grupo seletivo. A sujeira, o passado e o atraso deveriam ser, então, apagados, suavizados ou domesticados. Os lugares diversos deveriam corresponder um espaço específico e delimitado na região portuária: a herança portuguesa caberia ao Morro da Conceição, a favela se limitaria ao Morro da Providência com seu novo teleférico, o futuro caberia ao Museu do Amanhã e a cultura negra se distribuiria por lugares como a Pedra do Sal, o Cais do Valongo e o Instituto dos Pretos Novos.

Martinez (2016) destaca que essas localidades não se misturam ou não devem se misturar. A diferença, uma vez domesticada, atua, nesse sentido, como produtora de ativos para a marca do Porto Maravilha, um bem cultural a ser consumido e que valorizaria o solo a ser especulado no mercado imobiliário.

Faria (2016) salienta que a renovação do espaço, tornada hegemônica, nunca é absoluta, total, posto que existam as rugosidades e, nestas, criam-se e se recriam modos de vida que resistem à homogeneização.

Portanto, o urbano persiste e, inclusive, intensifica-se, pois não só se alimenta daquilo que o altera, como “as relações sociais vão ganhando em complexidade,

multiplicando-se, intensificando-se, através das contradições mais dolorosas. A forma do urbano, a sua razão suprema, isto é, a simultaneidade e a confluência não podem desaparecer. A realidade urbana, no seio da sua própria deslocação, persiste”, salienta Lefebvre (2000).

Parafraseando Lefebvre (1978 apud Delgado, 2013), “O urbano, ao mesmo tempo que lugar de encontro, convergência de comunicações e informações, converte-se no que sempre foi: um lugar de desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução de normalidades e pressões, momento do lúdico e do imprevisível”. É o que traz “movimento, improvisação, possibilidade e encontros”. Ou é um “teatro espontâneo” ou não é nada (LEFEBVRE, 1978, p.157).

A cidade real, não idealizada, compreende espaços de conflitos, mediante os quais podem ser reconhecidas outras valorações do patrimônio nas esferas da vida cotidiana, da moradia vinculada ao espaço vivido (LEFEBVRE, 2012), da festa e das vivências culturais não capturadas pelo espetáculo.

Diante do exposto, neste capítulo, buscou-se trazer elementos teóricos sobre a produção do espaço urbano no contexto da reestruturação produtiva do capital. Em seguida, procuramos entender como as cidades buscam uma ascensão enquanto atores políticos, bem como a atuação do Estado e das frações do capital nesse processo. No terceiro tópico do capítulo, analisamos as estratégias do empreendedorismo urbano, como a cidade-mercadoria, as parcerias público-privadas e o planejamento estratégico das cidades, a fim de evidenciar quais são os interesses que estão em jogo. Também discutimos o papel do *city marketing* e da cultura nesse processo, além de reconhecer que existem insurgências culturais na área em tela.

O próximo capítulo que se apresenta busca analisar como o projeto de cidade empreendedora e espetacularizada no Rio de Janeiro tem sido simbólico e materialmente implementado ao longo do tempo a partir das transformações espaciais e das dinâmicas patrimonializantes na Zona Portuária.

2 A ZONA PORTUÁRIA EM TRANSFORMAÇÃO: OCUPAÇÃO SOCIAL, EVOLUÇÃO URBANA E PATRIMONIALIZAÇÃO CULTURAL

O estudo da evolução urbana do Rio de Janeiro e, particularmente, de sua Zona Portuária – constituída pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo - permite revelar, em muitos momentos, o entrelaçamento entre espaço e cultura na produção simbólica e material do espaço urbano. No entanto, faz-se necessário situar numa perspectiva histórica, a gênese e a formação do tecido social dessa área da cidade. Pretende-se abordar tópicos da sua evolução urbana, identificando as principais transformações socioespaciais e os processos políticos incidentes.

Interessa reconhecer também os discursos empreendidos na região do Porto, ora entendidos como um local de “vazio urbano”, “decadente” pela perda do dinamismo econômico, e, de modo simultâneo, como um espaço de “oportunidade” de investimento, demonstrando o interesse por parte de agentes do mercado imobiliário com vistas à modernização da área, ora entendido como um local de “centralidade histórica e cultural”, justificando esforços no sentido de sua preservação e implementando políticas de patrimonialização de práticas culturais dos grupos de classes populares que viviam nos bairros supracitados.

A Zona Portuária, embora tenha estado fisicamente próxima à área central da cidade, só teve relação com o Centro e com seu próprio desenvolvimento urbano ao longo do século XIX, época em que de fato a cidade do Rio de Janeiro começava a delinear alguns eixos de expansão em direção a outras áreas da cidade. Ainda segundo Carlos Lessa,

A cidade colonial cresceu entre quatro morros: Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio. A rua Direita foi a primeira da cidade, margeando o litoral e ligando o Morro do Castelo ao Morro de São Bento, passando entre o mar e as terras pantanosas. Outro caminho ligava o Morro do Castelo ao Morro de Santo Antônio, onde hoje é, mais ou menos, a rua Evaristo da Veiga. A cidade do Rio manter-se-á neste perímetro de quatro morros por três séculos. A atual Praça XV foi o epicentro do Rio até a abertura da avenida Central” (LESSA, 2000, p. 26)

Atualmente, a Zona Portuária convive no limite entre a manutenção de patrimônios e de memórias da cultura negra que remetem ao passado e o surgimento de novos equipamentos urbano-culturais de arquitetura pós-moderna. O passado, sendo evocado por meio da releitura e da reinterpretação pelo discurso dominante, e

o futuro se fundem numa estratégia de retomada de projetos de recuperação do dinamismo econômico e urbano da Zona Portuária carioca.

A análise discursiva funciona como um importante instrumento que pode desvelar a retórica do vazio urbano, base dos projetos revitalizadores, que legitima certas estratégias para a mercantilização da cidade e da cultura local, bem como pode ser utilizada para reconhecer/identificar a presença no espaço de territorialidades outras, afirmadas pela cultura negra na área de estudo em questão. Como salienta Michel Foucault sobre o significado do discurso:

O discurso, longe de ser elemento transparente ou neutro no qual [...] a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem mais pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. (FOUCAULT, 2011, 21ª ed, p. 10)

Debruçar-nos-emos, portanto, na caracterização da Zona Portuária para entender seu processo de formação, de ocupação social, nos discursos dominantes que construíram uma imagem dessa região como espaço de abandono e de degradação com vistas à reapropriação capitalista do espaço. Buscaremos analisar também os discursos da centralidade que constroem narrativas históricas paralelas, possibilitando a reprodução social dos grupos associados à preservação da cultura. Ainda nos deteremos à investigação da dinâmica cultural sob dois aspectos: o contorno modernizante e o contorno preservacionista. Para tal, elegemos, a partir das dualidades homogeneidade e singularidade, dinâmicas culturais em curso na Zona Portuária que expressam essas perspectivas. É neste caminho que percorreremos.

2.1 Distintas Transformações Históricas: Revirando as Iniciativas na Zona Portuária

A reconstituição das transformações históricas urbanas do Rio de Janeiro exige revisitar, na memória colonial, a relação da paisagem com a sua Zona Portuária. Até o século XIX, a atual paisagem da região portuária era dominada pela presença de chácaras dedicadas à residência e à agricultura que, monopolizando grandes propriedades de terra, representaram um grande entrave ao desenvolvimento local.

Com a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro em 1808 e a assinatura do tratado dos portos, a cidade iniciou seu processo de inserção nas rotas do capitalismo mundial com a expansão das atividades de importação, de exportação e de navegação de cabotagem, superando os portos da Bahia e de Pernambuco, alterando gradativamente a paisagem, pois, até então, as atividades portuárias concentravam-se no entorno do Morro do Castelo. Boxer (2010) destaca que, ao longo de todo o período colonial, e até boa parte do século XIX, o porto cumpriu um papel decisivo para o Rio de Janeiro, alimentando o que foi o principal elemento de sua economia, o tráfico de escravos⁴⁵ com o litoral africano, sobretudo Angola. Em que pese a informação, no século XVIII, o trapiche⁴⁶ de escravos, que ficava na rua Direita (atual Primeiro de Março), foi transferido para o Valongo – o primeiro saco após a Prainha. Nas palavras de Lessa,

No século XVIII entrou de 1736 a 1810 pelo porto do Rio de Janeiro a multidão de 580 mil escravos. Embora na cidade, pelo idos de 1730, tivesse apenas cerca de 30 mil habitantes havia 17 navios registrados no Rio dedicados exclusivamente ao tráfico de escravos. (LESSA, 2000, p. 44)

Marques (2015) salienta que a transferência do mercado de escravos da Praça XV para o Valongo teve a intenção de afastar os escravos, os negros e os comerciantes de escravos dos arredores do centro político, religioso e administrativo da época. Isso contribuiu para o direcionamento do comércio escravagista para a Zona Portuária. Honorato (2008) ainda reforça que o Complexo do Valongo⁴⁷ foi criado para tirar os negros do centro do Rio, pois eles eram vistos como ameaça à saúde, “carregadores de doenças” e um perigo à ordem pública.

Ao longo do século XIX, foi sendo incrementada a construção dos trapiches e dos cais⁴⁸ nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, e, dessa forma, os referidos

⁴⁵ Destaco que a terminologia “escravizados” seria a mais adequada para o entendimento no decorrer desta tese, e saliento também que estamos de acordo com a discussão realizada por MUNANGA, 2010. Para maiores informações, ver: MUNANGA, Kabengele. Trecho de entrevista publicada online. Nova legislação e política de cotas desencadeariam ascensão econômica e inclusão dos negros, diz professor. Pambazuka, 1º de março de 2010.

⁴⁶ Trapiches eram lugares onde se vendiam produtos diversos.

⁴⁷ Esse termo foi cunhado por Honorato (2008) ao se referir a espaços que deram sustentação à sociedade escravagista no final do século XVIII até meados do século XIX, a saber: mercado de escravizados, Cais do Valongo, Lazareto e Cemitério dos Pretos Novos. Todos localizados na Zona Portuária.

⁴⁸ Em 1843, foi construído no Valongo um cais especial para receber a imperatriz Teresa Cristina e, assim, ficou denominado Cais da Imperatriz. (LESSA, 2000)

bairros intensificaram os usos portuários, o alargamento e o saneamento das ruas, a instalação de algumas fábricas e a edificação de depósitos que pudessem armazenar as sacas de café provenientes do Vale do Paraíba Fluminense, o produto que mais impulsionou o crescimento portuário em direção ao Valongo e na Prainha no século mencionado.

No entanto, Lamarão (2006) salienta que era precipitado classificar a localidade como a Zona Portuária da cidade, pois não havia, de fato, um porto, apenas docas⁴⁹ e trapiches particulares concentrados sobremaneira onde hoje se localiza o bairro da Saúde. Além disso, o entorno do Morro do Castelo ainda preservava importante atividade portuária. O autor considera que, apenas na transição do século XIX para o XX, o Rio de Janeiro terá um processo de hierarquização urbana mais bem definido. É bom registrar, contudo, que, ao final do século XIX, a malha urbana já havia se espalhado para outras áreas da cidade, em função da importância exercida pelos transportes com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II⁵⁰ e a ampliação das linhas de bonde, como explica Lamarão (idem),

Se as companhias de bondes podem ser consideradas como as principais responsáveis pela conformação das chamadas Zona Norte [...] e Zona Sul [...], e, por conseguinte, como um dos agentes do processo de hierarquização/segregação espacial da cidade, a Estrada de Ferro D. Pedro II [...] comandou, ao longo dos seus trilhos, a formação dos subúrbios, tendo como polos irradiadores as estações ferroviárias. (LAMARÃO, idem, p. 91)

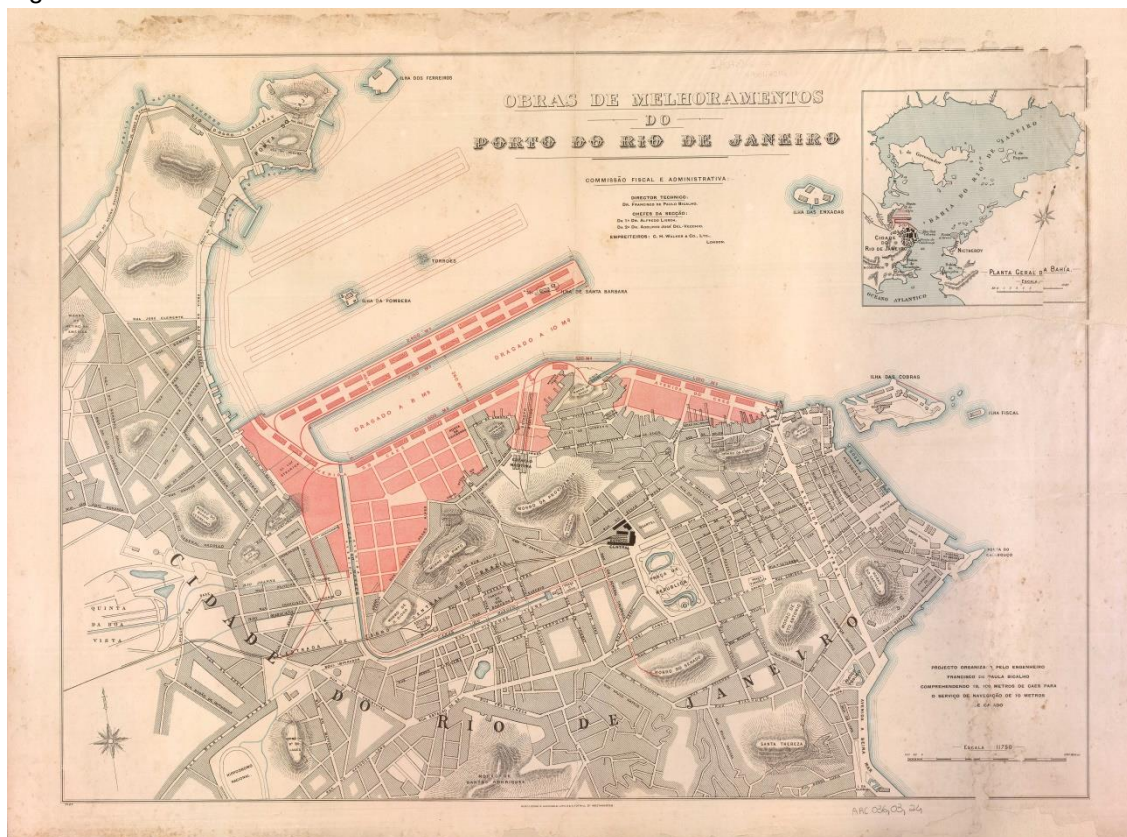
As transformações na cidade, ocorridas na esteira da abolição da escravidão em 1888 e sob o signo da República, direcionaram o vetor de crescimento do porto carioca para a atividade importadora. Essa reconfiguração do seu padrão de comércio externo verificou-se decisiva para uma das decisões governamentais mais marcantes da história do porto, que teria impacto em toda a estrutura urbana de seu entorno durante o século XX: a decisão do Presidente Rodrigues Alves de reformá-lo, anunciada no seu discurso de posse em 1902. (AZEVEDO e PIO, 2016). A Figura 2,

⁴⁹ Vale salientar a construção do Docas D. Pedro II, neste período, pelo engenheiro negro André Rebouças que foi requerido pela UNESCO para abrigar o Centro de Interpretação do Cais do Valongo, fato a ser abordado posteriormente.

⁵⁰ Atual Estrada de Ferro Central do Brasil.

abaixo, apresenta o detalhamento das obras⁵¹ do porto do Rio empreendidas pelo engenheiro Francisco de Paula Bicalho.

Figura 2 - Obras de melhoramentos do Porto do Rio de Janeiro no início do século XX



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, 1903.

A reforma urbana do porto buscou não somente a modernização a partir da ampliação do seu píer, dos seus armazéns e do aumento do seu calado, como também, e, sobretudo, pela reordenação da estrutura viária do seu entorno, na chamada região portuária, que abriga os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Essa ação urbanística governamental, conduzida por uma logística de engenharia centrada na distribuição de mercadorias pelo centro da cidade, também trazia como palavras de ordem “higienizar” e “civilizar”. O fato imprimiu ações que atingiram as dimensões arquitetônicas, físicas e simbólicas, visando apagar os vestígios ligados a um passado colonial, escravocrata e, assim, limpar da paisagem grupos sociais considerados indesejáveis.

⁵¹ Essas obras foram realizadas dentro da reforma urbana capitaneada pelo então presidente do Brasil Rodrigues Alves e pelo prefeito da cidade do Rio de Janeiro Francisco Pereira Passos, ambos em mandatos de 1902 a 1906.

A “ruptura com o passado colonial” e o ingresso na era do capitalismo industrial requeriam, então, um tecido urbano, oferecendo condições de circulação, de higiene coletiva, de padrões estéticos e de redes técnicas, simbolizando essa ruptura de paradigma (Abreu, 1988). Cardoso et al corroboram ao afirmarem que:

O monumental projeto de renovação voltava-se prioritariamente para as zonas antigas e centrais da cidade, constituindo-se o novo porto no eixo gerador do conjunto de melhoramentos. Além das obras de melhoramento do porto, a cidade foi sacudida pelo alargamento, pelo prolongamento e pela abertura de novas ruas em áreas densamente ocupadas, que implicaram na demolição de cerca de 2000 prédios e o desalojamento de dezenas de milhares de pessoas. (CARDOSO et al, 1987, p. 100)

Nesse período, por volta de 1910, a região portuária seguiu sendo densamente povoada, sobretudo de populações de negros que ali labutavam desde o período imperial, principalmente na estiva e em pequenas oficinas (LAMARÃO, 2006).

Esse fato ganhou uma tônica nova com o incremento marcante de negros livres e libertos que ocupavam os cortiços centrais colocados abaixo sob o julgo da “insalubridade” e da “intervenção higienista”, processo concretizado pelas reformas empreendidas por Pereira Passos e por Francisco Bicalho. Além da remoção do famoso cortiço “Cabeça de Porco”, que abrigava mais de 2 mil pessoas, outras habitações em situação semelhantes também foram desarticuladas (postas abaixo) e grande parte de sua população se dirigiu para outros espaços da cidade, como as habitações populares da atual Zona Portuária.

O aspecto do discurso oficial emanado pelo poder público, o qual aprofundaremos mais adiante, em que a Zona Portuária sempre foi uma área pouco habitada e isolada, acaba sendo questionado. Registros históricos (Figura 3) e bibliográficos demonstram que essa região conta com uma população local, em muitos casos, lá estabelecida há algumas gerações, que vem vivenciando o cotidiano com uma vida social vigorosa em seu espaço. Logo, tem vida pulsante e se trata de uma área rica em historicidade, em presença humana que vem, ao longo do tempo, reforçando seus laços nesse espaço por meio das suas vivências e das suas experiências.

Figura 3 - População Residente e Taxa de Crescimento Demográfico das Freguesias do Rio de Janeiro (1890 – 1906)

Freguesias	População Residente		Taxas de crescimento %
	1890 ¹	1906 ²	1890-1906
Freguesias Urbanas	429.745	619.648	44
Candelária	9.701	4.454	- 54
São José	42.017	44.878	7
Santa Rita	46.161	45.929	- 1
Sacramento	30.663	24.612	- 20
Glória	44.105	59.102	34
Santana	67.533	79.315	17
Sto. Antônio	37.660	42.009	12
Espírito Santo	31.389	59.117	88
Engenho Velho	36.988	91.494	147
Lagoa	28.741	47.992	67
São Cristóvão	22.202	45.098	103
Gávea	4.712	12.750	171
Engenho Novo	27.873	62.898	126
Freguesias Rurais	92.906	185.687	100
Irajá	13.130	27.410	109
Jacarepaguá	16.070	17.265	7
Inhaúma	17.448	68.557	293
Guaratiba	12.654	17.928	42
Campo Grande	15.950	31.248	96
Santa Cruz	10.954	15.380	40
Ilha do Governador	3.991	5.616	41
Ilha de Paquetá	2.709	2.283	- 16
Total	522.651	805.335	54

Fontes: 1) Recenseamento de 1890.
2) MORTARA, Giorgio. Um Enigma Resolvido: a população do Brasil. *Estudos Brasileiros de Demografia*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1 (7); 72-3, julho/1947. Apud LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *op. cit.*, vol. 2, p. 828.

Fonte: MORTARA, Giorgio apud ABREU, Mauricio. 1988.

Ao longo do século XX, a Zona Portuária passou por inúmeras mudanças e o entendimento da região do Porto como um “problema” urbano coincide com algumas importantes transformações na dinâmica urbana da região, relacionadas, em grande medida, à reorganização capitalista do espaço. Albinati (2017) afirma que o mesmo discurso oficial que destaca o valor histórico e tradicional da região constrói a ideia de vazio, criando um hiato temporal que preenche o intervalo entre o início do século XX, quando se deu a reforma urbana capitaneada pelo prefeito Pereira Passos, e o início do século XXI, quando está sendo concretizado o Porto Maravilha. A partir da década de 1970, três fatores condicionaram a transformação nos usos da região, segundo Mariana Werneck: a inadequação da estrutura portuária às novas demandas do transporte em contêineres, deixando ociosa parte das instalações do Porto; a transferência da capital do país para Brasília, levando à subutilização dos imóveis federais, muito presentes na região; a migração da maior parte das indústrias da região para as áreas de expansão da cidade (WERNECK, 2016).

Nessa nova conjuntura, semelhante à que se desenhava em outras partes do mundo capitalista (Diniz, 2013), a Zona Portuária carioca tornou-se cenário de um movimento de convergência entre os interesses de acumulação na etapa flexível do capitalismo e as novas formas do planejamento urbano competitivo, informadas pelo ideário neoliberal. Nesse contexto, surgem os primeiros projetos de recuperação do dinamismo econômico e urbano da Zona Portuária carioca.

O entendimento é de que os espaços da Zona Portuária sofreram um isolamento que promoveu uma inércia econômica em comparação com outras⁵² partes da cidade que passavam por uma modernização seletiva. Além disso, esses espaços de obsolescência apresentam expressões arquitetônicas antigas que despertam o interesse do grande capital, em especial o mercado imobiliário (Oliveira, 2014) e de entretenimento cultural com atrações voltadas para turistas. Como afirma Compans (2004):

A escala do planejamento mudou. Em vez de ordenar o crescimento urbano, interessava agora circunscrever projetos a áreas específicas, como as áreas centrais ou as antigas zonas industriais e portuárias, nas quais se pudesse garantir uma rentabilidade atraente ao investimento privado. A subordinação à lógica do lucro privado resultou na crescente seletividade e na fragmentação espacial da intervenção pública na cidade, levando ao abandono gradativo do planejamento normativo, com planos diretores e leis de zoneamento, e à sua substituição por acordos oportunistas negociados com investidores de “projeto a projeto”. (COMPANS, 2004, p. 32).

Nesse sentido, a década de 1980 foi marcada pelo desenvolvimento de diversas ações⁵³ de reconhecimento do valor cultural do conjunto arquitetônico e dos casarios da Zona Portuária. As formas pretéritas da região, cristalizadas pelo isolamento e dotadas de memória afro-brasileira, se inseriram num contexto internacional de “retorno ao centro”, marcado pela criação de projetos que dessem visibilidade ao patrimônio edificado remanescente nos bairros portuários.

Vale pontuar, todavia que, ao longo desse período, em virtude de várias frentes, a Zona Portuária ainda não estava na pauta principal da Prefeitura, contudo, no Governo Federal, a Companhia Docas RJ elaborava projetos e procurava parceiros

⁵² Os investimentos estavam concentrados na Área Central de Negócios (ACN) que corresponde a área onde mais intensamente se desenvolvem atividades empresariais e financeiras, assim como o capital imobiliário se dirigia em direção à grande Jacarepaguá e Barra da Tijuca, consideradas as novas áreas de expansão da cidade a partir da década de 1970.

⁵³ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN promove as primeiras ações reconhecendo o valor cultural de bens imóveis ligados à cultura afrodescendente e não apenas a aspectos da cultura europeia.

para enfrentar a retração que havia se instalado na atividade portuária a partir de meados dos anos 1980. As intervenções urbanas estavam concentradas no eixo da Praça XV à Praça Tiradentes, passando pela Lapa-Cinelândia. Retomaremos e aprofundaremos esse aspecto mais detalhadamente no próximo ponto do capítulo ao abordar as iniciativas de patrimonialização e de renovação urbana na Zona Portuária que se entrelaçam e se justapõem, mas, em alguns momentos, se confrontam na área em tela.

Albinati (2017) afirma que a guinada patrimonialista redefine as estratégias dos agentes interessados na “renovação” da Zona Portuária, até então inspirados no desejo de *tabula rasa*, que, a partir da nova legislação (e dos discursos subjacentes), precisam considerar também a necessidade de “preservação” de certos bens reconhecidos como guardiões da memória local.

Vale ressaltar que a preservação do patrimônio cultural da Zona Portuária do Rio de Janeiro ganha uma tônica e uma complexidade maiores por ter sua relevância internacional associada à história do tráfico de africanos escravizados e às narrativas ligadas à criação e à disseminação de expressões da cultura afro-brasileira, indicando, assim, uma coalização de poder e de disputa na região do Porto e do seu entorno. Como ressalta Compans (2004),

Valores por vezes esquecidos são facilmente reativados e manipulados por políticas “culturais” conservadoras que visam devolver aos cidadãos com condições de vida cada vez mais precárias a sua “identidade”, ao mesmo tempo em que a utilizam como estratégia de marketing direcionada a atrair turistas, investimentos, grandes eventos e segmentos de alta renda. Afinal, num mundo comandado pelo business nada foge ao processo de mercantilização... nem a cultura, nem a história. (COMPANS, 2004, p. 30-31).

Dessa forma, qual narrativa prevalece? O discurso da “decadência” e do “abandono”, com a retórica do “vazio urbano”, visando à renovação urbana e a “reconquista” da região, ou o discurso da centralidade cultural e histórica, marcada pela preservação do conjunto arquitetônico, assim como das diferentes expressões da cultura negra? Esses discursos se imbricam e foram mesclados? Em qual medida ou em qual momento? É por esse caminho que prosseguiremos neste capítulo.

2.2 Os Instrumentos Normativos, os Mecanismos e as Novas Dinâmicas Patrimonializantes da Zona Portuária

Vassalo (2014) destaca que as dinâmicas patrimonializantes na Zona Portuária do Rio de Janeiro foram possibilitadas na década de 1980 com o enfraquecimento da ditadura militar (1964-1985), em que as práticas democráticas foram progressivamente integrando as instituições do Estado e da sociedade civil. Os movimentos sociais começaram a se reestruturar, ao mesmo tempo em que diversos grupos de artistas, de intelectuais e de políticos valorizavam a cultura popular como um meio de denunciar a desigualdade e as relações de opressão existentes no país.

Segundo Guimarães (2014, p.28), entretanto, desde a década de 1970 já existiam políticas municipais específicas⁵⁴ para a preservação do espaço urbano carioca, mas visavam apenas controlar a volumetria das edificações, e não obrigavam que fossem mantidos seus aspectos físicos. Nesse contexto, emerge, na Zona Portuária, a luta pela busca de espaços de autenticidade⁵⁵ baseada no discurso construído da retórica da perda⁵⁶ em que os instrumentos de proteção ao patrimônio cultural são instituídos com a finalidade de frear tendências de destruição do tecido urbano histórico e de bens monumentais. Assim, o patrimônio cultural passa a ser julgado por ser mais ou menos próximo daquilo que significava.

Vale pontuar que não é nossa intenção realizar uma discussão teórica acerca do conceito de patrimônio. No entanto, é necessário destacarmos brevemente o percurso histórico do conceito que envolve um tema de caráter cultural e histórico e, dessa forma, está sujeito a mudanças conforme o dinamismo urbano e ao contexto político em que se inscreve. Trata-se, portanto, de levar em conta a dimensão processual dos movimentos que dizem respeito ao patrimônio e aos principais agentes que o reivindicam, pois a eleição da permanência de alguns objetos ou de algumas

⁵⁴ O Decreto n. 1707 de 17/08/1978 protegia a rua da Carioca para garantir certos usos tradicionais que abrigavam, como lojas de malas, de guarda-chuvas, bares históricos, livrarias. [...] Não se tratava de preservar a edificação por seus valores estéticos ou estilísticos, mas garantir certos usos que tinham justificativa cultural. (Cf. em Nascimento, 2018, p.5)

⁵⁵ Ver Gonçalves, 1991.

⁵⁶ Ver Gonçalves, 1996.

expressões, que devem ser ou não preservados, perpassa por inúmeros mecanismos sociais e por um complexo conjunto de motivações.

Nessa perspectiva, Borde e Sampaio (2012) analisam que

A concepção atual de patrimônio remete à crescente articulação entre os campos da cultura e do urbanismo, sobretudo, a partir da década de 1960, quando passam a ser incorporadas aos planos de urbanismo, as demandas locais, com destaque para valores artísticos e antropológicos. Esta relação sofrerá mudanças, nas décadas de 1980/90, a partir do novo status atribuído à cultura, como reflexo da globalização. Cultuada como objeto de consumo, a relação entre cultura e cidade passará a remeter à espetacularização, na qual prevalece, indiscutivelmente, o volátil valor econômico. (BORDE; SAMPAIO, 2012, p. 6-7)

O conceito de patrimônio cultural sofre mudanças de abordagens que inicialmente pautava seu reconhecimento por valores artísticos e históricos excepcionais, como Monumento Nacional, para, posteriormente, assumir a “noção mais abrangente de patrimônio cultural, que contempla bens arquitetônicos e sítios urbanos dotados de significação cultural; e, recentemente, abrangendo as noções de paisagem cultural⁵⁷ e o registro de patrimônio imaterial⁵⁸” (BORDE; SAMPAIO, 2012, p.7).

As medidas patrimonializantes no Brasil remontam ao início do século XX, ganhando força política no contexto do movimento modernista, no qual destaca-se a figura de Mário de Andrade, autor do primeiro anteprojeto de lei de proteção do patrimônio cultural, datado de 1936. Mas já em 1934 foi criado o primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio – a Inspetoria dos Monumentos Nacionais⁵⁹ que atuava, sobretudo, na restauração de monumentos da cidade de Ouro Preto (Oliveira, 2008). Em 1937, é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, mais tarde transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, por meio do conjunto normativo criado por esses organismos, visando à proteção e à preservação do patrimônio cultural brasileiro.

⁵⁷ A chancela de Paisagem Cultural é regulada pela Portaria Federal nº127 de 30/04/2009. (BORDE; SAMPAIO, 2012, p.16)

⁵⁸ A legislação federal foi instituída pelo Decreto nº3551/2000 e a municipal pelo Decreto nº 23162/2003. (BORDE; SAMPAIO, 2012, p.16).

⁵⁹ O grupo de intelectuais mineiros teve papel fundamental na definição da política de patrimônio, na construção de uma identidade nacional para o país. Foram também importantes na configuração do passado colonial barroco como o primeiro estilo brasileiro. (Cf. em Oliveira, 2008, p. 115-116)

No que tange ao processo histórico de proteção ao patrimônio no Rio de Janeiro, o mesmo pode ser vinculado ao processo histórico em âmbito nacional. Nesse sentido, pode-se revisitar a história conceitual da proteção ao patrimônio desta cidade, e por rebatimento, em nível nacional. A preservação do patrimônio em áreas centrais ganhou fôlego com a adoção de novos princípios de preservação urbana, a partir da conjuntura da abertura política na década de 1980, como já mencionado acima. Esses novos princípios de preservação estavam bastante associados a novos projetos de revitalização urbana, que visavam à possibilidade de se estruturar um projeto de desenvolvimento urbano. Desse modo, faremos uma análise, a partir da promulgação de projetos que proporcionaram vários tombamentos e instituíram as primeiras Áreas de Preservação Ambiental⁶⁰ (APA) na cidade do Rio de Janeiro – em especial da Zona Portuária - a partir da década de 1980.

2.2.1 Corredor Cultural

A implantação do projeto Corredor Cultural⁶¹ do Rio de Janeiro durou de 1979 a 1984 e resultou na preservação de cerca de 1600 edificações contemplando grande extensão da área central⁶² da cidade⁶³. A criação da área do corredor cultural, considerando os parâmetros de “interesse de preservar e revitalizar áreas no Centro da Cidade levando em consideração os elementos ambientais que representam valores culturais, históricos, arquitetônicos e tradicionais para a população” (DECRETO Nº 4131, 14/07/1983), demonstra uma guinada no sentido de “salvar” os

⁶⁰ Nesse momento, o mecanismo de proteção do patrimônio histórico de áreas urbanas ainda era denominado como APA. Essa terminologia foi alterada em 1992, quando APA passou a se referir aos ambientes naturais, enquanto o instrumento de proteção passou a chamar-se APAC.

⁶¹ Decreto nº 4141/1983 que foi consolidado a partir da Lei nº506/1984, de Preservação Paisagística e Ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro - Lei do Corredor Cultural – revisada e ampliada pela Lei nº1139/1987.

⁶² Teve como foco a área central de negócios (ACN), a Lapa e a Praça Tiradentes.

⁶³ Apesar do projeto Corredor Cultural não ter contemplado diretamente a preservação dos imóveis da Zona Portuária, ele significou um marco das políticas de patrimônio cultural e de desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro.

testemunhos arquitetônicos, os modos de vida e os abundantes monumentos da cidade do interesse expansionista do mercado imobiliário.

A década de 1980 estava marcada por um período de vultosos investimentos direcionados para a Baixada de Jacarepaguá, mais especificamente para a Barra da Tijuca, com uma considerável expansão imobiliária e uma tentativa de encaminhar o centro financeiro da cidade em direção a essa região. Esta última iniciativa, mais tarde, acabou não se concretizando. Na esteira desse processo e intencionado em dar uma incrementada nos negócios, o mercado vislumbrava investir em áreas do centro histórico consideradas “abandonadas”, “estagnadas”, “vazias” e que estariam disponíveis para serem renovadas. Assim, grandes trechos dos tecidos históricos do centro da cidade atenderiam a esses pré-requisitos e passariam por uma transformação urbanística.

Esse aspecto pode ser percebido no trecho da segunda lei (LEI nº 1139, 16/12/1987) quando se refere, na subzona da renovação urbana, sobre a estruturação dos espaços públicos, em especial o litorâneo, visando às atividades turísticas e à atração de visitantes – “ficam gravados os usos com predominância para os diretamente ligados às atividades culturais, de recreação e de lazer, ficando a faixa voltada para o mar exclusivamente destinada a bares, restaurantes e cafés” – (art. 2º da lei 1139/87). A área mencionada na lei – “próxima ao torreão do antigo Mercado Municipal” –, mais tarde, corresponderia a uma parte materializada pelo projeto Porto Maravilha, a orla Conde⁶⁴, que se estende desde a Praça da Misericórdia, próxima ao Aterro do Flamengo, ao Armazém 8 do Cais do Porto, passando pela Praça XV, local retratado na lei.

Por outro lado, havia a perspectiva internacional de valorização do conjunto arquitetônico das áreas tradicionais e antigas da cidade, bem como havia a mobilização de significativos segmentos sociais⁶⁵ no sentido da proteção de importantes sítios dotados de relevância histórica. As ações vão, assim, amadurecendo, ganhando força e o projeto alcançando grande visibilidade e

⁶⁴ Orla Conde, assim nomeada em homenagem ao ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro, arquiteto Luis Paulo Conde. Integra o conjunto de projetos de revitalização do espaço urbano no projeto Porto Maravilha, na Zona Portuária do Rio de Janeiro, e se estende por 3,5 km para além desse pela orla marítima.

⁶⁵ Segmentos sociais sensibilizados com a causa preservacionista, por profissionais de arquitetura e urbanismo, especialmente aqueles vinculados aos órgãos de patrimônio, pelas universidades e outros.

amplitude. E, no que tange à Zona Portuária, esse aspecto ganha relevo em reação à proposta urbanística apresentada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), que vislumbrava a construção de um centro comercial próximo ao Cais do Porto e, assim, projetar a cidade internacionalmente.

Contudo, esses novos negócios mobilizaram moradores e diversos segmentos sociais contrários a esses movimentos especulativos e novos projetos foramacionados para a preservação dessa parte da cidade em reação à ameaça de renovação urbana. Isso resultou na criação da Área de Proteção do Ambiente Cultural - APAC-SAGAS, próximo ponto a ser abordado.

2.2.2 APAC⁶⁶ SAGAS

A discussão sobre a preservação do tecido urbano da Zona Portuária começa a ganhar corpo com a possibilidade de implementação do projeto urbanístico aventado pela ACRJ. Marques (2015) destaca que o projeto urbanístico previa a desapropriação em larga escala e muitos aterramentos, mas foi amplamente repudiado pelos moradores dos bairros, que, por fim, reagiram e se deram conta da importância de uma legislação que protegesse o patrimônio urbanístico da área.

Inicia, então, em 1983, a discussão do Projeto Sagas⁶⁷ e perdura até 1985⁶⁸, quando foi decretado, modificando o *status* de diversos espaços, preservando cerca de 2 mil bens da região e impedindo a construção de um teleporto. O decreto de 1985 foi transformado na Lei 971/87⁶⁹ por pressão da população na Câmara Municipal e, posteriormente, regulamentada pelo Decreto 7351/88⁷⁰. Nessa época, ainda se

⁶⁶ A mudança da terminologia de APA para APAC foi possível em 1992, ano do Plano Diretor Decenal da cidade do Rio de Janeiro (lei complementar 16/1992), que estabeleceu os alicerces para as APACs, tornando este um importante instrumento para a proteção do ambiente construído.

⁶⁷ Esta sigla representa as iniciais dos bairros da Zona Portuária – Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

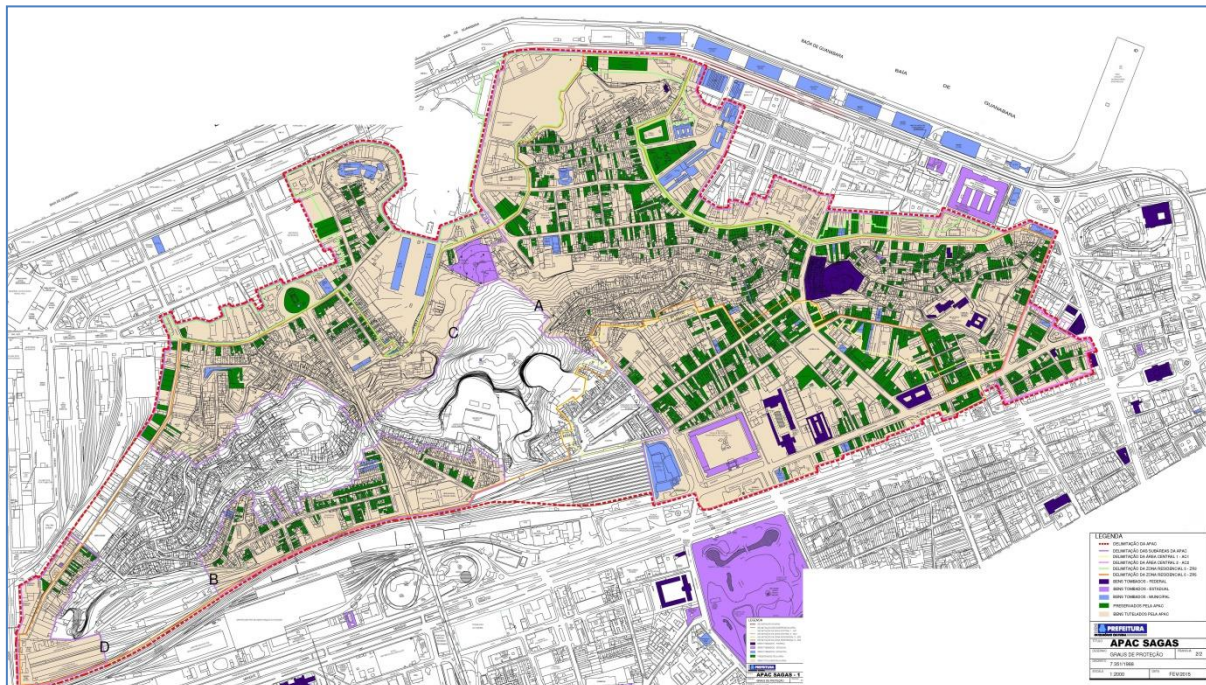
⁶⁸ Decreto 5459, de 08/11/1985, primeiro decreto que delimitou a área de proteção e que classificou uma extensa lista de imóveis como de interesse para preservação e recomendou o tombamento de vários outros.

⁶⁹ Lei 971, APA do SAGAS, de 04/05/1987.

⁷⁰ Decreto regulamentando a Lei, Dec. 7351, de 14/01/1988.

denominava APA do SAGAS. A identificação como APAC (Mapa 1) decorre do Plano Diretor de 1992 (FARIA, 2016).

Mapa 1 – APAC SAGAS



Fonte: Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/apac>. Acesso em 30/08/2019

O projeto previa que os “bens tombados” não poderiam ser mais demolidos, nem passariam por alterações que descaracterizassem as partes internas ou externas, pois expressam valor excepcional. Os bens “preservados” poderiam ter o interior modificado, mas deveriam seguir regras do órgão patrimonial e não poderiam ser demolidos ou ter a fachada e outras partes do imóvel alteradas, sendo a qualidade do seu conjunto a ser preservada. Os bens “tutelados” seguiriam os parâmetros dos imóveis vizinhos tombados ou preservados, assim teriam uma restrição em sua ambiência.

O instrumento urbanístico da APAC SAGAS determinava que não apenas a morfologia dos imóveis, mas também os modos de vida populares locais também fossem protegidos, mas numa perspectiva de preservar a memória edificada, especialmente os prédios e dos monumentos notáveis. Conforme informação divulgada em veículo oficial da prefeitura:

Em uma APAC, independente do valor individual deste ou daquele imóvel, o que importa é o valor de conjunto. A proposta de proteção de uma área é precedida de um estudo da evolução urbana do lugar, mapeando sua forma de ocupação e seu patrimônio edificado, bem como as relações que os imóveis, logradouros e atividades ali desenvolvidas estabelecem entre si. (PCRJ, 2019)⁷¹

No entanto, o instrumento urbanístico da APAC SAGAS garante proteção aos bens materiais, não fazendo referência aos demais componentes imateriais da área em tela, o que viria a acontecer só mais recentemente, inclusive com a ampliação do conceito de patrimônio imaterial e outros mecanismos de proteção, conforme será abordado mais à frente. Nesse quadro, à medida que o conceito de patrimônio foi se ampliando, as políticas de patrimônio incorporaram novos significados, ocupando-se de objetos distintos e envolvendo diferentes atores.

Albinati (2018) salienta que o surgimento da APAC SAGAS se deu num momento em que muitos registros da história da escravidão não ainda haviam sido desenterrados e a imagem para consumo turístico projetada pela Prefeitura do Rio de Janeiro era a de um conjunto remanescente de ocupação portuguesa e espanhola, características presentes em parte da ocupação do Morro da Conceição. A autora ainda reforça que a evidência desse aspecto contribuía para invisibilizar a presença negra na constituição daquele território portuário.

Guimarães (2014) destaca que a metodologia implementada no Projeto SAGAS não se limitou à alteração da legislação ao classificar os imóveis em “históricos” e “culturais”, pois a delimitação dessa área de proteção acabou indicando quais espaços eram protegidos e quais poderiam ser transformados ou vendidos, o que veio a ocorrer logo em seguida na gestão do prefeito Cesar Maia (1993 – 1997) com a classificação espacial dos imóveis servindo para segmentar as ações de reurbanização da Zona Portuária.

Nesse cenário, a década de 1990 foi marcada por diversos projetos urbanísticos que promoveram transformações em várias partes da cidade. Na Zona Portuária, a proposta da “volta ao centro” estava no auge e projetos como o Rio-

⁷¹ Área de Proteção do Ambiente Cultural (APAC). Apresenta explicação gerais sobre as APACs. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apac.shtm>. Acesso em: 30/05/2019.

Cidade⁷² e Favela-Bairro⁷³ foram desenvolvidos e contemplaram espaços intitulados a partir de categorias como “vazio”, “degradado” e “abandonado”. Assim, articulavam e construíam retóricas discursivas com a classificação dos espaços portuários. Dessa forma, ALBINATI (2018) destaca que:

A história da APAC SAGAS apenas ilustra o tipo de apropriação do patrimônio que os projetos renovadores levam a cabo, menos interessado no conteúdo dos objetos e práticas patrimonializados e nas relações de territorialidade que se estabelecem em torno desse patrimônio e mais no seu uso como signo da multiculturalidade que caracteriza as cidades globais. (ALBINATI, 2018, p.9)

Sobre esse aspecto, Nina Rabha⁷⁴, diretora do Centro de Arquitetura e Urbanismo, afirma que as medidas patrimoniais e urbanísticas realizadas nos bairros portuários e centrais seriam necessárias em função do processo de “abandono” e de “decadência” ocorrido no “núcleo histórico” da cidade. Ela ainda acrescenta que esse processo teria sido decorrente da progressiva expansão da malha urbana carioca, que distanciou os novos bairros de classe média e alta e atraiu as famílias em ascensão social e, como consequência, os imóveis dos bairros portuários e centrais sofreram com a falta de conservação física e a população local passou a ser obrigada a conviver no “submundo” de uma “zona perigosa” (GUIMARÃES, 2014)⁷⁵.

Como consequência dessas transformações e da elaboração discursiva resulta a idealização e a criação do Plano Porto do Rio em 2001, como se segue no próximo ponto.

⁷² Projeto Rio-Cidade foi um conjunto de intervenções em determinadas áreas da cidade para a melhoria de seus serviços e de sua infraestrutura, com a sua execução em 2 fases. Abrange 30 áreas no total nos bairros das zonas Norte e Oeste, não se restringindo à área central da cidade.

⁷³ Segundo a prefeitura, a principal meta do programa Favela-Bairro é integrar a favela à cidade. Iniciado em 1994 sob a coordenação da Secretaria Municipal de Habitação e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o programa implanta infraestrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais nas comunidades beneficiadas. Informações disponíveis em: http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm. Acesso em: 01/05/2019.

⁷⁴ Arquiteta, urbanista e professora universitária, Nina Maria Rabha faleceu em 2012. Servidora municipal, Nina atuou como administradora da 1ª Região da cidade de 1993 a 2000, foi diretora do Centro de Arquitetura e Urbanismo (CAU/SMU), de 2007 a 2008, e gerente de projetos no Instituto Pereira Passos. Foi estudiosa da área portuária, com trabalhos publicados.

⁷⁵ Informações extraídas da pesquisa que Roberta Guimarães realizou no morro da Conceição no período de outubro de 2007 a dezembro de 2009.

2.2.3 Projeto Porto do Rio

A área central e, em específico a Zona Portuária, apresenta marcas em sua paisagem decorrentes do processo de esvaziamento e de abandono do ambiente construído – incluindo inúmeros bens culturais – ocorrido ao longo das décadas de 1970/1980, conforme já abordado anteriormente.

O projeto Porto do Rio (2001)⁷⁶, elaborado pela Secretaria municipal de Urbanismo em parceria com o Instituto Pereira Passos, nasce, portanto, no contexto do Plano Estratégico (1995)⁷⁷, sob a segunda gestão de Cesar Maia na prefeitura num duplo mandato, de 2001 a 2008, numa década em que emerge o modelo de globalização no qual o enfoque cultural incorpora a renovação urbana, orientada pela lógica da dinamização econômica, pela valorização imobiliária e pelo controle social, transformando a cidade histórica em *cidade-atração* (SANT'ANNA, 2004). Prevaecem as mudanças culturais produzidas pelo paradigma do pós-modernismo (Harvey, 2005), em que se desenvolve um culto à memória, cada vez mais ampliado com o consumo de formas culturais históricas (CHOAY, 2001).

Nesse âmbito, o patrimônio urbano é encarado como peça de marketing e de promoção política de governos estaduais e municipais [e federal], fazendo com que proliferem no país intervenções que refletiram, em sua maioria, as contradições entre discurso teórico e atividade prática (SANT'ANNA, *idem*).

A proposta do Plano do Rio para a Zona Portuária era pautada em noções de transformação urbana designadas como “criativo”, “reestruturado”, “reciclado”, “renovado” e “moderno”, que postulavam “recuperar” e “revitalizar” a área através da alteração das condições de utilização e de ocupação do solo e da construção de equipamentos culturais e esportivos, inspirados em experiências ocorridas em importantes cidades portuárias do mundo (VASSALO, 2012).

⁷⁶ O Plano Porto do Rio elegeu como prioridade para a Zona Portuária a elaboração de um Programa de Recuperação e de Revitalização.

⁷⁷ O Plano Estratégico do Rio de Janeiro foi criado pela Prefeitura para viabilizar parcerias com a iniciativa privada e se aliou à Associação Comercial do Rio de Janeiro e à autarquia federal Companhia Docas (Compans, 2004).

O Plano Porto do Rio⁷⁸ de Recuperação e Revitalização da Região Portuária objetivava valorizar o patrimônio arquitetônico e urbano do Rio de Janeiro, encarando a área como espaço estratégico de desenvolvimento urbano. E, para tal, as intervenções no escopo do projeto foram organizadas em 3 eixos: legislação urbana, sistema viário e de transporte, estrutura urbana. E elas já priorizavam a ideia de tornar a área atrativa para novos empreendimentos privados, como MOREIRA (2011) aponta:

[...] aprimorando o sistema viário e tirando partido da paisagem e da Baía de Guanabara. Para tanto, o projeto criava diferentes polos de intervenções a fim de promover a integração das atividades portuárias e alterar as condições de utilização e ocupação do solo naquele momento. Os projetos buscavam ainda estabelecer novos marcos espaciais e polos funcionais. (MOREIRA, 2011, não.paginado)

Nessa perspectiva, uma das frentes para a “revitalização” no desenvolvimento de projetos especiais para Zona Portuária, dentro do plano, era a construção do Museu Guggenheim⁷⁹ Rio, instituição nova-iorquina famosa internacionalmente como indutora do turismo e da economia das cidades de Bilbao, Berlim e Veneza. Essa iniciativa, sob a gestão do então prefeito Cesar Maia, foi muito contestada pela sociedade civil em geral, pela organização profissional e pelos vereadores em função das vultosas cifras que seriam aplicadas na construção do museu.

Com projeto do arquiteto francês Jean Nouvel, a prefeitura gastaria só com os custos da construção mais de US\$133 milhões, acrescidos de US\$800 mil anuais (por cinco anos), mais quase US\$30 milhões para a recuperação do píer da Praça Mauá. Além disso, na ocasião, a prefeitura se comprometia a dar garantia, por dez anos, dos déficits operacionais até o valor de US\$12 milhões (O GLOBO, 2017)⁸⁰. No entanto, a construção da filial carioca do museu foi embargada na justiça e, em 2015, o ex-prefeito e a fundação foram condenados a restituir aos cofres públicos o valor aproximado de US\$ 2 milhões.

⁷⁸ Rio de Janeiro (RJ). Prefeitura - Secretaria Municipal de Urbanismo, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Diretoria de Urbanismo - DUR PORTO DO RIO. Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária. Edição: Diretoria de Informações da Cidade - DIC. Rio de Janeiro, 2002.

⁷⁹ Para maiores informações, ver: <https://www.guggenheim.org/>. Acesso em: 04/05/2019.

⁸⁰ Informação extraída do periódico O Globo. Ver em: <https://oglobo.globo.com/rio/relembre-os-projetos-para-rio-que-nunca-sairam-do-papel-22129805>. Acesso em: 04/05/2019.

No âmbito do Plano Porto do Rio, identificam-se as construções da Vila Olímpica da Gamboa em 2004 e da Cidade do Samba como frutos desse projeto. No entanto, não é identificada qualquer iniciativa patrimonial no contexto do Plano do Rio em projetos de visibilidade para a cultura negra na Zona Portuária, fato que viria a ganhar relevo sob a estrutura do Estado só um pouco adiante. Até então, as mobilizações para valorização da memória negra na Zona Portuária se apresentavam muito em função da contribuição de importantes atores locais⁸¹.

Nesse aspecto, Albinati (2018) corrobora ao afirmar que o cenário de disputas em torno da apropriação do patrimônio cultural na Zona Portuária carioca precisa ser encarado de forma dialética, pois envolve também ambiguidades e complexas relações entre valor de uso e valor de troca, bem comum e capital simbólico. Falaremos um pouco mais adiante quando tratarmos da cultura como memória e como (r)existência que, na área em estudo, apresenta sua especificidade.

Ainda que o Plano Porto do Rio não tenha sido efetivamente implantado, ele deixou novos sentidos para a Zona Portuária, entendida agora como uma região em que os investimentos no turismo, na cultura, no entretenimento eram a tônica para confrontar a “ociosidade” da região, os espaços “em ruínas” e os “vazios” existentes (PIO, 2014). De 2001 a 2009, com a concepção da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha assentado em contexto de parceria público-privada, esse projeto se apresenta em novas bases, no qual nos deteremos em seguida.

2.2.4 Porto Maravilha – Porto Maravilha Cultural

Dentro da Operação Urbana Consorciada - OUC, a dimensão cultural do Programa Porto Maravilha foi estabelecida em múltiplas linhas de ações voltadas à valorização e recuperação do patrimônio histórico, artístico e cultural, material e imaterial da Zona Portuária⁸². Inúmeras iniciativas foram desenvolvidas, como: construção de equipamentos culturais – o Museu de Arte do Rio - MAR e o Museu do

⁸¹ Esta lista é exaustiva e há inúmeros agentes culturais locais que promoviam ações culturais para valorização da cultura. Muitos em reação à ausência ou às ações controversas do Estado.

⁸² Lei Complementar nº 101/2009 que cria a OUC Porto Maravilha.

Amanhã (assinado pelo renomado arquiteto espanhol Santiago Calatrava), o programa Porto Maravilha Cultural, concebido pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP⁸³ na finalidade de promover “restauração de bens tombados, em ações do poder público e no apoio a iniciativas de valorização do patrimônio da região”⁸⁴, fomentar o ordenamento de feiras e eventos, a realização circuitos⁸⁵ de visita⁸⁶, na distribuição de recursos e na premiação de projetos de manifestação cultural⁸⁷.

O fomento financeiro da dimensão cultural do projeto se dá a partir da destinação de 3% do valor arrecadado pelos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), assegurado no parágrafo 7º do artigo 36º da LC 101/2009, e correspondendo a 105 milhões⁸⁸ para “recuperação e valorização do patrimônio e no fomento à atividade cultural”⁸⁹.

⁸³ A CDURP foi instituída pela LC 102/2011. A Companhia de sociedade mista foi criada para promover o desenvolvimento da AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro, bem como realizar concessões, visando à recuperação da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural da região portuária. Para executar as obras e prestar os serviços públicos municipais, foi contratada via licitação a Concessionária Porto Novo até 2026 nesta área da cidade. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/cdurp_portomaravilha. Acesso em: 05/05/2019.

⁸⁴ Fonte: Site do programa Porto Maravilha Cultural. http://portomaravilha.com.br/porto_cultural. Acesso em: 05/05/2019.

⁸⁵ Em razão do desenterramento do sítio arqueológico do Cais do Valongo no âmbito do Porto Maravilha e de sua vinculação com a memória da cultura negra, foi instituído pelo Decreto 34803 de 2011 o Circuito Histórico e arqueológico de celebração da herança africana, que abarca, além do Cais, outros pontos marcantes de memória, o Jardim Suspenso do Valongo, a Pedra do Sal, o Largo do Depósito, o Instituto dos Pretos Novos, e o Centro Cultural Jose Bonifácio.

⁸⁶ A partir da inauguração do MAR, em 2013, foram criados três circuitos de visita: um destinado às escolas, outro pelos canteiros de obra e um terceiro - denominado cultural, que visita pontos de interesse: MAR, Pedra do Sal, Jardim do Valongo, Igreja de São Francisco da Prainha, o Cais do Valongo e da Imperatriz e termina no espaço “Meu Porto Maravilha”, stand de caráter promocional, instalado em ponto estratégico na região. O circuito cultural foi vivenciado pela autora em 2015.

⁸⁷ A primeira edição do Prêmio Porto Maravilha Cultural contemplou 34 projetos com atividades na Região Portuária. Ao todo, foram R\$ 3,8 milhões distribuídos a ideias de pessoas Física e Jurídica. Cursos, shows, oficinas, festas, publicações e documentários compõem a lista de atividades que movimentam a área. Muitos dos projetos são contínuos e permanecem movimentando a cena cultural da região. Disponível em: http://portomaravilha.com.br/premio_porto. Acesso em: 05/05/2019.

⁸⁸ Fonte: página na internet do projeto Porto Maravilha. http://portomaravilha.com.br/web/sup/porto_maravilha_cultural.aspx. Acesso em: 07/05/2019.

⁸⁹ Fonte: página na internet do projeto Porto Maravilha. http://portomaravilha.com.br/web/sup/porto_maravilha_cultural.aspx. Acesso em: 07/05/2019.

A distribuição desse aporte financeiro explicita como os investimentos têm priorizado a gestão do patrimônio de iniciativa privada e, com isso, têm transferido para o setor privado a eleição dos projetos culturais, fragilizando as políticas de preservação, conforme pode ser evidenciado na figura abaixo (Figura 4) com os maiores orçamentos destinados para os equipamentos culturais âncoras do Porto Maravilha, o MAR e o Museu do Amanhã, abarcando mais de 60% do total, em detrimento de projetos e de iniciativas que promovam a cultura negra local, como pode ser visto no aporte destinado para a Quadra da escola de Samba Vizinha Faladeira, para o Cais do Valongo e para IPN, contabilizando módicos 1,4% do total.

Figura 4 – Tabela de distribuição dos recursos do Porto Maravilha Cultural até 2016

PORTO MARAVILHA CULTURAL		
Recebimentos 3%	114.496.737,41	
Pagamentos	(122.764.316,11)	% Part.
Gestão MAR - Odeon	(51.745.815,08)	42,2%
Gestão Museu do Amanhã - IDG	(24.628.572,00)	20,1%
Fundação Roberto Marinho - Obras MAR	(13.501.166,00)	11,0%
Restauração Galpões da Gamboa	(8.663.546,02)	7,1%
Restauração Centro Cultural José Bonifácio	(5.379.670,77)	4,4%
Restauração Igreja de São Francisco da Prainha	(4.246.962,77)	3,5%
Prêmio Cultural	(3.800.000,00)	3,1%
Pagamentos Diversos	(2.993.237,74)	2,4%
Edital de Projetos	(2.601.409,14)	2,1%
Instituto de Arqueologia do Brasil - IAB	(1.839.999,67)	1,5%
Restauração Filhos de Thalma	(1.235.275,41)	1,0%
Quadra Vizinha Faladeira	(1.110.220,00)	0,9%
IETS	(450.000,00)	0,4%
Cais do Valongo	(371.761,64)	0,3%
Instituto Pretos Novos	(196.679,87)	0,2%
Resultado Financeiro	8.267.922,47	
Saldo	(0,00)	

Fonte: <http://portomaravilha.com.br/recursos>. Acesso em: 07/05/2019

Borde e Sampaio (2012) afirmam que, dessa forma, perde-se a oportunidade de priorizar projetos de abrangência social [e histórica], em prol da prevalência da lógica capitalista neoliberal que considera o patrimônio cultural apenas como valor comercial ou estratégia de *city marketing*. E a área em tela apresenta a singularidade em evocar memórias, identidades e culturas dos negros, grupo social excluído historicamente dos processos circunscritos na sociedade.

Para além da valorização e recuperação do património material e imaterial que remeta à cultura negra e à memória da escravidão, como é o caso do Cais do Valongo, Guimarães (2014) questiona se a patrimonialização do Cais e a afirmação e a redenção da memória da escravidão trouxeram o reconhecimento social daqueles habitantes [negros] que, antes da “descoberta”, se colocavam como herdeiros da Pequena África. Essa indagação também percorre toda nossa pesquisa, numa perspectiva de que conhecer o passado não impede erros futuros, mas a experiência de desenterrar e de “escovar” o passado serve de base às ações presentes que buscam construir o futuro. E se faz necessária uma reflexão acerca das investidas modernizantes mercadológicas e preservacionistas resistentes para entender como a cultura foi incorporada concretamente nesse processo. É por esse caminho que investigaremos.

2.3 Modernização x Preservação

O enobrecimento espacial é um dos mecanismos dos grandes projetos urbanos, como podemos considerar a Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. Além da modernização no espaço, outros aspectos também orientam a realização de tais projetos e passam por ajustes. Nessa perspectiva, o elemento cultural se inscreve no planejamento estratégico e passa a ser encarado com um viés mercadológico, como um instrumento de promoção da cidade e, para tal, são instalados equipamentos de animação ligados à cultura.

Harvey (2005) salienta que a governança urbana se orientou mais para ofertar um “ambiente favorável aos negócios” e, dessa forma, elaborou todos os tipos de chamarizes para atrair esse capital à cidade.

Assim, zonas portuárias e centros históricos, ao passarem por transformações revitalizantes para além do seu espaço físico-territorial, contribuiriam para que os lugares apresentassem vantagens comparativas, sinergias localizadas, amenidades na competitividade e na venda das cidades. O componente cultural com a tônica estilizante serviria para propagar as imagens da cidade modernizada. Arantes (2013) destaca que a cultura inscrita no planejamento estratégico é convertida e resumida

em imagens, ou seja, a representação e a interpretação do elemento cultural adquirem função de moldar uma coletividade e, ao mesmo tempo, propiciar o desenvolvimento do sistema de negócio responsável por prover essa mesma cultura, convertida, então, em imagem-produto ao mercado local e internacional.

A cidade como fenômeno estético e manifestação cultural funde as dimensões simbólicas associadas ao belo e à representação do mundo ideal. A imagem passa a ser parte importante da produção e da renovação dos lugares urbanos (Sánchez, 1997). Esses padrões estéticos da cidade embelezada servem para promover uma constante exposição dos lugares abarcados pelos grandes projetos urbanos. Para Faria (2016), a proliferação de museus ocorre não apenas como efeito da culturalização da cidade, mas como afirmação de poder e de apuro estético na construção da imagem, refletindo, portanto, a noção hegemônica da cidade mercadoria. Nessas dinâmicas, os museus impõem sua soberania estética como monumentos.

Assim, a cultura local e a identidade dos lugares passam a ser enfatizadas e ancorar essas operações. Nas palavras de Vaz (2004):

No mundo global, onde a modernização gerou a estandardização e a homogeneidade, e em que muitas cidades industriais viram diluir-se a sua identidade, a diferenciação através da pujança da identidade local se torna um trunfo essencial. [...]. Nesse sentido, considera-se que é principalmente através da cultura que as cidades poderão se individualizar, acentuando suas identidades, marcando seu lugar no panorama mundial. (VAZ, 2004, p. 33).

Os aspectos da homogeneidade ou da pasteurização dos lugares na globalização capitalista e da singularidade ou da particularidade na indução da rentabilidade e da competitividade são fatores contraditórios, mas que devem ser levados em consideração. De acordo com Harvey (2005), quanto mais facilmente negociáveis forem os itens que singularizam e que particularizam os lugares, menos únicos e especiais eles se configuram. Eles vão “perdendo” o requisito de “qualidades exclusivas” conforme sua especificidade é reduzida.

Vaz (2004) adverte que existem dois pontos de inflexão ao se considerar o aspecto cultural: o fato que se refere à revitalização associada à memória, ao patrimônio e a demandas locais [e à preservação], e o fato que se refere à mercantilização, à globalização, à espetacularização [e à modernização] da cidade e da cultura.

Nessa perspectiva, elegemos os empreendimentos do Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã, considerados “âncoras” do Projeto Porto Maravilha, como regime de fachadas do espetáculo modernizante e do entendimento da cultura na Zona Portuária do Rio como commodities⁹⁰. No entendimento da cultura como um mecanismo de preservar e de valorizar a memória e a história local e de servir como (r)existência, elegemos o Instituto dos Pretos Novos - IPN⁹¹.

2.3.1 A cultura como commodities ou espetáculo modernizante

O Museu de Arte do Rio - MAR e o Museu do Amanhã são considerados os equipamentos culturais âncoras do projeto de revitalização modernizante realizado na Zona Portuária, o já mencionado Porto Maravilha. A criação desses espaços funciona como chancela cultural da visibilidade para a consecução do projeto revitalizante e adquirem a função de maximizar as potencialidades econômicas locais, dando ênfase à imagem urbana por meio da exposição e da projeção da cidade no cenário internacional, com vistas à atração de fluxos financeiros e turísticos. Vaz (2004) reitera que a cultura se torna o grande negócio da cidade-mercadoria, e esta se torna cada vez mais espetacular.

Nesse sentido, o MAR e o Museu do Amanhã foram concebidos no contexto da Operação Urbana Consorciada do Porto Maravilha, numa parceria público-privada. A forma de administração desses equipamentos culturais se baseia numa Organização Social – OS, a gestão do MAR ficando responsável pelo Instituto Odeon, enquanto o Museu do Amanhã é comandado pelo Instituto de Desenvolvimento e Gestão - IDG, que possui estreita relação com a Fundação Roberto Marinho. Melo (2018), ao discorrer sobre a lei das organizações sociais no Rio de Janeiro e a efetivação do projeto neoliberal, destaca que:

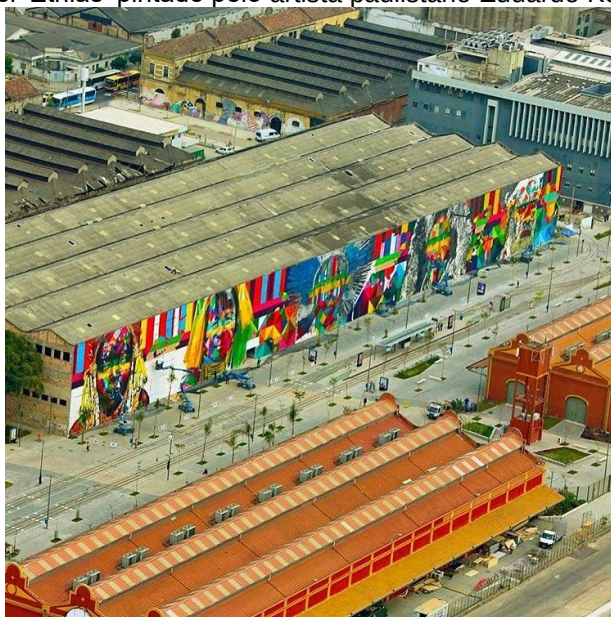
⁹⁰ Significa mercadoria.

⁹¹ Decidimos eleger o Instituto dos Pretos Novos em função da sua importância histórica, bem como pelos seus diversos movimentos e esforços pela permanência e pelo funcionamento na área. Em muitos momentos, sem apoio e sem incentivo do poder público.

A naturalização das chamadas políticas de parcerias entre Estado e organismos privados para gerir e executar políticas sociais em diversas áreas significa um passo adiante rumo aplicação efetiva de pressupostos emanados em termos genéricos e abstratos pelos formuladores do projeto de sociedade dominante. A privatização ganha novos contornos, mesmo sem haver venda expressa de serviços à população, mas sem com isso deixar de representar um flanco de negócios por meio da utilização, mais uma vez, do acesso ao fundo público como forma de rentabilidade. (MELO, 2018, p.10-11)

Esses equipamentos entram no *rol* da estetização dos espaços juntamente às transformações no mobiliário urbano, na iluminação, no paisagismo, no design e na arte pública, como o painel pintado pelo artista paulistano Eduardo Kobra no Boulevard Olímpico⁹². Esses aspectos buscam revelar a diferenciação de cada cidade, pretendendo um contraponto à homogeneização e reforçando o que e quem deve ser visto. A figura 5, a seguir, exhibe o painel pintado pelo artista Eduardo Kobra na Zona Portuária.

Figura 5 - Painel 'Etnias' pintado pelo artista paulistano Eduardo Kobra em 2016



Fonte: Instagram Kobrastreetart

Na comemoração dos 448 anos do Rio de Janeiro, no dia 1º de março de 2013, o Museu de Arte do Rio - MAR foi inaugurado. Foram investidos 76,6 milhões de reais⁹³ para a construção de 15 mil metros quadrados e oito grandes salas de

⁹² Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/mural-de-3-mil-metros-quadrados-feito-por-eduardo-kobra-vira-point-no-rio/>. Acesso em: 18/05/2019.

⁹³ Informação extraída do site do Jornal O Globo. Fonte: <https://oglobo.globo.com/cultura/apos-obra-de-766-milhoes-museu-de-arte-do-rio-abre-as-portas-em-setembro-5411090>. Acesso em: 18/05/2019.

exposição. O museu apresenta mostras temporárias que visam abordar o Rio de Janeiro como tema permanente e também em outros temas variados. Isso pode ser visualizado na imagem abaixo (Figura 6), em que o samba dá destaque às figuras emblemáticas, demonstrando como as demandas locais devem ser lembradas.

Figura 6 - Painel sobre a exposição O Rio de Samba no MAR



Legenda: Painel exibindo a exposição O Rio de Samba: resistência e reinvenção, no Museu de Arte do Rio.

Fonte: A autora, 2019.

Os dois prédios que compõem o complexo passaram por muitas obras. O Palacete Dom João VI, inaugurado em 1916 e tombado pelo município em 2010, foi submetido a um longo e meticuloso processo de restauro para se transformar no pavilhão de exposições do MAR. Um dos maiores desafios da equipe da obra foi unir dois edifícios tão diferentes. A harmonia entre os imóveis foi possibilitada pela cobertura fluida que lembra ondas do mar, uma das características mais marcantes na arquitetura do complexo. Profissionais de diferentes áreas de conhecimento participaram desse processo - arquitetos, carpinteiros, pintores, artistas e administradores⁹⁴.

O museu ainda abriga a Escola do Olhar, espaço destinado à educação e à formação continuada em artes e em cultura visual com professores e com educadores. Além do ensino formal, desenvolve também, nesse espaço, cursos, workshops,

⁹⁴ Informação extraída do site do Programa Porto Maravilha. Disponível em: https://portomaravilha.com.br/museu_arte. Acesso em: 19/05/2019.

palestras, debates, mostras, seminários nacionais e internacionais de assuntos que integram arte e educação⁹⁵.

Outro ícone da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha é o Museu do Amanhã (Figura 7), inaugurado em dezembro de 2015. A construção do museu foi assinada pelo renomado arquiteto espanhol Santiago Calatrava a um custo de 215 milhões. Segundo o Portal da Transparência da prefeitura do Rio, R\$ 56.003.994 já foram pagos à Fundação Roberto Marinho pelo "Programa Porto Maravilha" desde 2010⁹⁶.

Figura 7 – Museu do Amanhã



Fonte: https://portomaravilha.com.br/museu_Amanha. Acesso em: 19/05/2019

Ele ocupa uma área de 80 metros quadrados sobre a Baía de Guanabara e estrutura sua atuação tendo a tecnologia como suporte, em ambientes imersivos, em instalações audiovisuais e em jogos. Traz à cidade, pela primeira vez, o conceito de museu experiencial, no qual o conteúdo é apresentado de forma sensorial, interativa e conduzido por uma narrativa. O espaço examina o passado, apresenta tendências

⁹⁵ Informação extraída do site do Museu de Arte do Rio. Disponível em: <https://www.museudeartedorio.org.br/pt-br/educacao>. Acesso em: 19/05/2019.

⁹⁶ Disponível em: www.redebrasilatual.com.br/blogs/helena/2015/12/fundacao-roberto-marinho-ganha-r-56-mi-da-prefeitura-para-gerir-museus-que-estavam-em-construcao-4022.html. Acesso em: 11/08/2018.

do presente e explora cenários possíveis para os próximos 50 anos a partir das perspectivas da sustentabilidade e da convivência⁹⁷.

Desde a sua inauguração, no fim de 2015, o museu recebeu cerca de 3,7 milhões de visitantes⁹⁸. No entanto, apesar do seu volumoso investimento e do seu apelo imagético vinculado ao seu marketing, ele não está presente na listagem dos 100 museus mais visitados no mundo em 2018. Os Centros Culturais do Banco do Brasil (CCBB) do Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo e Belo Horizonte, e o Instituto Tomie Ohtake, em São Paulo, completam o grupo como os equipamentos culturais que ocupam as primeiras posições dos museus mais visitados no país⁹⁹.

O equipamento do Museu do Amanhã foi a visibilidade e a centralidade máxima do projeto de revitalização do Porto Maravilha. Como evidenciamos nas palavras do então prefeito Eduardo Paes: “Essa aqui é a cereja do bolo. Isso aqui é o ícone maior da revitalização da Zona Portuária. Isso aqui vai ser uma marca nova para essa cidade, como são os Arcos da Lapa, como é o Maracanã, como é o Cristo Redentor. Isso aqui vai ser certamente uma nova marca da nossa cidade”¹⁰⁰. O discurso empreendido pelo agente público evidencia a cidade não para ser vivida e sim exibida por meio das estratégias do *city marketing*, como reitera Jacques (2004):

[...] o que se vende é a imagem de marca da cidade e, mais do que isso, consultoria internacionais de marketing urbano que visam criar novas imagens de marca de cidades que utilizam a cultura como fachada tanto para a especulação imobiliária quanto para a propaganda política (JACQUES, 2004, p.25)

⁹⁷ Informações extraídas do site do Programa Porto Maravilha. Disponível em: https://portomaravilha.com.br/museu_Amanha. Acesso em: 19/05/2019.

⁹⁸ Informação extraída do site do Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/com-museus-cidade-das-artes-em-risco-cariocas-se-mobilizam-enviam-carta-prefeitura-23912367>. Acesso em: 31/08/2019.

⁹⁹ Informação extraída do site do Jornal O Globo. Pesquisa divulgada pela publicação especializada *ArtNewspaper*, da Inglaterra. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-04/museus-brasileiros-aparecem-em-lista-dos-100-mais-visitados-do-mundo>. Acesso em: 31/08/2019.

¹⁰⁰ Informação extraída do Jornal O Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/11/comecam-obras-para-o-museu-do-Amanha-no-rio.html> Acesso em: 19/05/2019.

Nesse sentido, a criação do MAR e do Museu do Amanhã¹⁰¹, nessa área revitalizada, resulta num ambiente de consumo designado por Meyer (1999, p.44) como “urbanismo culturalizado”. E, como Vaz (2004) afirma, esses espaços, com seu antigo patrimônio histórico e cultural revitalizado, com os novos equipamentos culturais e com os espaços públicos devidamente planejados e projetados, terão o máximo de visibilidade. Assim, as imagens [e as cidades] terão o máximo de divulgação.

2.3.2 A cultura como memória e como (r)existência

Le Goff (2016) define memória, no campo científico global, como propriedade de conservar certas informações, o que nos remete, em primeiro lugar, a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.

Nesse aspecto, o Instituto dos Pretos Novos (Figura 8), criado em 2006 após 10 anos dos achados do Cemitério dos Pretos Novos, consiste num local onde foram depositados os restos mortais de jovens, de mulheres, de crianças e de homens africanos trazidos do continente africano¹⁰². Estima-se, atualmente, que o cemitério tenha recebido entre 50.000 a 100.000 corpos dos pretos novos¹⁰³. Este local, situado na Gamboa, aciona muitos sentidos da memória, na medida em que, por ocasião de uma obra realizada na fundação da casa, foram encontradas ossadas humanas a poucos centímetros de escavação¹⁰⁴, além de artefatos de ferro, argolas, colares, e de barro, como cachimbos e cerâmicas.

¹⁰¹ Vale registrar que os referidos equipamentos culturais são anunciados com frequência na mídia a dificuldade financeira para a sua manutenção e até uma possibilidade de paralisação de suas atividades e de seu fechamento, atingindo em cheio a cena cultural carioca. Disponível em: <https://diariodorio.com/sem-verbos-museu-de-arte-do-rio-cidade-das-artes-e-museu-do-Amanha-podem-fechar/>. Acesso em: 31/08/2019.

¹⁰² Carta de Recomendação do Valongo, 2011.

¹⁰³ MARQUES, 2015.

¹⁰⁴ Informação extraída do site do Instituto dos Pretos Novos. Disponível em: <http://pretosnovos.com.br/museu-memorial/>. Acesso em: 25/05/2019.

Figura 8 – Instituto dos Pretos Novos



Fonte: Retirada do site do Instituto Pretos Novos. Disponível em: http://pretosnovos.com.br/wp-content/uploads/2018/02/IMG_3836.jpg Acesso em: 25/05/2019

É necessário explicar quem eram os pretos novos, por que assim eram chamados e qual a intensidade desse local em evocar memórias tão expressivas para o Rio de Janeiro e para a escravidão no Brasil. Dessa forma, a terminologia “pretos novos” foi uma construção das sociedades escravistas, a qual Tavares (2010 apud Marques 2015) descreve como:

Descrição mercadológica [que] designou o indivíduo cativo recém-chegado do continente africano e já apto para venda como preto novo. Era preto (descrição de sua cor de pele e de sua procedência africana) e novo (semelhante a qualquer produto sem uso), pois nunca havia sido escravo de ninguém. Portanto, não poderia ser negro novo, já que ainda não tivera, juridicamente, um dono em território brasileiro. Depois de sua venda, a sua relação jurídica e mercadológica seria reconhecida através de contratos de compra e venda, de hipotecas, de recibos e de cartas de alforrias. Ao sair do mercado do Valongo, ele seria um semovente, um bem e, portanto, um negro de alguém. No passar de séculos, milhares de indivíduos pretos se transformaram em negros ao serem vendidos. Dessa forma, aqueles que morreram no período de quarentena ou ainda nos barracões do mercado do Valongo, sem serem vendidos e que foram inumados na pequena necrópole, hoje localizada na rua Pedro Ernesto no bairro da Gamboa, serão para sempre pretos novos (2010, p. 56).

A criação do Cemitério dos Pretos Novos, por Marques de Lavradio, está relacionada ao atendimento do mercado de escravos do Valongo entre 1769 e 1830.

Ele substituiu o mercado que funcionava próximo ao cais da Praça XV, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Nora (1993) considera que os lugares podem acionar memórias. Nesse sentido, o IPN, com todo seu significado para a cidade do Rio de Janeiro e para a escravidão no Brasil, se relaciona com a curiosidade pelos lugares onde a memória se materializa, se cristaliza e se refugia e está ligada a um momento particular da nossa história. É momento de articulação em que a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas em que o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema da sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória, porque não há meios de memória.

Por que há esquecimento histórico desses lugares que evocam memória da escravidão? Le Goff (2016) contribui, mencionando que uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e que dominam as sociedades históricas é o fato de as forças sociais, pelo poder, se converterem em senhores da memória e do esquecimento, pois este, juntamente dos silêncios da história, são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Para Michael Pollak (1989), a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, levando em conta também que as memórias concorrentes dão origem a identidades sociais coletivas que se transformam ao longo da História. “A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes.” (POLLAK, 1989).

O IPN, juntamente a outros 5 pontos históricos da Zona Portuária, integra o Circuito Histórico e arqueológico de celebração da herança africana, instituído em decreto¹⁰⁵ pela prefeitura em 2011. São eles: o Jardim Suspenso do Valongo, onde se localizava o mercado de escravos, mas que fora encoberto por uma obra com jardins no estilo romântico ingleses, realizada por Pereira Passos no início do século XX, o Centro Cultural Jose Bonifácio, centro de referência da cultura negra, instalado

¹⁰⁵ Decreto 34803 de 29 de novembro de 2011.

ainda na década de 1980 e reinaugurado em 2013, a Pedra do Sal, reconhecida como local de origem do samba, de acolhimento e espaço de sociabilidade dos negros, o Largo do Depósito, que era o local da venda, o local do comércio, e o Cais do Valongo, local de desembarque e de comércio de africanos escravizados, que será retomado no capítulo 4. Esses 6 pontos constituem, portanto, a materialização dos valores culturais associados à cultura negra e à memória da escravidão¹⁰⁶.

Além da constituição do Circuito, outras iniciativas se sucederam em favor da afirmação da memória e da cultura negra, como a criação do Grupo de Trabalho Curatorial do Projeto Urbanístico, Arquitetônico e Museológico do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, que instituiu uma esfera de debate e de tomada de decisões, envolvendo Prefeitura e movimento negro, que indicaram o tombamento das Docas Pedro II¹⁰⁷, realizado pelo IPHAN e a candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio mundial, igualmente abraçada pelo IPHAN, que assumiu a produção do respectivo dossiê para encaminhamento a UNESCO.

Possibilitar a preservação e dar essa visibilidade da história e da memória escravizadas dentro do contexto da criação do Circuito de Herança Africana e da reestruturação urbana empreendida para essa região da cidade é importante no sentido de quebrar o ciclo da “ausência”, como defende Cicalo (2011), de modo a não favorecer um histórico silenciamento conveniente acerca de aspectos que remetam à memória da escravidão. Le Goff (2016, p. 390) complementa, dizendo que “a verdade consiste em evitar o esquecimento. Existe um dever de memória, principalmente em relação ao que dói e incomoda”, demandando uma reparação.

Nesse sentido, o autor (*ibidem*, p.437) ainda destaca que “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens”.

A luta pelo funcionamento do IPN e o não encerramento das suas atividades envolveu, em 2014, a sua presidente, Merced Guimarães, que tomou a decisão pelo

¹⁰⁶ Muitos patrimônios culturais e sociais parecem ter sido invisibilizados neste processo de reestruturação urbana. Essas presenças e heranças negras não reconhecidas necessitam ser identificadas e valorizadas por outras pesquisas, de modo a não se transformar numa amnésia permanente no futuro.

¹⁰⁷ O prédio Docas Pedro II, construído em 1779 e projetado pelo engenheiro negro André Rebouças, situa-se em frente ao Cais do Valongo e vem por anos sendo utilizado pela ONG Ação da Cidadania. Este prédio encontra-se atualmente em disputa judicial entre o MPF e a referida ONG.

fechamento do Instituto. Tal medida reverbera em diversos meios e mobiliza a sociedade civil, os pesquisadores, os ativistas de movimentos negros e faz a notícia chegar ao Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, principal órgão que atua nas questões patrimoniais na cidade - e ao CDURP, conseguindo, naquela data, um alívio financeiro para a instituição. De lá para cá, os repasses públicos não se perpetuaram¹⁰⁸ e a sobrevivência da instituição se faz por meio de doações e de custeios próprios a partir da realização de diversos cursos.

O esquecimento e a inviabilização institucional apresentam que a história e a memória da escravidão negra no Rio de Janeiro e no Brasil são conquistadas a partir de luta política e de disputas múltiplas e até mesmo conflitantes. E a inserção da cultura negra e seu patrimônio que comprovam, espacialmente, a ocorrência do genocídio negro se fizeram e se fazem por meio da (r)existência para a preservação, do não esquecimento da memória da escravidão e do combate às suas consequências, como o racismo, a discriminação racial e a intolerância religiosa. Desse modo, o IPN também simboliza o passado retornando ao presente, mesmo quando enterrado, constringendo narrativas da cidade como o espaço onde *todos* convivem *harmoniosamente*.

Em resumo, as transformações históricas ocorridas na Zona Portuária e a sua valorização patrimonial imprimiram significativas mudanças, concretas e simbólicas no espaço em questão. Desta forma, buscaremos investigar, no próximo capítulo, de que maneiras as informações sobre a Zona Portuária e as iniciativas de cunho cultural, em especial o Cais do Valongo, alcançaram a grande mídia no contexto da sua revitalização urbana, refletindo sobre o modo como os conteúdos estão sendo divulgados, bem como examinar quais narrativas estão sendo criadas e aventadas pelos diversos atores envolvidos no processo de revitalização urbana.

¹⁰⁸ Informação extraída do Jornal O Globo. Disponível em:: <https://oglobo.globo.com/rio/sem-dinheiro-para-manutencao-instituto-dos-pretos-novos-lanca-curso-para-arrecadar-material-de-limpeza-22645563>. Acesso em 25/05/2019.

3 PRODUÇÃO DA CIDADE E CONSTRUÇÕES DE NARRATIVAS SOBRE A ZONA PORTUÁRIA

Na intenção de abordar a estrutura essencial da pesquisa, a problematização deste capítulo se estabelece na relação entre a produção do espaço urbano e as iniciativas de cunho cultural, em especial a patrimonialização do Cais do Valongo, a partir da observação de que a cultura pode ser capitaneada para fins mercadológicos e também pode representar como elemento de memória e de resistência. Objetiva-se, portanto, neste capítulo, identificar e analisar as distintas narrativas produzidas na Zona Portuária revitalizada e, em especial, sobre a cultura negra representada pelo Cais do Valongo, a partir das intervenções urbanas empreendidas nesta região.

Em virtude dos grandes interesses que movem as práticas da reestruturação da Zona Portuária, prioritariamente voltadas para a mercantilização e para a promoção cultural das cidades e dos seus espaços imanentes, suspeita-se de que possa haver comprometimento da esfera da cultura negra com os objetivos dos projetos de reestruturação da área em questão. Buscamos, nesse sentido, à luz de uma abordagem geográfica e das Ciências Sociais afins, compreender os sentidos das enunciações bem como seu papel nas estratégias de promoção da Zona Portuária orientadas pela lógica própria de mercado. Cabe, assim, reconhecer nas distintas apropriações, nas narrativas produzidas e nas práticas da governança urbana empreendedorista, as relações estabelecidas e concebidas pelos agentes envolvidos. Objetiva-se também considerar e reconhecer as narrativas confrontantes de outros agentes, no sentido de eles nos mostrarem uma perspectiva menos generalizante, trilhada nos interstícios das ações sociais e imbuída de significados e carregada dos próprios contextos e vínculos que possuem com o lugar. Para tal, o capítulo foi subdividido, abordando o percurso metodológico traçado na pesquisa, as fontes e a ferramenta aplicada, assim como as análises e os conteúdos das narrativas textuais sobre a Zona Portuária revitalizada.

3.1 Um Percurso de Método e de Procedimentos de Pesquisa

3.1.1 Metodologia aplicada: análise de conteúdo (AC) como ferramenta de pesquisa

Uma vez delineada a pesquisa, realizou-se o efetivo esforço de: a) definição mais alinhada do objeto, b) reconhecimento das contradições na realidade concreta, c) coleta, seleção e tratamento do material, d) adoção de instrumentos de análise apropriados. Por todo esse percurso de trabalho, manteve-se conduta atenta aos princípios metodológicos estabelecidos como procedimento a ser seguido.

Havia a consciência do nível de subjetividade e plasticidade em que as dinâmicas socioespaciais da área em tela estavam estruturadas, no entanto elas também se realizavam em processos dialeticamente relacionados. Fez necessário também, ao se considerar o recorte da cultura negra, que as estratégias de promoção cultural da cidade pela lógica própria de mercado afetam não apenas a área em que se delimita seu recorte, mas a cultura negra e seu grupo social que historicamente foi invisibilizado e ocultado dos espaços sociais. Nesse sentido, é necessária uma conjunção de esforços e de diálogos em prol do não ocultamento desses sujeitos.

Assim, um dos desafios no reconhecimento do contexto de pesquisa situou-se em identificar por detrás das dinâmicas percebidas - que podem ser concretamente identificadas em fatos, como: transformações urbanas, construção de equipamentos culturais, obras de reconhecimento de lugares históricos, reestruturação de espaços públicos, dentre outros, os capitais de diversas naturezas que nesses se abrigam: econômico, social, cultural e simbólico, que subjetivamente estão sendo acionados e disputados pelos agentes dos processos em curso e produzindo a constante modificação desses (BOURDIEU, 2015,136-137).

Para guiar nossas discussões, pincelaremos aqui algumas breves ponderações sobre o campo das palavras por meio dos conteúdos, das comunicações que os sujeitos, as instituições e os papéis expressam a partir dos textos e das falas elaboradas sobre a realidade socioespacial, já que estas serão nossa forma principal de análise e de tratamento dos dados primários e dos dados secundários levantados nas entrevistas realizadas e na busca em acervo digital. Consideraremos os modos

de apropriações e as narrativas produzidas tanto de planejadores profissionais a serviço do aparelho de Estado (agentes entendidos como “consonantes”)¹⁰⁹, acessados por meio das reportagens do acervo digital do jornal O Globo, quanto de pesquisadores, de representante do legislativo, do membro do “povo de santo”, do representante de comissão em defesa do negro (agentes entendidos como “dissonantes”)¹¹⁰ acessados por meio, das entrevistas¹¹¹, que duraram em média 60 minutos cada.

Para operacionalizar a pesquisa, elegeu-se então a análise de conteúdo textual do acervo selecionado em nossa triagem primária. A escolha da análise de conteúdo como recurso metodológico perpassa a certeza, de acordo com BARDIN (1977), da grande riqueza da possibilidade em ultrapassar as “aparências”, em ir além dos níveis mais superficiais do texto, atingir os meandros e, assim, abarcar seus interstícios e suas mensagens obscuras, um desvendar crítico.

A análise de conteúdo é, de maneira geral, um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados, utilizando a técnica da interpretação de textos em suas diversas formas de manifestação, a saber: escritos, filmados, fotografados, pintados etc, baseando na compreensão do pensamento do sujeito por meio do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente da linguagem. Sendo assim, para BAUER (2002), a análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao seu contexto social.

Acreditamos que o conteúdo também pode expressar determinados discursos¹¹², pois, como salienta FAIRCLOUGH (2003), ao discurso atribuímos uma grande riqueza de considerarmos a linguagem como uma parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada com outros elementos intrínsecos a ela, o que nos conduz a um caminho que ajuda na compreensão das próprias práticas sociais

¹⁰⁹ São sujeitos que possuem seu protagonismo veiculado pela grande mídia. Lima (2013) destaca que suas elaborações discursivas buscam um consenso dominante e são facilmente legitimadas.

¹¹⁰ São sujeitos que possuem seu protagonismo ocultado, relegado ao papel de figurantes no último plano e suas falas não possuem o mesmo alcance dos sujeitos responsáveis pelas falas “oficiais”.

¹¹¹ As entrevistas serão abordadas no capítulo 4.

¹¹² Consideraremos o discurso como narrativa sem comprometer a análise, uma vez que não problematizaremos teoricamente o conceito do “discurso”.

sobre o espaço urbano – que referencia e que condiciona relativamente a dinâmica da sociedade.

Numa perspectiva histórica, Bardin (1977) destaca que a técnica foi aplicada inicialmente nos Estados Unidos, acerca de quase meio século atrás, como um instrumento de análise das comunicações de massa, em que se multiplicavam pesquisas jornalísticas quantitativas, pautadas pelo rigor científico e com o objetivo inicial de conferir o grau de “sensacionalismo” dos artigos publicados nos periódicos rurais e urbanos. Machado (2018, pg. 100-101) sintetiza que a influência positivista fica evidente quando se constata um deslumbramento com a identificação e com a contabilização de aspectos visuais e de localização, tendo como elemento de destaque a contagem deles.

Na esteira das Guerras Mundiais, as análises da imprensa prolongam-se para o estudo da propaganda que, com grande influência do *Behaviorismo*, procurava descrever os comportamentos como resposta aos estímulos visuais e linguísticos dos textos e das imagens, ainda de forma bastante rigorosa no que diz respeito à “cientificidade positivista”, de maneira a ignorar, mesmo com a aparentemente óbvia proximidade, as contribuições da Linguística. E, por um longo tempo, elas se ignoraram mutuamente.

Bardin (1977) destaca que, nas décadas de 1940 e 1950, ocorreu um impulso na análise de conteúdo quando os cientistas começaram a se interessar pelos símbolos políticos, tendo este fato contribuído para seu desenvolvimento; e entre 1950 e 1960, a AC estendeu-se para várias áreas [*História e Psicanálise*]. Portanto, esta técnica “existe há mais de meio século em diversos setores das ciências humanas” (LIMA, 1993).

Essa aproximação com outras áreas provocou insatisfação com os modelos de análise rígidos, frios e focados na objetividade. O fato gerou o surgimento de novas possibilidades de novos modelos de análises com um enfoque mais qualitativo, influenciados pelo recurso de computador, os estudos sobre comunicação não verbal e os trabalhos linguísticos.

Em relação às características quantitativas e qualitativas no plano metodológico da AC, o que é representativo na abordagem quantitativa é a frequência (dados estatísticos) das características que se repetem no conteúdo do texto. O que é significativo na abordagem qualitativa, por sua vez, é a presença ou a ausência de

certa característica de conteúdo ou num determinado fragmento da mensagem. Nesse sentido, a AC vai possibilitar a inferência da repetição das palavras ou dos signos linguísticos – dedução frequencial – e proporcionar a construção de categorias a partir dos temas que emergem do texto ou da definição do objetivo do pesquisador – análise categorial.

Reconhecida a ferramenta da pesquisa, passaremos para a identificação dos procedimentos do estudo a partir da verificação das fontes e dos instrumentos de pesquisa utilizados e em seus acessos (em 3.1.2), na escolha da ferramenta de análise (em 3.1.3), para, nas seções subsequentes, interpretar os dados para identificar os conteúdos léxicos¹¹³ da narrativa textual sobre a Zona Portuária em transformação (itens 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6).

3.1.2 Fontes e instrumentos de pesquisa utilizados

O embasamento teórico para a realização da pesquisa contou com ampla bibliografia obtida em acervo próprio ou em universidades físicas ou digitais. Contemplamos os principais autores que participam dos debates relacionados à produção do espaço urbano na contemporaneidade, em especial sua compreensão no contexto neoliberal em que as cidades adotam a estratégia como tônica do planejamento, encampando um papel empreendedor.

O acesso aos dados para a pesquisa merece uma atenção especial, principalmente por ter sido uma etapa que demandava muito jogo de cintura e até mesmo uma mediação para chegar a certas fontes¹¹⁴. Muitos dados foram coletados através da rede de internet dada à abundância de dados de diversas fontes disponíveis. Foram consultados também teses, dissertações, artigos científicos da produção recente e acessível sobre o tema.

¹¹³ Pode-se afirmar que nos estudos do léxico, o seu conteúdo se refere ao significado da mensagem transmitida.

¹¹⁴ Vale registrar inúmeras tentativas em contactar Damiao Braga, liderança Quilombola na região, presidente do Conselho Diretor do Quilombo Pedra do Sal e membro do Conselho Gestor do Sítio Arqueológico Cais do Valongo Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Todas sem sucesso.

As bases cartográficas foram construídas pelo geógrafo Marcio Giovani Cupti Madeira. A iconografia histórica foi pesquisada em livros e na internet. Várias imagens usadas na pesquisa foram cedidas por outros pesquisadores.

Ao longo de todo o período da pesquisa (2015 – 2019), foram realizadas visitas de observação à Zona Portuária e, sempre que possível, participação a eventos relacionados ao tema, como palestras, celebrações, feiras culturais, homenagens, colóquio, congressos, seminário, audiência pública, dentre outras, conforme alocado no Quadro 1 – Atividades e eventos realizados como fontes e como instrumentos de pesquisa – Apêndice X.

Para a etapa empírica, dividimos a triagem das fontes em 2 etapas: a) textos jornalísticos extraídos do acervo digital¹¹⁵ do Jornal carioca O Globo¹¹⁶, nos anos de 2011 e 2017¹¹⁷, b) entrevistas (Ver Roteiro de Entrevista – Apêndice II) realizadas com agentes que possuem visões e narrativas dissonantes, ou seja, agentes que produzem narrativas que têm servido (ou poderiam servir) para objetivos emancipadores, catalisadores e balizadores na luta por direitos, por liberdade e por r(existência) da cultura e da população negra, na esteira das transformações urbanas significativas.

Foram realizadas 5 (cinco) entrevistas com diferentes vozes que nos fornecessem informações, visões e narrativas que não alcançam a grande mídia. E são informações que, de certa forma, divergem dos discursos veiculados pelos canais oficiais. Assim, eles destoam em um mar de consonâncias. Objetivava, desse modo, acessar outras falas que nos apresentassem sentidos de contestação, de enfrentamento e de (r)existências.

¹¹⁵ O Acervo O GLOBO é um site que permite o acesso à versão digital de todas as páginas e matérias do Jornal O GLOBO desde sua primeira edição, em 29 de julho de 1925. As páginas digitalizadas estão organizadas por edição e podem ser acessadas de duas formas: pela data exata, usando a ferramenta de busca por edição; ou na pesquisa por termos e palavras-chaves. Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: abril de 2019

¹¹⁶ Segundo dados divulgados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC), o Jornal O Globo terminou 2018 como o maior jornal do país em circulação total, o único jornal que registrou crescimento no número de assinantes totais. O número de exemplares impressos e assinaturas digitais registrou avanço de 6,6%, passando de 295.408 em janeiro para 315.044 em dezembro de 2018. Fonte: <http://propmark.com.br/mercado/o-globo-fecha-2018-como-o-maior-jornal-em-circulacao-total-do-pais>. Acesso em: abril de 2019.

¹¹⁷ O recorte temporal se deu em função da necessidade de compreender as construções narrativas de uma cidade revitalizada e incorporadora da cultura nesse processo. Visto que, em 2011, o Cais do Valongo foi desenterrado e as obras de reestruturação estavam a todo vapor e, em 2017, o Cais do Valongo foi declarado como Patrimônio Mundial da Humanidade.

3.1.3 Ferramenta de análise

Utilizamos o *software* gratuito francês *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, IRAMUTEQ. Ele foi desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009), do *Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales* (LERASS) da Universidade de Toulouse, na França. O programa permite diferentes formas de análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre tabelas de indivíduos por palavras.

O uso do software, em nossa pesquisa, possibilitou o processamento do *corpus* textual elaborado a partir dos enunciados (títulos e subtítulos) das reportagens acessadas no Jornal O Globo nos anos de 2011 e 2017 e do *corpus* empírico das 5 (cinco) entrevistas realizadas com agentes envolvidos em debates acerca da reestruturação da Zona Portuária e no processo de patrimonialização da memória da cultura negra e do Cais do Valongo.

Os agentes entrevistados foram denominados como as vozes dissonantes, numa perspectiva de instrumentalizar com uma contra narrativa de interpretação crítica de dados, fundamental para a compreensão do nosso objeto de estudo. O recorte temporal se deu em função da necessidade de compreender as construções narrativas de uma cidade revitalizada e incorporadora da cultura negra nesse processo, visto que, em 2011, as obras na Zona Portuária estavam a todo vapor e o Cais do Valongo foi desenterrado e, em 2017, ele foi declarado como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Assim, por meio das reportagens e das entrevistas, procuramos analisar as distintas apropriações e as narrativas produzidas, considerando os aspectos se a cultura negra e como ela estava sendo incorporada nesse processo revitalizador da área de estudo. Analisamos também outras apropriações empreendidas na Zona Portuária, em função das diversas intervenções urbanas realizadas no contexto do processo revitalizador da área em questão. Ademais, analisamos se, de alguma maneira, essas intervenções incorporavam a tônica da cultura negra em suas ações.

Além disso, vale pontuar que o critério definido de seleção foram as reportagens que orbitavam com o termo “Zona Portuária”, pois acreditamos que todos os processos que envolvem a promoção ou não da cultura negra da área de recorte da pesquisa ocorrem neste perímetro em questão.

Após a seleção das amostras, definiu-se, portanto, a organização e a identificação numa tabela do Excel, conforme alocados nos apêndices (III - VII) com o seguinte desenho distribuído em colunas:

- a) Identificação da reportagem;
- b) Ano;
- c) Título;
- d) Subtítulo;
- e) Tipo de amostra (artigo, capa, nota¹¹⁸, reportagem e propaganda);
- f) Cultura negra (sim ou não);
- g) Cais do Valongo (sim ou não);
- h) Agente mencionado;
- i) Condição (favorável ou desfavorável);
- j) Intervenções Urbanísticas (lazer, mobilidade urbana, segurança, cultura e história, economia).

A partir desse banco de dados, passamos a explorá-los a partir do *software* IRAMUTEQ e selecionar, como base nas amostras mais recorrentes, as áreas das intervenções urbanísticas que mais sofreram transformações.

Em termos quantitativos, observamos, nos dois anos em que dos dados foram levantados, que a maior parte (88) dos conteúdos relacionados à Zona Portuária do Rio de Janeiro refere-se a reportagens jornalísticas, já em termos de artigos de opinião e de notas de autoria de O Globo foram identificadas em 26% da amostra, 5% capas e a propaganda, contabilizando 2,3% da amostra, totalizando 131¹¹⁹ ocorrências, conforme se visualiza na tabela abaixo (Tabela 1):

¹¹⁸ Nem toda nota possui o formato de título e de subtítulo como a reportagem, mas demos preferência por considerá-las em função de sua significativa ocorrência na triagem e pelo tamanho reduzido do corpo da mensagem, o que não comprometeu as análises.

¹¹⁹ Vale registrar que uma mesma reportagem pode ter relação com mais de uma categorização, em função do aparecimento de vocábulos que indiquem interação com mais de uma intervenção urbana.

Tabela 1 – Classificação das amostras

Ano	Ocorrências Gerais	Artigo	Capa	Nota	Reportagem	Propaganda
2011	67	10	3	10	41	3
2017	64	7	3	7	47	0
Total	131	18	6	16	88	3

Fonte: A autora, 2019.

Posteriormente, selecionamos os títulos e os subtítulos das reportagens¹²⁰ que faziam algum tipo de menção aos processos revitalizantes na Zona Portuária carioca, e, com o auxílio do *software* IRAMUTEQ, aplicamos a metodologia de análise de conteúdo para aferir a frequência de palavras e para identificar as construções léxicas presentes na narrativa da cidade revitalizada e apta aos negócios¹²¹, bem como sua referência à cultura negra e ao patrimônio do Cais do Valongo (Gráfico 1). A frequência (f) é identificada pelo software por meio do somatório das vezes em que um vocábulo é evocado. A frequência de evocação dos vocábulos será apresentada a partir do gráfico denominado “nuvem de palavras” no qual, quanto mais a palavra é utilizada no texto, mais chamativa é sua representação gráfica¹²².

Destacamos o aparecimento nas estatísticas gerais de termos que sugerem um efeito positivo das revitalizações empreendidas na Zona Portuária. Observamos que a construção da retórica de um Rio revitalizado perpassa por termos que potencializam as iniciativas, na qual predominam expressões que salientam a postura da cidade empreendedorista. Silva (2016) reflete sobre o aspecto de como uma classe se torna hegemônica pela persuasão, é possível entender os mecanismos utilizados pela mídia para difundir e para conquistar adesão a suas ideias e a seus valores, ajudando a construir, assim, o imaginário social. A disseminação como algo

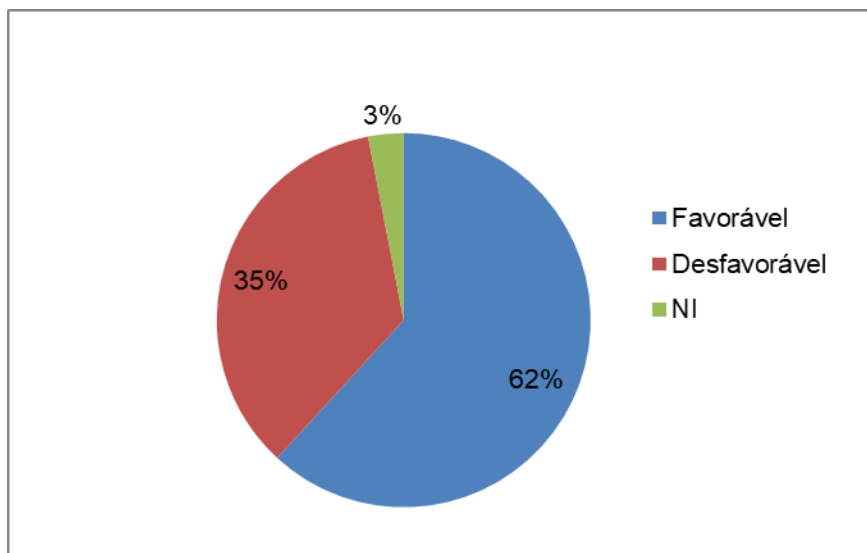
¹²⁰ Vale registrar que identificamos em nossa busca duas reportagens que, claramente, tinham a intenção de realizar propaganda do agente responsável pela intervenção abordada na reportagem-propaganda. Apesar de não consistir nosso objeto, consideramos relevante inclui-las nas análises.

¹²¹ Ressaltamos que o software utilizado se baseia na lematização, ou seja, identificando a raiz de cada palavra, agrupando-as e contabilizando a frequência com que são utilizadas no texto.

¹²² Realizamos a contagem da frequência no software IRAMUTEQ e utilizamos o site <<https://www.wordclouds.com/>> para produção de gráficos com formatação diferente da disponibilizada pelo *software*.

desfavoráveis ou negativas estavam presentes em 46 e em 4 reportagens não foi possível identificar a condição, conforme visualizado no Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 – Condição das Reportagens



Legenda: NI = Não Identificado.

Fonte: a autora, 2019.

Esses fatos acabam corroborando a tabela abaixo (Tabela 2), que demonstra se a cultura negra e o Cais do Valongo são mencionados ou não nas reportagens. Novamente, nota-se uma invisibilidade do negro e da historicidade da região ao não estar presente em 85% (112) das reportagens referências sobre a Cultura Negra e em 82% (107) sobre o Cais do Valongo. E chamam a atenção os percentuais da abordagem desfavorável ou negativa nas reportagens que abordam a Cultura Negra (40%) e o Cais do Valongo (46%).

Tabela 2 – Presença da cultura negra e do Cais do Valongo nas reportagens

Presença na reportagem	Ocorrências Gerais	Cultura Negra	Cais do Valongo
SIM	43	19	24
NÃO	219	112	107
Totais	X	131	131

Fonte: A autora, 2019.

Em termos estatísticos, cabe ressaltar também os agentes mencionados que se utilizam de elementos da cidade revitalizada em suas ações, práticas e narrativas. Para tal, produzimos uma nuvem de palavras (Gráfico 3) que demonstra os principais

agentes públicos e privados identificados como reprodutores da narrativa da cidade revitalizada.

Gráfico 3 - Nuvem de palavras – Agentes Mencionados mais frequentes (2011 e 2017)



Fonte: A autora, 2019.

É importante destacar que foi possível identificar agentes públicos e privados diretamente envolvidos no processo de reestruturação da Zona Portuária. Percebemos que a apropriação de discursos abrange uma gama variada de agentes, que envolvem desde bancos, empresas público-privadas, órgãos públicos a construtoras.

O caminho utilizado para chegar ao elenco de intervenções urbanas analisadas no capítulo 3 se deu a partir da categorização do *corpus* textual quanto aos campos revitalizados, seguida de uma verificação simples da frequência com que as intervenções urbanas apareciam ao longo dos anos investigados (Gráfico 4).

Vale registrar que, no rearranjo das intervenções urbanas, foi identificado um número considerável de reportagens com o tema “obra”. E, para garantir maior abrangência, aplicabilidade e compatibilidade com o tema da pesquisa, buscamos caracterizar as reportagens que abordavam o grande número de obras empreendidas na região, conforme verificado abaixo.

Gráfico 4 - Nuvem de palavras – Intervenções Urbanas mais frequentes (2011 e 2017)

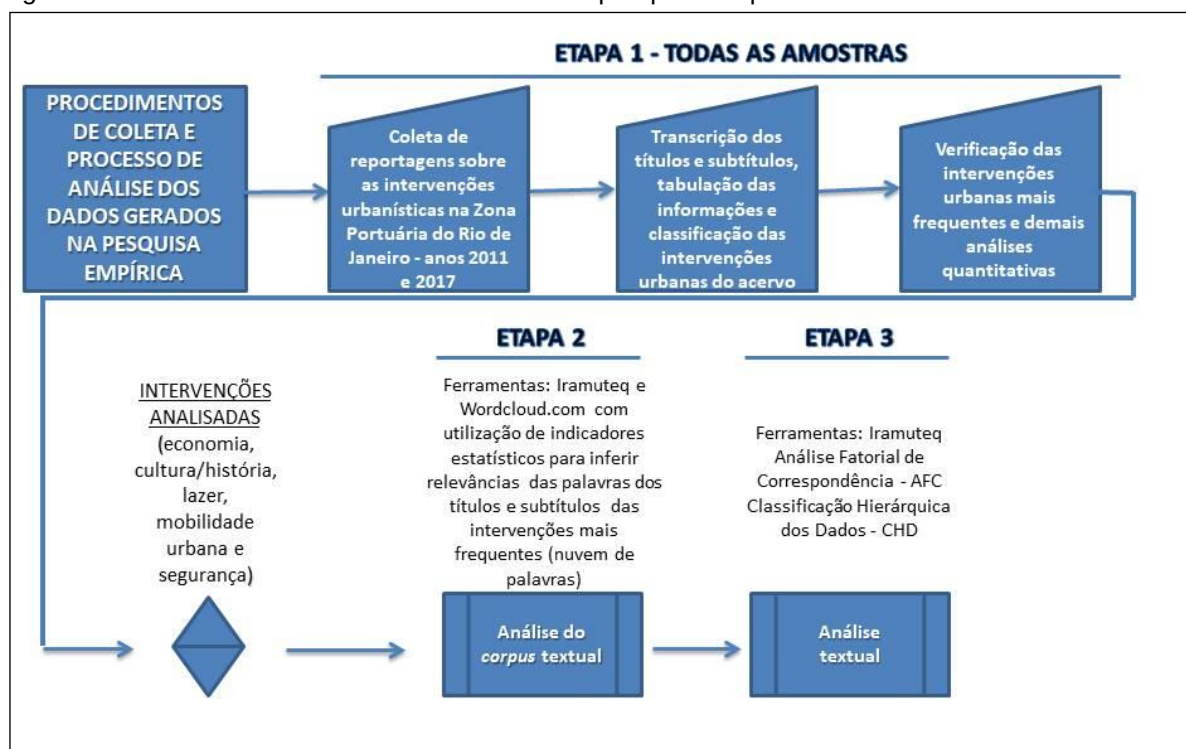


Fonte: A autora, 2019.

O gráfico demonstra maior frequência da economia, da cultura e da história, da mobilidade urbana, do lazer e da segurança na categorização das amostras por áreas.

A partir das especificidades de cada uma dessas seis intervenções, procuramos interpretar os textos de cada um desses campos de forma separada, de maneira a identificar as especificidades de cada uma das intervenções urbanas mais frequentemente refletidas na paisagem revitalizada carioca e abordadas através de textos do acervo *online* do jornal O Globo. Para isso, seguimos os passos especificados no esquema abaixo (Figura 9), que explicaremos em seguida.

Figura 9 - Procedimentos de coleta de dados e da pesquisa empírica



Legenda: Organização do movimento da investigação: procedimentos e instrumentos para coleta dos dados e o processo de análise.

Fonte: Cupti, Giovani. 2019.

Primeiramente, por meio de uma revisão da literatura, apresentamos aspectos gerais das intervenções urbanas em discussão (economia, valor histórico e cultural, mobilidade urbana, lazer e segurança). Nesta etapa, procuramos evidenciar os aspectos sociais e antropológicos, relacionando cada intervenção à reestruturação na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, relatamos os resultados obtidos através do tratamento dos dados na análise estatística textual. Demonstraremos a frequência das palavras utilizadas nos enunciados selecionados, possibilitando a identificação daquelas que pertencem ao núcleo central da representação, por sua destacada ocorrência.

Finalmente, através de análises dos resultados obtidos, interpretaremos os dados para identificar os conteúdos léxicos da narrativa textual sobre a Zona Portuária revitalizada e mercantilizada e a incorporação da cultura negra e do Cais do Valongo nesse processo. Sendo assim, começaremos pela economia.

3.2 Economia: a Zona Portuária rentável

A perspectiva econômica da Zona Portuária do Rio de Janeiro, seja como propicia aos investimentos ou como rentabilidade, apareceu com destacada frequência em nossa pesquisa. Compreenderemos a representatividade desses dados como um estímulo ao desenvolvimento dessa área da cidade, marcado por um projeto de cidade oportuna aos negócios, assim como pela promoção da ideia da integração econômica ao cenário internacional via investimentos provenientes dos megaeventos esportivos.

Como destaca o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2015), “[...] pode-se concluir que a Olimpíada não se resume à realização dos jogos esportivos, mas deve ser entendida como um instrumento utilizado pelos governantes para acelerar e legitimar intervenções urbanas com grande impacto sobre a cidade” (2015, p.141). Face ao exposto, Brandao (2012) sinaliza que a dimensão espacial não pode ser negligenciada dos processos de reprodução da vida social e ele a considera como âmbito analítico adequado para o tratamento das questões atinentes à dinâmica urbano-regional capitalista. Em que a homogeneização dos espaços, “sobretudo, ‘desfaz’ fronteiras territoriais, transborda limites, buscando criar condições básicas universais para o valor se valorizar em termos absolutos, abrindo horizontes e dispondo espaços para a valorização capitalista mais ampla” (Brandão, 2012, p.71).

Diante disso, corroboramos Santos, C., (2015) quando ele afirma que a cidade se tornou ela própria a ser o objeto dos grandes negócios que se realizam a partir da produção do espaço urbano. Ele ainda enfatiza que se trata de olhar para a própria cidade como fenômeno e o evento principais que dão conteúdo e continuidade às estratégias de acumulação. Com base nessas colocações, emerge aqui a proposição em analisar e em demonstrar a possibilidade da Zona Portuária do Rio de Janeiro como negócio por meio dos mecanismos presentes nas narrativas dos textos jornalísticos, além de demonstrar como seus conteúdos conversam com a concepção de uma cidade apta aos negócios voltados para a mercantilização e para a promoção cultural da cidade.

Santos (2006) já trazia subsídios para refletirmos sobre a reestruturação urbana que ocuparia a Zona Portuária anos depois. Nesse aspecto:

A finança tornada internacional como norma contraria as estruturas vigentes e impõe [e impulsiona] outras. E quando tem uma existência autônoma, isto é, não necessita consultar a ninguém para se instalar, ela funciona a despeito de outros atores e acarreta para o lugar uma existência sem autonomia (SANTOS, 2006, p.21).

O discurso do “legado econômico” dos megaeventos e de suas intervenções associadas foi amplamente difundido pelos diversos atores. Estabeleceu-se uma coalização político-econômica que envolveu desde organismos esportivos internacionais e nacionais, como Comitê Olímpico Internacional-COI, Comitê Olímpico Brasileiro-COB e Federação Internacional de Futebol Associado-FIFA, governos locais, órgãos públicos de financiamento, como a CAIXA e o BNDES, as grandes empreiteiras, como a OAS e Odebrecht, as elites fundiárias e imobiliárias. Ferreira (2014, p.12) menciona que “todos se mobilizam para fazer funcionar uma ‘máquina de crescimento’”, principalmente a classe política. Como ele endossa:

No Brasil, o empenho do presidente Lula na candidatura para a Copa e as Olimpíadas diz muito sobre o papel estratégico desses eventos para a imagem de um país. Trata-se de posicionar-se no capitalismo financeiro global como um ‘bom lugar para investimentos’. Internamente, em países com severas insuficiências de logística e infraestrutura e sedentos por investimentos que lhes permitam construí-las, esse discurso é facilmente apoiado pela opinião pública (FERREIRA, 2014, p.12).

Já na esfera municipal, constantemente, reportagens com declarações atribuídas ao então prefeito Eduardo Paes eram proferidas na mídia de grande alcance com discursos exaltando os benefícios econômicos gerados por esses eventos no Rio de Janeiro, que se tornaram temas prioritários de sua agenda, dadas as possibilidades de atração de investimento que são capazes de gerar:

“O prefeito Eduardo Paes assinou ontem a primeira parceria público-privada (PPP) do Rio, para viabilizar o projeto Porto Maravilha. O contrato com o consórcio Porto Novo, vencedor da licitação, é o maior do país, no valor total de R\$ 7,6 bilhões. Em janeiro, devem ser iniciadas as obras da segunda fase do Porto Maravilha, que incluem a demolição de um trecho do Elevado da Perimetral” (“Prefeito assina a primeira parceria público-privada para Zona Portuária”, O GLOBO, 27/11/2010, p.35)

O cenário estava sendo gestado para encampar e para orquestrar a ocorrência dos megaeventos e de suas intervenções alavancadas e exigidas pelos órgãos organizadores. No entanto, as fabulosas cifras do lucro eram garantidas para essas instituições organizadoras. Já para os governos, Ferreira (2014) destaca que a conta não é tão certa assim, pelos menos em termos financeiros. Ele ainda continua afirmando que o evento, por si só, é uma máquina de monetizar por meio da venda

de ingressos, de direitos televisivos, de publicidade¹²³ e de imagem. O retorno ou o suposto “lucro” para o poder público ficaria por conta dos efeitos da projeção político-eleitoral. Assim, segundo as considerações de Ferreira (idem, p.10), com os megaeventos, os “governantes veem sua imagem abrilhantada pela ‘competência’ em ter conseguido atrair um evento globalmente popular, que coloca a cidade ou o país-sede na vitrine do mundo”.

O retorno para as cidades é sustentado pelo discurso de um suposto legado através dos investimentos em infraestrutura, em instalações e em serviços para a realização e para a promoção do espetáculo esportivo dentro dos padrões exigidos pelas instituições promotoras. Nesse contexto, o discurso em torno dos legados sociais emergiria legitimando as reestruturações urbanas e projetos de cidade. Oliveira (2014) assinala que a estratégia utilizada se pauta na transferência de responsabilidade financeira para as cidades e países-sede, por meio de um severo e amplo controle político e jurídico sobre esses territórios. Nesse caso, as máquinas burocráticas ávidas por realizarem o megaevento e todas suas intervenções associadas entram em ação e as exposições midiáticas e jornalísticas, conforme veremos a seguir, se fazem presentes a fim de legitimar e de viabilizar os projetos de difíceis aprovações em circunstâncias normais, ou seja, sem o auxílio desse aparato que possibilita a criação e a catalisação dos consensos.

Santos Junior e Lima (2015) reforçam que é possível identificar que o volume de recursos públicos empenhados¹²⁴ para a realização da Copa do Mundo no Brasil, em torno de R\$ 25 bilhões¹²⁵, ocorreu de modo bastante concentrado, tendendo a beneficiar poucos setores [e poucas áreas da cidade], como também foi o caso da Olimpíada no Rio de Janeiro, que teve o orçamento em torno de R\$ 38,7 bilhões de

¹²³ “[...], A Fifa chegou ao final da Copa do Mundo de 2010, na África do Sul, com resultados financeiros igualmente sólidos. Com um faturamento de aproximadamente US\$ 4,2 bilhões no quadriênio 2007-2010, a Fifa também concentra sua principal receita na venda dos direitos de transmissão e de marketing”. (Oliveira, 2012)

¹²⁴ Vale registrar que não é nosso objetivo realizar uma varredura dos investimentos empreendidos na cidade em função da preparação e da realização dos megaeventos, mas sim identificar os investimentos empenhados na Zona Portuária por conta da sua reestruturação urbana e relacionados ao projeto de cidade mercantilizada.

¹²⁵ Esses recursos foram aplicados em 324 ações previstas e se dividem em 11 temas: mobilidade urbana, aeroportos, centros de treinamento, comunicação, desenvolvimento turístico, estádios, estruturas temporárias, segurança pública, telecomunicações e outros. Fonte: https://www.zora.uzh.ch/id/eprint/114988/1/2015_GaffneyC_livro_megaeventos_2015.pdf

reais e priorizou as regiões da Zona Portuária e a Barra da Tijuca em detrimento de outras.

O orçamento empenhado na Zona Portuária no âmbito dos recursos da Olimpíada estava atrelado ao Plano de Políticas Públicas, também chamado pela Prefeitura de Plano de Legados. Os autores (idem, p.63) ainda asseguraram que esse plano incluiu obras “que antecipam ou ampliam investimentos federais, estaduais e municipais em infraestrutura e políticas públicas e que têm pouca ou nenhuma relação com os jogos” e representaram 63%, R\$ 24,7 bilhões, do orçamento da Olimpíada. O Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2015) afirma que essas obras representaram uma tentativa de legitimar o megaevento e as intervenções a ele associadas.

As obras que receberam o maior orçamento em nossa área de estudo foi o Projeto Porto Maravilha com R\$ 8,2 milhões de recursos empenhados para a construção do VLT, algo em torno de R\$ 1,2 milhões. O Dossiê (2015, p.141) ainda enfatiza que a maior parte dos recursos privados estava vinculada às parcerias público-privadas, como é o caso do Porto Maravilha. Mas, na divulgação dos dados, as contrapartidas do poder público não estavam incluídas nos contratos de PPPs. No caso do Porto Maravilha, o contrato previa a contrapartida pública mensal de R\$ 10 milhões, durante 15 anos, paga em dinheiro, em terrenos ou em CEPACS.

No que se refere ao quesito cultural e histórico, notadamente as cifras para o fomento das obras “âncoras” se sobrepuseram ao aporte destinado para os restauros do patrimônio e dos lugares referentes à cultura negra, conforme apontado no capítulo 2 e a ser percorrido nas análises abaixo. Nesse caso, a diferença no trato pode ser percebida no orçamento empenhado nas investidas modernizantes mercadológicas nos equipamentos culturais da Zona Portuária e que a incorporação da cultura negra foi baixa pelo viés do investimento econômico.

3.2.1 Economia: Análise do *corpus* textual

Do acervo total do nosso levantamento sobre as intervenções urbanas na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, no jornal *O Globo* em 2011 e 2017, as

ocorrências sobre a economia foram as que tiveram maior frequência no acervo geral da pesquisa, com 75 ocorrências. É necessário destacar que, em 2011, *O Globo* publicou 35 reportagens ligadas a Zona Portuária, abordando aspectos que tangenciam o impacto econômico e o interesse de empresas em investir na região, o que representou 46,7% do total de matérias da temática.

Em março (Figura 10) daquele ano, expectativas já estavam sendo lançadas quanto ao projeto que estava se desenrolando na região. Isso ficava evidente com reportagem que trazia no título “O futuro bate à porta” e no subtítulo, enfatizando os potenciais investimentos na região, “Eventos e projetos de revitalização tiram obras do papel e geram investimentos” (01/03/2011). Em junho do mesmo ano, o consórcio Porto Novo assumiu os serviços de concessão. Foi possível ler reportagens com títulos como “O primeiro projeto privado do Porto Maravilha” (27/6/2011, p. 15),

“Batizado de Port Corporate, o pioneiro prédio corporativo da região ocupará parte da área de 13 mil metros quadrados na Avenida Rio de Janeiro. (...) Os R\$ 250 milhões necessários para erguer o novo centro empresarial serão bancados pela Tishman Speyer, empresa responsável por empreendimentos como o Rockefeller Center e o Chrysler Building em Nova York” (“O primeiro projeto privado do Porto Maravilha”, *O GLOBO*, 27/6/2011, p. 15)

Figura 10 – Expectativa sobre o Porto Maravilha



Fonte: *O Globo*. Disponível em:

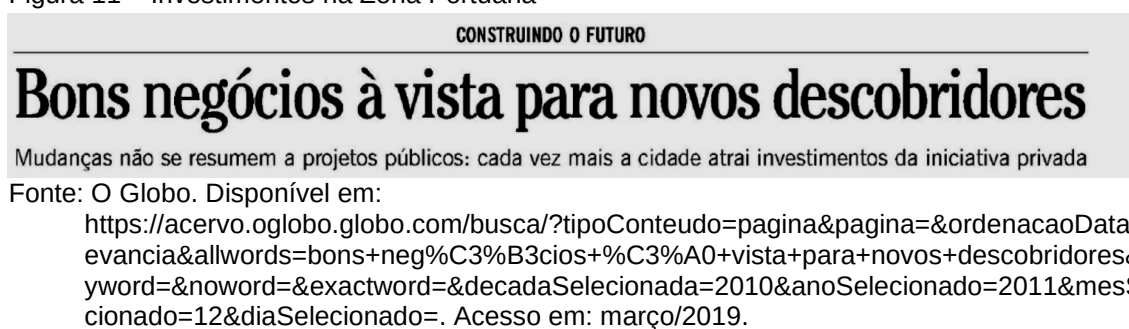
<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=o+futuro+bate+%C3%A0+porta&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2011&mesSelecionado=3>. Acesso: março/2019.

A partir do quadro geral de análise elaborado para interpretar o *corpus* textual sobre a economia (Apêndice III), observamos um aumento nas ocorrências sobre a temática no ano de 2017. A pesquisa referente ao ano de 2011 selecionou 35 reportagens. Em 2017, coletamos um número um pouco maior de reportagens (40 amostras). No total, foram selecionadas setenta e cinco reportagens sobre a economia em suas mais variadas relações com a Zona Portuária: lazer e entretenimento,

transporte ou mobilidade, investimento imobiliário, serviços, infraestrutura, entre outras. Desse total, 66,7% eram enunciados extraídos de reportagens jornalísticas, 16% referentes aos artigos de opinião, 10,7% diziam respeito às notas de autoria do *O Globo*, 4% diziam respeito às propagandas e 2,7% eram referentes às capas que faziam alguma referência textual ao impacto econômico.

O enunciado reproduzido abaixo (Figura 11) evidencia, de maneira clara, nossa interpretação sobre o caráter mercadológico e rentabilista da reestruturação urbana na Zona Portuária e presente nas reportagens do jornal de maior circulação no país, algo que contribui para a construção da narrativa de uma região propícia aos negócios.

Figura 11 – Investimentos na Zona Portuária



Em relação aos conteúdos que mencionaram ou não sobre a cultura negra e o Cais do Valongo na categoria de análise “economia”, foi observado um baixo destaque desses elementos em, respectivamente, 4% das amostras (3 reportagens) e 7% das amostras (5 reportagens). Assim, notou-se um destaque para a ausência desses elementos nos enunciados das reportagens, em 96% para a cultura negra e 93% do Cais do Valongo. A escassez de abordagem é endossada quando rebatemos com os investimentos empreendidos pelo Porto Maravilha Cultural, abordado no capítulo 2 e se verificou claramente uma enorme distinção nas cifras destinadas aos projetos, em que priorizaram os grandes equipamentos considerados âncoras voltados para espetacularizar e para mercantilizar via promoção cultural. Quando há referência à cultura negra e ao Cais do Valongo, se sobrepõe uma abordagem negativa (Figura 12) desses lugares por meio de abandono, da precariedade, da falta de verba, indicando, assim, um comprometimento desses elementos em suas apropriações.

Figura 12 - Cais do Valongo na reportagem



Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Frequentadores+reclamam+da+m%C3%A1+conserva%C3%A7%C3%A3o&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017>. Acesso em: março/2019.

Dentre os agentes mencionados nas reportagens sobre a economia da Zona Portuária, destacamos os agentes públicos na figura da Prefeitura do Rio, presente nos enunciados de 14 reportagens, seguido dos vocábulos “Caixa” (3) e do prefeito Eduardo “Paes” (3), endossando toda a articulação político-econômica para a consecução da reestruturação urbana na Zona Portuária e indicando a forte atuação e o envolvimento do poder público através da oferta de empréstimos para projetos e, desta forma, na promoção empreendedorista desta área da cidade. Esse fato reforça a manifestação em maior parte das reportagens da abordagem favorável (Figura 13) cerca das temáticas econômicas na região, em que o apontamento positivo é demonstrado em 44 amostras, perfazendo 59% do total, enquanto a abordagem desfavorável aparece em 26 amostras, contabilizando 35% do material coletado e se referindo negativamente ao impacto econômico na região. Em 6% da amostra (5 reportagens), não foi possível identificar a condição abordada.

Figura 13 – o Rio em acordo

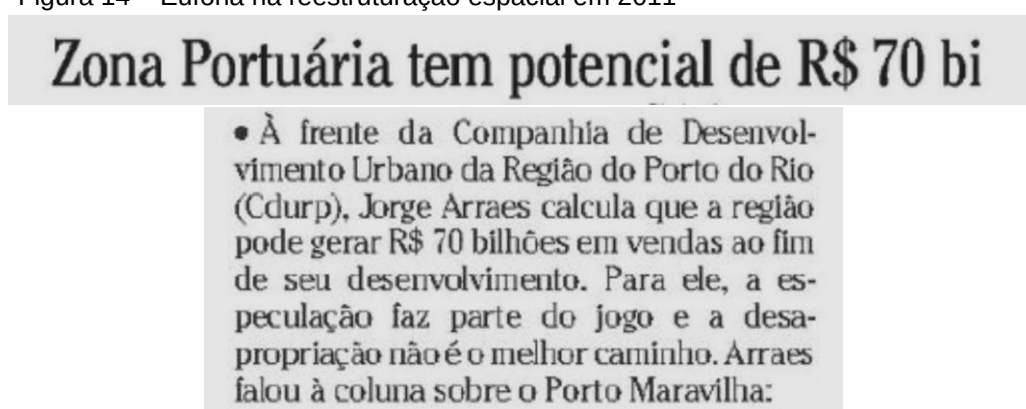


Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=sintonia+fina&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2011>. Acesso em: março/2019.

É importante ressaltar que o ano de 2011 demonstra a euforia (Figura 14) e a mobilização acerca da reestruturação urbana e dos impactos econômicos ensejados na Zona Portuária, pois, neste ano, as abordagens favoráveis se sobrepuseram em relação às desfavoráveis. Assim, 26 reportagens abordaram positivamente a temática econômica, enquanto em 8 amostras tiveram um destaque negativo. Já em 2017, esse cenário se reverte, com ênfase nas amostras negativas acerca dos investimentos e dos retornos econômicos para a Zona Portuária e, dessa forma, em 21 reportagens, ressalta-se negativamente o quesito econômico e 18, positivamente.

Figura 14 – Euforia na reestruturação espacial em 2011



Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=&ordenacao>Data=relevancia&allwords=zona+portuária+tem+potencial&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2011&mesSelecionado=&diaSelecionado=>. Acesso em: março/2019.

Já trazendo em alguns dos seus enunciados (4 amostras) (Figura 15) o vocábulo “crise” que se associa ao verbo “suspender” e também enfatizam os aspectos negativos com destaque na mídia e presentes na nuvem de palavras (Gráfico 5).

Figura 15 – Crise em 2017



Fonte: Fonte: Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=porto+nem+t%C3%A3o+maravilha&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017>. Acesso em: março/2019.

Ainda que, no ano de 2017, as reportagens com abordagem negativa (21) tivessem se sobreposto às abordagens positivas (18), no cômputo geral de 75 ocorrências na categorização “economia”, nos 2 anos analisados, essas se sobressaíram em 44 das amostras elencadas. Nesse sentido, quando relacionamos o *corpus* textual (enunciados) à nuvem de palavras (Gráfico 5), observamos que a economia é uma categoria representada pela retórica do investimento, por meio de “projetos”, “obras”, “eventos”, “visitantes” no “Porto Olímpico”, em que a “revitalização” está alvorecendo nessa região. Esses vocábulos se associam aos verbos “criar” e “ganhar” que se destacam como os mais frequentes, indicando a conotação positiva associada aos impactos econômicos e ao desenvolvimento empreendido na Zona Portuária.

silenciosas”, das quais seriam “a feitiçaria, a literatura popular, o mundo esquecido do camponês, a Occitania etc.” Ele destaca que falar dos silêncios da historiografia e da [geografia] tradicional não basta[m], sugere que é necessário ir mais longe: deve-se questionar os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história [e da geografia]. É preciso realizar o inventário dos arquivos [e dos lugares] do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos.

Evidenciamos, portanto, que é preciso ir além ao investigar a Zona Portuária e seus espaços históricos pelas iniciativas de cunho cultural, em especial, a cultura negra e o Cais do Valongo. Não se pautando apenas nos silenciamentos históricos, mas também questionando as apropriações contemporâneas na produção de narrativas midiáticas que reforçam esses apagamentos e buscam apaziguar as tensões do lugar. Nesse sentido, a abordagem de espaços que trazem uma especificidade histórica local pode ser capitaneada para fins mercadológicos além de representar como elemento de memória e de (r)existência. Além desses, outros espaços na Zona Portuária foram construídos, elencando a tônica cultural, mas desconectados da sua historicidade a fim de produzir e de inserir a área em questão no cenário internacional de espaços revitalizados.

Os lugares históricos apropriados pelo processo de desenvolvimento econômico da Zona Portuária passaram não apenas por uma incorporação em nível material, mas também foram abarcados simbolicamente em suas intervenções e em suas interações com o tecido urbano e sociocultural da região. No contexto carioca, a história e a memória estavam intrinsicamente ligadas e articuladas nas diferentes narrativas que buscavam orientar as intervenções empreendidas e seus desdobramentos na Zona Portuária.

La Barre e Lima (2019) destacam que no “campo da história e das ciências sociais, a emergência de ‘memórias subterrâneas’ (POLLAK, 1989, 1992) constitui um tema bastante fecundo”. Eles ainda citaram que a existência ou o reconhecimento do patrimônio pressupõem a negociação e o conflito (Velho, 2006 apud La Barre e Lima (2019, p.2). E Vassalo (2012) contribui, sugerindo que o imaginário relacionado a uma necessidade de modernização traz consigo o desejo de se preservar alguns locais escolhidos como vestígios do passado. Assim, é necessário, em nossa análise, considerar a ordem histórica no sentido da memória no processo de reestruturação urbana da Zona Portuária, conforme nos indica Nora (1993), a memória existente é

então história, "tudo o que é chamado de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história" (p.14).

O apelo que nossa sociedade faz de preservação de sua memória é, em última instância, a necessidade de reconstituição de si, encarada como algo formado do passado para o presente, por isso preservar vestígios, trilhas, fósseis, monumentos etc. De fato, história e memória atravessavam a ordem das intervenções urbanas na Zona Portuária e se reconhecem lugares onde a memória se cristaliza e se refugia, como afirma Nora (1993). Nos "lugares de memória", existe uma interação entre história e memória:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria (NORA, *ibid.*, p.13).

Assim, Nora conceituará os lugares de memória como, antes de tudo, um misto de história e memória, momentos híbridos, pois não há mais como se ter somente memória, há a necessidade de identificar uma origem, um nascimento, algo que relegue a memória ao passado, fossilizando-a de novo: "O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre". É interessante para nossa investigação averiguar a maneira como o passado é lembrado a partir desses "lugares de memória". Ocorre um esquecimento seletivo ou há lembrança parcial? Esses questionamentos nos acompanham principalmente, considerando que este local foi revitalizado com um discurso de "renascimento", incorporação do "novo" e visando ao "amanhã". Nesse caso, como evidenciam La Barre e Lima (2019):

Os discursos de renovação, requalificação, revitalização, etc, são também, literalmente, discursos de resignificação: produzem retóricas performativas, narrativas programáticas, e projetam um futuro próximo desejado no presente. Enquanto projeto de renovação urbana, o Porto Maravilha implica também uma narrativa de renovação que vai se utilizar dos recursos simbólicos da história, do passado e da memória, instrumentalizando-os para fins de sua promoção (2019, p, 11).

Já no aspecto cultural, trazemos a contribuição de Hall (2006), que passou por uma mudança de perspectiva em suas abordagens. O autor cita que, em meados da

década de 1950, os Estudos Culturais emergem como problemática distinta, mas que certamente não havia sido a primeira vez que suas questões características foram colocadas na mesa. Para ele (ibid., p.124), os livros, “as utilizações da cultura, de Hoggart, e Cultura e Sociedade 1780-1950, de Williams, ajudaram a marcar o novo terreno, no entanto com trabalhos (em parte) de recuperação”, assim como o autor inclui a obra “A formação da classe operaria inglesa, de E. P. Thompson” que ao destacar questões de cultura, consciência e experiência, também contribuiu para emergir os Estudos Culturais. Portanto, Hall (2006) considera que esses “livros-textos”:

[...] forçaram seus leitores a atentar para a tese de que, ‘concentradas na palavra ‘cultura’, existem questões diretamente propostas pelas grandes mudanças históricas que as modificações na indústria, na democracia e nas classes sociais representam de maneira própria e às quais a arte responde também, de forma semelhante’ (ibid., p.125).

O autor continua discorrendo sobre o conceito de cultura que permanecia complexo, mesmo após esse conjunto de obras citado acima. Ele traz duas maneiras diferentes de conceituar a cultura, em que a primeira “levanta e re-trabalha a conotação do termo cultura com o domínio das ‘ideias’”, já a segunda “ênfatiza o aspecto de ‘cultura’ que se refere às práticas culturais” (Hall, 2006, pg. 127). Nossa abordagem analisará a cultura como mercadoria, numa ideia que tende a conceber o nível econômico como uma explicação necessária dos efeitos culturais. Assim, a transformação da cultura em mercadoria e sua correspondente massificação e consumo como atividade de lazer [e de entretenimento] terminam por delimitar um campo particularmente rico para a percepção das condições e das tensões contemporâneas (GUTIERREZ, 2001, p. 67).

No Plano Estratégico *Pós-2016 – O Rio mais integrado e competitivo* (2009-2012), o projeto *Porto Maravilha* propôs medidas institucionais e do governo que promovessem, juntamente com as transformações da Zona Portuária, o incentivo à apropriação de locais, especialmente a Orla Conde e a Praça Mauá. Estas são ações que visam dar suporte e manter ativas suas estruturas, como, por exemplo, o já citado projeto *Porto Maravilha Cultural*, que estimula visitas aos lugares a partir do turismo, reacendendo a imagem dos locais, historicamente esquecidos, como endossa Pio (2013):

[...] a patrimonialização e revitalização dos centros urbanos tornam-se recursos cada vez mais frequentes na reestruturação urbana, as áreas históricas revitalizadas tornam-se metáforas de uma nova cidade que se quer

construir. [...] Convém lembrar que a cidade depende de uma transformação material e simbólica no sentido de se adaptar aos megaeventos [...]. A Zona Portuária possui um papel fundamental nesta reinvenção da cidade, como demonstra o slogan do projeto – ‘uma nova cidade está nascendo’ (PIO, 2013, p. 9-10).

No Plano Estratégico vigente – *O Rio mais solidário e mais humano* (2017-2020), a cultura e a história na Zona Portuária aparecem nas proposições através da patrimonialização e da medida de uma possível implementação da sede do então denominado Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL)¹²⁶, bem como por meio da promoção da gestão do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo e da divulgação dos patrimônios culturais da cidade. Esses fatos indicam caminhos para/do patrimônio, os quais investigaremos abaixo, explorando os sentidos que são construídos pelas representações midiáticas acerca das apropriações dos valores culturais e históricos na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro.

3.3.1 Cultura e história: Análise do *corpus* textual

A partir da análise do *corpus* textual das abordagens sobre os valores históricos e culturais da Zona Portuária, identificamos elementos que demonstram, de maneira clara, os valores e as ideias que permeiam a relação cidade revitalizada e sua cultura e sua história, em grande parte reforçando com a literatura revisada para a produção desse capítulo. Dessa forma, chegamos a um total de trinta e cinco (35) amostras, 45,7% de 2011 e 54,3% de 2017. A maior parte dos enunciados do *corpus* textual foi retirada de reportagens jornalísticas (51,4%), 17,1% são enunciados em destaque em capa de cadernos de bairro ou mesmo na capa principal do jornal, 17,1% extraídos de notas de autoria, 11,4% presentes em artigos de opinião e 2,9% são propagandas publicitárias.

Observamos um aumento nas ocorrências sobre a temática no ano de 2017, o que fez com que as abordagens históricas e culturais dos enunciados jornalísticos fossem a segunda modalidade mais frequente no levantamento realizado. A pesquisa

¹²⁶ A implementação desse museu foi aventada pelo governo municipal- gestão Crivella para ocupar o prédio Docas II, no entanto não houve um acordo e ele foi implementado no Centro Cultural Jose Bonifácio sob a denominação de Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira - MUHCAB.

identificou, no ano de 2017, 19 amostras, em 2011, coletamos um número um pouco menos expressivo de 16 amostras. No total, elegemos 35 ocorrências jornalísticas sobre o valor histórico e cultural na Zona Portuária do Rio de Janeiro, buscando, a partir da referência da tabela de análise de conteúdo, identificar os elementos de destaque na área revitalizada da cidade em questão e seus sentidos.

Em 2011, começam a ser publicadas as primeiras reportagens a respeito do valor histórico e do aspecto cultural da região do Porto. Na ocasião, por conta do início das obras do Porto Maravilha, começaram a ser desenterradas ruínas históricas ligadas à época da escravidão e do tráfico de escravos no Rio, notícia das em “Ruínas nos subterrâneos do Porto Maravilha”, em 2 de março de 2011, bem como o anúncio da construção de um memorial para abrigar “pavimentos históricos” do Cais da Imperatriz e do Cais do Valongo (“Memorial simulará onde batia o mar no Porto”, 10/3/2011, p.20), que até hoje não saiu do papel. “Das escavações do Projeto Porto Maravilha na Avenida Barão de Tefé, na Região Portuária, surgiu um tesouro arqueológico. Trata-se do Cais da Imperatriz e do Cais do Valongo, ambos do século XIX. (...) Tanto o Cais da Imperatriz quanto o Cais do Valongo deram lugar ao aterro feito pelo prefeito Pereira Passos na primeira década do século XX” (“Ruínas nos subterrâneos do Porto Maravilha”, O GLOBO, 2/3/2011, p. 22).

No entanto, neste mesmo ano, noticiam reportagens que destacam os novos equipamentos urbanos construídos e a sua relação com o protagonismo mercantil e espetacularizado tão evocado na cidade revitalizada, como observamos na Figura 16 abaixo. Esse fato vem a corroborar as 10 reportagens (62,5%) das 16 no total em 2011 não mencionando a cultura negra e o Cais do Valongo nas matérias que tangenciam os valores históricos e culturais da Zona Portuária.

Figura 16 – Museu do Amanhã como âncora

Museu do Amanhã, candidato a cartão-postal

Obra no Porto tem início e deve ficar pronta em 2014. Iniciativa privada assumirá custo de R\$ 215 milhões

Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=&ordenacaoData=relevancia&allwords=museu+do+amanh%C3%A3+candidato&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2011&mesSelecionado=&diaSelecionado=>. Acesso em: março/2019.

Em 2017, notamos que as referências à cultura negra e ao Cais do Valongo aumentaram um pouco, indicando, respectivamente, em 52,6% e em 63,1% das

reportagens. Atréamos o aumento desses percentuais ao fato do Sítio Arqueológico Cais do Valongo ter conquistado¹²⁷, em julho de 2017, o título de Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO (Figura 17) e, dessa forma, a mídia, como grande produtora de valores, ideias e consensos, encampou essa ideia e manifestou o entusiasmo dessa circunstância.

Figura 17 – Marcas da escravidão



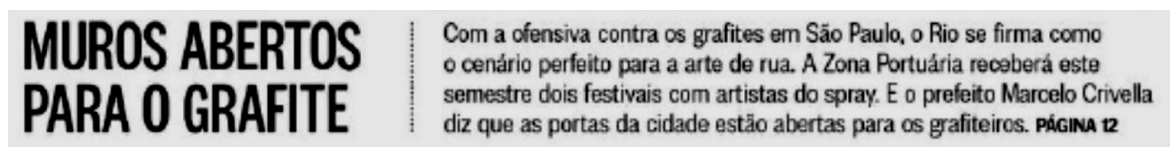
Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=marcas+da+escravid%C3%A3o&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017>. Acesso em: março/2019.

Apesar da euforia pela conquista do título do Cais do Valongo, as abordagens desfavoráveis sobre a dimensão histórica e cultural da Zona Portuária apresentam um aumento em 2017, e de 2 reportagens negativas em 2011 passam para 7 reportagens no total de 35 amostras nessa temática. Assim, a diferença na abordagem favorável reduz de 14 reportagens em 2011 para 11 em 2017. Isso demonstrou, portanto, ainda uma sobreposição da abordagem positiva acerca das intervenções nos âmbitos históricos e culturais da Zona Portuária e indicou, desta maneira, um teatro de ações com narrativas em conflito e em disputa, ora privilegiando os equipamentos urbanos descontinuados em historicidade (Figura 18) e reforçando a mercantilização turística da área, ora denunciando os abandonos (Figura 19) institucionais dos símbolos da cultura negra e identificando a necessidade de valorizar os patrimônios via preservação.

¹²⁷ Informação extraída de: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4188/cais-do-valongo-rj-pode-se-tornar-patrimonio-mundial>. Visitado em: 09/10/2019.

Figura 18 – Grafite na Zona Portuária



Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=&ordenacaoData=relevancia&allwords=muros+abertos+para+o+grafite&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017&mesSelecionado=&diaSelecionado=> . Acesso em: março/2019.

Figura 19 – O patrimônio do Valongo



Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=patrim%C3%B4nio+do+valongo&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017&mesSelecionado=7> . Acesso em: março/2019.

Essas características verificadas foram no *corpus* textual das representações sobre a temática cultural e histórica na Zona Portuária do Rio de Janeiro. A nuvem de palavras que reúne os vocábulos mais frequentes dos títulos e dos subtítulos das amostras sobre o valor histórico e cultural na área em estudo (Gráfico 6) nos revela o conteúdo que a mensagem veicula dadas as suas circunstâncias e o seu contexto:

Gráfico 6 - Nuvem de palavras – Cultura/história (2011 e 2017)



Fonte: A autora, 2019.

No que se refere ao *corpus* analisado, destacamos a frequência dos vocábulos “cais do valongo”, “cultural”, “história”, “Gamboa”, “cidade”, “porto”, “Unesco” relacionado às ações de “encontrar”, “expulsar” e “ficar” proporcionadas pela história e pela cultura. A associação direta desta temática a lugares que endossam as intervenções, representada pelos vocábulos de maior frequência “Cais do Valongo”, “cultural”, “história” e “Gamboa” demonstram que tais repetições no material jornalístico incorporam as retóricas da necessidade de valorizar os patrimônios e promovem a associação constante dessas intervenções à área revitalizada da cidade, o que fortalece o discurso, como afirma Guimarães (2019), de uma reparação material histórica (Figura 20) e de uma celebração da democracia racial¹²⁸, no sentido de neutralizar as diferenças históricas.

¹²⁸ Voltaremos a esse debate no próximo capítulo.

Figura 20 – Valongo e racismo



Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=&ordenacaoData=relevancia&allwords=s%C3%ADmbolo+na+luta+contra+o+racismo&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017&mesSelecionado=7&diaSelecionado=>. Acesso em: março/2019.

Mencionamos também o aparecimento do vocábulo “museu” na nuvem de palavras, demonstrando como os novos equipamentos urbanos ganharam destaque e salientando, como elenca Sánchez (2010), a adoção de estratégias em que os grandes equipamentos públicos (museus, centros culturais) compõem o repertório das políticas culturais para reativação econômica dos lugares. Vale registrar também que, além do Museu do Amanhã, o vocábulo “museu” também se referia à cobrança pela criação de um centro de interpretação¹²⁹ possivelmente a ser instalado no prédio do Armazém Docas Pedro II, edifício construído no século XIX pelo engenheiro negro André Rebouças e é parte integrante do complexo do sítio arqueológico Cais do Valongo, declarado Patrimônio da Humanidade em 2017. Esse fato converge com outra estratégia levantada por Sánchez (2010): a preservação de edifícios, alçados à condição de patrimônio e tornados emblemáticos dos programas de renovação urbana, funcionando com uma orientação ao apaziguamento dos conflitos.

De maneira geral, podemos afirmar que os elementos identificados em nosso exercício de interpretação dos valores culturais e históricos reafirmam as narrativas mercadológicas identificadas na literatura sobre a temática da valorização e da promoção da cultura e da história.

¹²⁹ A instalação de um centro de interpretação, de referência e de visitação faz parte da exigência da UNESCO pela eleição do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial da Humanidade. No entanto, esse processo encontra-se num embate judicial entre vários órgãos públicos e a ONG Ação da Cidadania que ocupa o galpão do prédio Docas II, onde se pretende instalar o centro de interpretação. Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/patrimonio-mundial-cais-do-valongo-recebe-investimentos-para-ser-museu-ceu-aberto-23954126>. Acesso em: 01/11/2019.

3.4 Mobilidade Urbana¹³⁰: A Zona Portuária conectada

As narrativas sobre a reestruturação da Zona Portuária também são pautadas nas transformações da mobilidade urbana, a partir das quais Fortuna (2002) afirma que: “tudo se inclina para retorno ao centro da cidade”, que volta a ser valorizada por conta da mobilidade urbana e da política patrimonial. Assim, diversas obras foram realizadas na malha viária, pois era uma das principais tônicas das intervenções do Programa Porto Maravilha implementar novas conexões nesta região. Inclusive, foi sendo apresentada no Caderno de Políticas Públicas do Rio (2016) a proposta do legado em “deixar um legado transformador para a cidade iria muito além do âmbito esportivo”, significando mais avanços em questões como mobilidade, moradia, educação. No entanto, apesar da retomada forte dos investimentos na área de mobilidade urbana com foco no transporte público de massa, questiona-se se essas iniciativas se perpetuarão com o fim desses grandes eventos no país (Carvalho, 2016a).

Mas novamente perguntamos: ampliação da malha viária para quem? Qual será o usuário vislumbrado e realmente atingido com nessas obras de grande porte e de destino de volumosos recursos públicos? Priorizaram turista ou população? Esses são alguns dos motivos que colocaram a mobilidade urbana no centro do nosso debate sobre as intervenções urbanas realizadas na Zona Portuária e a sua relação com os reais avanços para a sociedade historicamente marginalizada da área em questão. São essas indagações que nos motivam a percorrer.

Desafios importantes a serem enfrentados na mobilidade urbana no Brasil e no Rio de Janeiro não são algo recente. No entanto, a sua garantia em lei é de 2012, por meio da Lei 12.587, cujo princípio norteador é o acesso essencial e universal do direito à cidade. Além da acessibilidade universal, essa lei traz como diretrizes principais o desenvolvimento sustentável das cidades, a equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, a segurança nos deslocamentos das pessoas além da gestão democrática e do controle social do planejamento da política da mobilidade urbana.

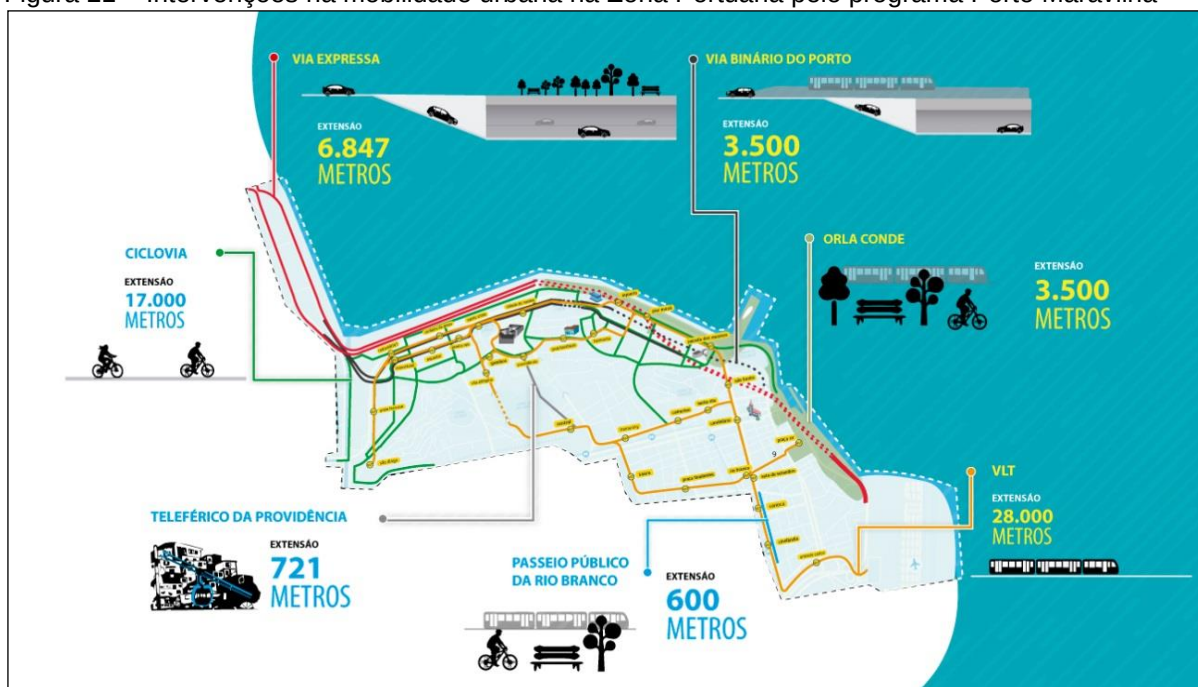
¹³⁰ A questão da mobilidade não pode ser tratada apenas pelo viés do transporte, mas também como uma questão de política urbana, mais especificamente de ordenamento territorial. [...] Mobilidade e cidade são indissociáveis. (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, 2015).

Ademais, com o aumento do transporte individual motorizado nos últimos anos no país, as condições de mobilidade da população vêm se degradando muito, principalmente em função do crescimento dos acidentes de trânsito com vítimas, dos congestionamentos urbanos e também dos poluentes veiculares. A partir desse contexto, procurou-se iniciar um debate sobre os desafios mais importantes para dotar as cidades brasileiras com sistemas de mobilidade mais qualificados [e mais sustentáveis], conforme nos aponta Carvalho (2016).

Nesse sentido, as obras de mobilidade urbana na Zona Portuária incluem mudanças como a implantação de um sistema integrado de transporte, a ampliação de avenidas, a construção de viadutos e a modernização do controle do tráfego, englobando seis projetos: o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), que vai ligar os bairros da Região Portuária ao Centro, com seis linhas e 56 paradas em 28 quilômetros de extensão, a derrubada da Perimetral, a construção da Via Expressa que engloba o túnel Prefeito Marcello Alencar, com 3.370 metros de extensão e da Via Binário que abarca o túnel Rio 450, com 1480 metros de extensão. Além disso, ainda há construção do teleférico da Providência, que faria a ligação com a estação ferroviária da Central do Brasil e o bairro da Gamboa e a Orla Conde ou Boulevard Olímpico, com 3.500 metros de extensão¹³¹, conforme a Figura 21 abaixo.

¹³¹ Informações retiradas do site do Porto Maravilha. Disponível em: <https://www.portomaravilha.com.br/portomaravilha>. Acesso em: 20/09/2019.

Figura 21 – Intervenções na mobilidade urbana na Zona Portuária pelo programa Porto Maravilha



Fonte: Porto Maravilha. Disponível em: <https://www.portomaravilha.com.br/portomaravilha>. Acesso em: 20/09/2019.

De acordo com Rodrigues (2015), a partir das condições históricas dos grupos sociais e das recentes transformações no modo de organização do sistema de transporte urbano, a maneira como o território se organiza socialmente pode produzir efeitos sobre as condições de mobilidade urbana, refletindo, sobretudo, no tempo de deslocamento das pessoas, que passa a variar não apenas segundo suas características individuais e familiares, mas também conforme sua inserção social no território. Carvalho (2016a) ainda destaca que outro aspecto importante da interação entre crescimento urbano e mobilidade é a forma excludente como as cidades crescem, com a ocupação das áreas mais periféricas pelos mais pobres.

Dentro dessa perspectiva, o Teleférico da Providência é uma das obras de mobilidade urbana que aparece como elemento central do “legado social¹³²” dos megaeventos tão presente nos discursos. Como tem sido colocado por alguns autores, o convencimento das vantagens que os megaeventos podem oferecer para a sociedade é parte fundamental desse processo (SANCHÉZ *et al*, 2012).

¹³² Vale lembrar que outros “legados sociais” da mobilidade urbana no Rio de Janeiro foram apresentados à época do Dossiê de Candidatura Rio 2016, a saber: a ampliação da Linha 4 do metrô, que pretendia chegar à Barra da Tijuca, a implantação de linhas de Bus Rapid Transit – BRT, a ampliação de vias (especialmente na Barra da Tijuca), a criação de corredores expressos para ônibus chamados de Bus Rapid System – BRS, bem como a ampliação e reforma dos trens e dos metrôs.

O Teleférico foi anunciado como melhoria na mobilidade dos moradores e como item fundamental para incentivar o turismo a partir da viabilidade do percurso cultural histórico do turista até o topo do morro. Os recursos financeiros para a obra, equivalentes a cerca de R\$ 75 milhões, provinham de recursos próprios da Prefeitura (30%) e do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC¹³³, do governo federal.

Construído para ligar a Providência, a estação ferroviária da Central do Brasil e o bairro da Gamboa, o teleférico abrange uma distância de 721 metros e foi o segundo instalado em uma favela na cidade (o primeiro foi no Complexo do Alemão em 2011) em 2014. Silva (2016) salienta que, embora seu lançamento tenha sido amplamente promovido pelo governo municipal, “vendido” e divulgado pela prefeitura como um benefício para a população local, sua instalação promoveu um ambiente de arbitrariedades e de violência. Diversas remoções foram realizadas para a implantação do Teleférico da Providência, e a principal área de lazer da favela, a praça Américo Brum (Figura 22) sofreu grande estrago para dar espaço ao Teleférico.

Figura 22 - Ex-praça Américo Brum



Fonte: A autora, 2016.

As arbitrariedades só não foram maiores, pois houve grande mobilização social, com o apoio da Defensoria Pública do Estado do Rio e de universidades, de organizações não governamentais (ONGs) e de profissionais técnicos de diversas

¹³³ O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, lançado em 2007, é um programa de investimentos do Governo Federal e promoveu grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 22/09/2019.

áreas de conhecimento, que permitiu derrubar os argumentos usados pela Secretaria Municipal de Habitação - SMH e pela prefeitura, barrando, dessa forma, as violações do direito à moradia no morro. Ainda assim, 671 famílias foram removidas em função da instalação do teleférico ou, por estarem em área de risco, argumento utilizado pela prefeitura, mas contestado à época por contra laudo geotécnico segundo o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2015).

Diante dessa análise referente às obras viárias empreendidas na Zona Portuária, notou-se um favorecimento do transporte privado não apenas pelo número de intervenções, mas principalmente pelo volume de recursos destinados nas obras de expansão do sistema viário, alargamento de vias, de viadutos, de túneis, em detrimento de ciclovias e do teleférico, sendo importante evidenciar o seu não funcionamento desde dezembro de 2016¹³⁴.

Nesse sentido, Carvalho (2016b) destaca que várias experiências internacionais mostram que políticas de melhoria do transporte urbano tendem a ser mais eficazes quando são combinadas medidas de melhoria da oferta do transporte coletivo com instrumentos de desestímulo ao uso do transporte motorizado privado. Ele ainda ressalta a falta de integração com outros municípios do entorno para que, de fato, as obras tenham real eficácia:

Em geral, os investimentos em infraestrutura de transporte urbano são capitaneados pelos municípios, focando os seus problemas locais, sem se preocupar adequadamente com a rede de transporte metropolitana, o que pode trazer impactos sobre estes serviços. Com a incumbência do governo federal em fomentar projetos no âmbito metropolitano, aumenta a possibilidade de um planejamento mais integrado entre estado e municípios e viabiliza-se a criação de instâncias decisórias no âmbito metropolitano que permitam investimentos e gestão conjunta (CARVALHO, 2016b, p. 5).

Ao longo desta análise e das visitas de campo, observamos que a mobilidade urbana na Zona Portuária passou não apenas por um incremento com a criação do VLT, dos tuneis, das vias expressas, da ciclovia, do teleférico que não se encontra em funcionamento, mas também por uma reorganização das linhas de ônibus da cidade, em que várias linhas foram extintas e integradas em uma só, dificultando o acesso desta área da cidade para a zona sul e para outras zonas da cidade, ou seja, não houve, de fato, melhoria no transporte coletivo da Zona Portuária para outras partes

¹³⁴ Informação extraída do site do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/20/moradores-do-morro-da-providencia-estao-sem-teleferico-ha-mais-de-dois-anos.ghtml>. Acesso em: 23/09/2019.

da cidade, nem mesmo das regiões próximas, muito menos as mais distantes. E, como endossa o Dossiê (2015, p. 51), a chamada “revolução nos transportes” propagandeada pelo poder público no contexto dos megaeventos mostrou-se insuficiente e limitada como resposta à crise da mobilidade na metrópole fluminense.

3.4.1 Mobilidade Urbana: Análise do corpus textual

Do acervo total do nosso levantamento sobre a mobilidade urbana na Zona Portuária do Rio de Janeiro, no jornal O Globo, obtivemos 13 amostras em 2011 e 8 amostras em 2017. No total, foram analisadas 21 reportagens que retratam a mobilidade urbana nas diversas modalidades de transportes, prevalecendo sobre as obras no VLT (Figura 23). Deste conjunto, 76% foram enunciados extraídos de reportagens jornalísticas, 19% referentes de artigos de opinião e 5% em propagandas.

Figura 23 – VLT na Zona Portuária



Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=zona+portu%C3%A1ria+nos+trilhos&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2011>. Acesso em: março/2019.

Promessas de investimentos e de melhorias (Figura 24) no campo da mobilidade urbana foi um discurso de “legado social” por diversas vezes encampado pelos atores envolvidos na reestruturação da Zona Portuária. Rodrigues (2016)

ênfatiza que esses discursos foram utilizados para justificar e para legitimar os esforços políticos, a mobilização social e a destinação de volumosos recursos públicos - inclusive aqueles em intervenções de pouco valor social.

Figura 24 - Investimentos em mobilidade urbana



Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=investimentos+na+zona+portu%C3%A1ria&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2011&mesSelecionado=12>. Acesso em: março/2019.

Nesse sentido, observamos a prevalência das reportagens em noticiar de modo favorável os assuntos em relação às medidas, principalmente da prefeitura, para as soluções de mobilidade urbana e para integração das pessoas. Desse modo, o caráter positivo das intervenções em mobilidade estava presente em 67% das amostras. Diante disso, a centralidade desse assunto no noticiário de *O Globo* relativo ao Porto Maravilha denota a parcialidade em “vender” as ideias do poder público sem grandes questionamentos críticos, principalmente nas amostras de 2017.

A preocupação em aglutinar o máximo de consensos para as intervenções na região estava sendo encampada. É possível tal questão já no título da reportagem publicada pelo *O Globo*, expondo as desvantagens do elevado sob o título “A história do viaduto mais odiado do Rio” (27/11/2011, p.26). Na matéria, o enfoque estava em “descortinar a beleza do Centro sem a cinzenta Perimetral”, [...] e apresentar o elevado como um “trambolho cinza e escuro, aberração, estraga-paisagem, mal estético”, [...] “estrutura non-grata’ na cidade”.

Por outro lado, as abordagens considerando os aspectos desfavoráveis ou negativos estavam presentes em 33% (7) da amostra nos 2 anos pesquisados. Vale registrar que os aspectos negativos estiveram mais presentes (4) em 2011, quando as reportagens contrárias buscavam e pediam a compreensão da população pelos transtornos causados pelas obras. Dessa forma, trazia uma expectativa em torno dos benefícios da intervenção. No entanto, observamos em apenas 1 reportagem (Figura 25) perturbações causadas no Morro da Providência em função da instalação do teleférico.

Figura 25 – Teleférico do Morro da Providência

Interdição de praça para obra de teleférico revolta moradores do Morro da Providência

Espaço dará lugar a estação que chegará ao topo, desde a Central

Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=telef%C3%A9rico+morro+da+provid%C3%Aancia&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2011>.

Acesso: março/2019.

Mas não encontramos nenhuma reportagem nos 2 anos pesquisados em que o enunciado abordasse as inúmeras remoções sofridas pela população desta localidade. Como é destacado pelo Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2015, p. 45):

[...] exista a preocupação de que se as grandes obras de infraestrutura de transporte, que causam grandes intervenções no espaço urbano, poderiam implicar ainda na violação dos direitos humanos, como no caso das comunidades removidas. Estaria o Rio de Janeiro experimentando de fato uma revolução no sistema de mobilidade urbana que alteraria para sempre a história da cidade e a vida de seus moradores. (COMITE POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS, 2015, p. 45).

Nesse caso, se o jornal noticiou processos de remoção ocorridos na região, houve um tratamento especial para distanciá-lo das transformações ocorridas na Zona Portuária, buscando, possivelmente, não permitir que consequências negativas pudessem ter aderência às obras de transformação do Porto Maravilha.

Já em 2017, as reportagens desfavoráveis (3) (Figura 26) se associaram aos vocábulos “crise”, “sobrevivência”, “naufrágio”, “problemas” e “desandar” que orbitaram em quase todas as intervenções da Zona Portuária, mas sempre de modo a empenhar esforços conjuntos para não permitir que o projeto fosse interrompido.

Figura 26 – Crise na Zona Portuária

Projeto do Porto não pode ser descontinuado

*Diante da crise, prefeitura,
Caixa Econômica Federal
e concessionária Porto Novo
precisam buscar uma saída que
garanta a sobrevivência da PPP*

Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=projeto+do+porto+n%C3%A3o+pode+ser+descontinuado&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017>. Acesso em: março/2019.

Sobre a mercantilização e a espetacularização da Zona Portuária carioca, a partir das reportagens quanto às modalidades de mobilidade urbana, estão relacionadas aos vocábulos que mais se repetiram e que estão expostos na nuvem de palavras abaixo (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Nuvem de palavras – Mobilidade Urbana (2011 e 2017)



Fonte: A autora, 2019.

Ao analisar o *corpus* textual (enunciados), observamos que a mobilidade urbana e suas grandes obras são representadas como cenários para as propagandas políticas usarem os investimentos em mobilidade para servirem como forte indutores

da reestruturação da cidade do Rio de Janeiro e, dessa forma, incidirem sobre a dinâmica urbana na perspectiva da revalorização de certas áreas da cidade, numa retórica majoritariamente positiva sobre os benefícios dessa intervenção. Os vocábulos “Rio”, “Porto”, “projeto”, “novo”, “obras”, “VLT”, “praça” e “túnel” são os nomes (substantivos) mais frequentemente utilizados nos enunciados sobre o tema. O verbo “ganhar” destaca-se como o mais frequente, demonstrando que a representação da mobilidade urbana, por meio dos enunciados, busca evocar um ganho, uma conquista para a cidade que se abre ao novo a partir dos projetos e dos investimentos. Demonstra, assim, uma cidade apta aos negócios.

3.5 Lazer: a Zona Portuária plural

O Rio de Janeiro, por toda sua geografia singular, oferece uma gama de opções para a prática do lazer. O apelo em explorar os encantos da natureza carioca para o desfrute dos momentos de lazer tem relação direta com o consumo da cidade em diversas escalas e ocasiões¹³⁵. No entanto, as intencionalidades de um grande projeto de reestruturação, como ocorreu com o Porto Maravilha, perpassam pela implantação da diversificação na oferta de opções por lazer e expressam valores e ideais do desenvolvimento urbano e econômico globalizado.

Em sua Zona Portuária reconfigurada, a prática de momentos de lazer se tornou um dos grandes argumentos utilizados pelo poder público para a realização do processo de reestruturação da área em questão. Nesse sentido, procuraremos desenvolver sobre as contribuições que nos apoiem no entendimento do papel do lazer em projetos de áreas revitalizadas e sua interação com formas de lazer que se apropriam da cultura negra, bem como a sua relação com a mercantilização da cidade.

Elencamos aqui as contribuições de Aranha-Silva (2004), Mascarenhas (2005), Mascarenhas (2010), Melo (2010) e Frank e Ymaki (2016) acerca das reflexões sobre as práticas do lazer presentes na área revitalizada da Zona Portuária. Dessa forma,

¹³⁵ Importante destacar ainda em 1960 a adoção do termo “Cidade Maravilhosa”, da marchinha de carnaval composta por André Filho, para o Rio de Janeiro como um slogan para divulgar e para evocar toda sua beleza cênica em sua promoção como cidade singular pelas suas características naturais. Fonte: <https://ims.com.br/por-dentro-acervos/cidade-maravilhosa-i-andre-filho-e-a-saga-de-uma-marcha-hino/>. Acesso em 20/08/2019.

buscaremos demonstrar os simbolismos incorporados a essa narrativa por meio de textos jornalísticos, além de demonstrar em que medida como seus conteúdos se articulam com a concepção de uma cidade e de uma cultura preservadas, mas também de uma cidade e de uma cultura mercantilizadas.

Mascarenhas (2003) define o lazer como um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e um espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia. Seu nascimento remete, portanto, ao período pós-revolução industrial. Corroboram Fernandes, Húngaro & Athayde (2011) ao afirmarem que o processo de automação acentuou a divisão do trabalho e a alienação. O lazer, resultado desse processo histórico, permitiu uma maior produtividade em menos tempo e surgiram com isso reivindicações sociais pela distribuição do tempo liberado de trabalho. Os autores ainda apontam que o lazer nasce “para se contrapor aos hábitos doentios da ociosidade¹³⁶, estendendo-se para toda a população como o modo de vida presente nas formas de entretenimento e diversão” (Idem, p.3).

Nesse sentido, podemos observar que a institucionalização do tempo livre se fez necessidade de pensar em atividades para preenchê-lo e, assim, surgiu a busca pela prática do lazer que, segundo Santos, L., (2015), surge como um fenômeno urbano, pois derivou da industrialização que ocorreu nas cidades.

O lazer, embora seja um componente importante da vida moderna, não ganha a devida atenção referente a estudos do campo geográfico. Como formas assumidas ou idealizadas para um território, a geografia ainda se apresenta de modo muito tímido na contribuição reflexiva para o estudo do lazer, que manifesta as relações entre homem e espaço e, conseqüentemente, como as práticas sociais refletem no espaço. Mascarenhas (2010) destaca que o estudo do lazer jamais mereceu a atenção devida e o volume de estudos à altura de sua magnitude, de sua diversidade e de sua onipresença.

O autor ainda destaca que o lazer é um campo pouco explorado não só pelos geógrafos. De forma geral, não há um consenso em sua origem e em teorizá-lo, mas o certo é que o capitalismo trouxe profundas transformações sociais que alcançou o lazer:

¹³⁶ Para Rodrigues (1998), o tempo de puro ócio e contemplação é o uso do tempo livre sem executar nenhuma ação. Já o lazer, consiste em ações desenvolvidas durante o tempo livre.

Na esfera do desenvolvimento das relações capitalistas, o acirramento dos mecanismos de alienação, que produz como reação o escapismo (fuga da realidade por meio de viagens, diversões etc). Por outro lado, temos o aprofundamento do tempo livre, formata as práticas de lazer um tanto distintas do rol de formas de entretenimento das sociedades pré-industriais. (MASCARENHAS, 2010, p. 140)

O geógrafo pode contribuir de modo muito importante no estudo do lazer ao espacializar esse fenômeno, já que os equipamentos de lazer não se distribuem na cidade igualitariamente e as escolhas por certas áreas partem de motivações, muitas vezes, alheias às demandas reais da sociedade. Nas palavras de Mascarenhas (2010), reflete o modelo segregacionista, ou ainda que seu uso pelos setores hegemônicos serve como estratégia do capital no sentido da valorização do espaço. Essa é uma questão central que orientou este trabalho. E, além disso, também incorporou reflexões que considerem as práticas do lazer e os processos materiais e simbólicos que respaldam tal valorização. Mascarenhas (idem, p. 147) menciona como conjunto de processos, “desde as instalações de benfeitorias e infraestrutura em geral às estratégias de *marketing* e de valorização de um lugar pela via do cultural”, estratégia muito utilizada na Zona Portuária revitalizada. Segundo Vicente del Rio:

com o fenômeno mundial de revalorização das áreas de frente de água, as alterações nas relações entre o indivíduo e o seu tempo de lazer, o crescimento do turismo cultural e temático, e a tendência à construção de fragmentos qualificados de cidade, destacaram as áreas portuárias por suas potencialidades paisagísticas, lúdicas, logísticas e imobiliárias (...).O turismo recreativo, cultural, de compras e de negócios, tem se mostrado importante dinamizador econômico e social nos projetos de revitalização das áreas centrais, particularmente nas áreas portuárias e frentes de água, onde a simbiose histórica entre cidade e mar pode ser amplamente explorada e transformada num efetivo cenário. (Del Rio, 2001, p. 3)

Mascarenhas (2010) conclui, analisando que existem muitas dificuldades em a Geografia trabalhar com o tema do lazer, o que demonstra a escassa inserção da Geografia no tema lazer: “Em síntese, a contribuição dos geógrafos ao entendimento do lazer permanece muito aquém da magnitude deste, conferindo aos que nesse campo se aventuram a desconfortável oscilação entre a abordagem superficial e a escuridão errante” (2010, p. 146).

Inúmeras são as abordagens¹³⁷ sobre o conceito do lazer pelas Ciências Humanas, desde Dumazedier (2008), que considera o lazer como um fato social, não

¹³⁷ Não é nosso objetivo resgatar as inúmeras visões acerca do conceito de lazer, mas explicar, minimamente, as abordagens e apontar nossa escolha teórica adotada.

podendo tratá-lo de forma isolada, ou seja, ele se relaciona com o trabalho, com a educação, a família, a política e a religião, passando pelo entendimento do lazer por Marcellino (2006) como uma atitude e o fator tempo envolvido. Assim, o autor considera uma satisfação provocada por algum tipo de atividade e destaca as atividades desenvolvidas no tempo liberado do trabalho como lazer. E alcançando até mesmo a compreensão trazida por Gutierrez (2001), em que o lazer é encarado como qualquer busca pessoal de prazer e sendo uma atividade que pode ser praticada inclusive no horário do trabalho. Observa-se que, nesta visão, é desconsiderado o fator tempo.

Nesse sentido, em nossa análise, adotamos o sentido do lazer como a prática de atividades em que o sujeito possui um tempo livre do trabalho e de outras obrigações (familiar, político e espiritual) que proporcionam prazer. Ou seja, envolve um conjunto de atividades relacionadas ao repouso, à diversão, à recreação e ao entretenimento. Assim, concordamos com Padilha (2006) quando o autor destaca que o lazer não é o mesmo para todos nem exerce a mesma função para todos, uma vez que a sociedade não ocupa um lugar de equilíbrio, mas de desequilíbrio.

Consideraremos, portanto, que, na sociedade capitalista, o lazer possui a especificidade de ser transformado em mercadoria a ser consumida e mercantilizada. Dessa forma, o acesso ao lazer entendido como mercadoria é restrito e promove a exclusão de boa parte da sociedade. Do mesmo modo, quando o espaço público passa a incorporar atividades de lazer viabilizadas por relações mercadológicas, favorece a sua privatização, como salienta Serpa (2007). Este autor argumenta que os espaços são adequados para serem incorporados aos padrões (homogêneos) de consumo das classes médias e das elites globais.

Ele ainda salienta que, nos centros históricos de cidades revitalizadas, os eventos culturais dos espaços são organizados [e equipamentos culturais instalados] com o patrocínio das instituições que conduzem essas intervenções onde somente uma pequena parcela da população local participa ativamente, ao mesmo tempo em que a demanda hegemônica frequentadora desses eventos vai, pouco a pouco, se interessando pela porção do espaço que está sendo revitalizada. Serpa (2007 p.115) corrobora ao afirmar que “são as classes médias cultivadas os ‘clientes’ privilegiados dos equipamentos socioculturais, concebidos por elas e para elas, que são, ao mesmo tempo, os criadores, os gestores e os usuários dos espaços públicos urbanos”.

Sobre as singularidades acerca do lazer na Zona Portuária do Rio e nos seus conteúdos relacionados no contexto da sua reestruturação, é interessante ressaltar que novos usos e usuários foram redefinidos para a área em questão. Isso consubstancia as práticas de lazer (Figura 27) elencadas para a área revitalizada e mercantilizada e, desse modo, possui uma estreita relação com os equipamentos de lazer implementados pós Porto Maravilha. Nesse contexto, conforme pontuado no primeiro capítulo, o Rio de Janeiro assumiu uma postura empreendedora na governança urbana, e que, dentre as estratégias do planejamento urbano estratégico, investiu fortemente no *city marketing* da cidade e na fabricação de consensos, em que indicamos um intenso apelo no marketing espetacularizado e na veiculação de narrativas e de imagens pela grande imprensa e pela mídia em geral.

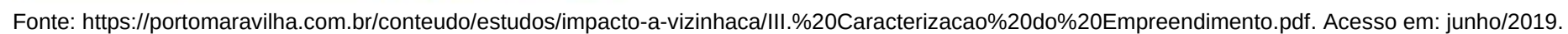
Refletir sobre o papel que representam como elemento de reintegração e dinamização desses espaços contíguos às áreas centrais das cidades costeiras. (Felipe Góes)¹³⁸

Nota-se, portanto, que a reestruturação apresentada promove nesta parcela do território um “resgate” e uma “reintegração” do seu entorno urbano em que esses espaços, a partir de sua renovação, passam a desempenhar um papel de vitrine tanto para a cultura quanto para a economia, abrindo o caminho para o investimento local e internacional em determinada área urbana, antes abandonada e/ou degradada.

É interessante ainda enfatizar que os discursos propagados na mídia carioca acerca do projeto de reestruturação para a Zona Portuária vêm carregados de um peso concreto e simbólico sobre as possibilidades de transformação do território em vários níveis, assim, vislumbrando “angariar um consenso” através da disponibilidade das práticas de lazer via museus, aquário e outros equipamentos de animação ligados à cultura. Estes também criam vantagens singulares perante outros espaços mundiais revitalizados e, assim, se destacam no cenário mundial na competitividade e na venda das cidades. Nessa perspectiva, França (2013) destaca que:

A revitalização é apresentada, então, com a finalidade de produzir essa nova adequação funcional, como o “melhor dos mundos”, onde governantes (principalmente em período eleitoral) fazem uso de várias estratégias a fim de incutir no imaginário coletivo da população afetada o sentimento de pertencimento e apropriação de tais “melhorias”. (FRANÇA, 2013, p.8)

¹³⁸ Ex-Secretário Municipal de Desenvolvimento, em texto de apresentação do livro Porto Maravilha e o Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária.



O resgate de elementos ligados ao patrimônio histórico negro material e imaterial e a sua inserção nas relações e nos fluxos econômicos por meio do lazer como bem cultural reitera o que sinalizamos no capítulo teórico e o que foi atestado pelas análises das reportagens, as quais serão mais aprofundadas no próximo ponto. Acreditamos que o patrimônio histórico se articula com os cenários presentes na paisagem utilizando um marketing cultural no sentido de dar mais visibilidade à cidade, promovendo o “orgulho cívico” e ainda o senso de pertencimento da população diante de tantas transformações em que a cidade do Rio de Janeiro passou e vem passando.

No que diz respeito às iniciativas fomentadoras das práticas de lazer na Zona Portuária carioca, observa-se que o estímulo ao desenvolvimento do lazer na área em tela se atrela à promoção das expressões culturais e ao incentivo à consolidação do Rio como Capital do Turismo no país, como identificado nos documentos do Planejamento Estratégico do Rio de Janeiro (2013-2016):

ESTRUTURA CONCEITUAL DO TRABALHO. A área de Cultura, Esporte e Lazer foi simplificada com o título de Cultura. (PMRJ, 2013, p.11)

RIO CAPITAL DO TURISMO. SITUAÇÃO INICIAL. Apesar de continuar sendo o principal destino de lazer e a principal porta de entrada de turistas internacionais no país, o Rio precisa investir na melhoria da sua infraestrutura e nos seus equipamentos com vistas a aumentar o fluxo de turistas na cidade, que não vem crescendo significativamente nos últimos anos. [...] Além disso, contribui com a criação de novos museus, com a revitalização do centro histórico e da Zona Portuária.

DESCRIÇÃO. A iniciativa Rio Capital do Turismo consiste em Melhoria do ambiente da cidade para o turismo: investimentos na infraestrutura de apoio ao turismo (hospitalidade, serviços, sinalização, informação, postos de atendimento) e fomento à atividade turística (consolidação do calendário de eventos carioca, lançamento da Incubadora Carioca de Turismo), realização de PPP para construção de centro de convenções na Zona Portuária. Realização de campanhas de promoção da cidade: participação em feiras e eventos nacionais e internacionais, realização de campanhas na TV no exterior, investimento em material promocional, pesquisa e no projeto “Rio Loves You”, realização da Casa Brasil, durante as Olimpíadas de Londres em 2012.

RESULTADOS ESPERADOS. Aumento do número de turistas no município; geração de empregos no setor. (PMRJ, 2013, p.95)

Já nos dados do PMRJ 2016 - intitulado Rio 2020: mais solidário e mais humano, o lazer não foi contemplado na descrição da metodologia da concepção do plano, assim como ações que especificassem a Zona Portuária nesta temática. O plano abarca quatro grandes dimensões, a saber: economia, social, urbano-ambiental e governança. O lazer é mencionado na dimensão urbano-ambiental dentro da perspectiva do fomento de Parques Cariocas na Zona Oeste da cidade, além da

presença do lazer na estratégia em requalificar “Praças Cariocas”. Outra iniciativa em que o lazer é abordado se refere à estratégia em promover mais acessibilidade em logradouros da cidade.

No próximo ponto, pretendemos demonstrar elementos do lazer que compõem a Zona Portuária revitalizada, explorando os sentidos que são construídos pelas representações midiáticas acerca da disponibilidade de práticas de lazer na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro.

3.5.1 Lazer: Análise do *corpus* textual

Das 131 amostras selecionadas ao longo dos 2 anos de nossa pesquisa, 18 diziam respeito ao lazer, seja em associação a opções de lazer que expressam valores de desenvolvimento urbano globalizado, como os museus, seja em associação à prática de lazer em áreas pela via do histórico e cultural. É importante resgatar a colocação de Padilha (2006) quando o autor destaca que o lazer não é o mesmo para todos nem exerce a mesma função, uma vez que a sociedade não ocupa um lugar de equilíbrio, mas de desequilíbrio. É nesse caminho que nossa análise se pautou, pensando e entendendo que, quando há oferta do lazer pela via da mercadoria, o consumo ou o acesso é seletivo e, dessa forma, promove a exclusão de boa parte da sociedade.

A partir do quadro geral de análise, elaborado para interpretar o *corpus* textual sobre o lazer (Apêndice VI), observamos um considerável aumento nas ocorrências sobre essa intervenção no ano de 2017. A pesquisa referente ao ano de 2011 selecionou 2 imagens. Em 2017, coletamos um número oito vezes maior (16 amostras). No total, foram selecionadas dezoito reportagens com as mais diversas práticas do lazer na Zona Portuária: museus e espaços revitalizados, samba, carnaval, alimentação, feiras, mostras. Desse total, 56% foram enunciados extraídos de reportagens, 22% de artigos de opinião, 11% referentes às capas de cadernos e 11% de nota de autoria.

Chama a atenção pela narrativa das reportagens analisadas não apresentar uma diferença significativa entre as abordagens favoráveis e desfavoráveis sobre o

lazer. Acreditávamos que, por esta categorização englobar os equipamentos culturais âncoras do Projeto de reestruturação da Zona Portuária e baseado na estratégia do *city marketing* utilizada para mercantilizar a cidade no cenário internacional, as reportagens favoráveis ou com posicionamentos positivos se sobressairiam expressivamente, pois, em 2011, já haviam se passado 2 anos de obra das intervenções urbanas. Nesse sentido, a condição favorável foi notada em 56% das reportagens (Figura 28), enquanto a negativa esteve presente em oito reportagens, contabilizando 44% das amostras.

Figura 28 – Lazer na Zona Portuária



Fonte: Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020170407>. Acesso em: março/2019.

Nos quadros desfavoráveis (Figura 29), todas as reportagens (8) estavam presentes no ano de 2017, ressaltando os aspectos da falta de manutenção e da precariedade de equipamentos culturais e de áreas revitalizadas.

Figura 29 – Cenário desfavorável



Fonte: O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=boulevard+ol%C3%ADmpico+&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017&mesSelecionado=10> . Acesso em: março/2019.

Dentre as 18 amostras, foi possível observar que, em 88% das reportagens não houve qualquer menção à cultura negra. Isso significou que, em apenas 2 reportagens, houve a abordagem do carnaval e do samba numa perspectiva mercantilizada da cultura. De fato, Jameson (2002) corrobora ao afirmar que a lógica cultural do capitalismo contemporâneo é a fusão entre a cultura e a economia, não existindo mais uma diferenciação entre esses campos. Para ele, “a inter-relação do cultural e do econômico não é uma rua de mão única, mas uma contínua interação recíproca, um circuito de realimentação” (JAMESON, 2002, p. 18).

É interessante lembrar que, no ano de 2017, houve um embate com o prefeito Marcello Crivella que autorizou a publicação do decreto nº 43423/2017¹³⁹, definindo procedimentos para a realização de rodas de samba na cidade e, em especial, na Pedra do Sal, conhecido reduto do samba. Uma das exigências era a posse de um alvará, muito criticado por músicos e por produtores em função do aumento da burocratização. O fim dessa exigência veio só em 2019, o que causou um grande transtorno, pois, de acordo com a Rede Carioca de Rodas de Samba, o samba é um movimento cultural que gera renda para cerca de 16 mil pessoas na cidade e uma movimentação financeira mensal de R\$ 8 milhões¹⁴⁰.

Outro fato que merece destaque refere-se ao anúncio do chefe do executivo da prefeitura no corte ainda em 2017 em 50% da subvenção da prefeitura às escolas de samba para o carnaval de 2018. Esse acontecimento se repetiu no ano de 2019¹⁴¹, com mais 50% de corte na verba de incentivo ao carnaval. E não foi apenas o carnaval de grande porte e espetacularizado que foi impactado por essa decisão, houve um efeito domino das ações que alcançaram também as escolas de samba de menor porte.

Faz-se notar e relacionar a ocorrência em 50% da abordagem favorável ou positiva em 2017 sobre o lazer na Zona Portuária e essas circunstâncias notícia das

¹³⁹ Dispõe sobre os procedimentos de autorização de Rodas de Samba. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2017/4342/43423/decreto-n-43423-2017-dispoe-sobre-os-procedimentos-de-autorizacao-de-rodas-de-samba-e-da-outras-Providencias?r=p>. Acesso em: 25/09/2019.

¹⁴⁰ Informação extraída do site do jornal O Dia. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/06/5653082-o-samba-pede-passagem--fim-da-exigencia-de-alvara-incentiva-realizacao-de-eventos.html#foto=1>. Acesso em: 25/09/2019.

¹⁴¹ Informação extraída do jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/pelo-segundo-ano-prefeitura-corta-metade-da-subvencao-para-escolas-de-samba-23286948>. Acesso em: 25/09/2019.

que afetam diretamente a área em questão. Nela, estão localizados diversos barracões das escolas na Cidade do Samba, bem como momentos de lazer que perpassam pela ocorrência de rodas de samba tão tradicionais na região. Mas ficou evidente, pela baixa ocorrência do vocábulo “samba” ou pela ausência de outros que associassem a prática de lazer à cultura negra que não alcança espaço nas grandes mídias, a oferta do lazer evocando o “novo”, a inserção de atividades que remetam à atividades que rentabilizem (Figura 30) a área em questão e produzam narrativas desvinculadas do seu passado e do seu presente negro, como “food trucks”, feiras de moda, evento de design, mostra de decoração. Tanto que em 89% das reportagens (16) sobre o lazer nos 2 anos da pesquisa foram classificadas também como “legado econômico/investimentos”.

Figura 30 – Atividades e rentabilidade



Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=veste+rio&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017&mesSelecionado=10>. Acesso em: março/2019.

Quando consideramos o quesito Cais do Valongo, endossamos o fato acima e a mercantilização da cidade e do Porto Maravilha via grandes equipamentos urbanos (Figura 31 e 32), ao não identificarmos menção em nenhuma das reportagens sobre o patrimônio nos 2 anos de pesquisa.

Figura 31 - Turista e grandes equipamentos



Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=o+rio+continua+lindo&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017&mesSelecionado=12>. Acesso em: março/2019.

Figura 32 – Turismo no AquaRio



Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=purpurina&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017&mesSelecionado=2&diaSelecionado=28> . Acesso em: março/2019.

A nuvem de palavras que reúne os vocábulos mais frequentes dos títulos e dos subtítulos das amostras sobre a prática do lazer Zona Portuária do Rio de Janeiro (Gráfico 8) nos revela o conteúdo que a mensagem veicula dadas as suas circunstâncias e o seu contexto:

Gráfico 8 - Nuvem de palavras – Lazer (2011 e 2017)



Fonte: A autora, 2019.

No que se refere ao conteúdo do *corpus* analisado, destacamos a frequência dos vocábulos “Porto”, “Rio”, “cidade”, “novo”, “prefeitura”, “projeto”, “visitante” relacionando às “atrações” a partir da “folia” e da “moda” proporcionadas pelo “lazer”. A associação direta da dessa intervenção urbana ao nome da cidade, representada pelos vocábulos de maior frequência “Rio”, “cidade”, “Porto” e “visitantes”, demonstram que tais repetições no material jornalístico promovem a associação constante do lazer à cidade, o que reforça a narrativa de uma cidade que passou por obras para oferecer novas atrações aos visitantes, ou seja, operando o enobrecimento espacial e tornando a imagem da cidade ainda mais atraente para ser mercantilizada pelos momentos de lazer.

De maneira geral, podemos afirmar que os elementos identificados em nosso exercício de interpretação da Zona Portuária carioca revitalizada reafirmam as narrativas e os discursos identificados na literatura sobre o desenvolvimento do campo do lazer. Nesse sentido, o lazer é representado como uma forma de inserção da cidade no circuito internacional a partir de uma gama de oferta para a sua prática, pois, como afirmam Gomes e Melo (2003), o desenvolvimento de uma forte e crescente indústria do lazer e do entretenimento passa a ser apontada como uma das mais promissoras fontes de negócios na contemporaneidade.

3.6 Segurança: a Zona Portuária ordenada

A perspectiva da segurança¹⁴² em espaços urbanos no Brasil e no Rio de Janeiro, em especial, nos últimos 20 anos, está bastante relacionada à preparação das cidades para os megaeventos esportivos. Nesse sentido, muitas áreas se tornaram atrativas para os interesses neoliberais, o que as tornam mais suscetíveis aos processos de controle e de disciplina para [e de certos] grupos da sociedade. Melgaço (2010) afirma que o processo de securização é decorrente tanto de altas taxas de criminalidade que subseguiram o processo de abertura democrática dos países latino-americanos, como do aumento do medo da violência urbana. O medo, por sua vez, parece ser a principal força motriz para a intensificação do uso de aparatos de segurança.

A Zona Portuária carioca ganha contornos específicos ao pensarmos como uma área com uma das maiores visibilidades de sucesso para o projeto em questão. Nela, atravessam intenções do ordenamento, da disciplina, da domesticação de corpos, da vigilância dos sujeitos e dos espaços alvos da reestruturação seja a partir das praças renovadas, do aquário e dos museus criados, do centro de memória, enfim, por meio de lugares concebidos para a reprodução do capital hegemônico na cidade potencialmente valorizada, mercantilizada e com vistas à acumulação.

No entanto, não apenas por intermédio dos espaços destinados à cenarização desta área da cidade, mas também em espaços historicamente ocupados pela população de menor poder aquisitivo, é notório/sabido que as ações para promover ordenamento e segurança na Zona Portuária possuem diferentes dimensões e acabam por revelar assimetrias e desigualdades nas relações dos sujeitos na produção do espaço. Simbolizado materialmente pelas dinâmicas contrastantes implementadas no Morro da Providência e no entorno da Praça Mauá (eixo espacial do Porto Maravilha). Assim, segundo o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2015), os dispositivos de controle presentes para o Morro da Providência e outros espaços de favelas e de periferias se agravam nos marcos dos megaeventos

¹⁴² O dicionário Michaelis define segurança como: Ato ou efeito de segurar; segurança, segurança, seguridade e seguro como: Livre de cuidados ou de inquietações; sossegado, tranquilo. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/seguran%C3%A7a/>. Acesso em: 06/09/2019.

e perpassam por uma militarização da segurança pública e por um genocídio de negros¹⁴³.

Nesse sentido, a Zona Portuária carioca é espaço de ambivalência e lugar onde histórias se cruzam e a violência mostra seus rastros e suas continuidades históricas. A produção da narrativa de seu passado não muito distante como violento, sujo, da desordem, da precariedade e o resgate dessa abordagem sustentou em grande parte as intervenções realizadas na área em estudo em que o medo da violência, como destaca Melgaço (2010), cria condições para a militarização urbana de alguns espaços, enquanto outros passam por uma informatização do cotidiano para fins de vigilância, como as câmeras de vídeo bastante utilizadas no monitoramento¹⁴⁴ e nas políticas de controle da Zona Portuária revitalizada. Gaffney (2015) afirma que a performance da segurança ostensiva é parte integrante do espetáculo do evento [esportivo e da cidade].

Martinez (2018) alerta que os espaços vislumbrados para a revitalização urbana tendem à homogeneização e suas diferenças só seriam totalmente celebradas quando já domesticadas e suavizadas. É nesse sentido que as iniciativas de monitoramento, de controle, de regulamentação da segurança, de disciplinarização dos corpos e dos comportamentos dão suporte às ações das obras promovidas na ocasião do Porto Maravilha. Termos como “limpeza”, “disciplina” e “pacificação de áreas” ou “populações” aparecem constantemente nas narrativas produzidas para dar apoio a tais obras.

Como parte do escopo do projeto de reestruturação da Zona Portuária e da política de segurança no contexto da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, foi

¹⁴³ A maioria da população brasileira (50,7%) é formada por negros, segundo censo do IBGE de 2010. Entende-se por genocídio a política permanente de eliminação física de negros pelo Estado e pela desestruturação de famílias inteiras em função do assassinato, com reflexos que se estendem por várias gerações. Considera-se ainda o fato de negros constituírem a camada mais pobre da população brasileira, com menos acesso à saúde, à educação, ao emprego e terem renda 40% inferior à de trabalhadores brancos, entre outros fatores. (Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, 2015, p.101)

¹⁴⁴ Como foi o caso da instalação de inúmeras câmeras de segurança para audiomonitoramento do perímetro do Porto Maravilha durante o período das Olimpíadas em 2016. Posteriormente ao evento, o monitoramento está concentrado no entorno da Praça Mauá e nos tuneis. Fonte: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/07/seguranca-do-boulevard-olimpico-na-zona-portuaria-tera-14-mil-cameras.html>

instalada em abril de 2010¹⁴⁵ a Unidade de Polícia Pacificadora - UPP no Morro da Providência¹⁴⁶, considerada a primeira favela do Brasil e formada por ex-combatentes da Guerra de Canudos e escravizados recém-libertos. Como nos lembra Martinez (2018), a diferença, uma vez pacificada, atua no sentido de produzir ativos para a marca do Porto Maravilha, um bem cultural a ser consumido e que valorizaria o solo a ser especulado no mercado imobiliário.

Nesse sentido, a domesticação e a suavização viriam não só pelo monitoramento virtual através de câmeras, mas também através de uma prática marcadamente espacial, pois vigiam não só pessoas, mas, sobretudo lugares, espaços, como corrobora Melgaço (2015). Assim, determinariam quem são os “desejáveis” e os “indesejáveis” frequentadores daquele espaço revitalizado e convertido em espaço de consumo cultural. Gaffney (2015, p.176) salienta que quem não pertence ao evento [megaeventos] na qualidade de trabalhador, consumidor ou participante não tem o direito de circular no espaço socialmente construído para o evento.

Uma outra marca do aparato securitário e da estabilização da diferença na Zona Portuária foi a criação, em 2012, de uma Unidade da Ordem Pública - UOP, localizada na Avenida Rodrigues Alves. O efetivo da UOP - Porto Maravilha conta com uma equipe de guardas municipais atuando em uma área de mais de 1 milhão de metros quadrados¹⁴⁷, como pode ser observado no seu perímetro de atuação na Figura 33 abaixo.

¹⁴⁵ Informação extraída da pesquisa sobre a instalação das UPPs, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em cooperação com o Laboratório de Análise da Violência – (LAV/UERJ).
Fonte: <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf>. Acesso em: 16/09/2019.

¹⁴⁶ Soldados que retornaram da Guerra de Canudos (BA) passaram a ocupar a região onde hoje é o Morro da Providência. Sem condições de se manter, pois não receberam o que o governo deveria tê-los pagado, começaram a construir casas no morro, que foi inicialmente batizado de Morro da Favela, por ser o nome de uma planta encontrada em grande quantidade em Canudos e também no morro. Mesmo depois tendo sido rebatizado de Morro da Providência, “favela” já havia se tornado sinônimo do tipo de ocupação em morros da cidade.

¹⁴⁷ Informações extraídas do site da Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEOP. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/seop/exibeconteudo?id=4250843>. Acesso em: 17/09/2019.

como partida entre as favelas e o asfalto passou então a ser utilizada rotineiramente por uma *geografia moral* (McDonough, 2003) que se construiu de forma difusa, a partir da mediação de diferentes produtos como legislações, matérias jornalísticas, planos urbanísticos, romances, filmes, projetos culturais etc. Com esse novo imaginário, foi operada uma dupla justificativa para a intervenção em regiões “favelizadas” ou “periféricas”: tanto para a criação de unidades especializadas em medidas militarizadas de policiamento, quanto para a implantação de políticas voltadas para exploração econômica e turística. (GUIMARÃES, 2004, p. 2-3, grifo original).

A autora (idem) ainda aborda que as intervenções urbanísticas implementadas na área em tela serviram de base retórica para a intensificação dos mecanismos de controle e de disciplinamento de alguns espaços e habitantes tidos como “perigosos” ou “marginalizados”. A implantação no Morro da Providência de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e a remoção de habitações “irregulares” ou “em risco” foram mecanismos que colocaram o povo negro, população tradicional do lugar, como os “indesejáveis” deste espaço revitalizado. Melgaço e Arteaga Botello (2015) afirmam que o legado militar no Brasil é uma herança da ditadura militar e está presente não apenas na atual organização das forças policiais, mas é também marcante em várias outras expressões sociais e no próprio espaço.

A percepção dos mecanismos de controle, da pacificação, da suavização não se apresenta apenas pelas intervenções urbanísticas na concretude do lugar no tempo presente, ela também opera a partir de medidas simbólicas com o passado e com a memória. Um passado africano na região, mas que é retomado pelo Projeto Porto Maravilha por meio da violência do passado colonial e da escravidão a partir de uma lógica de turismo, folclore e consumo, significando uma tentativa de mediar a memória da violência e de esconder a dimensão da brutalidade física e corpórea da escravidão, como afirma Martinez (2018). E, assim, mais ao que parece, como um projeto que prioriza e visa restabelecer a ideia de harmonia [racial] da sociedade brasileira em geral, por meio de uma patrimonialização que produz narrativas de reconciliação com o seu passado de violência.

É importante mencionar que, apesar das reportagens no jornalismo diário carregarem o status de comprovação do fato (mesmo levando em consideração as discussões acadêmicas sobre a subjetividade presente nas fotos, a interpretação etc), os discursos produzidos a partir desses elementos se tornou o amálgama para a criação de uma ideia positiva acerca do legado de uma cidade mais segura prometido pela prefeitura para a cidade e para seus moradores. A análise desse conteúdo a partir

desses parâmetros contribuiu para identificar critérios de noticiabilidade utilizados por *O Globo*, ampliando o entendimento a respeito dos sentidos produzidos pelo jornal sobre a cidade revitalizada e a incorporação da cultura negra.

3.6.1 Segurança: Análise do corpus textual

Do acervo total do nosso levantamento sobre a narrativa da cidade revitalizada no jornal *O Globo*, 14 amostras foram categorizadas como “segurança” (Apêndice VII). Desse total, predominaram as reportagens com 71% da ocorrência, 14% referentes às notas, 7% foram de artigo de opinião e 7% de propaganda.

O enunciado reproduzido abaixo (Figura 34) representa de maneira clara nossa interpretação sobre o caráter expressivo do que será ou não noticiado nas reportagens referentes à segurança, bem como sua apropriação na produção de narrativas sobre a Zona Portuária revitalizada.

Figura 34 – Investimentos em segurança



Fonte: *O Globo*. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=seguran%C3%A7a+na+zona+portu%C3%A1ria&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2011&mesSelecionado=12> .

Acesso em: março/2019.

Em termos gerais, as reportagens sobre a “segurança” na Zona Portuária estavam presentes mais em 2017 com 57% e em 2011 com 43%. Observou-se também que a maior parte das amostras abordava o assunto de modo “desfavorável” ou negativo (50%), enquanto numa perspectiva “favorável” ou positiva sobre essa categoria foi retratada em 35,7%. Constatamos que, em 2011, havia uma expectativa frente à efervescência do Projeto Porto Maravilha e todas suas intervenções

envolvidas. Palavras como, “alvo”, “desafio”, “inclusão de população desassistida” estavam presentes (Figura 35).

Figura 35 – Integração da população



Fonte: Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=seguran%C3%A7a+na+zona+portu%C3%A1ria&anyword=&noword=&exactword=&de cadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2011&mesSelecionado=12&diaSelecionado=18> . Acesso em: março/2019.

Já em 2017, a tônica muda e passam a ocorrer palavras (Figura 36) como “traficantes”, “violência”, “VLT para”, “tiroteios”, “purgatório”.

Figura 36 – (In)segurança



Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=VLT&anyword=&noword=&exactword=&de cadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017&mesSelecionado=3>. Acesso em: março/2019.

Em relação à menção sobre a “Cultura Negra” e ao “Cais do Valongo”, notamos que em 86% e em 71%, respectivamente, não foram mencionados. Quando eram mencionados, nos 14% e nos 27% das reportagens, se referiam principalmente de modo desfavorável ou negativo (Figura 37).

Figura 37 – Cultura negra desfavorável

ENTRE O PARAÍSO E O PURGATÓRIO

Pontos turísticos que garantiram título de Patrimônio da Humanidade sofrem com violência e degradação

Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=para%C3%ADso+e+purgat%C3%B3rio&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017>. Acesso em: março/2019.

Dentre os agentes mencionados nas reportagens, a palavra “Guarda Municipal” é o vocábulo que mais se repetiu nos enunciados pesquisados (Figura 38).

Figura 38 – Agente público

Guardas são atacados por camelôs no Porto

**Confronto assustou
as pessoas
que lotavam a
Orla Conde**

Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=camel%C3%B4s+no+Porto&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017&mesSelecionado=1>. Acesso em: Março/2019.

A importância dada pela mídia à presença da segurança nesta área é ratificada pela nuvem de palavras que destaca os vocábulos mais representativos no conteúdo textual categorizado como relativo aos sistemas de controle. Assim, retomando a referência à retórica da violência na região, a presença constante da Guarda Municipal e de ações de vigilância e monitoramento realizadas ou não pela Prefeitura (Figura 39) no Cais do Valongo, no Porto Maravilha como um todo e na Providência (Gráfico 9).

Figura 39 – UPP no Morro da Providência

Prefeitura estima UPP Social em R\$ 1 bilhão

Recursos estão e continuarão sendo aplicados, até 2012, em obras de habitação e urbanização e serviços como coleta de lixo

Fonte: O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=UPP+social&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2011> . Acesso em: março/2019.

Gráfico 9 - Nuvem de palavras – Segurança (2011 e 2017)



Fonte: A autora, 2019.

Esses vocábulos endossam as assimetrias dos dispositivos de segurança implementados na região, bem como demonstram a preocupação com a manutenção da ordem na cidade revitalizada e mercantilizada. Nesse caso, a presença do vocábulo “Providência” simbolizando materialmente as desigualdades nas relações dos sujeitos na produção do espaço e os vocábulos “Cais do Valongo” e “Porto Maravilha” ao demonstrar a preocupação com a imagem e narrativa da cidade revitalizada.

3.7 Os conteúdos das intervenções urbanas na Zona Portuária revitalizada

A partir da descrição e da comparação dos conteúdos evocados pelas intervenções urbanas realizadas na Zona Portuária, buscamos demonstrar os possíveis efeitos dos discursos produzidos no âmbito da construção da narrativa de uma cidade apta aos negócios, mas que, ao mesmo tempo, incorpora a cultura neste processo.

Com o objetivo de analisar a produção de narrativas difundida pelo Jornal O Globo a partir da revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, propomos interpretar os elementos textuais extraídos das intervenções urbanas analisadas no bojo da literatura revisada ao longo desta pesquisa. Para isso, procuramos evidenciar as abordagens comuns a essas intervenções, notabilizando os sentidos mais gerais incorporados à revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

Dessa forma, por meio da revisão da literatura específica de cada uma das intervenções urbanas retratadas nessa pesquisa, observamos que a incorporação das modalidades tem relação direta com a cidade do Rio de Janeiro. A importância atribuída ao empreendedorismo urbano, ao planejamento público-privado e à mercantilização da cidade via promoção cultural no capítulo 1 foi confirmada na análise das diferentes intervenções urbanas que se desenvolvem na Zona Portuária da cidade.

Os dados analisados do *corpus* textual evidenciam também o contexto de celebração e de incorporação dos imaginários relacionados à Zona Portuária revitalizada presentes no discurso da “aptidão aos negócios” que fundamentaram a adesão e o consenso às transformações. A quantidade e a qualidade (características) dos dados são evidências que comprovam o papel central exercido pela Zona Portuária na disseminação da “cidade-mercadoria” Rio de Janeiro, no âmbito de um processo global de mercantilização/espetacularização das cidades incorporando seus atributos culturais.

Sendo assim, os delineamentos definidos para esta pesquisa objetivou identificar a força da narrativa e a produção de informações no imaginário social associadas às intervenções urbanas e à promoção cultural, bem como as representações que essas transformações analisadas evocam, a fim de construir

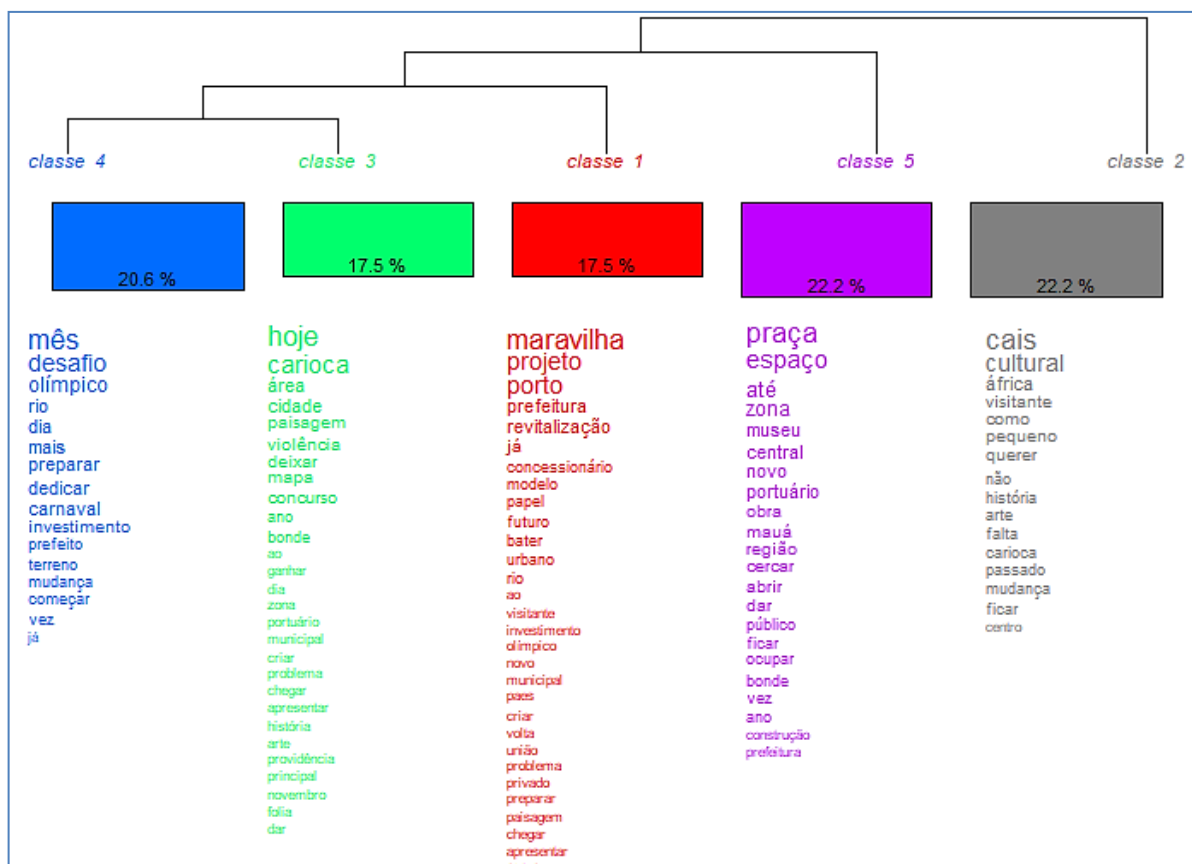
hipóteses gerais sobre a incorporação da cultura negra, em especial do Cais do Valongo, na revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

A última parte deste capítulo propõe, portanto, a interpretação dos resultados feita na análise dos conteúdos textuais por meio da inferência, que, de acordo com Bardin (1977, p.41), é a “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras”.

Para essa interpretação, utilizamos duas análises do ‘*software*’ IRAMUTEQ que relacionam segmentos de texto e vocabulário. Utilizamos o esquema hierárquico de classes de palavras (Classificação Hierárquica dos dados - CHD) e a sua representação no plano cartesiano (Análise Fatorial de Correspondência - AFC).

A análise hierárquica visa identificar classes de segmentos de texto que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente dos segmentos de texto das outras classes (Camargo, 2005). Ao inserirmos o *corpus* textual formado pelos enunciados das modalidades “economia”, “cultura/história”, “mobilidade urbana”, “lazer” e “segurança” no *software*, obtivemos o seguinte resultado (Gráfico 10):

Gráfico 10 - Classificação Hierárquica dos dados (CHD)



Fonte: A autora, 2019. Elaborado com o auxílio do software IRAMUTEQ.

Quanto mais em destaque e maior o tamanho do vocábulo, maior é a sua influência na classe. Tendo conhecido essas especificidades, faz-se necessário primeiramente demonstrar que o *corpus* geral foi constituído por um (1) texto único, constituído por 87 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 63 STs (72,4%). Emergiram 3.118 ocorrências (palavras, vocábulos ou formas), sendo 1.236 palavras distintas. O conteúdo analisado foi categorizado em cinco classes: Classe 1 com 11 ST (17,46%); Classe 2 com 14 ST (22,22%); Classe 3 com 11 ST (17,46%); Classe 4 com 13 ST (20,63%); e Classe 5 com 14 ST (22,22%). A classe 1 é encabeçada pelos vocábulos *maravilha* e *projeto*; a classe 2 pelos vocábulos *cais* e *cultural*; a classe 3 pelos vocábulos *hoje* e *carioca*; a classe 4 pelos vocábulos *mês* e *desafio*; e a classe 5 pelos vocábulos *praça* e *espaço*. Destacamos, pela disposição das classes, que a classe 3 está mais “isolada” ou “solta”, enquanto as classes 3 e 4 são as mais “agregadas”. Nesse caso, observamos que os conteúdos relacionados às classes 3 e 4, ou seja, os termos “hoje” e “carioca” e “mês” e “desafio” possuem maior aproximação. A classe 3, com termos que dão um destaque para a paisagem carioca

e para o caráter identitário, por meio dos vocábulos “carioca”, “paisagem”, “bonde”, indica uma aproximação do conteúdo do campo da mobilidade urbana, no entanto, também fica evidente uma aproximação da classe 3 com o campo da segurança em função da presença dos vocábulos “violência”, “problema” e até mesmo “Providência”. A classe 4 apresenta termos que sugerem uma aproximação com o conteúdo do campo da economia, através dos vocábulos “desafio”, “investimento”, “dedicar” e “preparar”. No entanto, vale destacar a formação de classes distintas para o campo da economia (classe 1, 3, 4 e 5), nas quais fica evidenciado o tangenciamento de termos como “investimento” nas classes 1 e 4. Na classe 3, identificamos o termo “ganhar” e, na classe 5, os termos “construção” e “obra”, que remetem à promoção do capital no âmbito do projeto olímpico.

Destacamos que, na revisão da literatura e do conteúdo textual dos cinco campos supracitados, foi evidenciado o caráter rentabilista dessas intervenções, relacionado também à concepção de espetacularização da cidade. Identificou-se também o aspecto da culturalização e até mesmo da patrimonialização nesta área da cidade quando apenas a classe 2 representa 22,2% dos segmentos de textos com vocábulos que demonstram a promoção cultural na Zona Portuária. Dessa forma, os termos “Cais”, “cultural” e “passado” indicam a representatividade do campo cultura/história e seus conteúdos relacionados.

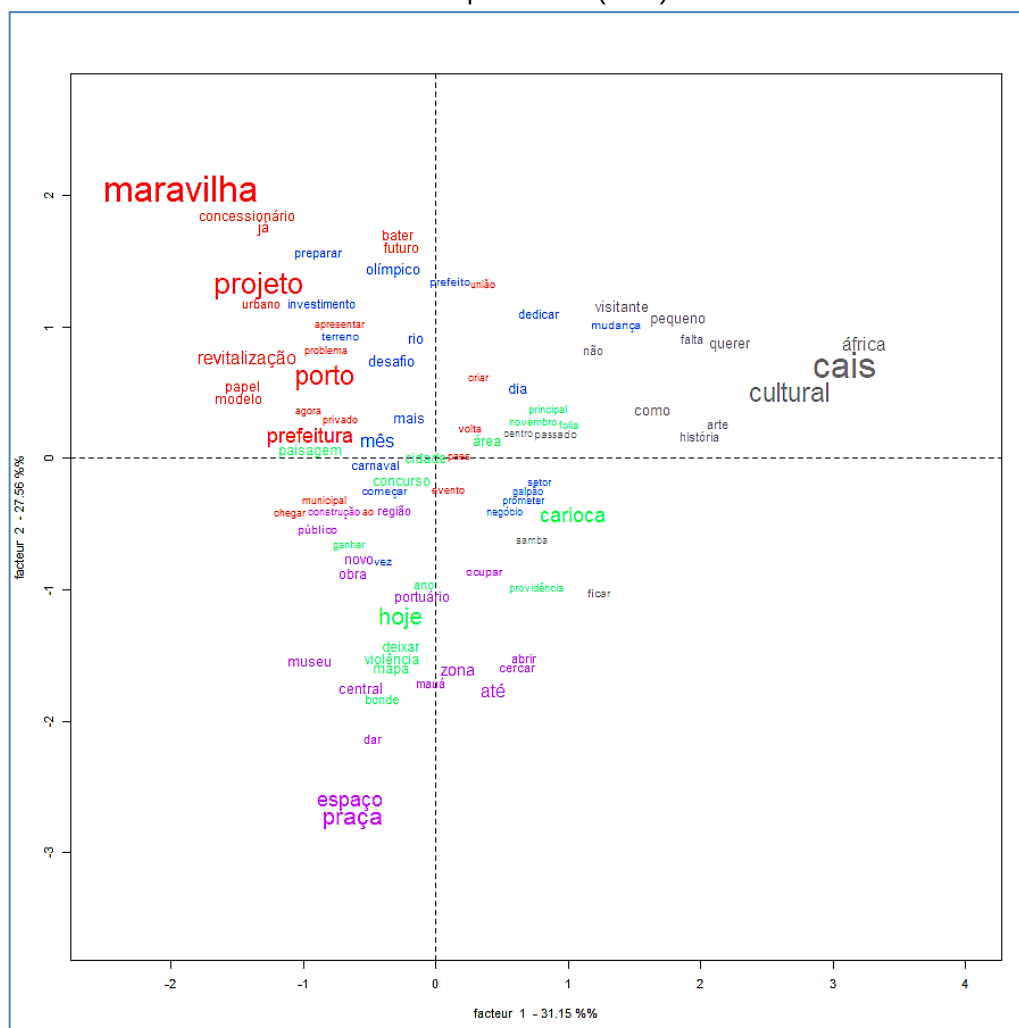
Assim, como indica Vaz (2004, p.39-40), percebemos no plano de intervenções urbanísticas da Zona Portuária, algumas tendências de natureza socioespacial: a (I) culturalização, que consiste numa profusão de equipamentos e de atividades culturais, turísticas e de lazer, transformando num ambiente de consumo, a (II) estandartização dos lugares, que é a adoção dos mesmos modelos em sítios distintos – sugerindo que a reprodução de padrões vem atrelada à participação dos mesmos investidores e que visam alcançar os mesmos efeitos [exitosos], a (III) estetização que configura a adoção de efeitos estéticos nos espaços urbanos através da arquitetura, do design, do paisagismo, da iluminação, do mobiliário urbano e da arte pública, (IV) a monumentalização, resultado da busca pela diferenciação através do recurso à escala monumental no espaço da cidade e a partir da prática de marketing que conforma a imagem e as identidades locais como objeto de consumo, ocorre a (V) midiatização que, ao amplificar a visibilidade através da mídia, indica a espetacularização. Notamos

que, por distintas maneiras, a Zona Portuária é transformada numa paisagem urbana mercantilizada pronta para ser consumida.

Observamos a formação de classes distintas para os vocábulos da temática do lazer (classes 1, 2 e 5). Em nossa interpretação, os termos das classes 1 e 2 estão relacionados à identidade do lazer pela presença do vocábulo “visitante”. Já na classe 5, o campo do lazer se manifestou pela ocorrência dos vocábulos “praça”, “museu”, “ocupar” e “espaço público” que demonstram uma aproximação com o caráter da apropriação cultural implementada no processo de revitalização da Zona Portuária.

A representação no plano cartesiano (Análise Fatorial de Correspondência - AFC) abaixo retratado é outro tipo de demonstração desses resultados e, nele, podemos observar as aproximações/distanciamentos entre as classes, de acordo com a disposição nos quadrantes (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Análise Fatorial de Correspondência (AFC)



Fonte: A autora, 2019. Elaborado com o auxílio do software IRAMUTEQ.

No plano cartesiano, estão demonstrados os vocábulos formadores de cada classe. Destaca-se a posição predominante dos vocábulos entre algumas classes sobre os dois eixos (x e y). A partir desse gráfico, é possível visualizar com maior propriedade a forte correlação entre os vocábulos das classes relativas aos campos da economia, da mobilidade urbana (cores azul e verde), representadas predominantemente no quadrante superior esquerdo (economia) e no quadrante inferior esquerdo (mobilidade urbana) do plano cartesiano. Destacamos a intersecção das classes 4 e 3 a partir dos vocábulos “cidade”, “ganhar”, “começar” e “paisagem”, que reforçam o argumento apresentado acima, que compreende o caráter inovador e transformador como fator de aproximação entre as representações dos campos da economia e da mobilidade urbana na Zona Portuária do Rio de Janeiro.

As classes relativas ao lazer (identificadas pelas cores cinza e roxa) estão representadas em quadrantes distintos, respectivamente no quadrante superior direito e no quadrante inferior esquerdo, indicando uma distribuição em segmento em pontos extremos. Percebe-se que a classe de vocábulos envolvidos nas intervenções modalidade cultura/história apresenta um vocabulário bastante específico, e aparece com menos conectividade em relação às demais classes hierárquicas. Vocábulos mais relacionados ao sentido simbólico e patrimonial da modalidade “Cais” e “Pequena África” possuem baixa conectividade com os demais campos. Observa-se, portanto, que há apenas 2 vocábulos da modalidade cultura/história que ultrapassam os outros quadrantes, apresentando separação desta classe em relação às outras. A classe da segurança (em verde) está representada predominantemente no quadrante esquerdo inferior, e vocábulos como “violência” e “Providência” se manifestam.

A narrativa sobre uma Zona Portuária apta aos negócios é evidenciada em vocábulos que permeiam as 5 classes. Dessa forma, os vocábulos “investimento” e “negócios” mencionados na classe 4, os vocábulos “revitalização” e “futuro” mencionados na classe 1, os vocábulos “construção” e “obra” presentes na classe 5, o vocábulo “ganhar” em evidência na classe 3 e o vocábulo “visitante” reforça a centralidade do aspecto mercadológico associado ao projeto revitalizante nas temáticas analisadas. Por fim, assimilamos que alguns termos presentes em distintas classes na AFC fazem referência ao componente da cultura/história enquanto uma intervenção urbana implementada no âmbito da revitalização na Zona Portuária. Assim, os vocábulos “cultural”, “Pequena África”, “Cais”, “passado”, “história” e

“samba” da classe 2, o vocábulo “praça” presente na classe 5, o vocábulo “carneval” presente na classe 4 e “folia” na classe 3 expressam os sentidos da mediação das dinâmicas culturais (r)existentes.

No tocante aos agentes mencionados na sintetização da análise de conteúdo da narrativa midiática, foi possível perceber a presença integral de atores públicos. Assim, “prefeito”, “Paes”, “prefeitura”, “municipal”, “União” foram os vocábulos que emergiram e possibilitou ratificarmos a participação maciça do poder público nas intervenções da Zona Portuária.

A partir dos dados referentes aos conteúdos textuais sobre as distintas intervenções urbanas, como etapa final, passamos à elaboração de proposições sobre a institucionalização e patrimonialização do Cais do Valongo enquanto um elemento da cultura negra no âmbito da reestruturação produtiva realizada na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Os dados sintetizados da análise do conteúdo da mensagem jornalística de uma área revitalizada na cidade do Rio de Janeiro possibilitam a identificação dos elementos constitutivos na produção da narrativa midiática na Zona Portuária revitalizada. Como resultado, apresentamos as mensagens dos textos, demonstrando os imaginários que estruturam essas mensagens. Ressaltamos que nossa perspectiva de análise se baseia no entendimento do papel consonante da mídia como articulador e enunciador de demandas hegemônicas.

O próximo capítulo que se apresenta visa investigar o Sítio Arqueológico do Cais do Valongo enquanto componente da cultura negra na Zona Portuária do Rio de Janeiro revitalizada e elemento que passou por um processo de institucionalização e patrimonialização. Essas significativas mudanças concretas e simbólicas no espaço imprimiram dinâmicas que potencializam a espetacularização da cidade, no entanto aventa-se que ocorrem por meio da suavização do passado escravista e não traz para o presente com mudanças efetivas. No entanto, ele se apresenta enquanto um importante elemento cultural negro da (r)existência por meio de manifestações reivindicadas, principalmente, por grupos de religiões de matrizes africanas. São essas duas formas de manifestações pelas quais percorreremos no capítulo seguinte. Reparar a histórica através da memória imprimiu alguma mudança tangível para sociedade brasileira? Qual é o balanço que podemos fazer pós conquista do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO? São esses

questionamentos que buscaremos responder, tendo a consciência que os debates e os processos permanecem extremamente vivos, sensíveis e polêmicos.

4 O CAIS DO VALONGO EM SUAS MÚLTIPLAS CONEXÕES NA ZONA PORTUÁRIA REVITALIZADA

Nesta seção, propomos aprofundar o reconhecimento das múltiplas conexões do Cais do Valongo enquanto um patrimônio a ser apropriado de distintas maneiras no bojo da revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Tal objetivo decorre do reconhecimento de duas intencionalidades que se confrontam e se imbricam nesse contexto – o da apropriação e ressignificação do Cais do Valongo enquanto uma oportunidade de negócios segundo a lógica que envolve uma cidade-mercadoria e da intenção de identificar as memórias da (r)existência e da legitimidade cultural que ele evoca, significando assim, um patrimônio com tensões e com disputas que se estabelecem ou mesmo com situações de convergência entre esses.

Para tal, faz-se necessário situar brevemente o Cais do Valongo no contexto da reestruturação produtiva ocorrida na Zona Portuária. Esta, por sua vez, foi objeto de uma parceria público-privada licitada em 2010 que abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados¹⁴⁸.

Conforme aponta Albinati (2016, p. 114), trata-se de um projeto de gentrificação da antiga Zona Portuária, elaborado e conduzido nos moldes de tantas outras revitalizações de centros antigos, inclusive zonas portuárias, como as de Barcelona e de Buenos Aires, que são apontadas como modelo pela propaganda do próprio Porto Maravilha. A exaltação de aspectos simbólicos e históricos, forjando um tipo específico de discurso sobre a memória e vida cultural, que apoia os objetivos comerciais do projeto, também não é uma novidade. Em especial, a construção de grandes equipamentos culturais tem sido uma marca comum aos projetos gentrificadores¹⁴⁹.

Nesse sentido, percebemos que a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro - Porto Maravilha tem em sua ação privilegiado o caráter da cultura como mercadoria, voltando-se para um modelo padrão de consumidor de cultura que não comporta a

¹⁴⁸ Do site do projeto Porto Maravilha. Acesso em 20/01/2019. Disponível em <<http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>>.

¹⁴⁹ “Vale salientar que essa mudança em geral não prioriza a formação dos públicos locais e sim a atração de novos públicos, já “formados””. (ALBINATI, 2016. p. 14)

população que hoje luta para permanecer na região. Paradoxalmente, a cultura que se busca apropriar para promover a cidade e os espaços redesenhados aproveita-se do “autêntico” e do “singular” dessa mesma população: aproveita-se do seu “patrimônio cultural”, mas se dispensa a sua presença. A cultura é substituída pela fantasmagoria do simulacro – pela imagem autorreferente, que se cria pela livre arbitrariedade do mercado, em um “jogo aleatório dos significantes” (DEBORD, 1997).

Esse antagonismo revela um processo que é mediado pelo conflito e pela tentativa de construção de uma hegemonia. Sánchez (2010) enfatiza que essa luta simbólica para determinada visão de mundo parece tratar-se de um dos processos políticos relevantes na compreensão daqueles mobilizados para a reconstrução de lugares, em relação dialética com os processos materiais de modernização urbana.

No entanto, por mais dominantes que esses processos tentem se fazer, há a resistência na vida cotidiana (Sanchez, 2010). Não há espetáculo que seja capaz, no fundo, de ocultá-la, pois, mesmo conceitualmente, o espaço não se produziria se assim fosse. É nesses momentos que floresce a luta pelo espaço e as relações de poder nas mais distintas escalas e é desses momentos que se pode tirar a força e a potência para a transformação e para a resistência.

E o Cais do Valongo não fica de fora desse quadro, uma vez que a construção de uma imagem de cidade cujo passado não pode deixar de ser reinventado como parte do exercício do projeto de urbanização a ser materializado, como podemos compreender a partir das colocações de Sharon Zukin (2006). Assim, observamos conflitos e tensões acerca das apropriações e dos discursos em que se fazem do Cais do Valongo. Ao mesmo tempo em que vislumbra um patrimônio mercantilizado, ordenador, disciplinador, embranquecedor e até como para uma certa “folclorização” de suas expressões culturais, este pode encarnar uma apropriação de (r)existência e de legitimidade, na medida em que ele dá visibilidade e afirmação da memória, trazendo reconhecimento social de camadas da sociedade que historicamente sofreram e sofrem um processo ativo de esquecimento. Mais uma vez, a cultura sendo encarada como uma commodity, mas também se apresentando como espaço de memória e de (r)existência.

Considera como patamares para esta etapa da análise a abordagem acerca do processo de patrimonialização Cais do Valongo a ser desenvolvida no ponto seguinte, o resgate das retóricas culturais desenvolvidas pelos atores no capítulo 2, bem como

as narrativas produzidas e utilizadas nas dinâmicas abordadas no capítulo 3. Como bem salienta Sánchez (2010):

O discurso produzido é portador de representações e da visão de mundo daqueles atores envolvidos no projeto. A produção do espaço é motivada pela representação do espaço, procedente de uma intencionalidade que integra, incorpora uma imagem do espaço. As representações veiculadas pelo discurso, revelam as significações do projeto de cidade e, por essa razão, devem fazer parte das análises da produção do espaço. Rituais, eventos públicos, palavras e imagens da cidade são discursos, formas de representação da cidade. (SANCHEZ, 2010, p.83)

Desta forma, em nosso caso, as narrativas que buscamos estão relacionadas à Geografia e à sua abordagem referente à apropriação da cultura negra no espaço urbano revitalizado, predominantemente às representações e aos simbolismos desses elementos utilizados como consenso e seus tangenciamentos na mídia hegemônica. Conforme demonstrado nas análises realizadas, as intervenções urbanas realizadas na Zona Portuária estão diretamente relacionadas às construções simbólicas evocadas pelos ativos culturais e pela mercantilização desta área em tela. Observou-se que tanto os grandes equipamentos culturais quanto as iniciativas culturais que abordam a memória negra analisadas interagem de diferentes formas com esta área da cidade-mercadoria, uma interação contrastante de espacialidades desiguais.

Portanto, utiliza-se também neste capítulo, de posicionamentos dissonantes e que se colocam como controvérsias sobre as transformações pelas quais tem passado a Zona Portuária do Rio de Janeiro na atualidade, possibilitando que narrativas outras se manifestem, se proliferem e se questionem sobre as intervenções urbanas e a incorporação da cultura negra e do Cais do Valongo neste processo. Entendemos que são vozes que destoam da narrativa hegemônica, cujas palavras discordantes produzem tensões acerca da produção do espaço e podem ser extremamente ricas do ponto de vista dos contrastes e das diferentes percepções que compõem a sociedade e as formas de pensar, de planejar e de conceber a cidade e o direito a ela.

Nesse sentido, serão utilizadas as falas das entrevistas dos agentes envolvidos em debates acerca da revitalização da Zona Portuária e no processo de patrimonialização da memória da cultura negra e do Cais do Valongo. Objetiva-se, portanto, considerar e reconhecer as narrativas que nos mostrem uma perspectiva

menos generalizante, trilhada nos interstícios das ações sociais e imbuída de significados e carregada dos próprios contextos e vínculos que possuem com o lugar.

Considera-se, ainda, os aportes teórico-metodológicos, apresentados nos capítulos anteriores, como desenho de uma ideia e de parâmetros de um exercício que passa ser percorrido e recuperado. Vale pontuar que as narrativas que buscamos interpretar a partir da análise de conteúdo estão relacionadas à Geografia e à sua abordagem referente à apropriação da cultura no espaço urbano, especialmente aos imaginários sociais desses elementos da cultura urbana e suas inter-relações nas reportagens que noticiam a cidade revitalizada.

Conforme apontado nas análises realizadas, as intervenções urbanas realizadas no âmbito do projeto de revitalização empreendido na Zona Portuária estão diretamente relacionadas e tangenciam o aspecto cultural amplamente difundido e utilizado em operações simbólicas e físicas orientadas por estratégias de *culturalização do mercado*. No entanto, observou-se nas investigações das reportagens, um privilégio das ações e das narrativas dos grandes equipamentos urbanos instalados na região.

Na esteira do cenário em que o Cais do Valongo foi citado em apenas 24 das 131 reportagens analisadas, notabilizamos a necessidade em evidenciar esse quadro, uma vez que se trata de um espaço sujeito a apagamentos históricos e esvaziamentos críticos. Mesmo diante deste segundo plano relegado ao Cais do Valongo, percorremos a ideia de que ele abarca apropriações contraditórias e que dialogam com a reestruturação urbana empreendida na Zona Portuária.

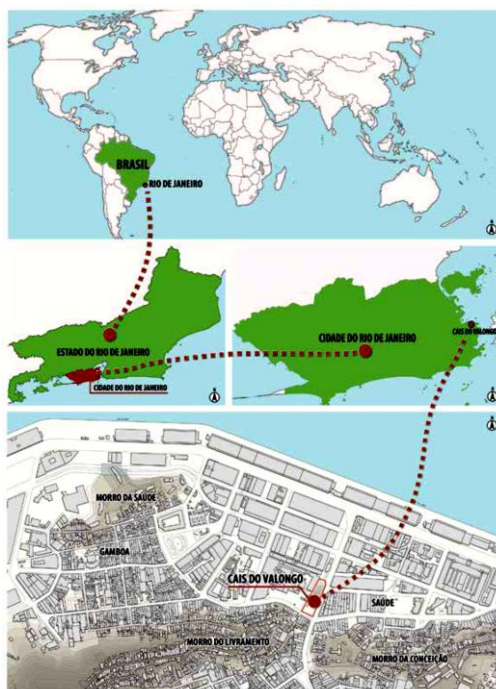
Posto isso, será necessário retomar a estrutura essencial da pesquisa já apresentada e explorada na introdução. Realizar-se-á também a contextualização do processo de patrimonialização do Cais do Valongo, considerando sua relevância histórica para a memória da diáspora africana¹⁵⁰ até alcançarmos a fase do seu desenterramento, em 2011, no âmbito das obras do Porto Maravilha e chegando em sua titularidade concebida pela Unesco como um Patrimônio da Humanidade no ano de 2017.

¹⁵⁰ Cf. HALL, S. Pensando a Diáspora. In: SOVIK, Liv (org.). Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG: Brasília. 2006. p. 25 – 48.

4.1 A institucionalização e a patrimonialização do Cais do Valongo

As escavações realizadas na Zona Portuária em função das obras do ambicioso projeto do Porto Maravilha revelaram/desenterraram o Cais do Valongo (Figura 40), considerado o maior porto escravagista da América. Estima-se que por ele desembarcaram, no período em fins do século XVIII e início do XIX, cerca de 1 milhão de africanos escravizados (Dossiê da Candidatura do Cais do Valongo, 2016).

Figura 40 - Localização do Cais do Valongo



Fonte: IPHAN, 2016, p. 20.

Vassalo (2012) narra que o desembarque de africanos no Valongo começou a ocorrer por volta de 1779, através de uma estrutura de madeira, quando foi transferido da Praça XV para lá. O Cais do Valongo, que está agora em exposição, foi construído com pedras, em 1811, e durou oficialmente até 1831, quando o tráfico negreiro foi proibido. O tráfico continuou ocorrendo depois dessa data, mas era feito clandestinamente. Em 1843, o Cais da Imperatriz foi construído sobre as pedras do Cais do Valongo para que ali desembarcasse a Imperatriz Tereza Cristina, futura esposa de D. Pedro II. Com a reforma do Prefeito Pereira Passos, na primeira década do século XX, o Cais da Imperatriz também foi encoberto, dando lugar à praça Jornal

do Comércio, localizada na atual avenida Barão de Tefé. Tais processos são identificados por muitos autores como mecanismos de branqueamento da região.

No bojo do projeto Porto Maravilha¹⁵¹, a região tornou-se um palco de obras e um local de conflitos e de diversas reivindicações de movimentos sociais. E por tratar-se de uma região histórica repleta de vestígios arqueológicos, o IPHAN determina a presença obrigatória de profissionais qualificados junto às obras. Para assumir essa responsabilidade, a Prefeitura contratou a arqueóloga Tania Andrade Lima, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional/UFRJ, para fornecer o serviço de consultoria, que, por sua vez, convidou o historiador Carlos Eugênio Líbano Soares para integrar a sua equipe.

Já havia a expectativa por parte dos pesquisadores em localizar e em desenterrar o Cais durante as obras do Porto Maravilha, mas a sua localização exata era desconhecida em função das inúmeras intervenções urbanísticas na região central da cidade. Vassalo (2012) relata que durante as escavações, objetos ligados ao cotidiano dos afrodescendentes e outros artefatos foram também achados e coletados para estudo e a pesquisadora assinalou à prefeitura a importância histórica do lugar, solicitando a sua preservação.

O IPHAN, portanto, foi acionado e garantiu um respaldo jurídico para o início das escavações entre 2011 a 2012, possibilitando, assim, que importantes pesquisadores trabalhassem na região dentro de um processo de articulação com a esfera privada. Nesse sentido, Lima et al (2016) enfatiza que:

Um projeto foi especialmente concebido para encontrá-los, com o foco mais direcionado para o Cais do Valongo, pela sua indiscutível importância para a comunidade descendente e para a história da escravidão no Brasil, mas, sobretudo, por ele ter sido varrido da memória social do povo brasileiro. Nas situações em que o passado é deliberadamente esquecido e enterrado para que dele não se fale mais, a arqueologia histórica é um poderoso instrumento para recuperar e fazer lembrar o que em algum momento se pretendeu esquecer, funcionando como um antídoto contra amnésias sociais. E o Valongo foi trazido de volta, exatamente duzentos anos depois, em 2011. (LIMA ET AL, 2016, p.301)

Como resultado dessas escavações, o Cais do Valongo foi desenterrado e promoveu formas de narrar, expor e dar visibilidade ao passado, que, certamente, são

¹⁵¹ Inicialmente, não havia grande interesse no âmbito das obras do projeto Porto Maravilha pelo passado afrodescendente. Elas previam grandes obras na rede de esgoto e de eletricidade do local onde se encontravam os vestígios soterrados do cais, bem como a sua transformação em uma importante via pública. Tal iniciativa não parte do poder público municipal – principal responsável pelo projeto-, no entanto, não pode ser pensada fora do contexto do projeto de intervenção urbana.

significativas e nos remetem às interrogações sobre usos do passado, como destaca Guimarães (2012), ao falar sobre a experiência de um museu inteiramente dedicado à antiga República Democrática Alemã – o *DDR Museum*. Portanto, o trabalho de limpeza e de catalogação do Cais do Valongo, sob o ponto de vista arqueológico, foi substancialmente relevante, sobretudo por impulsionar a ressignificação da região como importante legado para a população negra. O autor (idem) ainda demonstra ao mencionar sobre a transformação de objetos do passado em patrimônio cultural de uma coletividade humana:

É igualmente a partir de traços do passado que o patrimônio pode empreender sua tentativa de reconstrução de uma cadeia temporal e hereditária, vinculando as gerações presentes àsquelas que as precederam, estabelecendo, por esse meio, importantes laços sociais necessários à vida das coletividades humanas. E aqui as relações entre patrimônio e memória são estreitas (GUIMARÃES, 2012, p.102).

Além dessa imbricação do Cais do Valongo como elemento documental e como referência memorial que leva em conta sua (r)existência no espaço urbano da Zona Portuária, ele também foi utilizado para demonstrar uma possível ideia de harmonia racial da sociedade brasileira em geral, ao se legitimar esse espaço como um patrimônio de memória sensível reconhecido pela UNESCO, em 2017, que busca despertar memória de eventos traumáticos ocorridos em nosso país. Assim, materializa memórias que remetem a aspectos de dor e de sofrimento na história dos antepassados da população negra, que hoje totalizam mais da metade da população brasileira e marcam as sociedades de outros países do continente americano¹⁵².

O desenterramento do sítio arqueológico do Cais do Valongo exibiu ao mundo as lembranças violentas e cruéis do tratamento recebido pelos africanos escravizados e configurou, neste sentido, um lugar de memória negra. Tendo em vista a relevância deste lugar, os grupos locais começam uma articulação em prol do reconhecimento da região como patrimônio mundial da humanidade para, assim, poder garantir que aquele território seria, de fato, um local para a celebração da matriz africana e expressaria a luta e a (r)existência da população negra.

¹⁵² Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/valongo-wharf-archaeological-site/>. Acesso em: 21/10/2019.

4.2 As distintas apropriações do Cais do Valongo na Zona Portuária revitalizada

A perspectiva das incorporações do Cais do Valongo na Zona Portuária revitalizada demonstra uma contradição e um tensionamento dos grupos envolvidos, pois, apesar de ele remeter uma importância para a identidade cultural e para a memória coletiva da população negra em geral, esta acaba sendo inserida dentro da lógica da cidade-mercadoria revitalizada com impactos negativos. Nota-se, portanto, que este grupo social é diretamente afetado pelas remoções e pelos despejos realizados e por políticas de “segurança” e de “ordenamento” manifestadas pelas presenças de uma Unidade de Polícia Pacificadora e de uma Unidade de Ordem Pública nos arredores da área em estudo. Por outro lado, observa-se também a apropriação da narrativa da cidade revitalizada e mercantilizada, a partir da valorização do patrimônio histórico e a incorporação da sua conservação e de seu reconhecimento para fins de consumo estético e turístico dessa forma colaborando para a espetacularização da cidade.

Choay (2006, p.11-12) destaca que o patrimônio histórico e as condutas a ele associadas encontram-se presos em estratos significativos cujas ambiguidades e contradições se articulam e desarticulam dois mundos e duas visões de mundo. Nesse caso, observa-se uma inclusão ambígua da temática racial no Porto Maravilha.

Nesse sentido, para atingir nosso objetivo principal em analisar a incorporação da cultura negra, em especial as múltiplas conexões do Cais do Valongo neste processo e dialogar com o referencial teórico que sustentou nossa pesquisa, empreenderemos um panorama mais abrangente que possa oferecer uma categorização da dimensão simbólica da incorporação cultural na reestruturação da Zona Portuária e da sua relação com a mercantilização da cidade. Assim, podemos estruturar uma categorização do Cais do Valongo a partir da investigação da revitalização da Zona Portuária carioca sob a ótica de 2 (duas) principais perspectivas, a saber: O Cais do Valongo como expressão cultural espetacular enquanto uma oportunidade de negócios segundo a lógica que envolve uma cidade-mercadoria e o Cais do Valongo como expressão cultural da (r)existência negra segundo a intenção de identificar as narrativas e as estratégias da legitimidade cultural que ele evoca.

Dessa forma, como afirma Vassalo (2015), o Cais do Valongo se revela como um espaço sobre o qual também se opera uma disputa de memória¹⁵³.

4.2.1 O Cais do Valongo como expressão cultural espetacular

Numa perspectiva mercantilista, o Cais do Valongo está inserido numa região intencionada com a sua reestruturação e com seus ganhos em termos econômicos para a cidade e para seus agentes envolvidos, assim como revela os propósitos e os interesses de diferentes grupos ligados, direta e indiretamente ao bem cultural, envolvidos na disputa do território e na apropriação simbólica da paisagem local como atrativo turístico. Podemos identificar esse fato ao observar que as ações daqueles encarregados da reestruturação da Zona Portuária estão voltadas menos para a inclusão social e para o atendimento das demandas por igualdade, e mais para o projeto de reestruturação e seu “roteiro de visitas”, condizentes mais com a busca por recursos econômicos para a cidade e menos com a construção de uma pedagogia patrimonial e conseqüentemente, de um valor educativo.

Choay (idem) demonstra que o culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve exigir um questionamento, pois ele se constitui num elemento revelador de uma condição da sociedade e das suas questões inerentes. E, assim, merece extrapolar a simples aprovação.

Identificamos, nas palavras de Hall (2006), que o Cais do Valongo seria uma estratégia cultural capaz de efetuar diferença e de deslocar as disposições do poder. No entanto, concordamos quando o mesmo autor ainda destaca que essas estratégias culturais são absurdamente subfinanciadas e que um preço é pago quando o papel marcante da diferença e da transgressão se perde na espetacularização. Além disso, como enfatiza Debord (2013), uma imensa acumulação de espetáculos tornou-se uma representação. Esse subfinanciamento ficou evidente no capítulo 2, quando demonstramos os recursos disponibilizados para os equipamentos culturais do Porto Maravilha. E a diferença do aporte empenhado para o patrimônio que remete à cultura

¹⁵³ Cf. em VASSALO, Simone; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 239-271, jan./jun. 2015.

negra em relação ao valor destinado para os grandes equipamentos é abissal. Mas que foi amenizado pelo espetáculo envolvido.

Desse modo, ao nos debruçarmos sobre os exemplos de reportagens que caracterizam a presença da cultura e da valorização histórica inseridas na revitalização da Zona Portuária da cidade, notamos que a tônica do Cais do Valongo como elemento informativo da expressão cultural espetacular na região revitalizada, é narrado por meio de vocábulos como “arquibancadas”, “selfies”, “playground”, “turistas”, “passeios” etc. Seleccionamos alguns exemplos do Cais do Valongo como prática cultural espetacularizada a partir da modalidade história/cultura analisada (Figura 41):

Figura 41 – O Cais do Valongo como espetáculo – 2011 e 2017 (Continua)

1)

Memorial simulará onde batia o mar no Porto

Cariocas e turistas poderão ver de arquibancadas como eram os cais da Imperatriz e do Valongo, descobertos em escavações

2)

De volta ao passado num passeio sobre trilhos

Previsto para as Olimpíadas de 2016, projeto de VLT ganha novo desenho em que passará pelo Centro Histórico do Rio

3)

MEMÓRIA AMEAÇADA

Valongo virou playground

Visitantes ignoram cerca e sobem em pedras de cais, eleito Patrimônio Mundial Cultural pela Unesco, para tirar 'selfies'. À noite, moradores de rua estendem cobertores na área

Figura 41 – O Cais do Valongo como espetáculo – 2011 e 2017 (Conclusão)

4)

Memória do negro

Eduardo Paes anuncia dia 16 a criação de uma espécie de corredor cultural de celebração da memória africana, na Gamboa.

Será formado pelo Centro Cultural José Bonifácio, que abriga o Centro de Documentação e Memória da Cultura Negra; pelo Instituto dos Pretos Novos, antigo cemitério de escravos; pelo Cais do Valongo e da Imperatriz (descoberto há pouco), onde os negros desembarcavam; além da Pedra do Sal, onde moram descendentes de quilombolas.

Fonte: O GLOBO, 2011 e 2017, doc. eletr. Acesso em: Março/2019.

Ainda que, em 7 das 24 reportagens, a tônica principal dos enunciados que mencionam o Cais do Valongo seja numa perspectiva de notabilizar o abandono e a precarização do patrimônio e de sua reafirmação em si, foram identificados vocábulos que vão de encontro a uma cidade mercantilizada e espetacularizada. Dessa forma, quando o visitante busca um registro fotográfico a partir de uma “selfie” daquele espaço que simbolizaria um momento de dor e de horror em nossa história, corroboramos com Choay (2006) quando a autora afirma que a fotografia tem o singular poder de “abonar uma história e ressuscitar um passado morto”:

A fotografia contribui [...] para a semantização do monumento-sinal. [...] é cada vez mais pela mediação de sua imagem, por sua circulação e difusão, na imprensa, na televisão e no cinema, que esses sinais se dirigem às sociedades modernas. Eles só se constituem signo quando metamorfoseado em imagens, em réplicas sem peso, nas quais se acumula seu valor simbólico assim dissociado de seu valor utilitário. (CHOAY, 2006, p.22)

Dinâmicas e ações por meio da suavização do seu passado escravagista também podem potencializar a espetacularização do lugar. Nesse sentido, percebemos que estratégias como a nomeação em 2019 de duas estações do VLT homenageando figuras iconográficas e espaços da cultura africana no trecho Central-Santos Dumont, a saber: Rosas Negras e Santa Rita dos Pretos Novos¹⁵⁴ se

¹⁵⁴ Informação extraída de: <https://diariodoporto.com.br/novas-estacoes-do-vlt-homenageiam-cultura-africana/>. Acesso em: 28/10/2019.

aproximam dos mecanismos para apaziguar as lutas históricas e, desse modo, indica-se a neutralização das práticas de (r)existências e se desenvolvem narrativas hegemônicas de um convívio racial harmônico da sociedade em geral. Dissimulando a memória histórica e esvaziando de conteúdo político.

A própria criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana – CHACHA, instituído a partir do Decreto Municipal 34.803/2011, faz surgir duas questões: o seu reduzido tamanho e a presença do Jardim Suspenso do Valongo, construído por Pereira Passos como forma de desvincular a região de seu passado escravista. A sinalização no local, por exemplo, não traz nenhuma menção de que ali funcionara até meados do século XIX pontos de venda de sujeitos escravizados. Outra crítica recorrente remete à pouca reflexão do circuito sobre a história violenta da escravidão e de suas continuidades nos presentes cariocas (Martinez, 2018). Moraes (2016) complementa que essa dinâmica de roteiro turístico e histórico da cidade do Rio de Janeiro não problematiza o africano, o ex-escravo e seus descendentes como sujeitos de uma história de sofrimento e de resistência. Ao contrário, tratam das heranças deixadas por uma população negra que parece não ter sido forçada a viver nessa região e a ressignificar sua própria cultura. Broudehoux e Monteiro (2017) salientam que a criação do circuito funcionaria como uma reinvenção da tradição da região portuária. Assim, a incorporação do circuito no projeto de revitalização Porto Maravilha teria criado narrativas de um espetáculo temático, um bem cultural para consumo do turista-visitante.

Portanto, podemos inferir que a Zona Portuária carioca evoca, em parte, uma narrativa de cidade revitalizada e sua relação com o protagonismo mercantil e espetacularizado, composta por simbolismos que permeiam o imaginário sobre os novos equipamentos urbanos construídos e em associação com os elementos histórico-culturais renovados e apaziguados.

Como resultado, o cenário da Zona Portuária revitalizada evidencia, muitas vezes, elementos que endossam a validação da cidade do Rio de Janeiro espetacularizada a partir da constante associação da oferta cultural como cenário propício para o consumo espacial. Nesse sentido, concordamos com Choay (2006) ao afirmar que a noção de patrimônio histórico e seu uso como objeto de pesquisa histórica [e espacial] são necessários para refletir o patrimônio como sujeito de uma alegoria e, no que diz respeito à nossa pesquisa, o Cais do Valongo deve ser

considerado como forte elemento representativo das noções da Zona Portuária, seletivamente revitalizada e rememorada, produzidas a partir das narrativas que evocam o cenário do Porto Maravilha e sua relação com o passado histórico tematizado.

No entanto, o seu simbolismo fica preso ao passado escravagista e sua memória histórica em disputa não produziu mudanças e transformações efetivas na sociedade historicamente invisibilizada. Em outras palavras, a memória africana “tornou-se um recurso incontornável das estratégias de definição de uma imagem de marca, constituindo-se, ela própria, como ‘marca’ que define certo valor correcional e comunicacional” (Pinheiro & Carneiro, 2016, p. 75).

4.2.2 O Cais do Valongo como expressão cultural da (r)existência negra

Na perspectiva da (r)existência e da luta a processos de exclusão e de apagamento do poder público, as narrativas da memória negra e a conscientização sobre a escravidão conquistaram espaço no âmbito das intervenções urbanas na Zona Portuária. Mas é uma produção de narrativas ambivalentes e que não alcança em peso a grande mídia, como podemos apreender em nossa análise. A própria criação de circuitos culturais sobre a herança africana contribuiria para a manutenção da identidade e da memória afrodescendente e, dessa forma, atuando como uma reparação material histórica e cooperando para o entendimento das permanências e das mudanças em torno do tema das apropriações distintas do patrimônio, em especial num território que tem muitas histórias e tradições ocultas, e é um campo minado de memórias em disputa. É o caso do Quilombo da Pedra do Sal¹⁵⁵ na luta em relação a políticas de moradia, sinalizando, assim, um símbolo da cultura negra que mobiliza uma narrativa para além de fins comerciais, mas que não é citado em nenhuma reportagem analisada. Como bem destaca Vassalo (2017) sobre a

¹⁵⁵ Considerado central para luta quilombola no Brasil, o Quilombo da Pedra do Sal fica no entorno da pedra do Largo João da Baiana e da Rua São Francisco da Prainha. Em 1987, a Pedra do Sal se tornou o primeiro lugar reconhecido como espaço de oferenda aos Orixás a ser tombado no Brasil, sua história está profundamente ligada às memórias africana e da escravidão, ao samba e à história da Zona Portuária do Rio de Janeiro.

importância do processo de retomada da história da escravidão para não objetificar os sujeitos na Zona Portuária:

Assim, o processo de vitimização de africanos escravizados procura afirmar a humanidade desses sujeitos, com o intuito de se contrapor às suas históricas representações objetificantes, seja como “mercadoria”, durante a escravidão, seja como “objeto da ciência”, com o surgimento das teorias racialistas, da própria antropologia e dos museus. Através desses exemplos, podemos perceber uma luta por um novo enquadramento que é também uma luta pela desnaturalização de ideias tão arraigadas no senso comum. (VASSALLO, 2017. p. 285)

Percebemos que as reportagens sobre o Cais do Valongo, no contexto da Zona Portuária revitalizada, produzem narrativas que dão destaque em 2011 (Figura 42) para a descoberta desse patrimônio e para a sua expectativa envolvida e em 2017 retratam o seu abandono (Figura 43). Nesse sentido, é presente a relação em 2011 com os ideais memoriais que reforçam a concepção do Cais do Valongo como a materialização de uma reparação histórica, no sentido de resgatar o que Le Goff (2007, p.389) caracteriza como a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves na identidade coletiva, ou, nas palavras de Lima¹⁵⁶ (informação verbal), o Cais do Valongo servindo como um antídoto contra as amnésias sociais.

Notamos, portanto, ao nos debruçarmos sobre os exemplos de reportagens que caracterizam a presença da cultura e da valorização histórica inseridas na revitalização da Zona Portuária da cidade, tímidos vocábulos que narram o Cais do Valongo como expressão cultural da (r)existência negra na região revitalizada.

¹⁵⁶ Fala da arqueóloga Tania Andrade de Lima, responsável pelo desenterramento do Cais do Valongo, em 2011, no evento sobre os 10 anos do Porto Maravilha realizado em outubro de 2019, no MUHCAB, Rio de Janeiro.

Figura 42 – O Cais do Valongo como (r)existência – 2011

1)

Ruínas nos subterrâneos do Porto Maravilha

Escavações de obra de drenagem da Zona Portuária encontram restos dos cais da Imperatriz e do Valongo

2)

A Pequena África

Atenção à verdadeira Cidade do Samba

3)

O Rio do Valongo

Há poucas semanas, estruturas de dois cais foram reveladas pelo trabalho de acompanhamento arqueológico nas obras do Porto Maravilha.

Fonte: O GLOBO, 2011, doc. eletr. Acesso em: Março/2019.

Dessa forma, foram identificados, em 2011, alguns vocábulos que indicam a emergência desse símbolo da cultura negra na Zona Portuária e toda uma expectativa envolvida para com seu desenterramento. Assim, notabilizamos que “reveladas”, “encontrar”, “Pequena África” seriam alguns vocábulos que destacariam o Cais do Valongo enquanto uma expressão cultural da (r)existência. Mas questionamos se essa narrativa produzida pela grande mídia mobiliza alguma mudança efetiva. Mais do que enunciar o achado, seria dar visibilidade e valorizar grupos que lutam pela memória e pela permanência do lugar em seu cotidiano, que emerge como resistência e constrangimento às tentativas disciplinadoras envolvidas na Zona Portuária revitalizada.

E, ao nos depararmos com os vocábulos evocados em 2017, chamou-nos a atenção na análise dos enunciados, das reportagens em que a memória do

esquecimento¹⁵⁷ está se fazendo presente nas narrativas produzidas e retorna ao centro dos acontecimentos por meio da representação de um “abandono”, de “ameaça”, de “má conservação”, de “risco”, de “violência e privação de direitos” e estabelece sua hegemonia.

Figura 43 – O Cais do Valongo como (r)existência - 2017

1)

Patrimônio do Valongo não pode ser abandonado

*Espera-se que a prefeitura
se planeje para que o sítio
arqueológico e o acervo encontrado
na região da “Pequena África”
sejam bem preservados*

2)

PRETOS NOVOS ***Falta de verba assombra cemitério***

*Espaço onde há cerca
de 50 mil ossadas de
escravos pode fechar*

3)

HISTÓRIA EM RISCO ***Diáspora africana na Gamboa***

Guardas municipais foram expulsos por traficantes de galpão que guarda peças achadas no Cais do Valongo, que concorre a Patrimônio da Humanidade

Fonte: O GLOBO, 2017, doc. Eletr.

Acesso em: Março/2019.

Nesse sentido, a mobilização pela mídia se coloca como um fator determinante na construção do imaginário social de um lugar em que os grandes equipamentos culturais são os destaques nas reportagens sobre a Zona Portuária da cidade mercantilizada e revitalizada, enquanto os elementos ligados ao patrimônio histórico e cultural, quando lembrados, estariam alcançando o que Hall (2006) descrece como

¹⁵⁷ Cf. Pollak, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”, *Estudos Históricos*, v. 3, p.3-15, 1989.

“um toque de etnicidade, um ‘sabor’ exótico”. O autor (idem) ainda menciona que a proliferação da diferença convida e, ao mesmo tempo, rejeita. Seria, assim, um tipo de diferença que não faz diferença.

Foi possível, portanto, evidenciar que a cobertura da grande mídia não noticia os grupos e iniciativas sociais que promovem as ações de resistência no cotidiano do Cais do Valongo. Assim, o imaginário social construído a partir das reportagens favorecem uma representação que, segundo Sanchez (2007), fortalecem a leitura única da mudança das cidades-sedes de eventos esportivos, ao mesmo tempo que enfraquecem a possibilidade de construção de alternativas. Corroboramos a afirmação da autora (idem) em que as características pretéritas de um lugar não estariam de acordo com os conteúdos desejáveis para o novo projeto de cidade.

Assim, concordamos com Paul Ricoeur (1996 apud Silva, 2002) ao apontar que “lembrar” é um ato político - da mesma forma que “esquecer” e “selecionar” o que deve ser grafado ou não espacialmente da memória negra através da patrimonialização inserida no projeto de revitalização da Zona Portuária. Nora (1993, p.7) destaca que, se encarássemos verdadeiramente as lembranças que os lugares de memória envolvem, eles seriam inúteis. Como reforça Hall (2006):

Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao *mainstream*, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos [protagonistas] no cenário político e cultural (HALL, 2006, p.320).

Consideramos, dessa forma, a necessidade da grafagem espacial dos que estão à margem do processo hegemônico na produção de narrativas, da materialização da diferença, reafirmando o cotidiano na manifestação e na manutenção de suas atividades imbuídas de vínculos com o lugar e de perpetuação da cultura afro-brasileira na região como potencial espaço de (r)existência e de contra narrativas.

4.3 Visões a partir de contra narrativas /vozes dissonantes

Abordaremos, neste tópico, olhares outros sobre os processos que são acionados a partir dessa “revitalização”, mas que são também camuflados pelos que agem em consonância e tentam referendar aquele simulacro homogeneizante e consensual. Entendemos, assim, que dar luz às práticas dissidentes das ambições coletivas é dar visibilidade às contra narrativas que destoam dos discursos hegemônicos, cujas palavras e ações causam impressão incômoda aos ouvidos e aos olhos do senso comum.

Importante destacar que abarcamos alguns dessas contra narrativas, à medida que muitas são as vozes, muitas são as caras, as cores, os sons, as imagens, a presença... Muitos ressoando com eco em meio a um vazio de escutas, mas todas com uma importância singular, merecedora de ser ouvida, percebida, entendida, apreendida e considerada não apenas enquanto significativa pela luta e pela manutenção da memória cultural do Rio de Janeiro, mas enquanto importantes atores na contínua produção do espaço da Zona Portuária.

Desse modo, consideraremos as observações realizadas em incursões na Zona Portuária e as falas dos entrevistados, a saber: Jorge Santana, professor de história e membro da campanha “Liberte Nosso Sagrado”¹⁵⁸; Lidia Moraes, representante do Instituto Ileodara, atuou como membro do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro; Claudio Honorato, historiador atuante em pesquisas sobre o Cais do Valongo e no Instituto dos Pretos Novos; vereador Reimont Otoni, presidente da Comissão de Cultura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro ; e o advogado Humberto Adami, presidente da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra no Brasil.

Nessa conjuntura, chamou-nos atenção, em algumas andanças de acompanhamento no Cais do Valongo e no entorno, a realização de celebrações que evocam as ancestralidades. No entanto, esses mecanismos de (r)existência pouco ou

¹⁵⁸ Uma campanha conjunta do movimento negro, das lideranças religiosas da Umbanda e do Candomblé, pesquisadores e do mandato coletivo Flávio Serafini. A campanha tem como propósito realocar os objetos sagrados das religiões afro-brasileiras que se encontram no Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/libertenossosagrado/about/?ref=page_internal. Acesso em: 03/11/2019.

nada foram identificadas na análise das reportagens sobre os aspectos culturais e históricos das intervenções urbanas realizadas na Zona Portuária do Rio de Janeiro. Isso nos leva a refletir sobre quais protagonismos a Operação Urbana Consorciada oportuniza ou invisibiliza. Caminhar diversas vezes pela Zona Portuária nos permitiu atentar a como estes passados se articulam, irrompem e permanecem no presente da região, ao fim, torna-se uma forma de costurar contra narrativas para o imaginário de um Brasil harmônico. Nesse sentido, o entrevistado Reimont (2019) destaca que existe um rastro do passado no Cais do Valongo e precisa ser evidenciado. “Por isso a oferenda a Iemanjá no dois de fevereiro, por isso a volta ao mar, por isso a reverência ao mar etc. Então, essa questão da memória é uma questão muito latente para o povo negro. E, assim, o Estado quer negar isso”.

Assim, foi possível evidenciar como rituais religiosos expressam experiências, representações dos grupos e das suas lutas por direito, por afirmação social e espacial e por inscrição de memória, e revelam a validade do patrimônio também para aqueles grupos que ressaltam o pertencimento racial e religioso, como expressado na figura 44 abaixo:

Figura 44- Balaio para Iemanjá



Legenda: Membros do grupo Afoxé Filhos de Gandhi.
Fonte: A autora, 2019.

No diálogo com Santana (2018) sobre as ações na Zona Portuária, em especial o Cais do Valongo e o seu entorno, sobre a manutenção da ancestralidade e aos processos de elaborações da memória do negro, percebemos o posicionamento em defesa por manifestações que expressem a presença e a memória do negro em seu tensionamento no contexto da reestruturação urbana empreendida na região.

Acho que tem duas esferas desse processo na região portuária, uma esfera material e uma esfera imaterial, porque às vezes como foi repetido de que o porto estava vazio e de que não morava gente lá. De que não tinham manifestações culturais lá, é uma mentira, porque você tinha lá o uso da Pedra do Sal, o samba, os barracões de Carnaval que é basicamente uma cultura negra, feita por negros. Você tinha os gigantes, você tinha várias atividades culturais que eram marginalizadas, que não eram valorizadas, tudo mais. Então você sempre manteve essa memória viva do negro que é imaterial. E, por outro lado, você tem agora o resgate material que vem não só a partir do porto, mas especialmente a partir do porto, quando você começa mexer nas [obras], as vísceras começam a aparecer das marcas da escravidão. Então é isso, Cais do Valongo você vai fazer um estacionamento e você encontra o cais onde desembarcaram o maior número de pessoas escravizadas na idade moderna. Aproximadamente um milhão de pessoas. Então aquela ferida não dava para ser tapada e você tem uma memória que é resgatada pelo Estado muito numa lógica comercial do turismo e do processo que se teve nos oito anos de Eduardo Paes de transformar o Rio de Janeiro numa cidade turística, esses atrativos, mega hotel, torres e tudo mais. E ao mesmo tempo você tem uma disputa em relação ao movimento negro que não quer essa memória só no aspecto do turismo e no aspecto do comércio da memória do negro, mas no aspecto de reparação, de reconhecimento e de fincar marcos ali da história do negro que por muito tempo foi silenciado, foi esquecido ou foi tangenciado.

(Entrevista realizada com o historiador e ativista Jorge Santana, realizada em 12/12/2018).

A partir do instante em que os grupos afro-brasileiros da região se articulam e ganham um novo sentido por conta das descobertas arqueológicas daquela região, simbolicamente reafirma o processo de resistência afro-brasileira na região portuária que sempre esteve presente em todo processo de construção da cidade do Rio de Janeiro. Logo, a atuação de grupos locais pela manutenção da ancestralidade e a sua importância para a conquista da titularidade do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial é destacado por Honorato (2018) no sentido de iluminar e valorizar as memórias do lugar:

[...] não podemos esquecer as tradições. As festas cívicas e religiosas. O Filhos de Gandhi é uma dessas tradições. Se você pegar a história do Gandhi da década de 50 para cá, faz parte de uma dessas tradições que os seus componentes, a grande maioria mora na região da Pequena África ou nas proximidades da Pequena África. Então, são essas histórias, essas memórias, a meu ver, inclusive quando a gente pega o dossiê que a gente vai ver que para legitimar o dossiê, são as falas desses moradores que têm na memória, principalmente os mais antigos – o Machado é um deles – essa história que vai fazer com que o dossiê ganhe aquilo que a gente chama de...

Que a Unesco faz que é uma pergunta. O valor excepcional. O valor excepcional que é um sítio de memória, sensível que vai garantir a legitimidade para que esse monumento se transforme não. Ele já é patrimônio da humanidade. Para que ele ganhe o título da Unesco. O título é um reconhecimento. E impõe uma responsabilidade que a gente vê [...] que o poder público não está cumprindo.

(Entrevista realizada com o historiador e pesquisador Claudio Honorato, realizada em 27/12/2018).

Vale registrar que as lutas pela conquista de espaço concreto e simbólico são constantes, assim como a luta pela permanência na Zona Portuária. Esse fato pode ser evidenciado no parecer favorável dado em 2010 pelo INCRA à demarcação do Quilombo da Pedra do Sal. No entanto, em 2018, a prefeitura do Rio vetou o Projeto de Lei nº 346 que declarava o Quilombo da Pedra do Sal Patrimônio Cultural Imaterial do Município do Rio de Janeiro. Houve intensa mobilização do movimento negro, que levou o prefeito Marcello Crivella a reabrir, na semana seguinte, o processo de registro do Quilombo da Pedra do Sal como Bem Cultural¹⁵⁹. Mas, desde então, não há uma definição sobre o registro desse importante local contemplado como parte da Zona de Amortecimento do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo em sua titularidade como patrimônio mundial da humanidade. Essa luta pela permanência no espaço foi destaque na fala do entrevistado Reimont (2019):

Que por ali, o Cais do Valongo, [...] passa 2 milhões de escravos, segundo alguns estudiosos e você começa a perceber que se ali é um quilombo, se ali é uma área de quilombo, uma área do povo negro, aqueles prédios todos que estão ali, independente de serem desta ou daquela empresa, desta ou daquele empreendimento, aquilo ali é um terreno invadido. [...] Nesse caso ali é uma invasão porque é uma expulsão do povo pobre, do povo preto e a chegada dos empreendimentos.

(Entrevista realizada com o vereador Reimont, presidente da Comissão Municipal de Cultura, realizada em 12/02/2019).

Identificamos, portanto, outras grafagens (informação verbal)¹⁶⁰ sendo produzidas no espaço. Grupos de cultura e de religião afro-brasileiras lutando pela permanência e pela ressignificação do lugar. Esses grupos também lutam contra processo de intolerância e racismo que perpassam o aspecto religioso, pois um dos

¹⁵⁹ Informação extraída do site do jornal o Gobo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/apos-polemica-crivella-manda-abrir-registro-do-quilombo-da-pedra-do-sal-como-bem-cultural-22858227>. Acesso em: 30/10/2019.

¹⁶⁰ Fala do professor Renato Emerson Nascimento dos Santos sobre questões raciais na Zona Portuária no evento sobre os 10 anos do Porto Maravilha, realizado em outubro de 2019, no MUHCAB, Rio de Janeiro.

legados da matriz africana está presente na religião afro. Esses grupos ainda vivenciam inúmeros casos de violação de seus direitos no que se refere a suas práticas religiosas, que são fundamentais para compreensão da importância do sítio arqueológico do Cais do Valongo como local de afirmação da religião afro no Brasil. Como salienta o entrevistado Reimont (2019):

O nosso mandato é procurado pela Mãe Edelzuita, é procurado pela Mãe Celina... [...] E a gente acaba fazendo um processo para garantir o Cais do Valongo que tenha os festejos anuais e nós conseguimos, então, fazer um projeto de lei e aprovar que... [...] Dar-se o Dia da Lavagem Simbólica do Cais do Valongo, onde você tem aí todos os grupamentos que se reúnem e fazem essa memória. Então, é um pouco esse resgate, mas ainda é um resgate que está por se dar. E o povo negro ainda precisa continuar lutando porque a impressão que se dá é que o processo de expulsão ainda está em andamento.

(Entrevista realizada com o vereador Reimont, presidente da Comissão Municipal de Cultura, realizada em 13/02/2019).

Nesse sentido, o Cais do Valongo expressa uma importância para a ancestralidade e para a espiritualidade negra, que se reflete na incorporação da cerimônia de lavagem deste patrimônio no calendário oficial da cidade (CARNEIRO; PINHEIRO, 2015), conforme representado na figura 45 abaixo.

Figura 45 - Lavagem do Cais do Valongo



Fonte: A autora, 2019.

Podemos apreender que as intervenções urbanísticas empreendidas na Zona Portuária estabelecem uma relação que transformam a herança africana em ativo para marca Porto Maravilha. Martinez (2018) afirma que isso residiria numa tentativa de delimitar a memória do Cais do Valongo e que essa suspeita se fortalece pelo fato de os achados arqueológicos encontrados durante a escavação (objetos ligados à cultura africana e pertencentes aos ex-escravizados) ainda serem conhecidos por poucos. Eles estão, até hoje, reunidos no Galpão da Gamboa, sem acesso ao público, embalados em contêineres.

Endossamos, desta maneira, que os grupos afros pleiteiem cada vez mais seu espaço enquanto sujeito políticos, pois, de acordo com Diniz (2013), o novo processo de “revitalização” do Porto no século XXI se faz por meio dos mesmos critérios adotados por Pereira Passados no século XX, ou seja, pela tentativa de eliminar as marcas coloniais. Portanto, a força dos governos e a constituição de relações de dependência do país perante o sistema-mundo subordinam a formação social brasileira e, conseqüentemente, a sua memória que passa a ser enquadrada a fim de servir a essa subordinação.

E o espaço urbano dentro de uma lógica em que vai sendo cada vez mais cooptado pela esfera econômica apresenta impactos na formação identitária destes grupos, que precisam articular formas de (r)existência para a manutenção do legado cultural contra a apropriação do capital desses locais históricos. Portanto, pensar a dinâmica urbana que envolve um processo de revitalização da Zona Portuária, pautado num discurso de abandono da região, na realidade, evidencia- que a Zona Portuária foi um local historicamente como espaço de lutas e de (r)existência da população negra não só remetendo ao passado, mas entendendo e denunciando na atualidade as violências, os racismos, o genocídio negro, as opressões, a segregação racial, o desrespeito à cultura negra que resiste e persiste ao seu apagamento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou realizar uma investigação a respeito da revitalização urbana empreendida na Zona Portuária do Rio de Janeiro, levando em conta o seu caráter mercadológico e que visou promover a ideia da cidade “propícia aos negócios”, objetivando, assim, encampar consensos e os relacionando ao consumo da cultura e com a espetacularização das cidades. No entanto, a pesquisa também levou em conta a cultura negra e, em especial, Cais do Valongo com suas expressões de (r)existência a partir do entendimento de que a área se configurou como uma importante referência sobre lutas sociais no espaço urbano. Esse fato se dá devido ao local ter sido marcado por um contexto de imensa segregação socioespacial do negro que a sociedade buscou, ao longo dos séculos, desqualificar por meio de uma construção voltada para sua invisibilidade e para o seu silenciamento. Focamos, portanto, nosso olhar sobre a produção de narrativas que se apresentavam como consonantes e sobre a produção do espaço, considerando também a produção de narrativas dissonantes e suas interações com o tecido urbano e sociocultural da região.

No contexto territorial, observa-se que esta área do Rio de Janeiro, com sua modernização ocorrida, teve sua viabilização pela aprovação da Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto do Rio, conhecida como projeto Porto Maravilha, em implantação em 2010, mas perguntamos: maravilha para quem? Legitimadas por vários projetos de recuperação econômica da região e pela realização de grandes eventos esportivos, viabilizaram-se muitas intervenções urbanas que visaram à valorização simbólica e econômica da região, principalmente por meio dos grandes equipamentos culturais. Como é recorrente nos projetos desse caráter, todavia, promoveu-se uma reinvenção dos lugares inseridos na área da OUC, construindo uma imagem sem conflitos, homogênea, midiática, de uma região historicamente marginalizada, também intitulada de “Pequena África”.

Aplica-se uma estratégia de nova modernização aos moldes do desenvolvimento urbano empreendedorista com uma valorização econômica da terra e com uma reconfiguração da imagem da cidade no âmbito global, apresentando de forma internacionalizada o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã, que são

circuitos espaciais produtivos da região. Identificamos, dessa forma, que algumas áreas na Zona Portuária são muito mais “maravilha” do que outras.

Nesse sentido, a área da Zona Portuária passou por uma reestruturação urbana do seu espaço com a construção dos referidos museus, e consiste em uma apropriação seletiva do lugar enquanto processo social histórico. É interessante observar a coisificação do espaço e de seus elementos quando encarado como mercadoria, destituindo-se de seus valores simbólicos e culturais, de sua importância em sua origem e o que ele representa para cada um. No caso da Praça Mauá e de seu entorno, o espaço local em toda a sua complexidade se subjugou aos interesses e aos “mandamentos” do capital. Reiteraram-se, assim, as expectativas do “neoliberalismo urbano”, há uma venda de espaços a megaempresários, a terceirização das funções do Estado (por meio de PPPs) e a flexibilização de determinações em favor do capital especulativo. Os mesmos espaços, no entanto, mesmo que sejam delegados à administração e ao exercício do poder de sua organização por parte de seletos agentes sociais, deveriam ter sua função cumprida e voltada aos interesses da ampla sociedade, sem que projetos e empreendimentos tornassem-se mais importantes, valorizados prioritariamente, enquanto existem cidadãos concretos, que estabelecem com o lugar uma relação de pertencimento e de significados.

Procuramos, portanto, a partir de um esforço teórico e metodológico, colaborar na reflexão sobre a produção de narrativas estrategicamente reforçadas pela representação midiática por meio das intervenções urbanísticas implementadas na Zona Portuária. Desse modo, é importante frisar que selecionamos os conteúdos jornalísticos do Jornal O Globo dos anos 2011 e 2017 no intuito de identificar os itens léxicos que orientam a narrativa que promove, nos âmbitos local e global, a ideia de uma cidade “propícia aos negócios”, mas que, para a área em questão, possui particularidades históricas.

Assim, selecionamos todas as matérias publicadas pelo Jornal O Globo nos anos supracitados em busca de referências às intervenções urbanísticas implementadas na Zona Portuária no âmbito do Porto Maravilha. Primeiro resultado deste exercício foi a identificação de cinco intervenções urbanísticas mais noticiadas: economia, cultura e história, mobilidade urbana, lazer e segurança. A partir daí, selecionamos somente as amostras cujos conteúdos fizessem referência a uma ou

mais dessas cinco intervenções. Finalmente, fizemos a análise dos conteúdos textuais por meio do software IRAMUTEQ. A análise de conteúdos textuais a partir do IRAMUTEQ produziu nuvens de palavras evidenciando aquelas mais frequentemente associadas a cada intervenção urbanística nos enunciados (títulos e subtítulos) dos artigos previamente selecionados.

Feito isso, interpretamos as nuvens de palavras geradas pelo software IRAMUTEQ em busca dos simbolismos constituintes da narrativa dominante sobre a Zona Portuária revitalizada e sua relação com a ideia da cidade apta aos negócios.

No caso da economia na análise do *corpus* textual, ficou explícita a constante representação dos dados como um estímulo ao desenvolvimento desta área da cidade, marcado por um projeto de cidade oportuna aos negócios, assim como pela promoção da ideia da integração econômica ao cenário internacional via investimentos provenientes dos megaeventos esportivos. No entanto, a oportunização aos negócios foi implantada de maneira desigual em termos de recursos empenhados, mas eram voltados à mercantilização e à espetacularização da cidade e para a sua promoção cultural. Já na ocorrência do valor histórico e cultural, evidenciamos que foram construídos espaços, elencando a tônica cultural, mas desconectados da historicidade da Zona Portuária a fim de produzir e de inserir a área em questão no cenário internacional de espaços revitalizados. Percebeu-se também que espaços que trazem uma especificidade histórica local podem ser capitaneados para fins mercadológicos e também podem representar como elemento de memória e de (r)existência. Assim, notabilizou a produção de narrativas que reafirma o uso e a interpretação dos valores culturais e históricos para fins mercadológicos, da mesma forma que a valorização de aspectos culturais e históricos orienta para o apaziguamento dos conflitos (Sanchez, 2010). A narrativa sobre a mobilidade urbana, por sua vez, reforça essa intervenção urbanística voltada para a espetacularização da cidade, uma vez que o público alvo atingido são os consumidores do lugar. O lazer é anunciado majoritariamente como um ganho na diversificação de suas opções e como um forte elemento indutor de mudanças no cenário da região a ser consumida e desfrutada. Ficou evidente, portanto, na narrativa produzida, o desejo por novos usos e usuários em detrimento das ações desenvolvidas em atividades históricas. Por fim, verificamos que as intervenções no campo da segurança são noticiadas visando ao ordenamento para os frequentadores do local, não apenas nos lugares voltados à

cenarização da Zona Portuária, mas também na implementação de dispositivos de controle de áreas de habitações históricas, como a implantação da UPP no Morro da Providência.

Em linhas gerais, identificamos que a produção de uma narrativa positiva da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, especialmente exibida como uma área propícia aos negócios, é em função de inúmeras condições construídas, mas também por singularidades próprias ao local evidenciadas em associação às diferentes intervenções urbanísticas que a compõe. Os conteúdos léxicos extraídos a partir das análises dos textos referentes à economia, ao valor histórico e cultural, à mobilidade urbana, ao lazer, à segurança, revelaram uma série de sentidos particulares a cada campo, mas que convergem no entendimento de tangenciar o aparato cultural para espetacularização da área reestruturada e, como o local possui especificidades históricas, os sentidos da tônica cultural também se apresentam como uma expressão da (r)existência negra. Visando amplificar os olhares aos espaços e às narrativas historicamente subalternizados, empreendemos ao Cais do Valongo e seu processo de patrimonialização a comunicação de um espaço como expressão cultural espetacular e de um espaço como expressão cultural de (r)existência negra e identificamos que, no campo comunicativo, este patrimônio permeia e evoca discursos implantados na Zona Portuária.

Evidenciou-se, portanto, na perspectiva do patrimônio cultural relacionado à memória local, que o Cais do Valongo se encaixa na circunstância de um espaço criado na refuncionalização do patrimônio e funciona, segundo Arantes (1995, p. 143), como grandes vitrines publicitárias. Tais cenários despertariam, segundo a autora, um “espírito cívico”, um “orgulho nacional”, e ainda o senso de pertencimento da população, mas não necessariamente uma “vida pública integradora, democrática e identitária”. Assim, alguns lugares e algumas ruínas revestem-se de significados e integram a construção de patrimônios e de memórias passíveis de contribuir para a alteração simbólica da cidade, compondo sua singularidade como adequada ao interesse turístico, à especulação imobiliária e à obtenção de recursos (Gonçalves, 2013; Leite, 2007) e, dessa forma, reforçando o caráter mercantil que media a relação entre revitalização e áreas históricas tematizadas.

Evidenciamos também mecanismos de controle, da pacificação, da suavização não apenas pelas intervenções urbanísticas na concretude do lugar no tempo

presente, que também opera a partir de medidas simbólicas com o passado e com a memória. Um passado africano na região, mas que é retomado pelo Projeto Porto Maravilha por meio da violência do passado colonial e da escravidão a partir de uma lógica de turismo, folclore e consumo. Significando uma tentativa de mediar a memória da violência e esconder a dimensão da brutalidade física e corpórea da escravidão, como afirma Martinez (2018). E, assim, mais ao que parece, como um projeto que prioriza e visa restabelecer a ideia de harmonia [racial] da sociedade brasileira em geral.

No entanto, vale considerarmos o Valongo, devido ao seu forte caráter simbólico, como lugar de memória e de celebração das heranças africanas, conferindo ao lugar legitimidade cultural, (r)existência e luta. Portanto, as intencionalidades associadas ao processo de patrimonialização desse bem arqueológico podem ser observadas por diversos olhares. Nesse sentido, uma das preocupações da pesquisa foi compreender como se articulou a (r)existência negra com as estratégias da atual urbanização da cidade, além de verificar como a relação entre passado e presente se entrelaçaram em função dos projetos que visaram à transformação da região.

Ficou perceptível que os movimentos para assegurar a memória e representar como (r)existência partem de agentes dissonantes ou daqueles agentes que possuem vínculo com o lugar, manifestando ações ou vozes que destoam da narrativa hegemônica, cujas palavras discordantes produzem tensões acerca da produção do espaço, mas que não alcançam substancialmente a grande mídia, como pode ser visto em nossa análise. Nossa abordagem para discorrer sobre a legitimidade e a (r)existência negra partiu mais de uma aproximação do lugar com andanças e com conversas por meio de entrevistas. Através das reportagens, identificamos tímidas narrativas que evocavam o Cais do Valongo como um antídoto contra as amnésias sociais (Lima, 2019, informação verbal)¹⁶¹. No entanto, podemos observar, num período de 6 anos, a produção de narrativas que apresentam o Cais do Valongo por meio da memória do esquecimento em que a já percebida escassa visibilidade da história e da memória dos negros escravizados na paisagem urbana do Rio de Janeiro ganha a tônica de um novo “abandono” por meio da “má conservação” e da rejeição,

¹⁶¹ Fala do professor Tania Lima sobre o desenterramento do Cais do Valongo no evento sobre os 10 anos do Porto Maravilha, realizado em outubro de 2019, no MUHCAB, Rio de Janeiro.

como bem destaca Hall (2006), em que a proliferação da diferença convida e ao mesmo tempo rejeita.

Nossa pesquisa possibilitou perceber um favorecimento das narrativas presentes nas reportagens analisadas no enaltecimento das intervenções urbanísticas voltadas para o seu consumo estético, mas que devem ser enfrentadas com políticas de intervenção por meio de uma perspectiva integral, vinculando as dimensões histórica, econômica, social e urbana. A construção dos discursos, desse modo, deve ser de inclusão urbana e de combate às desigualdades e às diferenciações socioespaciais em seus diversos níveis e dimensões, e não o inverso, conforme verificamos em nossa análise, ou seja, o papel fundamental do poder público municipal, formulando e acirrando a partir do financiamento das construções, reforçando a segregação socioespacial ao converter a paisagem em um capital móvel do consumo seletivo e de massa na construção de equipamentos culturais sem vinculação histórica concreta com a cidade.

Dessa forma, pensar a cidade e a urbanização significa enfrentar desafios que se colocam tanto no campo metodológico quanto no campo da ação prática e, em especial, na formulação de políticas que não tenham a perspectiva apenas reforçadora dos processos que tendem a reproduzir padrões de segregação socioespacial, da convivência e do ocultamento de um passado de dor e de sofrimento.

Consideramos interessante pontuar, por exemplo, que a lógica do empreendedorismo urbano parece continuar ocupando espaço privilegiado entre as políticas de fomento ao consumo da cidade por meio de propostas de parcerias público-privadas e a exercer uma sedução de agentes públicos e privados, pois foi iniciada na cidade de Niterói¹⁶² uma operação urbanística de grande porte que visa revitalizar sua área central. Chama a atenção que, na página oficial do projeto intitulado como “requalificação do centro de Niterói”, alguns lugares no mundo foram utilizados como bons exemplos e a Zona Portuária do Rio de Janeiro não é citada como experiência de sucesso. Esta, por sua vez, encontra-se num momento de calma [ou interstício] pós 2016 e considerada por alguns autores como uma

¹⁶² Informação extraída do site oficial do projeto. Disponível: <http://centro.niteroi.rj.gov.br/>. Acesso em 15/11/2019.

pasmaceira que indicaria o fracasso do projeto (Leal, 2019, informação verbal)¹⁶³. No que tange aos equipamentos culturais, às vésperas do encerramento desta pesquisa, as notícias veiculadas não são das mais animadoras. Frequentemente, são noticiadas na mídia reportagens sobre o MAR indicando um possível encerramento¹⁶⁴ no funcionamento de um dos museus considerados âncoras do projeto Porto Maravilha.

Em conclusão, nossa análise apontou que, ainda que não esteja desvinculada da concretude de seus atributos, os imaginários sobre a Zona Portuária do Rio de Janeiro é o produto de uma estratégia de construção de narrativas que reforçam aspectos específicos da cidade com o objetivo claro de fomentar o seu consumo via promoção cultural. Nesse contexto, verifica-se que a cidade-mercadoria é comunicada hegemonicamente como um verdadeiro repertório de *“iscas culturais”* que destacam os grandes equipamentos urbanos e deixam à margem os elementos culturais que fomentam a cultura negra, mas estes se impõem duramente pela (r)existência dos grupos que lutam pela memória, pela permanência e pela disputa do lugar. Além disso, a pesquisa destaca a necessidade em respeitar e em reconhecer a cultura negra e os seus descendentes por toda sua contribuição ao povo brasileiro, como medida para reparar e para reequilibrar as desigualdades que tradicionalmente afetam estes grupos na redistribuição de recursos públicos. Longe de buscarmos uma conclusão sobre o tema e sim abrir outras possibilidades de pensar articulações entre a cidade-mercadoria e suas particularidades históricas e culturais, este estudo acabou revelando outra forma de olhar para a cidade revitalizada e, quem sabe, estimule pesquisas subsequentes que tenham em mente a reflexão do artista plástico Ai Weiwei (2019): “Se uma nação não puder enfrentar seu passado, não tem futuro”¹⁶⁵.

Ao fim, como bem destacam Andrade e Melo (2019, p.15), “e que os desejos dos que se foram possam ser nosso impulso de luta. Pois somente assim se atualiza da vida. Que a dor dos negros e negras que morreram de dor, de humilhação, de saudade e de injustiça seja nosso impulso de propósito”.

¹⁶³ Fala do professor Fabricio Leal de Oliveira sobre questões raciais na Zona Portuária no evento sobre os 10 anos do Porto Maravilha, realizado em outubro de 2019, no MUHCAB, Rio de Janeiro.

¹⁶⁴ Informação extraída de <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/12/museu-de-arte-do-rio-pode-fechar-as-portas-por-falta-de-repasse-da-prefeitura-a-funcionarios.ghtml>. Acesso em: 15/11/2019.

¹⁶⁵ Informação extraída da exposição visitada pela autora do artista plástico chinês Ai Weiwei no Centro Cultural no Banco do Brasil/RJ.

Figura 46 - A (r)existência persiste e insiste no Cais do Valongo



Fonte: A autora, 2019.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: IPLAN-Rio, 1988.
- ALBINATI, M. L. Cultura e planejamento urbano na Zona Portuária Carioca. *Revista e-metropolis*, nº 29, ano 8, JUNHO, 2017.
- _____, M. L. Apropriação do patrimônio cultural na região portuária do Rio de Janeiro: políticas culturais entre a territorialidade e a exploração. *Revista pragMATIZES*, nº 14, ano 8, out/2017 a mar/ 2018.
- ANDERSON, P. “Balanço do neoliberalismo” In: SADER, Emir e GENTILE, Pablo (org.) *Pós-neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, L. F. C. *Direito Público do Ambiente – Diagnose e prognose da tutela processual da paisagem*. Coimbra: Almedina, 2008.
- ARANHA-SILVA, E. Lazer nos espaços urbanos. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, Seção Três Lagoas, Três Lagoas- MS, v. 1, n.1, p. 54-68, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/issue/view/108>. Acesso em: 24/04/2019.
- ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. 2 ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2001.
- _____, O. Uma Estratégia Fatal. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 8ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- AZEVEDO, A. N.; PIO, L. G. Entre o porto e a história: revitalização urbana e novas historicidades no porto do Rio de Janeiro com vistas às Olimpíadas de 2016. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 185 - 208. set./dez. 2016.
- BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, M. [et al.]. *Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUER, M.W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer, M.W, Gaskell, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3a ed. Petrópolis: Vozes; 2002. p.189-217.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma*. São Paulo: Cortez, 2003 apud ABREU, Maria Helena Elpidio. Território e produção do espaço no contexto de ideologia

neodesenvolvimentista no Brasil. *Praia Vermelha* (UFRJ), v. 24, p. 233-249, 2014. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ae/ae8d522a-c8bc-4295-8df0-0fa8473977e5.pdf>. Acesso em: 28/10/2019.

_____, E. R. *Expressões políticas da crise e as novas configurações do Estado e da sociedade civil*. In Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009 apud ABREU, Maria Helena Elpidio. Território e produção do espaço no contexto de ideologia neodesenvolvimentista no Brasil. *Praia Vermelha* (UFRJ), v. 24, p. 233-249, 2014. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/ae/ae8d522a-c8bc-4295-8df0-0fa8473977e5.pdf>. Acesso em: 28/10/2019.

BIBLIOTECA NACIONAL, 1770.

BIBLIOTECA NACIONAL, 1903.

BORDE, A. L. P.; SAMPAIO, A. da R. "Políticas Urbanas e Patrimônio Cultural: paradoxos e diálogos na Área Urbana Central do Rio de Janeiro". 54º International Congress of Americanists. Viena (Áustria), julho 2012.

BORJA, J. *As cidades e o planejamento estratégico: uma reflexão europeia e latino-americana*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Lisboa, Edições 70, 2015.

BOXER, C. *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2010.

BRANDAO, C. A. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. 2ª Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

BROUDEHOUX, A., MONTEIRO, J. C. C. dos S. *Reinvenção da Zona Portuária do Rio de Janeiro: estigmatização territorial, ressignificação simbólica e repovoamento planejado no projeto Porto Maravilha*. Anais do XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas psicol.*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14/04/ 2019.

CANO, I. (org.). 2012. "Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro". Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.lav.uerj.br/docs/rel/2012/RelatUPP.pdf>. Acesso em: 16/09/2019.

CARDOSO, E. D. *História dos Bairros - Saúde, Gambôa, Santo Cristo*. Rio de Janeiro: Index, 1987.

CARLOS, A. F. A. *A Cidade*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____, A. F. A. *A Condição Espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, C. H. R. *Desafios da Mobilidade Urbana no Brasil*. Brasília: IPEA, 2016a. (Texto para Discussão, Nº 2198). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6664/1/td_2198.pdf. Acesso em: 20/09/2019.

_____, C. H. R. Mobilidade Urbana: Avanços, Desafios e Perspectivas. In: *O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana*. COSTA, M. A (Org.) Brasília: IPEA. 2016b. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9186>. Acesso em: 27/09/2019.

CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, M. & BORJA, J. *As cidades como atores políticos*. In: Novos Estudos CEBRAP, nº. 45, p. 152-166, julho/1996.

CASTRO, I. E. (org). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CHOAY, F. *Alegoria do Patrimônio*. 5ª ed. Bauru: UNESP, 2006.

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. Dossiê sobre “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro”. Rio de Janeiro: 2015. 176 p.

COMPANS, R. Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais. In: *Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) (Org.). Caminhos para o centro – estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: 2004

_____, R. *Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

CORRÊA, R. L. *O Espaço Urbano*. Série Princípios. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____, R. L. *Trajetórias Geográficas*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 2001.

DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013 [1997].

DEL RIO, V. *Voltando às origens: a revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos*. Arquitectos, n. 15, ago. 2001. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/02.015/859>. Acesso em: Maio/2019.

_____, V. Baltimore e o Inner Harbor. In: ANDREATTA, V. (Org.). *Porto Maravilha e o Rio de Janeiro + 6 casos de sucesso de revitalização portuária*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

DINIZ, N. *Da emergência do imaginário da revitalização ao Porto Maravilha*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

_____, N. “De Pereira Passos ao Porto Maravilha. Colonialidade do saber e transformações urbanas da Região portuária do Rio de Janeiro”. *e-metropolis*, nº13, ano 4, junho de 2013, pp. 40-47.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. Nova Iorque: Routledge. 2003.

FARIA, M. L. B. *Preservação do Patrimônio Cultural Urbano no Porto Maravilha, Rio de Janeiro: disputas e deslocamento de sentido nas políticas, práticas e instrumentos*. Niterói: UFF, 2016. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FERNANDES, A. Cidades e Cultura: rompimento e promessa. In: JEUDY, Henry-Pierre; JACQUES, Paola Berestein (Org). *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006.

FERNANDES, E. R., HÚNGARO, E.M & ATHAYDE, P.F. *Lazer, trabalho e sociedade: Notas introdutórias sobre o lazer como um direito social*. EFDeportes.com Revista Digital, Año 16, nº 155, Buenos Aires, Abr/2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd155/o-lazer-como-um-direito-social.htm>>. Acesso em: agosto/2019

FERREIRA, J. S. W. Um teatro milionário. In: JENNINGS, A et al. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

FILGUEIRAS, L. “Da substituição de importações ao Consenso de Washington” In: Reflexões de Economistas Baianos. Salvador: Conselho Regional de Economia – CORECON –5ª Região, 2001.

_____, L. *O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico*. Em publicação: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006.

FIORI, J. L. *O capital e o nacional: diagnóstico e prognóstico*. Revista Praga-Estudos Marxistas, São Paulo, n.9, p.27-44, jun. 2000.

FORTUNA, C. Culturas Urbanas e Espaços Públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, nº. 63, out, 2002, p. 123-148. Acesso em: 19/09/2019.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21ª ed. São Paulo: edições Loyola, 2011.

FRANÇA, B. A. Em busca de um lugar ao sol: sentido, estratégias e consequências do processo de revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. *Libertas*: R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v.13, n.2, p. 209-235, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18271/9512>. Acesso em: 05/09/2019.

FRANK, B. J. R.; YAMAKI, H. Reflexões e teorias sobre o lazer - um roteiro para a Geografia. *R. Ra'e Ga* - Curitiba, v. 37, p.91 - 109, Ago/2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/41103>. Acesso em: 24/08/2019.

GAFFNEY, C. Segurança Pública e os Megaeventos no Brasil. In: SANTOS JUNIOR, O. A., GAFFNEY, C., QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (Org.) *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

GOMES, C. L. e MELO, V. A. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Movimento*, Porto Alegre, v.9, n.1, p. 23-44, janeiro/abril de 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2661>. Acesso em: 27/09/2019.

GONÇALVES, S. O jogo da autenticidade: nação, patrimônio cultural no Brasil. In: *Ideólogos do patrimônio*. Rio de Janeiro: IBCP, 1991. p. 63-76.

_____, S. *A Retórica da Perda*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

GUIMARÃES, M. L. S. História, memória e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 91- 111, 2012.

GUIMARÃES, R. S. *A utopia da Pequena África: Projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca*. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014

_____, R. S. A arquitetura de um espaço de “salvação” em tempos de revitalização urbana na região portuária carioca. Trabalho apresentado no 38º Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu, Minas Gerais, 2014.

GUTIERREZ, G. L. *Lazer e prazer*: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas: Autores Associados, 2001.

HALL, S. *Da diáspora*: Identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HARVEY, D. “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”. *Revista Espaço e Debates*. São Paulo: Cortez, n.6, jun./set. 1982.

_____, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, São Paulo, ano XVI, n. 39, p.48-64, 1996.

_____, D. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

HONORATO, C. de P. *Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 – 1831*. Niterói: UFF, 2008. 166 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

Disponível em:

<http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert2008_HONORATO_Claudio_de_Paula-S.pdf>.

IAMAMOTO, M. V. *O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais*. *Revista SER social*, Brasília, v.15, nº 33, p.261-384, jul./dez. 2013.

IASI, M. L. *A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada*. *Revista PRAIAVERMELHA /Rio de Janeiro /v. 19, nº 1 /p. 25-40 /Jan-Jun 2010*.

IPHAN. *Sítio Arqueológico do Cais do Valongo: proposta de inscrição na lista de patrimônio mundial*. Brasília: IPHAN, 2016.

JACOBS, J. *The death and life of great american cities*. New York: Vintage Books, 1961.

JACQUES, P. B. Espetacularização urbana contemporânea. *Cadernos PPGAU/FAUFBA*, Salvador, ano 2, número especial, p. 23-29, 2004. Disponível em: <<http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/arquivos/arquivo-11.pdf>>. Acesso em: 14/05/2019.

JAMESON, F. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2002.

JEUDY, H-P. Reparar: uma nova ideologia cultural e política?. In: JEUDY, Henry-Pierre; JACQUES, Paola Berestein (Org). *Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais*. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006.

LA BARRE, J. e LIMA, K. P. R. Memórias portuárias em disputa: (re)leituras do Porto Maravilha. *Cadernos de Campo*. São Paulo. v.28, nº1, 2019.

LAGO, L. C. *A dinâmica espacial em curso nas metrópoles brasileiras: algumas questões para discussão*. In: COSTA, H. S. M. *Novas Periferias Metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

LAMARÃO, S. T. de N. *Dos trapiches ao porto*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 2006.

LE GOFF, J. *História e memória*. 7ª Ed. Campinas: UNICAMP, 2013.

LEFEBVRE, H. *O Pensamento Marxista e a Cidade*. Lisboa: Ulisseia, 1972.

_____, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000)

LESSA, C. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LIMA, M. *Análise de conteúdo: estudo e aplicação*. Revista Logos, 1993, p: 53-58.

LIMA JUNIOR, P. de N. *Uma estratégia chamada "planejamento estratégico": deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

LIMA, T.A; SENE, G. M; SOUZA, M. A. T. de. Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 24, n. 1, p. 299-391, 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100299&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20/10/2019.

MACHADO, E. R. *Cidade outdoor: esportes e natureza no city marketing carioca*. Rio de Janeiro: UERJ, 2018. 350 p. Tese (doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINEZ, L. T. *O dia em que o passado surgiu no horizonte do país do futuro: tempos e espaços pós-coloniais no porto do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC. 2018. 137 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2018.

MARQUES, C. N. *Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na Zona Portuária do Rio de Janeiro: reinventando histórias, conectando memórias*. Rio de Janeiro: UERJ, 2015. 172 p. Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2015.

MASCARENHAS, F. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. Campinas: UNICAMP. 2005. 320 p. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

_____, F. *Lazer como Prática da Liberdade: uma proposta educativa para a juventude*, Goiânia: Ed. UFG, 2003.

MASCARENHAS, G. Contribuições da Geografia para o Estudo do Lazer. In: Victor Andrade de Melo. (Org.). *Lazer: olhares multidisciplinares*. 1ed. Campinas: Atomo e Alinea, 2010.

_____, G., BIENENSTEIN, G. e SANCHEZ, F. (org), *O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades*, Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2011, 216p.

_____, G. Prefácio. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves, GAFFNEY, Christopher, QUEIROZ RIBEIRO, Luiz Cesar (org). *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

MELGAÇO, L. *Securização urbana: da psicofera do medo à tecnofera da segurança*.

São Paulo: USP, 2010. 274 p. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade de São Paulo, 2010.

_____, L. ESPAÇO E VIGILÂNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DA GEOGRAFIA NOVA. 3º *Simpósio Internacional LAVITS: Vigilância, Tecnopolíticas, Territórios*. Rio de Janeiro, Brasil, maio 2015.

_____, L. & Arteaga Botello, N. Introdução: a securização das cidades latino-americanas. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (*Brazilian Journal of Urban Management*), Curitiba: PUC, maio/ago., 7(2), p. 149-153, 2015.

MELO, M. P. de. A lei das Organizações Sociais na cidade do Rio de Janeiro e a efetivação do projeto neoliberal: Uma análise crítica da Lei 5026\2009 e do Decreto 30780\2009. *Revista Emancipação*. Ponta Grossa: UEPG, v. 18, n.1, p. 125-136, 2018.

MELO, V. A. Contribuições da História para o Estudo do Lazer. In: Victor Andrade de Melo. (Org.). *Lazer: olhares multidisciplinares*. 1ed. Campinas: Atomo e Alinea, 2010.

MEYER, H. City and Port – Transformation of Port Cities: London, Barcelona, New York, Rotterdam. Utrecht: International Books, 1999.

MORAES, R. F. A escravidão e seus locais de memória – O Rio de Janeiro e suas “maravilhas”. *Revista Odeere*, Ano 1, número 2, volume 1, Julho – Dezembro de 2016.

MOREIRA, C. Porto do Rio. Um apelo. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 12, n. 134.02, Vitruvius, set. 2011. Disponível em:

<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.134/4024>. Acesso em: 12/09/2019.

MUNANGA, K. Trecho de entrevista publicada online. Nova legislação e política de cotas desencadeariam ascensão econômica e inclusão dos negros, diz professor. Pambazuka, 1º de março de 2010. Disponível em: <

<https://www.pambazuka.org/pt/security-icts/nova-legisla%C3%A7%C3%A3o-e-pol%C3%ADtica-de-cotas-desencadeariam-ascens%C3%A3o-econ%C3%B4mica-e-inclus%C3%A3o-dos>>. Acesso em: 20/10/2020.

NASCIMENTO, F. B. Corredor Cultural do Rio de Janeiro: debates e combates pelo patrimônio cultural urbano nos anos 1970. *Revista Patrimônio e Memória (UNESP)*, v. 14, n. 2, p. 117-139, julho-dezembro, 2018.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 25/05/2019.

OLIVEIRA, F. de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. En publicación: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006.

OLIVEIRA, L. L. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVEIRA, D. A. O marketing urbano e a questão racial dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v.16, n.1, p.85-106. Maio, 2014.

OLIVEIRA, N. G. Jogo espetáculo, jogo negocio. In: JENNINGS, A et al. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

ORTIZ, R. *Românticos e folcloristas*. São Paulo, Olho d'Água, 1992.

PADILHA, V. (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

PINHEIRO, M. L.; CARNEIRO, S. S. *Revitalização urbana, patrimônio e memórias do Rio de Janeiro: Usos e Apropriações do Cais do Valongo*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 57, p. 67-87, jan-abr, 2016.

PIO, L. G. Cultura, patrimônio e museu no Porto Maravilha. *Revista Intratextos*, vol. 4, nº 1, p. 8-26. 2013.

_____, L. G. Cidade e Patrimônio nos projetos Corredor Cultural e Porto Maravilha. *Revista Húmus*. São Luiz: UFMA, v.4, n.10, 2014.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

RIO 2016. *Rio 2016: Jogos Olímpicos e Legado*. Caderno de Políticas Públicas. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf

RODRIGUES, A. B. Os lazeres urbanos: valorização do local no contexto da globalização. In: *Lazer, cidadania, meio ambiente*. a. 3, n. 9. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1998.

RODRIGUES, J.M. *Condições de mobilidade urbana e organização social do território*. In: RIBEIRO, L.C.Q. Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

_____, J. M. O estado da mobilidade urbana no Rio de Janeiro. In: PAULA, M e BARTELT, D. D (Org). *Mobilidade urbana no Brasil: desafios e alternativas*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

SÁNCHEZ, F. *Cidade espetáculo: política, planejamento e citymarketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

_____, F., MOURA, R. *Cidades-modelo: espelhos de virtude ou reprodução do mesmo?* Cadernos IPPUR, n. 02, Ano XIII, ago-dez 1999.

_____, F. Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In: LIMA, E.F.W. e MALEQUE, M.R. *Espaço e cidade. Conceitos e leituras*. Rio de Janeiro: 7Letras, p.25-41, 2007.

_____. F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Santa Catarina: Argos, 2010.

SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, R.; MASCARENHAS, G.; OLIVEIRA, A. Megaeventos e Metrôpoles. Insumos do Pan-2007 e as perspectivas para as Olimpíadas de 2016. In: OLIVEIRA, F. L. de; CARDOSO, A. L.; COSTA, H. S. de M.; VAINER, C. B. (Org.). *Grandes projetos metropolitanos*. Rio de Janeiro e Belo Horizonte. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

SANT'ANNA, M. A cidade atração: patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil nos anos 90. *Cadernos PPG-AU*, Salvador, v. 2, n. especial, p. 43-58, 2004.

SANTOS, B. S., *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974/1988)*, Porto: Edições Afrontamento, 1990.

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____, M. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____, M. *Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a Geografia Crítica*. São Paulo: USP, 2002.

_____, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. [et al.]. *Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, L. P. *Os espaços públicos de lazer da cidade de Teresina-PI*. Rio Claro: UNESP. 2015. 326 p. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2015.

SANTOS, C. S. Do lugar do negócio à cidade como negócio. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.

SANTOS, R. E. N. Fala concedida ao evento Porto Maravilha 10 anos: passado, presente e futuro da Zona Portuária. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2019.

SANTOS JUNIOR, O. A. e LIMA, C. G. R. Impactos Econômicos dos Megaeventos no Brasil: investimento público, participação privada e difusão do empreendedorismo urbano neoliberal. In: SANTOS JUNIOR, O. A., GAFFNEY, C., QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (Org.) *Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016*. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

SASSEN, S. A cidade global. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Lina Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (org.). *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993 [1991]. p. 187- 202.

_____, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel. 1998.

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, H. R. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, v. 22, nº.44, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008#back20. Acesso em: 01/11/2019.

SILVA, A. C. C. de L. e. *Porto Maravilha: arbitrariedade, mídia e produção de consenso na construção da nova região portuária do Rio de Janeiro*. 2016. 109 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/3826>.

SIMAS, S. C. de O. *A criatividade urbana como estratégia de competitividade*. 2009. 160 p. Dissertação (mestrado). Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial. Universidade de Aveiro, Portugal. 2009. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1655/1/2009000943.pdf>

SMITH, N. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. (Coord.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.

SOTRATTI, M. A. A ideologia espacial na patrimonialização e gestão de bens culturais em áreas gentrificadas. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 6, n. 2, 2016.

SOUZA, M. L. *O Desafio Metropolitano: Um Estudo sobre a Problemática Sócioespacial nas Metrôpoles Brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____, M.L. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____, M.L. “Território” da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

_____, M. L. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo. Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013 [2000], p. 75-104.

_____, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013 [2000], p. 105-120.

_____, C. O Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho. Uma experiência inovadora. de extensão universitária e de planejamento. In: Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1, p. 135-154, 2003.

VASSALO, S. P. Desenterrando memórias: uma análise das disputas em torno de sítios arqueológicos afrodescendentes na Zona Portuária do Rio de Janeiro. 36º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu (MG): outubro, 2012.

_____, S. P. Intervenções urbanas e processos de patrimonialização: as reelaborações da Pequena África na região portuária do Rio de Janeiro (anos 1980 e 2000). 29ª Reunião Brasileira de Antropologia. Natal (RN): agosto, 2014.

_____, S. P. Entre vidas objetificadas e vítimas da escravização: a trajetória das ossadas do Cemitério dos Pretos Novos, no Rio de Janeiro. In: *Sexualidad, Salud e Sociedad – Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 277-297, abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872017000100277&script=sci_abstract. Acesso em: 30/10/2019.

VAZ, L. F. A culturalização do planejamento e da cidade: novos modelos?. *Cadernos PPGAU/FAUFBA*, Salvador, ano 2, número especial, p. 31-42, 2004. Disponível em: <http://www.laboratoriourbano.ufba.br/wp-content/uploads/arquivos/arquivo-11.pdf>. Acesso em: 14/05/2019.

VIDEIRA, A. A. Historiografia e história da ciência. *Escritos*. Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ano 1, n. 1, p. 111-158. 2007.

WERNECK, M. da G. e S. *Porto Maravilha: agentes, coalizões de poder e neoliberalização no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016, 239 p. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Arantes, Antonio A. (org.) *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus, 2000.

_____, S. *The cultures of cities*. Oxford: Blackwell Publishers, 2006.

Outras fontes

RIO DE JANEIRO, PREFEITURA DA CIDADE. *Porto do Rio*: plano de recuperação e revitalização da região portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: SMU/IPP/2001.

APÊNDICE A – Eventos e atividades realizadas

DATA	EVENTOS/ATIVIDADES	NATUREZA
Agosto/2015	Campo de observação a Praça Mauá e ao Morro da Conceição, com Profº Gilmar Mascarenhas	Campo de observação
Setembro/2015	Participação na reunião do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas	Atividade
Setembro/2015	Lançamento do Dossiê “Violações do direito ao Esporte e à Cidade” – Sindicato dos Jornalistas	Evento
Outubro/2015	Participação na reunião do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas	Atividade
Outubro/2015	Lançamento do livro “Brasil – Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016” - CCJF	Evento
Novembro/2015	Participação na reunião do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas	Atividade
Dezembro/2015	Participação na reunião do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas	Atividade
Dezembro/2015	Lançamento do Dossiê “Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro” – Defensoria Pública	Evento
Março/2016	Participação na reunião do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas	Atividade
Abril/2016	Participação na reunião do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas	Atividade
Maio/2016	Palestra “Utopias e distopias na produção da Cidade Olímpica”, ministrada por Gilmar Mascarenhas – Casa Rui Barbosa	Palestra
Junho/2016	Campo de observação ao Morro da Providencia	Campo de observação
Junho/2016	Participação na reunião do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas	Atividade
Julho/2016	Participação na reunião do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas	Atividade
Julho/2016	Apresentação de trabalho no Encontro Nacional de Geógrafos - Maranhão	Evento
Agosto/2016	Campo de observação ao Boulevard Olímpico	Campo de observação
Setembro/2016	Participação na reunião do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas	Atividade
Novembro/2016	Lançamento do Dossiê “Cidades Olímpicas” - UERJ	Evento

Maio/2017	Apresentação de trabalho no Encontro de Geógrafos da América Latina - Bolívia	Evento
Agosto/2017	Audiência Pública na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro – Área Portuária e Políticas Culturais para a Pequena África	Atividade
Novembro/2017	Oficina “O Mercado de Escravos no Rio de Janeiro” com o Profº Claudio Honorato - MAR	Atividade/contato
Dezembro/2017	Campo de observação - Fim de Semana do Livro no Porto	Campo de observação
Maio/2018	II Colóquio Internacional Portos e Cidades – UFF/Niterói	Evento
Setembro /2018	Seminário Reparação da Escravidão – Arquivo Nacional	Evento
Outubro/2018	Apresentação de trabalho no VII Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em Espaços e Representação – Minas Gerais	Evento
Novembro/2018	Aula pública “Onde está o negro no Brasil” promovida pela AGB/RJ – Largo São Francisco da Prainha	Evento
Novembro/2018	Mesa-redonda “Reparações e Memória da Escravidão: Brasil e Mundo Atlântico” - MUHCAB	Evento
Novembro/2018	Campo de observação – Praça da Harmonia	Campo de observação
Dezembro/2018	Entrevista com o historiador e professor Jorge Santana – assessor do deputado estadual Flavio Serafini e membro da campanha “Liberte nosso Sagrado”	Entrevista
Dezembro/2018	Cerimônia de Celebração das Religiões de Matrizes Africanas – Quartel General da PM	Evento
Dezembro/2018	Entrevista com o historiador e professor Claudio Honorato – pesquisador no Instituto dos Pretos Novos	Entrevista
Janeiro/2019	Entrevista com a jornalista Lídia Moraes – praticante do Candomblé, membro do Condedine e do Instituto Ileodara	Entrevista
Fevereiro/2019	Entrevista com o advogado Humberto Adami – presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil	Entrevista
Fevereiro/2019	Entrevista com o vereador Reimont – presidente da Comissão Permanente de Cultura	Entrevista
Março/2019	Trabalho de Campo pela Pequena África – com o profº Denílson Araújo	Evento/Campo de observação

Julho/2019	Lavagem do Cais do Valongo	Evento/Campo de observação
Agosto/2019	Seminário – “Arte, Cultura e Poder. O Porto e o Valongo: impactos e resoluções” - UERJ	Evento
Outubro/2019	Seminário – “Porto Maravilha 10 anos: passado, presente e futuro da Zona Portuaria” – MUHCAB	Evento

APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista

-Data:

-Nome:

-Profissão:

-Vínculo institucional:

1) Qual vínculo possui com a questão na defesa do negro?

2) A revitalização da zona portuária foi importante para a patrimonialização cultural? Se sim, em que medida?

3) Como ele interpreta as ações na Zona Portuaria, em especial o Cais do Valongo e seu entorno, sobre a manutenção da ancestralidade e memória do negro nesta região?

4) O que ele pensa em associar a memória do negro à dor e sofrimento (escravidão)? É necessário extrapolar?

5) A atenção dispensada pelo poder público do Cais do Valongo enquanto um patrimônio da humanidade em comparação a outros lugares-marcos da cultura afro na região?

6) Como você considera a participação das entidades sociais nas decisões e discussões acerca do Cais? E nas atividades desenvolvidas nele?

7) Em que perspectiva você considera o Cais do Valongo um patrimônio para mercantilizar ainda mais a cidade do Rio de Janeiro?

8) E em que perspectiva você considera o Cais do Valongo enquanto um patrimônio legítimo para a cultura negra?

9) Em que medida você considera a questão racial sendo utilizada como instrumento político/ideológico na produção, apropriação e uso para vender uma imagem de cidade cordial e racialmente democrática, com vistas a atrair grandes investimentos, empreendimentos e eventos?

10) Continuando a pergunta acima. Você considera que isso seria uma tentativa em criar de modo planejado um consenso acerca da população negra no uso do espaço? Pensando em criar condições para uma trégua nos conflitos internos ou, se prefere, para a paz social interna" [Vainer, 2011a]?

11) Como pensar o Cais do Valongo e todo o patrimônio negro da Zona Portuária e ao mesmo tempo sermos um país em que o mito da democracia racial é difundido a fim de dissimular ou camuflar os racismos cotidianos e históricos?

12) Vivemos numa sociedade em que o uso e a apropriação dos espaços reproduz um extermínio simbólico e, muitas vezes, físico de negros e pobres nas paisagens emblemáticas da cidade do RJ? Como refletir acerca desse paradoxo?

13) Além dessas questões abordadas, você gostaria de destacar ou comentar algum ponto que tenha passado?

APÊNDICE C – Ficha do conteúdo das intervenções urbanas nas reportagens – ECONOMIA

Identificação da	ANO	TÍTULO	SUBTÍTULO	TIPO DE AMOSTRA	AGENTE MENCIONADO	CONDIÇÃO	CULTURA NEGRA	CAIS DO VALONGO	INTERVENÇÕES URBANAS
1	2011	Cidade ganhará centro para o entretenimento	Laboratório de ideias deverá funcionar na Zona Portuária	reportagem	The Alchemists	favorável	não	não	Economia
2	2011	Escola de Magistratura deixa Zona Portuária	Alunos e professores não se adaptam ao novo prédio cedido pela Prefeitura ao TJ	Reportagem	Prefeitura do Rio; Tribunal de Justiça	Desfavorável	não	não	Economia
3	2011	A reinvenção do Rio	O projeto Porto Maravilha representa a quebra de dois paradigmas sobre como o Rio vem se desenvolvendo	Artigo	Prefeitura do Rio	favorável	não	não	Economia
4	2011	Porto Maravilha. A maior e mais inovadora parceria público-privada já feita no Brasil	com uma modelo de Gestão inédito, a prefeitura do Rio de a Concessionária Porto Maravilha transformam a região portuária da cidade.	propaganda	Prefeitura; Odebrecht; Concessionária Porto Novo	favorável	não	não	Economia
5	2011	Sonhando o sonho de nossos clientes, conquistamos nossa maior realização.	Nós, da Odebrecht Realizações Imobiliárias, acabamos de conquistar o prêmio de Empresa do Ano 2011 Destaque Ademi - Prêmio Master Imobiliário	propaganda	Odebrecht	favorável	não	não	economia
6	2011	Olimpíadas reforçam revitalização do centro	Há passos a serem dados também em habitação, transportes e serviços	Artigo	NI	favorável	não	não	economia
7	2011	Construções ganham fôlego na região do Centro	Licenciamentos crescem 27% nos primeiro 4 meses do ano e só não superam os da Barra	Reportagem	Secretária Municipal de Urbanismo	favorável	não	não	economia
8	2011	Idealizador de Londres 2012 de olho no Rio	Arquiteto diz que projetos para a cidade deve ir além das Olimpíadas, para que o evento deixa legado para os Cariocas	Reportagem	Jason Prior (arquiteto)	Desfavorável	não	não	economia
9	2011	Rio 2016: Meirelles prega austeridade no orçamento e obras no prazo certo	Ex-presidente do banco central também quer evitar "elefantes brancos"	Reportagem	Banco Central; Prefeitura do Rio; Ministro inglês para Cultura, Mídia e Esporte; IAB-RJ	favorável	não	não	economia

10	2011	No primeiro dia, muitos problemas a espera de concessionária do Porto	Um desafio do tamanho de cinco milhões de metros quadrados	Artigo	NI	Desfavorável	não	não	economia
11	2011	Porto Olímpico do Rio começa a tomar forma	Carioca se alia a arquiteto catalão e vence concurso para construir em 850 mil metros quadrados na Região Portuária	Reportagem	João Pedro (arquiteto)	favorável	não	não	economia
12	2011	Menos fio para passarinho pousar	Decreto determina que toda a rede área seja retirada em 5 anos e passe a ser subterrânea	Reportagem	Prefeitura do Rio; Secretária de Conservação; IAB; Federação das Associações de Moradores no Conselho Municipal de Políticas Urbanas; UFF	favorável	não	não	economia
13	2011	Porto Olímpico custará mais de R\$ 3 bilhões	Início das obras na área que abrigará Centro de Tecnologia e vilas de Mídia e Árbitros está previsto para 2013	Reportagem	Cdurp; Ademi-RJ; Fator Realty	favorável	não	não	economia
14	2011	Obras de arte	Visto de cima, como o gramado e as arquibancadas "no osso", o Estádio do Maracanã lembra as ruínas do Coliseu, em Roma. Num ensaio fotográfico de Márcia Foletto, as obras que estão em curso no Rio para a Copa e as Olimpíadas, da Zona Portuária ao Recreio, ganham uma beleza inusitada e revelam uma cidade em processo de transformação	Capa	NI	favorável	não	não	economia
15	2011	Revitalização comercial no Porto	O Sebrae/RJ assina convenção com a Prefeitura do Rio na 3ª, para desenvolver projeto de estímulo ao empreendedorismo na área do Porto Maravilha.	Nota	NI	favorável	não	não	economia
16	2011	O futuro bate a porta	Eventos e projetos de revitalização tiram obras do papel e geram investimentos	Reportagem	Secretária municipal de Desenvolvimento Econômico	favorável	não	não	economia
17	2011	Preferência do Porto é da Prefeitura	Decreto de Paes obriga cartório a comunicar compra e venda de imóveis na área	artigo	Cdurp	NI	não	não	economia
18	2011	A lógica da "cidade-empresa"	Investimento no modelo Catalão de marketing urbano silencia diversidade local, diz pesquisador	entrevista	Ippur	Desfavorável	não	não	economia
19	2011	Saúde está na mira dos investidores	Falta de hospitais de ponta é fator que atrapalha negócios no Rio	Reportagem	Odebrecht; Federação de Hospitais do Rio de Janeiro; Centro de Medicina Nuclear da Guanabara; Comitê de Saúde da Câmara Americana de Comércio; Prefeitura do Rio	Desfavorável	não	não	economia

20	2011	Cais de eventos no Centro do Rio	Pier Mauá quer dobrar receita com o setor para R\$ 20 milhões , em dois anos	artigo	Pier Mauá	favorável	não	não	economia
21	2011	Zona Portuária tem potencial de R\$ 70 bi	A frente da Campanha de desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (Cdurp), Jorge Arraes calcula que a região pode gerar R\$ 70 bilhões em vendas ao fim de seu desenvolvimento	nota	Cdurp	favorável	não	não	economia
22	2011	Paes concederá isenção de IPTU a Zona Portuária	Benefício será dado a quem tiver habite-se até o fim de 2012	Reportagem	Cdurp	favorável	não	não	economia
23	2011	Comunicado Pier Mauá	Obras na região da Avenida Rodrigues Alves	nota	PÍER MAUÁ S.A.	Desfavorável	não	não	economia
24	2011	Bons negócios a vista para novos descobridores	Mudanças não se resume a projetos públicos: cada vez mais a cidade atrai investimentos da iniciativa privada	Reportagem	IAB; Ramo da moda	favorável	não	não	economia
25	2011	Sintonia fina para tocar a Cidade	Após décadas de enfrentamento, às três instâncias de poder trabalham juntas	Reportagem	Câmara Municipal do Rio de Janeiro; Prefeitura do Rio	favorável	não	não	economia
26	2011	Terreno do gasômetro desenrolado	Negociação entre CEG, prefeitura, Estado e União se arrastou por seis meses	artigo	Cdurp	favorável	não	não	economia
27	2011	Negociação dura nos Cepacs	Encarecimento de terrenos na área do Porto está atrasando contratos com a Caixa	artigo	Caixa Econômica Federal	Desfavorável	não	não	economia
28	2011	Um concurso olímpico para o Porto	Projetos que visam aos jogos de 2016 serão divulgados no dia 28	Reportagem	Banco Central	favorável	não	não	economia
29	2011	Prefeito cria por decreto empresa para cuidar das obras de 2016	O prefeito Eduardo Paes publicou ontem decreto criando a Empresa Olímpica Municipal, órgão que cuidará dos projetos vinculados aos Jogos de 2016	nota	Prefeitura do Rio	NI	não	não	economia
30	2011	Rede hoteleira deve bater meta	Aluguel de navios podem nem ser necessários em 2016	Reportagem	Prefeitura do Rio	favorável	não	não	economia
31	2011	"Olha o vassoureiro"	Morro da Conceição mostra os ateliês e a paz do bairro	nota	Organizador do evento; fotógrafo; artista independente	favorável	não	não	Economia/lazer
32	2011	Consórcio assume amanhã serviços no Porto	Empreiteiras cuidarão, durante 15 anos, da coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação e ordenamento no trânsito	Reportagem	Cdurp	favorável	não	não	economia
33	2011	Zona Portuária é a próxima aposta do setor	Chegada de multinacionais a região deve manter o mercado aquecido. Imóveis pequenos são os preferidos	Reportagem	Apsa; Perceptiva	favorável	não	não	economia
34	2011	O espetáculo da revitalização	Operação urbana Porto Maravilha prepara a região para o futuro	propaganda	Subprefeitura do Centro e centro histórico	favorável	não	não	economia/segurança
35	2011	Feito para durar	Eventos esportivos de 2014 e 2016 vão trazer para o Rio R\$ 50 bilhões e criar 90 mil empregos	Reportagem	Vereadora Patricia Amorim; Vereadora Rosa Fernandes; COB; Empresa Olímpica Municipal	favorável	não	não	economia/segurança/transporte

36	2017	Um novo Porto Maravilha	Recuperação da região portuária promove a retomada do espaço público	Reportagem/Propaganda	Armando Iazzetta (diretor de investimentos Odebrecht)	favorável	não	não	economia
37	2017	Chora, cavaco	Após prometer R\$8 milhões, União voltou atrás, alegando que Liesa não cumpriu exigências	reportagem	Jorge Castanheira (presidente Liesa)/Caixa Econômica/ Chiquinho da Manguiera (presidente da Manguiera)/ Fernando Fernandes (presidente em exercício da Vila Isabel)	desfavorável	não	não	economia
38	2017	Desafio de design cria mobiliário para Parque Urbano do Porto Maravilha	Pecas produzidas pelas equipes vencedoras do concurso da Odebrecht e Braskem serão instaladas no Parque Urbano Ernesto Nazareth em novembro	reportagem/propaganda	Daniel Kraichete (coordenador do evento)/ Paulo Biacchi (diretor criativo do evento)/ sociedade civil	favorável	não	não	economia
39	2017	Arquitetura de grife na paisagem carioca	Mapa turístico da cidade ganha novas rotas com prédios projetados por escritórios premiados	reportagem	Rodrigo Sambaquy (arquiteto da RAF)/ Antônio Affonso (engenheiro responsável pela obra)/ Jerônimo Moraes (presidente do CAU/RJ)	favorável	não	não	economia
40	2017	Porto nem tão maravilha	Sem receber desde janeiro, Concessionária suspende limpeza e manutenção da região	reportagem	Antônio Barbosa (presidente da Cdurp)/ Eduardo Paes (ex-prefeito)	desfavorável	não	não	economia
41	2017	Camelôs e crateras na paisagem do Boulevard Olímpico	Visitantes já criticam manutenção do Porto, agora a cargo da prefeitura	reportagem	sociedade civil	desfavorável	não	não	economia
42	2017	Um Porto de inovações	Representantes da indústria criativa ocupam cada vez mais espaços na Zona Portuária	reportagem/capa	Daniel Kraichete (Design)	favorável	não	não	economia
43	2017	Imposto para poucos	Prefeitura deixou de arrecadar R\$ 681 milhões com isenção de IPTU em 2015	reportagem	Felipe Renault (especialista em direito tributário)/ Claudio Petraglia (ex presidente do polo, atual diretor de comunicação)	NI	não	não	economia
44	2017	Entre papel e concreto	Reportagem do Globo no último dia 5, dos repórteres Guilherme Ramalho e Selma Schmidt, trouxe mais um vez a tona o desafio urbano da Região Portuária do Rio.	nota	Marat Troina (vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil)	desfavorável	não	não	economia
45	2017	Turista quer ir além do óbvio e viver experiência de "ser carioca"	Roteiros para conhecer a cidade abrem leque de opções para que visitantes possam explorar riquezas culturais do Rio, de maratona de buteco a favela tour	reportagem	Cristiano Nogueira (guia)/ André Coelho (gerente da FGV Projetos)/ sociedade civil	favorável	não	não	economia
46	2017	Porto de mil e uma conexão	Redescoberta na paisagem carioca, a Zona Portuária consolidou seu posto de polo criativo no mapa cultural da cidade	nota	NI	favorável	não	não	economia
47	2017	Ocupação com residências é um desafio	Com economia estagnada, não há novas obras previstas para tão cedo na área do Porto	reportagem	Daniel Cherman (presidente da Tishman Speyer)/ Antonio Barbosa (presidente da Cdurp)	desfavorável	não	não	economia

48	2017	Porto de mil e uma conexão	Dinheiro será usado para resolver crise que afeta área revitalizada desde o ano passado	reportagem	Paulo Messina (PROS)/ Cdurp	desfavorável	não	não	economia
49	2017	Infiltração em túnel no Porto gera boatos	Após mensagem de risco de desabamento se espalhar, Crea faz vistoria em galeria	reportagem	Crea/ Antonio Eulalio (engenheiro civil)/Cdurp	desfavorável	não	não	economia
50	2017	Frequentadores reclamam da má conservação do "santuário"	Visitantes encontram lixo e sentem cheiro de urina no sítio arqueológico	reportagem	sociedade civil/ Prefeitura do Rio	desfavorável	sim	sim	economia/cultura/história
51	2017	Falta de verba assombra cemitério	Espaço onde a cerca de 50 mil ossadas de escravos pode fechar	nota	Merced Guimarães (diretora-presidente do Sítio Arqueológico do Cemitério Pretos Novos)	desfavorável	sim	sim	economia/cultura/história
52	2017	Uma coleção de moda de resistência	Estilista Gabi Monteiro lança linha de roupas e acessórios inspirados em pesquisa sobre a ancestralidade negra	reportagem	Gabi Monteiro (estilista)	favorável	sim	sim	economia/cultura/história
53	2017	À mercê de moinhos de ventos	Sem previsão para projeto de revitalização da antiga fábrica no Porto sair do papel, construção histórica, tombada pela prefeitura, é atacada por vândalos e invadida por usuários de crack	reportagem	Bunge Brasil/sociedade civil	desfavorável	não	não	economia/história
54	2017	Tombamentos da discórdia na Zona Portuária	Estado avalia medidas para garantir preservação de galpões; iniciativa para frear projetos de revitalização	reportagem	Washington Fajardo (ex-presidente do IRPH)/ Ivonette Albuquerque (presidente do Galpão)/ Marcus Monteiro (presidente do Inepac)	NI	não	não	economia/história
55	2017	Um Rio para quem quer distância da purpurina	AquáRio, cinema e Zona Portuária foram opções procuradas por cariocas e visitantes que não estavam em clima de folia	reportagem	sociedade civil	favorável	não	não	economia/lazer
56	2017	Durou pouco	Menos de seis meses após a inauguração, a Orla Conde, na Região Portuária, já apresenta sinais de fala de conservação	capa	NI	desfavorável	não	não	economia/lazer
57	2017	Porto à deriva	Sem repasses desde Janeiro, concessionária suspende obras e só faz serviços de manutenção	reportagem	Antônio Barbosa (presidente da Cdurp)	desfavorável	não	não	economia/lazer
58	2017	Verão no Rio deverá ter mais turistas nacionais	Brasileiros vão representar 80% dos visitantes; violência tem inibindo a vinda de estrangeiros	reportagem	sociedade civil	desfavorável	não	não	economia/lazer
59	2017	Prefeitura suspende licenças de food trucks na Praça Mauá	Secretaria municipal de Fazenda alega que um novo modelo está sendo decidido para a região	reportagem	sociedade civil/ Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização	NI	não	não	economia/lazer

60	2017	Inclusão na moda, influenciadores e marcas de sucesso	Hoje o dia será de maratona de palestras no Vesti Rio e também de outlet lotado de promoções	reportagem	Dudu Bertholini (stylist)/ sociedade civil	favorável	não	não	economia/lazer
61	2017	Prefeitura apresenta projeto para municipalizar o Porto do Rio	Crivella levou a Temer proposta para criar shopping e áreas de lazer no Cais	reportagem	Marcelo Crivella (prefeito)	favorável	não	sim	economia/lazer
62	2017	Formas, cores e criação em debate na Semana Design Rio	Palco principal terá, entre as atrações, a atriz Micaela Góes e o fotógrafo Bob Wolfenson	reportagem	NI	favorável	não	não	economia/lazer
63	2017	Casa no Porto	Com mais de 40 ambientes, mostra de decoração ocupará área no Centro até o dia 30 de novembro	reportagem/capa	Patricia Mayer (sócia-diretora da mostra)/ Mário Santos (arquiteto)	favorável	não	não	economia/lazer
64	2017	Boulevard Olímpico sofre com falta de manutenção	Visitantes criticam, buracos, equipamentos quebrados e camelôs	reportagem	Cdurp/sociedade civil	desfavorável	não	não	economia/lazer
65	2017	Aos olhos do turista o Rio continua lindo	Tempo chuvoso não desanimou os visitantes que já estão na cidade para o réveillon; muitos deles trocaram atrações ao ar livre por museus	reportagem	sociedade civil	favorável	não	não	economia/lazer/
66	2017	Boa ocupação dos hotéis no carnaval é legado Olímpico	A crise política e a maior recessão da história do Brasil se tornam ruim o clima no país, mas não anulam os benefícios de obras feitas para a Olimpíada	artigo	NI	favorável	não	não	economia/lazer/transporte
67	2017	O copo	Meio cheio ou meio vazio, ele pode está mal projetado ou servindo de metáfora para uma reflexão sobre design, espaços urbano ou até política	artigo	Washington Fajardo	desfavorável	não	sim	economia/segurança
68	2017	Mapa turístico muda com VLT e novo Porto	Números de usuários do bonde moderno que chegam a cidade de navio quadruplicou este ano, diz pesquisa	Reportagem	Maraísa Esch (turismóloga)	favorável	não	não	economia/tansporte
69	2017	Projeto do Porto não pode ser descontinuado	Diante da crise, prefeitura, Caixa Econômica Federal e concessionária Porto Novo precisam buscar uma saída que garanta a sobrevivência da PPP	artigo	Antônio Barbosa (presidente da Cdurp)	desfavorável	não	não	economia/transporte/lazer
70	2017	É preciso impedir o naufrágio do projeto do Porto	Se há problemas para manter as condições acordadas é preciso que prefeitura, Caixa e Porto Novo cheguem a um entendimento para tornar a parceria sustentável	artigo	NI	desfavorável	não	não	economia/transporte/lazer
71	2017	A comissão de frente do Rio	Alternâncias no poder municipal levam a mudanças de projetos e planos, e novidades podem desandar o bom ritmo do desenvolvimento urbano	artigo	Washington Fajardo	desfavorável	não	não	economia/transporte/lazer

72	2017	Prefeitura contrai empréstimo de R\$ 200 milhões para o Porto	Dinheiro será usado para resolver crise que afeta área revitalizada desde o ano passado	reportagem	Cdurp, Caixa Econômica Federal, Câmara de Vereadores	favorável	não	não	economia
73	2017	Depois do sufoco, foco no urbanismo	No primeiro balanço de sua gestão, o prefeito Marcelo Crivella diz que se dedicou, nos primeiros meses, a por as contas do Rio em dia. Agora, após renegociar dívidas com o BNDES, prepara plano urbanístico e de turismo. "Precisei cortar despesas".	reportagem	Prefeito Marcelo Crivella	Desfavorável	não	não	economia
74	2017	Projeto une estado e prefeitura para recuperar áreas degradadas	Estratégia é criar parques e vender títulos para incentivar construções	reportagem	Prefeitura do Rio, Governo do Estado	favorável	não	não	economia
75	2017	Começa hoje a terceira edição do Veste Rio	Evento realizado pelo caderno Ela e pela 'Vogue' celebra a moda nacional no Pier Mauá até domingo	reportagem	Sistema Fecomércio RJ, por meio do Sesc e Senac, com patrocínio do Sistema FIRJAN, Banco do Brasil, Sebrae, companhia aérea oficial Azul, Shopping Oficial Rio Sul e apoio da Fashion Label Brasil, Abest, Tex-Brasil, Abit, e Apex-Brasil	favorável	não	não	economia

Reportagens da Economia – Ano 2011

Reportagem 1

**Cidade ganhará
centro para o
entretenimento**
Laboratório de ideias
deverá funcionar
na Zona Portuária

Fonte: Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 27/03/2019.

Reportagem 2

**Escola de Magistratura
deixa a Zona Portuária**
Alunos e professores não se adaptaram ao
novo prédio cedido pela prefeitura ao TJ

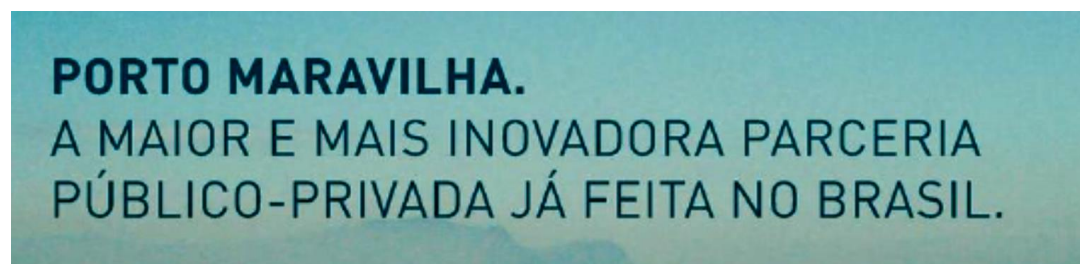
Fonte: Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 3



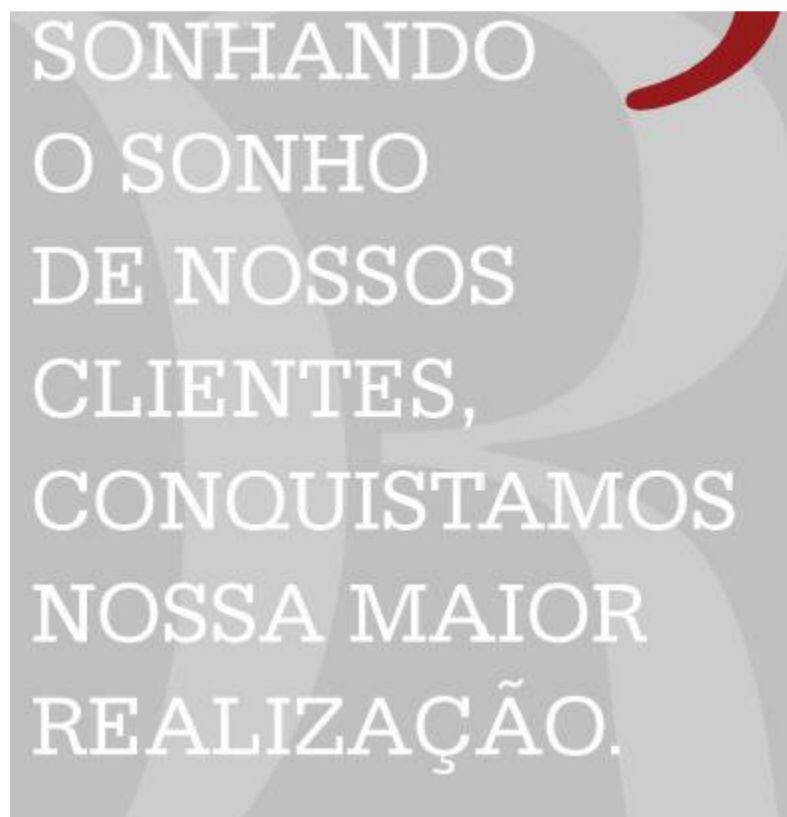
Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 4



Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 17/03/2019.

Reportagem 5



Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 6

Olimpíadas reforçam revitalização do Centro

Há passos a serem dados também em habitação, transportes e serviços

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 10/03/2019.

Reportagem 7

Construções ganham fôlego na região do Centro

Licenciamentos crescem 27% nos primeiros 4 meses do ano e só não superam os da Barra

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 8

Idealizador de Londres 2012 de olho no Rio

Arquiteto diz que projetos para a cidade devem ir além das Olimpíadas, para que evento deixe legado para os cariocas

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 11/03/2019.

Reportagem 9

Rio 2016: Meirelles prega austeridade no orçamento e obras no prazo certo

Ex-presidente do Banco Central também quer evitar 'elefantes brancos'

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 17/03/2019.

Reportagem 10

No primeiro dia, muitos problemas à espera de concessionária do Porto

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 11/03/2019.

Reportagem 11

Porto Olímpico do Rio começa a tomar forma

Carioca se alia a arquiteto catalão e vence concurso para construir em 850 mil metros quadrados na Região Portuária

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 11/03/2019.

Reportagem 12

Menos fio para passarinho pousar

Decreto determina que toda a rede aérea seja retirada em 5 anos e passe a ser subterrânea

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 11/03/2019.

Reportagem 13

Porto Olímpico custará mais de R\$ 3 bilhões

Início das obras na área que abrigará Centro de Tecnologia e vilas de Mídia e Árbitros está previsto para 2013

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 11/03/2019.

Reportagem 14

Obras de arte

● Visto de cima, com o gramado e as arquibancadas “no osso”, o estádio do Maracanã lembra as ruínas do Coliseu, em Roma. Num ensaio fotográfico de **MÁRCIA FOLETTO**, as obras que estão em curso no Rio para a Copa e as Olimpíadas, da Zona Portuária ao Recreio, ganham uma beleza inusitada e revelam uma cidade em processo de transformação.

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 11/03/2019.

Reportagem 15

Revitalização comercial no Porto

- O Sebrae/RJ assina convênio com a Prefeitura do Rio na 3ª, para desenvolver projeto de estímulo ao empreendedorismo na área do Porto Maravilha. O ponto de partida será mapear

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em 27/03/2019.

Reportagem 16

O futuro bate à porta

Eventos e projetos de revitalização tiram obras do papel e geram investimentos

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 17

Preferência no Porto é da prefeitura

Decreto de Paes obriga cartórios a comunicar compra e venda de imóveis na área

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 18

A lógica da 'cidade-empresa'

Investimento no modelo catalão de marketing urbano silencia diversidade local, diz pesquisador

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 11/03/2019.

Reportagem 19

Saúde está na mira dos investidores

Falta de hospitais de ponta é fator
que atrapalha negócios no Rio

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 17/03/2019.

Reportagem 20

Cais de eventos no Centro do Rio

Pier Mauá quer dobrar
receita com o setor para
R\$ 20 milhões, em dois anos

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo. Disponível
em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso:
18/03/2019.

Reportagem 21

Zona Portuária tem potencial de R\$ 70

• À frente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (Cdurp), Jorge Arraes calcula que a região pode gerar R\$ 70 bilhões em vendas ao fim de seu desenvolvimento. Para ele, a especulação faz parte do jogo e a desapropriação não é o melhor caminho. Arraes falou à coluna sobre o Porto Maravilha:

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 22

Paes concederá isenção de IPTU à Zona Portuária

Benefício será dado a quem tiver habite-se até o fim de 2012

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 23

COMUNICADO PIER MAUÁ

Obras na região da Avenida Rodrigues Alves

A PIER MAUÁ S. A., integrada ao PROJETO PORTO MARAVILHA e pioneira na revitalização da zona portuária do Rio, comemora o início das obras do PORTO MARAVILHA e parabeniza a cidade por este projeto inovador da Prefeitura Municipal, que transformará toda a região em um dos polos de turismo mais atrativos da cidade.

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 27/03/2019.

Reportagem 24

CONSTRUINDO O FUTURO

Bons negócios à vista para novos descobridores

Mudanças não se resumem a projetos públicos: cada vez mais a cidade atrai investimentos da iniciativa privada

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com>. Acesso em: 27/03/2019.

Reportagem 25

Sintonia fina para tocar a cidade



*Após décadas de enfrentamentos, as três
instâncias de poder trabalham juntas*

**Harmonia
entre os
Poderes**

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 27/03/2019.

Reportagem 26

Terreno do gasômetro desenrolado

Negociação entre Ceg,
prefeitura, estado e União
se arrastou por seis meses

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 27/03/2019.

Reportagem 27

Negociação dura dos Cepacs

Encarecimento de terrenos na
área do Porto está atrasando
contratos com a Caixa

Fonte: Acervo Digital do Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 27/03/2019.

Reportagem 28

Um concurso olímpico para o Porto

Projetos que visam aos Jogos de 2016 serão divulgados no dia 28

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 11/03/2019.

Reportagem 29

Prefeito cria por decreto empresa para cuidar das obras de 2016

• O prefeito Eduardo Paes publicou ontem decreto criando a Empresa Olímpica Municipal, órgão que cuidará dos projetos vinculados aos Jogos de 2016. Para diri-

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 17/03/2019.

Reportagem 30

Rede hoteleira deve bater meta

Aluguel de navios pode nem ser necessário em 2016

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDF>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 31

‘Olha o vassoureiro’

Morro da Conceição mostra ateliês e a paz do bairro

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 32

Consórcio assume amanhã serviços no Porto

Empreiteiras cuidarão, por 15 anos, de coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação e ordenamento do trânsito

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 17/10/2019.

Reportagem 33

Zona Portuária é a próxima aposta do setor

Chegada de multinacionais à região deve manter o mercado aquecido. Imóveis pequenos são os preferidos

Fonte: Acervo Digital Jornal O Globo. Disponível em: 24/11/2019

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 11/03/2019.

Reportagem 34

O espetáculo da revitalização

Operação urbana Porto
Maravilha prepara a
região para o futuro

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 35

Feito para durar



Eventos esportivos de 2014 e 2016 vão trazer para o Rio R\$ 50 bilhões e criar 90 mil empregos

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagens da Economia – Ano 2017

Reportagem 36



Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019

Reportagem 37



Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 01/04/2019.

Reportagem 38

Desafio de Design cria mobiliário para Parque Urbano do Porto Maravilha

*Peças produzidas pelas equipes vencedoras do concurso
da Odebrecht e Braskem serão instaladas no
Parque Urbano Ernesto Nazareth em novembro*

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 17/03/2019.

Reportagem 39

Arquitetura de grife na paisagem carioca

**Mapa turístico da cidade ganha novas rotas com
prédios projetados por escritórios premiados**

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 01/04/2019.

Reportagem 40

CRISE NA REVITALIZAÇÃO

Porto nem tão maravilha

Sem receber desde janeiro, concessionária suspende limpeza e manutenção da região

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 41

Camelôs e crateras na paisagem do Boulevard Olímpico

Visitantes já criticam
manutenção do
Porto, agora a cargo
da prefeitura

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 42

Um porto de **inovações**

Representantes da indústria criativa ocupam cada vez mais espaços na Zona Portuária

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 43

Imposto para poucos

Prefeitura deixou de arrecadar R\$ 681 milhões com isenções de IPTU em 2015

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 44

Entre papel e concreto

MARAT TROINA

Reportagem do GLOBO no último dia 5, dos repórteres Guilherme Ramalho e Selma Schmidt, trouxe mais uma vez à tona o desafio urbano da Região Portuária do Rio. O estopim, agora, é a interrupção de prestação dos serviços de manutenção, segurança e limpeza por parte da Concessionária Porto Novo — organização privada responsável pela realização das obras de urbanização e prestação desses serviços na região.

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDF%2F...>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 45

TURISTA QUER IR ALÉM DO ÓBVIO E VIVER EXPERIÊNCIA DE ‘SER CARIOCA’

Roteiros para conhecer a cidade abrem um leque de opções para que visitantes possam explorar riqueza cultural do Rio, de maratona de boteco a favela tour

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 31/03/2019.

Reportagem 46



Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 31/03/2019.

Reportagem 47

Ocupação com residências é um desafio

Com economia estagnada, não há novas obras previstas para tão cedo na área do Porto

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 48



Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 31/03/2019.

Reportagem 49

Infiltração em túnel no Porto gera boato

Após mensagem sobre risco de desabamento se espalhar, Crea fez vistoria em galeria

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 50

Frequentadores reclamam da má conservação do 'santuário'

Visitantes encontram lixo e sentem cheiro de urina no sítio histórico

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 51

PRETOS NOVOS

Falta de verba assombra cemitério

Espaço onde há cerca de 50 mil ossadas de escravos pode fechar

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 52

ESTILISTA **GABI MONTEIRO** LANÇA LINHA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS INSPIRADOS EM PESQUISA SOBRE A ANCESTRALIDADE NEGRA

UMA COLEÇÃO DE MODA E RESISTÊNCIA



Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 01/04/2019.

Reportagem 53

PLANOS ADIADOS

À mercê de moinhos de ventos

Sem previsão para projeto de revitalização de antiga fábrica no Porto sair do papel, construção histórica, tombada pela prefeitura, é atacada por vândalos e invadida por usuários de crack

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 54

Tombamentos da discórdia na Zona Portuária

**Estado avalia medida para garantir
preservação de galpões; iniciativa
pode frear projetos de revitalização**

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.
Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 55

Um Rio para quem quer distância da purpurina

AquaRio, cinema e Zona Portuária foram opções procuradas por cariocas e visitantes que não estavam em clima de folia

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.
Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 56

DUROU POUCO : Menos de seis meses após a inauguração, a Orla Conde, na Região Portuária, já apresenta sinais de falta de conservação. Em vários trechos, placas do piso estão quebradas. A manutenção dos jardins também é falha. **PÁGINA 16**

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 57

REVITALIZAÇÃO AMEAÇADA

Porto à deriva

Sem repasses desde janeiro, concessionária suspende obras e só faz serviços de manutenção

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 58

Verão no Rio deverá ter mais turistas nacionais

**Brasileiros vão representar 80%
dos visitantes; violência tem
inibido a vinda de estrangeiros**

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 01/04/2019.

Reportagem 59

Prefeitura suspende licenças de food trucks na Praça Mauá

**Secretaria municipal de
Fazenda alega que um
novo modelo está sendo
decidido para a região**

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em:
18/03/2019.

Reportagem 60

Inclusão na moda, influenciadores e marcas de sucesso

Hoje o dia será de maratona de palestras no Veste Rio e também de Outlet lotado de promoções

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 61

Prefeitura apresenta projeto para municipalizar o Porto do Rio

**Crivella levou a
Temer proposta para
criar shopping e
áreas de lazer no cais**

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 62

Formas, cores e criação em debate na Semana Design Rio

Palco principal terá, entre as atrações, a atriz Micaela Góes e o fotógrafo Bob Wolfenson

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 63

Casa no Porto

Com mais de 40 ambientes, mostra de decoração ocupará área do Centro até o dia 30 de novembro

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 64

Boulevard Olímpico sofre com falta de manutenção

Visitantes criticam buracos, equipamentos quebrados e camelôs

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 65

Aos olhos dos turistas, o Rio continua lindo

Tempo chuvoso não desanimou os visitantes que já estão na cidade para o réveillon; muitos deles trocaram atrações tradicionais ao ar livre por museu

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 66

Boa ocupação dos hotéis no carnaval é legado olímpico

A crise política e a maior recessão da História do Brasil tornam ruim o clima no país, mas não anulam os benefícios de obras feitas para a Olimpíada

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 67

O copo

Meio cheio ou meio vazio, ele pode estar mal projetado ou servindo de metáfora para uma reflexão sobre design, espaços urbanos e até política

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 68

Mapa turístico muda com VLT e novo Porto

Número de usuários do bonde moderno que chegam à cidade de navio quadruplicou este ano, diz pesquisa

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 69

Projeto do Porto não pode ser descontinuado

*Diante da crise, prefeitura,
Caixa Econômica Federal
e concessionária Porto Novo
precisam buscar uma saída que
garanta a sobrevivência da PPP*

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 70

É preciso impedir o naufrágio do projeto do Porto

Se há problemas para manter as condições acordadas, é preciso que prefeitura, Caixa e Porto Novo cheguem a um entendimento para tornar a parceria sustentável

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 71

A COMISSÃO DE FRENTE DO RIO

Alternâncias no poder municipal levam a mudanças em projetos e planos, e novidades podem desandar o bom ritmo do desenvolvimento urbano

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 01/04/2019.

Reportagem 72

Prefeitura contrai empréstimo de R\$ 200 milhões para o Porto

Dinheiro será usado para resolver crise que afeta área revitalizada desde o ano passado

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 31/03/2019.

Reportagem 73

Depois do sufoco, foco no urbanismo

No primeiro balanço de sua gestão, o prefeito Marcelo Crivella diz que se dedicou, nos primeiros meses, a pôr as contas do Rio em dia. Agora, após renegociar dívidas com o BNDES, prepara plano urbanístico e de turismo. "Precisei cortar despesas"

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 31/03/2019.

Reportagem 74

Projeto une estado e prefeitura para recuperar áreas degradadas

Estratégia é criar parques e vender títulos para incentivar construções

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 31/03/2019.

Reportagem 75

Começa hoje a terceira edição do Veste Rio

Evento realizado pelo caderno Ela e pela 'Vogue' celebra a moda nacional no Píer Mauá até domingo

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 31/03/2019.

APÊNDICE D - Ficha do conteúdo das intervenções urbanas nas reportagens – CULTURA/HISTÓRIA

Identificação da	DATA	TÍTULO	SUBTÍTULO	TIPO DE AMOSTRA	AGENTE MENCIONADO	CONDIÇÃO	CULTURA NEGRA	CAIS DO VALONGO	INTERVENÇÕES URBANAS
1	2011	Amigos, amigos, diversão e artes juntos	Após três anos de pausa, Tocayo faz sua 12ª edição hoje, na Gamboa	Reportagem	Marcio Isensee (fotografia); Érica Mader (atriz e apresentadora)	favorável	não	não	cultura
2	2011	Museu do Amanha, candidato a cartão-postal	Obra no Porto tem início e deve ficar pronto em 2014. Iniciativa privada assumirá custo de R\$ 215 milhões.	Reportagem	Prefeitura do Rio; Fundação Roberto Marinho;	favorável	não	não	cultura
3	2011	Folia com o Escravos da Mauá nas alturas	Comissão de frente do bloco da Zona Portuária, que sai hoje ao meio-dia, terá grupos de 32 pernas de pau	Reportagem	sociedade civil	favorável	não	não	cultura
4	2011	Arte popular na Zona Portuária	Museu do Pontal pode ter filial em galpões que serão reformados na Gamboa	Reportagem	Prefeitura do Rio; Museu do Pontal	favorável	não	não	cultura
5	2011	O Baile de Gala, agora em nova versão	Cidade volta a sediar, na Zona Portuária, evento que abre oficialmente o carnaval carioca	Reportagem	Prefeitura do Rio; Produtores e diretores de shows	favorável	não	não	cultura
6	2011	Grupos de acesso terão sua Cidade do Samba	Prefeitura construirá, em até três anos, um novo espaço para as Escolas que hoje ocupam armazéns do Porto	Reportagem	Prefeitura do Rio ; Caprichosos de Pilares; Liesa; Unidos de Padre Miguel; Secretária municipal de Turismo	favorável	não	não	cultura

7	2011	O grande palco do teatro político	A Cia. Ensaio Aberto, única do Rio dedicada exclusivamente para temas sociais, ocupa o Armazém 6 e rechaça favorecimento do governo federal	capa	Companhia Ensaio Aberto	favorável	não	não	cultura
8	2011	"Street art" para a cidade	Alguns dos mais consagrados nomes da street art do país vão estar reunidos no ART RUA, que acontece de quarta a domingo no Galpão da Gamboa, paralelo a ArtRIO.	Nota	NI	favorável	não	não	cultura
9	2011	A Pequena África	Atenção a verdadeira Cidade do Samba	artigo	Museu Nacional	Desfavorável	sim	sim	cultura/história
10	2011	Memória do negro	Eduardo Paes anuncia dia 16 a criação de uma espécie de corredor cultural de celebração da memória africana, na Gamboa.	nota	Prefeitura do Rio	favorável	sim	sim	cultura/história
11	2011	Ruínas nos subterrâneos do porto maravilha	escavações de obra de drenagem da zona portuária encontram restos do cais da Imperatriz e do Valongo	Reportagem	Prefeitura do Rio; Iphan	favorável	sim	sim	história
12	2011	O Rio do Valongo	há poucas semanas, estruturas de dois cais foram reveladas pelo trabalho de acompanhamento arqueológico nas obras do Porto Maravilha.	artigo	Secretária municipal de Desenvolvimento Econômico do Rio; Subsecretária municipal de Patrimônio	favorável	sim	sim	história
13	2011	Futuros pretéritos	Na história das mudanças da cidade, cada utopia inventa sua relação com o passado	capa/artigo	UFRJ	Desfavorável	sim	sim	história

14	2011	Memorial simulará onde batia o mar no Porto	Cariocas e turistas poderão ver de arquivadas como eram os cais da Imperatriz e do Valongo, descobertos em escavações	Reportagem	Subsecretária municipal de Patrimônio Cultural; Rogério Jordão (jornalista)	favorável	sim	sim	história
15	2011	-	Esta área, ao lado da Cidade do Samba, na Gamboa, conta os dias para receber a revitalização da Zona Portuária carioca.	nota	Ancelmo Gois	favorável	não	não	história
16	2011	O novo invade a História	Revolução urbana do centro terá empreendimento de conceito pioneiro	propaganda	Grupo Concal	favorável	não	não	história
17	2017	Muros abertos para o grafite	Com a ofensiva com os grafites em São Paulo, o Rio se firma como o cenário perfeito para a arte de rua	capa	Marcelo Crivella (prefeito)	favorável	não	não	cultura
18	2017	Existe amor pelo grafite de SP	Enquanto João Dória cobre os murais, Rio incorpora pinturas urbanas e importa artista de rua	reportagem/capa	Marcelo Crivella (prefeito)/ sociedade civil	favorável	não	não	cultura
19	2017	Por um museu sobre a verdade	Se a história escravidão toca a violência e a privação de direitos, dá também testemunho da resiliência e indestrutibilidade do espírito humano	artigo	Nilce Nogueira (secretária municipal de Cultura do Rio)	favorável	sim	sim	cultura/história
20	2017	Cais do valongo volta a ficar seco após troca de bomba	Um dos três equipamentos usados para drenar água estava com defeito	nota	Tania Lima (professora do departamento de antropologia da UFRJ)	desfavorável	sim	sim	cultura/história
21	2017	Para não esquecer o passado	Cais do Valongo é reconhecido pela Unesco como Patrimônio Mundial Cultural	reportagem	Kátia Bogéa (presidente do Iphan)/ Marcelo Crivella (prefeito)/ Milton Guran (antropólogo responsável)	favorável	sim	sim	cultura/história

22	2017	Tania Andrade Lima	Arqueóloga liderou a equipe que encontrou o antigo Cais do Valongo, no Porto, permitindo que a Unesco aceitasse a candidatura do acervo a Patrimônio da Humanidade	reportagem	Tania Lima (professora do departamento de antropologia da UFRJ)	favorável	sim	sim	cultura/história
23	2017	"Que seja um símbolo na luta contra o racismo"	Para especialista, é a primeira vez que a cultura africana ganha destaque	nota	Nielson Bezerra (professor da UERJ)	favorável	sim	sim	cultura/história
24	2017	Até quem não pode cair no choro adorou a ideia	Dia dedicado ao estilo musical teve apresentações no trem, no VLT, e em lonas culturais	reportagem	Nilcemar Nogueira (secretária de cultura do município)/sociedade civil	favorável	não	não	cultura/lazer
25	2017	Está um arraso	Rodas de samba, festa, exposições, peças e feias de moda: em espaços "velhos" da cidade, o novo se cria	capa	NI	favorável	não	não	cultura/lazer
26	2017	Cidade ganha hoje uma galeria que apresenta a história do Porto	Com rico acervo visual, Novo Cais mostra as mudanças e o cotidiano da região	reportagem/CAPA	NI	favorável	não	não	cultural/história
27	2017	Pequena África carioca	Rodas de sambas, jongo e ijexá, restaurante de comidas de orixás, oficinas e centros culturais: um passeio pela região do Cais do Valongo, tão rica em história quanto em programação cultural	reportagem	Carlos Eugênio Líbano Soares (historiador e antropólogo)	favorável	sim	sim	cultural/história
28	2017	Patrimônio no Valongo não pode ser abandonado	Espera-se que a prefeitura se planeje para que o sítio arqueológico e o acervo encontrado na região da "Pequena África" sejam bem preservados	artigo	NI	favorável	sim	sim	cultural/história

29	2017	história em risco. Diáspora Africana na Gamboa	Guardas Municipais foram expulsos por traficantes de galpão que guarda peças achadas no Cais do Valongo, que concorre a Patrimônio da Humanidade	reportagem	Guarda Municipal, Secretaria Municipal de urbanismo, habitação e infraestrutura, IPHAN, PM, UPP, MPF, Milton Guran, Washington Fajardo	desfavorável	sim	sim	segurança/história/cultura
30	2017	Achado Ameaçado	Às vésperas de escolha da Unesco, achados do Cais do Valongo ficam... sem segurança. É que as peças encontradas nas escavações — como colares e amuletos, por exemplo — estão num galpão, perto do Morro da Providência. O contrato da prefeitura com a empresa de segurança acabou, a Guarda Municipal foi acionada, mas... foi expulsa pelo tráfico.	nota	Prefeitura, Guarda Municipal	desfavorável	sim	sim	segurança/história/cultura
31	2017	Guarda-corpo vai substituir gradil da Orla Conde	Estrutura será trocada pelo mesmo modelo que protege áreas do Porto como o Cais do Valongo	reportagem	CDURP, Marinha do Brasil	desfavorável	não	sim	segurança/cultura/história
32	2017	Valongo virou playground	visitantes ignoram cerca e sobem em pedras do cais, eleito Patrimônio Mundial Cultural pela Unesco, para tirar 'selfies'. À noite, moradores de rua estendem cobertores na área.	reportagem	Mae Celina de Xangô, IPHAN, Guarda Municipal	Desfavorável	sim	sim	cultura, história
33	2017	Entre o paraíso e o purgatório	pontos turísticos que garantiram título de Patrimônio da Humanidade sofrem com a violência e degradação	reportagem	sociedade civil, ONU, INEA,	Desfavorável	não	sim	cultura, história, segurança
34	2017	À mercê de moinhos de ventos	Sem previsão para projeto de revitalização da antiga fábrica no Porto sair do papel, construção histórica, tombada pela prefeitura, é atacada por vândalos e invadida por usuários de crack	Reportagem	Bunge Brasil/sociedade civil	desfavorável	não	não	economia/história

35	2017	Tombamentos da discórdia na Zona Portuária	Estado avalia medidas para garantir preservação de galpões; iniciativa para frear projetos de revitalização	Reportagem	Washington Fajardo (ex-presidente do IRPH)/ Ivonette Albuquerque (presidente do Galpão)/ Marcus Monteiro (presidente do Inepac)	NI	não	não	economia/história

Reportagens da Cultura – Ano 2011

Reportagem 1

Amigos, amigos, diversão e arte juntos

Após três anos de pausa, Tocayo faz sua 12ª edição hoje, na Gamboa

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 2

Museu do Amanhã, candidato a cartão-postal

Obra no Porto tem início e deve ficar pronta em 2014. Iniciativa privada assumirá custo de R\$ 215 milhões

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 3

Folia com o Escravos da Mauá nas alturas

Comissão de frente de bloco da Zona Portuária, que sai hoje ao meio-dia, terá grupo de 32 pernas de pau

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 4

Arte popular na Zona Portuária

Museu do Pontal pode ter filial em galpões que serão reformados na Gamboa

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 5

O Baile de Gala, agora em nova versão

Cidade volta a sediar, na Zona Portuária, evento que abre oficialmente o carnaval carioca

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 6

Grupos de acesso terão sua Cidade do Samba

Prefeitura construirá, em até três anos, um novo espaço para escolas que hoje ocupam armazéns do Porto

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso

em: 18/03/2019.

Reportagem 7



Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em:
 18/03/2019.

Reportagem 8

'Street art' para a cidade

- Alguns dos mais consagrados nomes da *street art* do país vão estar reunidos no ART RUA, que acontece de quarta-feira a domingo no Galpão da Gamboa, paralelo à ArtRio. Idealizado pelo Instituto

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 9

A Pequena África

Atenção à verdadeira Cidade do Samba

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em:
 18/03/2019.

Reportagem 10

Memória do negro

Eduardo Paes anuncia dia 16 a criação de uma espécie de corredor cultural de celebração da memória africana, na Gamboa.

Será formado pelo Centro Cultural José Bonifácio, que abriga o Centro de Documentação e Memória da Cultura Negra; pelo Instituto dos Pretos Novos, antigo cemitério de escravos; pelo Cais do Valongo e da Imperatriz (descoberto há pouco), onde os negros desembarcavam; além da Pedra do Sal, onde moram descendentes de quilombolas.

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 11

Ruínas nos subterrâneos do Porto Maravilha

Escavações de obra de drenagem da Zona Portuária encontram restos dos cais da Imperatriz e do Valongo

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 12

O Rio do Valongo

Há poucas semanas, estruturas de dois cais foram reveladas pelo trabalho de acompanhamento arqueológico nas obras do Porto Maravilha.

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 13

Futuros pretéritos

Na história das mudanças da cidade, cada utopia inventa sua relação com o passado

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 14

Memorial simulará onde batia o mar no Porto

Cariocas e turistas poderão ver de arquibancadas como eram os cais da Imperatriz e do Valongo, descobertos em escavações

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 15

ESTA ÁREA, ao lado da Cidade do Samba, na Gamboa, conta os dias para receber a revitalização da Zona Portuária carioca. A prefeitura já divulgou um edital para restaurar as ruínas de dois galpões do antigo pátio ferroviário da Gamboa (na foto de cima) e transformar o espaço numa grande área de lazer, com jardim e praça. Cada ruína mede cerca de 3.600 metros quadrados. Nelas, até hoje, há dois vagões muito degradados, que também serão recuperados. É a revitalização da região do Porto ganhando forma. Vamos torcer, vamos cobrar

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo.

Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 16

O novo invade a história

Revolução urbana do Centro terá empreendimento de conceito pioneiro

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 17

MUROS ABERTOS PARA O GRAFITE

Com a ofensiva contra os grafites em São Paulo, o Rio se firma como o cenário perfeito para a arte de rua. A Zona Portuária receberá este semestre dois festivais com artistas do spray. E o prefeito Marcelo Crivella diz que as portas da cidade estão abertas para os grafiteiros. **PÁGINA 12**

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 18

Existe amor pelo grafite de SP

Enquanto João Doria cobre murais, Rio incorpora pinturas urbanas e importa artistas de rua

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 19

Por um museu sobre a verdade

NILCEMAR NOGUEIRA

Museus e histórias contestadas: dizendo o indizível em museus” é o tema de trabalho do Conselho Internacional de Museus para 2017, uma escolha nada aleatória. É preciso apurar e confrontar traumas históricos para não repetirmos horrores do passado e denunciarmos traços desses horrores que sobrevivam no presente. A forma de fazê-lo é nomear, reconhecer e debater legados difíceis, promover sua ressignificação e visionar um futuro coletivo sob a ótica da reconciliação.

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 20

Cais do Valongo volta a ficar seco após troca de bomba

Um dos três
equipamentos usados
para drenar
água estava com defeito

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 21

MARCAS DA ESCRAVIDÃO

Para não esquecer o passado

Cais do Valongo é reconhecido pela Unesco como Patrimônio Mundial Cultural

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em:
18/03/2019.

Reportagem 22

Tania Andrade Lima

Arqueóloga liderou a equipe que encontrou o antigo Cais do Valongo, no Porto, permitindo que a Unesco aceitasse a candidatura do acervo a Patrimônio da Humanidade

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em:
18/03/2019.

Reportagem 23

TRAGÉDIA HUMANA

‘Que seja um símbolo na luta contra o racismo’

Para especialista, é a primeira vez que a cultura africana ganha destaque

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 24

VIAGENS COM PIXINGUINHA

Até quem não é de cair no choro adorou a ideia

Dia dedicado ao estilo musical teve apresentações no trem, no VLT e em lonas culturais

e Regional Ernesto no Choro.

Dentro dos vagões, o concerto contou com a presença de bailarinos de dança de salão, de entusiastas do gênero e de devotos de São Jorge, que fizeram uma maratona

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 25



Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 26

Cidade ganha hoje uma galeria que apresenta a história do Porto

Com rico acervo visual, Novocais mostra as mudanças e o cotidiano da região

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 27



Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 28

Patrimônio do Valongo não pode ser abandonado

*Espera-se que a prefeitura
se planeje para que o sítio
arqueológico e o acervo encontrado
na região da "Pequena África"
sejam bem preservados*

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 29

HISTÓRIA EM RISCO

Diáspora africana na Gamboa

Guardas municipais foram expulsos por traficantes de galpão que guarda peças achadas no Cais do Valongo, que concorre a Patrimônio da Humanidade

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 30

Achado ameaçado

Às vésperas da sessão anual da Unesco, em julho, que pode reconhecer o Cais do Valongo, no Rio, como Patrimônio da Humanidade, os achados arqueológicos do antigo porto de chegada de escravos estão... sem segurança.

É que as peças encontradas nas escavações — como colares e amuletos, por exemplo — estão num galpão, perto do Morro da Providência. O contrato da prefeitura com a empresa de segurança acabou, a Guarda Municipal foi acionada, mas... foi expulsa pelo tráfico.

Reportagem 31

Grades no Boulevard Olímpico serão trocadas por guarda-corpo

**Prefeitura fecha
acordo com a
Marinha, que
instalou estrutura**

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019

Reportagem 32

MEMÓRIA AMEAÇADA

Valongo virou playground

Visitantes ignoram cerca e sobem em pedras de cais, eleito Patrimônio Mundial Cultural pela Unesco, para tirar 'selfies'. À noite, moradores de rua estendem cobertores na área

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 33

ENTRE O PARAÍSO E O PURGATÓRIO

Pontos turísticos que garantiram título de Patrimônio da Humanidade sofrem com violência e degradação

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 34

PLANOS ADIADOS

À mercê de moinhos de ventos

Sem previsão para projeto de revitalização de antiga fábrica no Porto sair do papel, construção histórica, tombada pela prefeitura, é atacada por vândalos e invadida por usuários de crack

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 35

Tombamentos da discórdia na Zona Portuária

**Estado avalia medida para garantir
preservação de galpões; iniciativa
pode frear projetos de revitalização**

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

[https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.clo
udfront.net%2FPDFs](https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs). Acesso em: 18/03/2019.

APÊNDICE E – Ficha do conteúdo das intervenções urbanas nas reportagens – MOBILIDADE URBANA

Identificação da reportagem	DATA	TÍTULO	SUBTÍTULO	TIPO DE AMOSTRA	AGENTE MENCIONADO	CONDIÇÃO	CULTURA NEGRA	CAIS DO VALONGO	INTERVENÇÕES URBANAS
1	2011	Do volta ao passado num passeio sobre trilhos	Previsto para as Olimpíadas de 2016, o projeto de VLT ganha novo desenho em que passará pelo Centro Histórico do Rio	reportagem	Secretaria municipal de Desenvolvimento Econômico do Rio	favorável	não	sim	Transporte/história
2	2011	A revolução começou	Nova estrutura viária, tecnológica e de transporte faz surgir o Novo Centro do Rio	propaganda	Prefeitura do Rio	favorável	não	não	transporte
3	2011	Região do Porto ganha mais canteiros de obras	Ponto central para a construção de três túneis, Praça Mauá ficará um ano cercada por tapumes a partir desse mês	reportagem	Cdurp	favorável	não	não	transporte
4	2011	Elevado da Perimetral será totalmente demolido	Um dos túneis previstos no processo de revitalização da Zona Portuária se unirá ao mergulhão da Praça Quinze	reportagem	Prefeitura do Rio	favorável	não	não	transporte

5	2011	O começo do fim da Perimetral	Construção de túnel que abre caminho para a demolição de elevado terá início amanhã	reportagem	Consórcio Porto Novo; Cdurp	favorável	não	não	transporte
6	2011	Interdição de praça para obra de Teleférico revolta moradores do Morro da Providência	Espaço dará lugar a estação que chegará ao topo, desde a Central	reportagem	Secretaria Municipal de Habitação	Desfavorável	não	não	transporte
7	2011	Centro e Zona Portuária nos trilhos até 2016	Prefeitura conclui estudo que promete viabilizar seis linhas de bonde modernos nas duas regiões	reportagem	Cdurp; Prefeitura do Rio	favorável	não	não	transporte
8	2011	Estado planeja erguer torres sobre a Novo Rio	Apesar de negócio já está sendo negociado, prefeito defende a mudança da Rodoviária para um terreno em Irajá	Reportagem	Prefeitura do Rio; Coderte; Cdurp; Dnit	Desfavorável	não	não	transporte
9	2011	O desafio de decolar	Superintendentes da Infraero diz que investimentos de quase R\$ 900 milhões serão suficientes para preparar aeroportos do Rio	Reportagem	Infraero; Agente de viagens	Desfavorável	não	não	transporte
10	2011	Porto: mais 5 anos de engarrafamento	Prefeito pede compreensão de cariocas para transtornos	Reportagem	Prefeitura do Rio	Desfavorável	não	não	transporte

			causados por obras						
11	2011	Para descobrir o Rio	Ao enumerar os investimentos e os principais projetos de urbanização da prefeitura para os próximos anos, o secretário Municipal de Urbanismo, Sérgio Moreira Dias, admitiu o seu espanto por descobrir que apenas 16 dos cariocas se deslocam pela cidade em sistemas de transportes de massas, seja ônibus, metrô ou trens	Reportagem	vereador Adilson Pires; vereador Dr. Jairinho; Secretária municipal de urbanismo; IAB; Secretária municipal de Desenvolvimento Econômico Solidário do Rio de Janeiro; Fundação Getúlio Vargas	Desfavorável	não	não	transporte
12	2011	Uma cidade em movimento	Projetos em andamento e investimentos previstos põem o Rio no caminho para a transformação	Reportagem	Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Metropolitana; IAB; Governo do Estado; Firjan; Hospital Pró-Cardíaco; Prefeitura do Rio	favorável	não	não	transporte
13	2011	Feito para durar	Eventos esportivos de 2014 e 2016 vão trazer para o Rio R\$ 50 bilhões e criar 90 mil empregos	Reportagem	Vereadora Patricia Amorim; Vereadora Rosa Fernandes; COB; Empresa Olímpica Municipal	favorável	não	não	economia/segurança/transporte

14	2017	VLT ganha estações em aniversário	Oito milhões de passageiro usaram os bondes desde junho do ano passado	Reportagem	Marcelo Crivella (prefeito)/sociedade civil	favorável	não	não	transporte
15	2017	Na rotina do carioca, exemplos de honestidade	No VLT, onde não há cobrador, calote é inferior a 10%	Reportagem/capa	sociedade civil	favorável	não	não	transporte
16	2017	VLT: trecho da central fica pronto até Junho	Linha entre Praça XV e Saara é inaugurado; trajeto será estendido até a Rodoviária	reportagem	Alfredo Lopes (presidente da ABIH-RJ)/Marinha	favorável	não	não	transporte
17	2017	Mapa turístico muda com VLT e novo Porto	Números de usuários do bonde moderno que chegam a cidade de navio quadruplicou este ano, diz pesquisa	Reportagem	Maraísa Esch (turismóloga)	favorável	não	não	economia/transporte
18	2017	Projeto do Porto não pode ser descontinuado	Diante da crise, prefeitura, Caixa Econômica Federal e concessionária Porto Novo precisam buscar uma saída que garanta a sobrevivência da PPP	artigo	Antônio Barbosa (presidente da Cdurp)	desfavorável	não	não	economia/transporte/lazer
19	2017	É preciso impedir o naufrágio do projeto do Porto	Se há problemas para manter as condições acordadas é preciso que prefeitura, Caixa e Porto Novo cheguem a um	artigo	NI	desfavorável	não	não	economia/transporte/lazer

			entendimento para tornar a parceria sustentável						
20	2017	A comissão de frente do Rio	Alternâncias no poder municipal levam a mudanças de projetos e planos, e novidades podem desandar o bom ritmo do desenvolvimento urbano	artigo	Washington Fajardo	desfavorável	não	não	economia/transporte/lazer
21	2017	Boa ocupação dos hotéis no carnaval é legado Olímpico	A crise política e a maior recessão da história do Brasil se tornam ruim o clima no país, mas não anulam os benefícios de obras feitas para a Olimpíada	artigo	NI	favorável	não	não	economia/lazer/transporte

Reportagens da Mobilidade Urbana – Ano 2011

Reportagem 1

De volta ao passado num passeio sobre trilhos

Previsto para as Olimpíadas de 2016, projeto de VLT ganha novo desenho em que passará pelo Centro Histórico do Rio

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 2

A revolução começou

Nova estrutura viária, tecnológica e de transportes faz surgir o Novo Centro do Rio

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 3

Região do Porto ganha mais canteiros de obras

Ponto central para a construção de três túneis, Praça Mauá ficará um ano cercada por tapumes a partir deste mês

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 4

Elevado da Perimetral será totalmente demolido

Um dos túneis previstos no projeto de revitalização da Zona Portuária se unirá ao Mergulhão da Praça Quinze

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 5

O começo do fim da Perimetral

Construção de túnel que abre
caminho para demolição de
elevado terá início amanhã

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 6

Interdição de praça para obra de teleférico revolta moradores do Morro da Providência

Espaço dará lugar a estação que chegará ao topo, desde a Central

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em:
18/03/2019.

Reportagem 7

Centro e Zona Portuária nos trilhos até 2016

Prefeitura conclui estudo que promete viabilizar seis linhas de bondes modernos nas duas regiões

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 8

Estado planeja erguer torres sobre a Novo Rio

Apesar de projeto já estar sendo negociado, prefeito defende a mudança da rodoviária para um terreno em Irajá

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 9



Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 10

Porto: mais 5 anos de engarrafamentos

Prefeito pede compreensão de cariocas para transtornos causados por obras

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 11



Para redescobrir o Rio

Ao enumerar os investimentos e os principais projetos de urbanização da prefeitura para os próximos anos, o secretário municipal de Urbanismo, Sérgio Moreira Dias, admitiu o seu espanto por descobrir que apenas 16% dos cariocas se deslocam pela cidade em sistema de transporte de massas, seja ônibus, metrô ou trem. Outra estatística

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 12

Uma cidade em movimento

Projetos em andamento e investimentos previstos põem o Rio no caminho para a transformação

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 13

Feito para durar



Eventos esportivos de 2014 e 2016 vão trazer para o Rio R\$ 50 bilhões e criar 90 mil empregos

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagens da Mobilidade Urbana – Ano 2017

Reportagem 14

VLT ganha estações em aniversário

Oito milhões de passageiros usaram os bondes desde junho do ano passado

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 15



Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 16

VLT: trecho da Central fica pronto até junho

Linha entre Praça Quinze
e Saara é inaugurada;
trajeto será estendido
até a rodoviária

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 17

Mapa turístico muda com VLT e novo Porto

Número de usuários do bonde moderno que chegam à cidade de navio quadruplicou este ano, diz pesquisa

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 18

Projeto do Porto não pode ser descontinuado

*Diante da crise, prefeitura,
Caixa Econômica Federal
e concessionária Porto Novo
precisam buscar uma saída que
garanta a sobrevivência da PPP*

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 19

É preciso impedir o naufrágio do projeto do Porto

Se há problemas para manter as condições acordadas, é preciso que prefeitura, Caixa e Porto Novo cheguem a um entendimento para tornar a parceria sustentável

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 20

A COMISSÃO DE FRENTE DO RIO

Alternâncias no poder municipal levam a mudanças em projetos e planos, e novidades podem desandar o bom ritmo do desenvolvimento urbano

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 01/04/2019.

Reportagem 21

Boa ocupação dos hotéis no carnaval é legado olímpico

A crise política e a maior recessão da História do Brasil tornam ruim o clima no país, mas não anulam os benefícios de obras feitas para a Olimpíada

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

APÊNDICE F – Ficha do conteúdo das intervenções urbanas nas reportagens – LAZER

Identificação da	DATA	TÍTULO	SUBTÍTULO	TIPO DE AMOSTRA	AGENTE MENCIONADO	CONDIÇÃO	CULTURA NEGRA	CAIS DO VALONGO	INTERVENÇÕES URBANAS
1	2011	"Olha o vassoureiro"	Morro da Conceição mostra os ateliês e a paz do bairro	nota	Organizador do evento; fotografo; artista independente	favorável	não	não	economia/lazer
2	2011	Pagode na Cidade do Samba	Ainda faltam três meses para o carnaval, mas a folia começa dia 14 de novembro, com a retomada dos shows no Botequim da Cidade do Samba, na Gamboa.	nota	NI	favorável	não	não	lazer
3	2017	Está um arraso	Rodas de samba, festa, exposições, peças e feias de moda: em espaços "velhos" da cidade, o novo se cria	capa	NI	favorável	sim	não	cultura/lazer
4	2017	Um Rio para quem quer distância da purpurina	AquáRio, cinema e Zona Portuária foram opções procuradas por cariocas e visitantes que não estavam em clima de folia	reportagem	sociedade civil	favorável	não	não	economia/lazer
5	2017	Durou pouco	Menos de seis meses após a inauguração, a Orla Conde, na Região Portuária, já apresenta sinais de fala de conservação	capa	NI	desfavorável	não	não	economia/lazer
6	2017	Porto à deriva	Sem repasses desde Janeiro, concessionária suspende obras e só faz serviços de manutenção	reportagem	Antônio Barbosa (presidente da Cdurp)	desfavorável	não	não	economia/lazer
7	2017	Verão no Rio deverá ter mais turistas nacionais	Brasileiros vão representar 80% dos visitantes; violência tem inibindo a vinda de estrangeiros	reportagem	sociedade civil	desfavorável	não	não	economia/lazer
8	2017	Prefeitura suspende licenças de food trucks na Praça Mauá	Secretaria municipal de Fazenda alega que um novo modelo está sendo decidido para a região	reportagem	sociedade civil/ Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização	NI	não	não	economia/lazer
9	2017	Inclusão na moda, influenciadores e marcas de sucesso	Hoje o dia será de maratona de palestras no Vesti Rio e também de outlet lotado de promoções	reportagem	Dudu Bertholini (stylist)/ sociedade civil	favorável	não	não	economia/lazer
10	2017	Prefeitura apresenta projeto para municipalizar o Porto do Rio	Crivella levou a Temer proposta para criar shopping e áreas de lazer no Cais	reportagem	Marcelo Crivella (prefeito)	favorável	não	sim	economia/lazer
11	2017	Formas, cores e criação em debate na Semana Design Rio	Palco principal terá, entre as atrações, a atriz Micaela Góes e o fotógrafo Bob Wolfenson	reportagem	NI	favorável	não	não	economia/lazer

12	2017	Casa no Porto	Com mais de 40 ambientes, mostra de decoração ocupará área no Centro até o dia 30 de novembro	reportagem/capa	Patricia Mayer (sócia-diretora da mostra)/ Mário Santos (arquiteto)	favorável	não	não	economia/lazer
13	2017	Boulevard Olímpico sofre com falta de manutenção	Visitantes criticam, buracos, equipamentos quebrados e camelôs	reportagem	Cdurp/sociedade civil	desfavorável	não	não	economia/lazer
14	2017	Aos olhos do turista o Rio continua lindo	Tempo chuvoso não desanimou os visitantes que já estão na cidade para o réveillon; muitos deles trocaram atrações ao ar livre por museus	reportagem	sociedade civil	favorável	não	não	economia/lazer
15	2017	Boa ocupação dos hotéis no carnaval é legado Olímpico	A crise política e a maior recessão da história do Brasil se tornam ruim o clima no país, mas não anulam os benefícios de obras feitas para a Olimpíada	artigo	NI	favorável	não	não	economia/lazer/transporte
16	2017	Projeto do Porto não pode ser descontinuado	Diante da crise, prefeitura, Caixa Econômica Federal e concessionária Porto Novo precisam buscar uma saída que garanta a sobrevivência da PPP	artigo	Antônio Barbosa (presidente da Cdurp)	desfavorável	não	não	economia/transporte/lazer
17	2017	É preciso impedir o naufrágio do projeto do Porto	Se há problemas para manter as condições acordadas é preciso que prefeitura, Caixa e Porto Novo cheguem a um entendimento para tornar a parceria sustentável	artigo	NI	desfavorável	não	não	economia/transporte/lazer
18	2017	A comissão de frente do Rio	Alternâncias no poder municipal levam a mudanças de projetos e planos, e novidades podem desandar o bom ritmo do desenvolvimento urbano	artigo	Washington Fajardo	desfavorável	não	não	economia/transporte/lazer

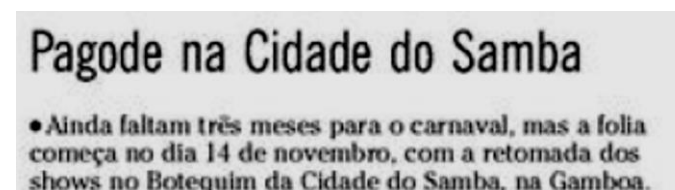
Reportagens do Lazer – Ano 2011

Reportagem 1



Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 2



Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagens do Lazer – Ano 2017

Reportagem 3



Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 4

Um Rio para quem quer distância da purpurina

AquaRio, cinema e Zona Portuária foram opções procuradas por cariocas e visitantes que não estavam em clima de folia

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 5

DUROU POUCO

Menos de seis meses após a inauguração, a Orla Conde, na Região Portuária, já apresenta sinais de falta de conservação. Em vários trechos, placas do piso estão quebradas. A manutenção dos jardins também é falha. **PÁGINA 16**

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 6

REVITALIZAÇÃO AMEAÇADA

Porto à deriva

Sem repasses desde janeiro, concessionária suspende obras e só faz serviços de manutenção

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 7

Verão no Rio deverá ter mais turistas nacionais

**Brasileiros vão representar 80%
dos visitantes; violência tem
inibido a vinda de estrangeiros**

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 01/04/2019.

Reportagem 8

Prefeitura suspende licenças de food trucks na Praça Mauá

**Secretaria municipal de
Fazenda alega que um
novo modelo está sendo
decidido para a região**

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 9

Inclusão na moda, influenciadores e marcas de sucesso

Hoje o dia será de maratona de palestras no Vesti
Rio e também de Outlet lotado de promoções

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 10

Prefeitura apresenta projeto para municipalizar o Porto do Rio

Crivella levou a
Temer proposta para
criar shopping e
áreas de lazer no cais

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 11

Formas, cores e criação em debate na Semana Design Rio

Palco principal terá, entre as atrações, a atriz Micaela Góes e o fotógrafo Bob Wolfenson

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 12

Casa no Porto

Com mais de 40 ambientes, mostra de decoração ocupará área do Centro até o dia 30 de novembro

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 13

Boulevard Olímpico sofre com falta de manutenção

Visitantes criticam buracos, equipamentos quebrados e camelôs

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 14

Aos olhos dos turistas, o Rio continua lindo

Tempo chuvoso não desanimou os visitantes que já estão na cidade para o réveillon; muitos deles trocaram atrações tradicionais ao ar livre por museu

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 15

Boa ocupação dos hotéis no carnaval é legado olímpico

A crise política e a maior recessão da História do Brasil tornam ruim o clima no país, mas não anulam os benefícios de obras feitas para a Olimpíada

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 16

Projeto do Porto não pode ser descontinuado

Diante da crise, prefeitura, Caixa Econômica Federal e concessionária Porto Novo precisam buscar uma saída que garanta a sobrevivência da PPP

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 17

É preciso impedir o naufrágio do projeto do Porto

Se há problemas para manter as condições acordadas, é preciso que prefeitura, Caixa e Porto Novo cheguem a um entendimento para tornar a parceria sustentável

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 18

A COMISSÃO DE FRENTE DO RIO

Alternâncias no poder municipal levam a mudanças em projetos e planos, e novidades podem desandar o bom ritmo do desenvolvimento urbano

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 01/04/2019.

APÊNDICE G – Ficha do conteúdo das intervenções urbanas nas reportagens – SEGURANÇA

Identificação da reportagem	DATA	TÍTULO	SUBTÍTULO	TIPO DE AMOSTRA	AGENTE MENCIONADO	CONDIÇÃO	CULTURA NEGRA	CAIS DO VALONGO	INTERVENÇÕES URBANAS
1	2011	Prefeitura estima UPP social em R\$ 1 bilhão	Recursos estão e continuarão sendo aplicados, até 2012, em obras de habitação e urbanização e serviços como coleta de lixo	reportagem	Instituto Pereira Passos; Associação de moradores; Secretária da Associação de moradores do Borel; Secretária de Conservação; sociedade civil	NI	não	não	segurança
2	2011	Prefeitura acerta compra do pátio da Marinha	Compra de terrenos da União é fundamental para projeto Porto Maravilha	artigo	NI	favorável	não	não	Segurança
3	2011	Segurança, o principal alvo	Estado anuncia que vai investir R\$ 3 bilhões no setor 2016; ministro da justiça promete liberar verba para equipamento	Reportagem	Secretária Estadual de Segurança; Ministro da Justiça; Secretária nacional de Grandes Eventos do Ministério da Justiça	favorável	não	não	segurança
4	2011	O espetaculo da revitalização	Operação urbana Porto Maravilha prepara a região para o futuro	propaganda	Subprefeitura do Centro e centro histórico	favorável	não	não	economia/segurança
5	2011	Feito para durar	Eventos esportivos de 2014 e 2016 vão trazer para o Rio R\$ 50 bilhões e criar 90 mil empregos	Reportagem	Vereadora Patricia Amorim; Vereadora Rosa Fernandes; COB; Empresa Olímpica Municipal	favorável	não	não	economia/segurança/ transporte
6	2011	O desafio da integração da cidade partida	preocupação maior é incluir a população desassistida no desenvolvimento	Reportagem	Vereador Asdilson Pires, Secretario Municipal de Desenvolvimento Economico	favorável	não	não	segurança
7	2017	Militares farão até revistas em ônibus	Ao todo, 9 mil homens das Forças Armadas reforçam o policiamento, liberando PMS para agir em manifestações	reportagem	Raul Jungmann (Ministro da defesa)/Luiz Fernando Pezão (governador)	NI	não	não	segurança
8	2017	VLT para pela sexta vez em 6 meses por causa da violência	Tiroteios entre PMS e bandidos na Providência deixa Bondes fora de circulação por duas horas	reportagem	sociedade civil	desfavorável I	não	não	segurança
9	2017	Assim caminhou a violência no Rio	Historiadores, antropólogos e sociólogos apontam acontecimentos que ajudam a explicar problemas de hoje	reportagem	Alba Zaluar (Antropóloga)/ Kant de Lima (professor da UFF e coordenador do Instituto Nacional de Ciência e tecnologia na área de administração de conflito)	desfavorável I	não	não	segurança

10	2017	história em risco. Diáspora Africana na Gamboa	Guardas Municipais foram expulsos por traficantes de galpão que guarda peças achadas no Cais do Valongo, que concorre a Patrimônio da Humanidade	reportagem	Guarda Municipal, Secretaria Municipal de urbanismo, habitação e infraestrutura, IPHAN, PM, UPP, MPF, Milton Guran, Washington Fajardo	desfavorável	sim	sim	segurança/história/cultura
11	2017	Às vésperas de escolha da Unesco, achados do Cais do Valongo ficam... sem segurança	É que as peças encontradas nas escavações — como colares e amuletos, por exemplo — estão num galpão, perto do Morro da Providência. O contrato da prefeitura com a empresa de segurança acabou, a Guarda Municipal foi acionada, mas... foi expulsa pelo tráfico.	nota	Prefeitura, Guarda Municipal	desfavorável	sim	sim	segurança/história/cultura
12	2017	Guarda-corpo vai substituir gradil da Orla Conde	Estrutura será trocada pelo mesmo modelo que protege áreas do Porto como o Cais do Valongo	reportagem	CDURP, Marinha do Brasil	desfavorável	não	sim	segurança/cultura/história
13	2017	guardas são atacados por camelôs no Porto	Confronto assustou as pessoas que lotavam a orla Conde	nota	Guarda Municipal, sociedade civil, ambulantes	Desfavorável	não	não	segurança
14	2017	Entre o paraíso e o purgatório	pontos turísticos que garantiram título de Patrimônio da Humanidade sofrem com a violência e degradação	reportagem	sociedade civil, ONU, INEA,	Desfavorável	não	sim	cultura, história, segurança

Reportagens da Segurança – Ano 2011

Reportagem 1

Prefeitura estima UPP Social em R\$ 1 bilhão

Recursos estão e continuarão sendo aplicados, até 2012, em obras de habitação e urbanização e serviços como coleta de lixo

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 2

Prefeitura acerta compra do Pátio da Marítima

Compra de terrenos da União
é fundamental para o projeto
Porto Maravilha

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 17/03/2019.

Reportagem 3

SEGURANÇA, O PRINCIPAL

*Estado anuncia que vai investir
R\$ 3 bilhões no setor até 2016;
ministro da Justiça promete liberar
verba para equipamentos*

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 4

O espetáculo da revitalização

Operação urbana Porto
Maravilha prepara a
região para o futuro

Fonte: Acervo Digital O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 5

Feito para durar



Eventos esportivos de 2014 e 2016 vão trazer para o Rio R\$ 50 bilhões e criar 90 mil empregos

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 6

O desafio da integração na cidade partida



Preocupação maior é incluir a população desassistida no desenvolvimento

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 18/03/2019.

Reportagens da Segurança – Ano 2017

Reportagem 7

Militares farão até revistas em ônibus

Ao todo, 9 mil homens das Forças Armadas reforçam o policiamento, liberando PMs para agir em manifestações

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 30/03/2019.

Reportagem 8

VLT para pela sexta vez em 6 meses por causa da violência

Tiroteio entre PMs e bandidos na Providência deixa bondes fora de circulação por duas horas

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:
<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 9

A CIDADE REVISTA

ASSIM CAMINHOU A VIOLÊNCIA NO RIO

Historiadores, antropólogos e sociólogos apontam acontecimentos que ajudam a explicar problemas de hoje

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 10

HISTÓRIA EM RISCO

Diáspora africana na Gamboa

Guardas municipais foram expulsos por traficantes de galpão que guarda peças achadas no Cais do Valongo, que concorre a Patrimônio da Humanidade

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>.

Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 11

Achado ameaçado

Às vésperas da sessão anual da Unesco, em julho, que pode reconhecer o Cais do Valongo, no Rio, como Patrimônio da Humanidade, os achados arqueológicos do antigo porto de chegada de escravos estão... sem segurança.

É que as peças encontradas nas escavações — como colares e amuletos, por exemplo — estão num galpão, perto do Morro da Providência. O contrato da prefeitura com a empresa de segurança acabou, a Guarda Municipal foi acionada, mas... foi expulsa pelo tráfico.

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019

Reportagem 12

Grades no Boulevard Olímpico serão trocadas por guarda-corpo

**Prefeitura fecha
acordo com a
Marinha, que
instalou estrutura**

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019

Reportagem 13

Guardas são atacados por camelôs no Porto

**Confronto assustou
as pessoas
que lotavam a
Orla Conde**

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2019.

Reportagem 14

ENTRE O PARAÍSO E O PURGATÓRIO

Pontos turísticos que garantiram título de Patrimônio da Humanidade sofrem com violência e degradação

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs>. Acesso em: 18/03/2020.